

Relatório Anual de Execução 2011



FICHA TÉCNICA

Relatório de Execução 2011 do COMPETE (POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade)

Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC
a 19 de Junho de 2011.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC
a 20 de Junho de 2011.

Aceite pela Comissão Europeia a 16 de Julho de 2012, em conformidade com o n.º 4 do artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

APRESENTAÇÃO

O COMPETE, no cumprimento da missão que está inscrita na sua génese, centra a sua acção nos apoios às empresas e à envolvente empresarial, com foco na oferta externa e no investimento em bens e serviços transacionáveis de maior valor acrescentado, dando um relevo primordial à política das estratégias de eficiência coletiva (Polos de Competitividade e outros Clusters) e apostando, a médio prazo, nas fileiras com mais vantagens comparativas e maior potencial de desenvolvimento.

Num cenário macro-económico particularmente adverso, o COMPETE tem procurado, em concertação com a tutela e as demais entidades dos sistemas de apoio QREN, responder às necessidades acrescidas das empresas portuguesas melhorando a sua capacidade de resposta às solicitações que lhe são dirigidas nas várias dimensões da sua actuação e colaborando nas acções de reprogramação e optimização da utilização das disponibilidades financeiras sob a sua gestão.

De facto, o ano de 2011 caracterizou-se pelo prolongamento da crise económica e financeira internacional iniciada em 2008, geradora de um quadro de incerteza agravado pela instabilidade dos mercados financeiros.

Forçada a adoptar um programa de um ajustamento conjuntural exigente, a economia portuguesa sofreu o efeito das políticas de contenção e restritivas que provocaram o adiamento das decisões de consumo e de investimento e geraram significativas restrições de financiamento à economia real. Este quadro foi positivamente afetado pela evolução favorável das exportações que, em 2011, contribuem para o Produto, com uma taxa de crescimento prevista de 6,1%, não obstante serem evidentes os efeitos do abrandamento na evolução do comércio internacional.

A implementação daqueles ajustamentos impôs a necessidade de se proceder à reprogramação interna do COMPETE, no sentido de adaptar das dotações dos Eixos aos novos desafios que a superação da crise impôs. Esta reprogramação foi aprovada pela Comissão de Acompanhamento e pela Comissão Europeia.

A reprogramação provocou um reforço da dotação dos sistemas de incentivos às empresas por ajustamento dos restantes instrumentos, em particular os apoios à modernização da Administração Pública (dadas as evidentes dificuldades de mobilização da contrapartida pública nacional necessária à realização da totalidade da dotação prevista).

A execução do Programa regista um nível que se pode considerar como adequado, dado ter sido largamente ultrapassada a meta mínima de execução para 2011, podendo-se desde já antecipar que será também cumprida a meta para 2012.

O contributo do Programa para uma política de crescimento económico e de emprego, no quadro da presente crise de investimento, assenta na crescente afinação e adequação dos instrumentos de apoio às empresas, e na crescente articulação entre os processos de internacionalização e os processos de inovação e desenvolvimento tecnológico, numa lógica de ganhos sustentados de competitividade.

Os desafios que enfrentamos para 2012 implicam uma aposta redobrada nos sistemas de incentivos às empresas, de que a presente reprogramação estratégica em curso é exemplo, e a adopção de medidas de simplificação e de maior eficiência nos efeitos de indução de novas dinâmicas de crescimento ao tecido empresarial.

Neste quadro de grande exigência e de responsabilidade acrescida estamos certos que a Autoridade de Gestão do COMPETE em parceria com os Organismos Intermédios e toda a Rede Sistemas de Incentivos QREN saberão, mais uma vez, com intensidade e empenhamento, estar à altura das expectativas dos desafios que se colocam à Agenda de Competitividade, no complexo contexto atual da economia nacional e europeia e da envolvente internacional.

A Comissão Directiva do COMPETE

Franquelim Alves

Isabel Matalonga

Piedade Valente

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Execução do ano de 2011, mantendo o formato de anos anteriores, estrutura-se em torno de oito capítulos, respondendo ao conteúdo tipificado no art.º 67.º do Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Junho.

O Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de Outubro de 2007, tendo sido estruturado em torno de 6 Eixos Estratégicos, dispondo de **quatro tipos de instrumentos**: Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; mecanismos de Engenharia Financeira; apoios a Ações Coletivas e apoios a Ações Públicas.

Durante o ano de 2011, foi aprovada pela Comissão de Acompanhamento uma **reprogramação interna da dotação**, com reforço dos Sistemas de Incentivos. Na sequência da referida reprogramação, foram introduzidos alguns **ajustes aos indicadores de acompanhamento do Programa**.

Foi ainda ajustada, no Texto do Programa, a **repartição de funções entre o COMPETE e os PO Regionais do Continente**, no que se refere aos Sistemas de Incentivos e ao SAMA.

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objetivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

REALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

No final do ano de 2011 verifica-se uma **elevada realização (cumprimento atual na ordem de 75%)** das metas dos **Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento** fixadas por Eixo Prioritário para 2015.

De um total de **13.286 candidaturas** rececionadas, envolvendo um

investimento total proposto de 17,6 mil milhões de euros, **encontravam-se analisadas 80%, envolvendo 92% do investimento associado**.

No âmbito dos projetos analisados em concursos COMPETE, **47% foram selecionados para financiamento, representando 79% do investimento proposto**.

Tendo por base a programação financeira (2007-2013) aprovada em 2011, verifica-se no final do ano um nível de **compromisso na ordem dos 90%**. Após a referida reprogramação, já não se verifica qualquer situação de *overbooking* ao nível de Eixo Prioritário.

Destaque-se, do referido valor de compromisso, a importância do apoio direto a empresas, **representando perto de 80% do investimento elegível total apoiado** pelo COMPETE.

Em termos regionais, constata-se que é na **região Centro** que se verifica um maior investimento elegível apoiado (45% do total), embora, a nível do incentivo aprovado, haja uma equivalência entre as **regiões Norte e Centro** (39% e 37%, respetivamente).

Tal como se tem vindo a assinalar nos Relatórios anteriores, regista-se uma **elevada taxa de contratação**, representando, no final do ano, 98% dos projetos aprovados.

Apesar do **ligeiro abrandamento do ritmo de pagamentos realizados em 2011** (representando 86% de 2010), saliente-se o **aumento de execução de 7% do fundo comunitário em 2011**, face ao período homólogo.

Tendo sido reportada à Comissão Europeia uma **execução realizada de mil milhões de euros de fundo comunitário**, verifica-se que foi **largamente ultrapassada a meta comunitária n+3 (254% da meta)**, encontrando-se, inclusivamente, cumprida a referida **meta de 2012**.

Ao nível da execução, verifica-se uma forte concentração nos projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, absorvendo 99% do incentivo aprovado.

Tal como consta da decisão do Programa, o mecanismo de apoio (“regra *spill-over effects*”) a regiões fora da Convergência tem assumido um carácter de exceção, representando apenas 4% do investimento elegível apoiado.

Ao nível da Agenda da Competitividade, envolvendo o COMPETE e os PO Regionais do Continente, tem sido cumprido o limite de 60% de apoios diretos a PME.

CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Durante o ano foi assegurado o cumprimento dos dispositivos comunitários em termos de Regras da Concorrência, Contratação Pública, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Oportunidades.

MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO COMPETE

A evolução da economia mundial em 2011 veio refrear as expectativas mais otimistas de uma retoma rápida da crise de 2008-2009. Na Área do Euro, os crescentes problemas ao nível do estado das finanças públicas; a crescente turbulência do sistema financeiro e os seus impactos sobre a economia real marcaram o ano de 2011.

Após um ano de crescimento modesto, a economia portuguesa entrou novamente em recessão em 2011, com o PIB a decrescer 1,6%, numa tendência que se tem vindo a agravar ao longo dos trimestres.

PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

Permanecendo a envolvente macroeconómica nacional e internacional como o principal constrangimento externo, complementando as medidas implementadas nos anos anteriores,

efetuou-se uma reprogramação interna no sentido de ajustar o orçamento à nova realidade, nomeadamente com o reforço da dotação dos instrumentos de apoio direto às empresas.

SISTEMAS DE GESTÃO, CONTROLO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Foi aprovada em 2011 pela Comissão Directiva, a versão atualizada da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, a qual reflete as alterações que tiveram lugar ao longo do ano ao nível dos processos funcionais e procedimentais, ferramentas de gestão, regulamentos e orientações técnicas e de gestão do PO.

Durante o ano, a Rede Sistemas de Incentivos QREN, em 13 reuniões da Comissão de Seleção, deu parecer a mais de 3 mil projetos, cabendo ao COMPETE assegurar a documentação relevante para as reuniões, no sentido de permitir a necessária reflexão e tomada de decisão.

Na reunião da Comissão de Acompanhamento de 2011, para além da aprovação do Relatório de Execução de 2010, destaca-se a aprovação das alterações ao Texto do Programa e da reprogramação interna, permitindo um reforço da dotação para os Sistemas de Incentivos às empresas.

Enquanto responsável pelo acompanhamento e avaliação do instrumento de política nacional “Estratégias de Eficiência Coletiva”, desenvolveu-se, igualmente, um conjunto de atividades de monitorização das dinâmicas vivenciadas pelos Polos e Clusters reconhecidos.

Para além dos PO Regionais do Continente, foi ainda desenvolvida a devida articulação (estabelecida através de protocolos assinados) com o PRODER e com o PO Potencial Humano.

Tal como previsto, foi aprovado o Plano de Controlo Interno para 2011, visando a realização de auditorias de sistema e de operações (tendo sido selecionada uma amostra de 37 operações).

Durante 2011 realizaram-se **Verificações no Local** a 53 projetos, em conformidade com o Planos de 2010 e 2011, tendo-se detetado um nível de irregularidades de 0,1% da despesa total controlada (taxa referente aos processos encerrados).

Realizaram-se, em 2011, **10 ações de Controlo Externo** realizadas pela Comissão Europeia, pela Estrutura de Autoridade Segregada (IFDR) e pela Autoridade de Auditoria (IGF).

Em 2011 foi novamente **ajustado o Plano de Avaliação do COMPETE**, estabelecendo o lançamento do procedimento de contratação pública para a “Avaliação Intercalar do COMPETE” no início de 2012.

Conforme previsto, foi entregue em Julho de 2011 o Estudo de **Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos** no contexto da Agenda da Competitividade.

GRANDES PROJETOS

Encontram-se aprovados pelo COMPETE **9 Grandes Projetos**, envolvendo um investimento elegível de 1,2 mil milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 282,6 milhões de euros.

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O ano em análise foi marcado pelo **lançamento de um novo site do Programa**, reforçando este instrumento como meio privilegiado de comunicação.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2012

Num contexto de crise económica, torna-se necessário, por um lado, encontrar **soluções que facilitem a boa execução dos projetos aprovados** e, por outro lado, avaliar a **existência de projetos que apresentam dificuldades de concretização dos objetivos contratualizados** e, que no limite, podem não vir a ser realizados, libertando fundo comprometido.

Durante o ano de 2012 prevê-se a realização de **Pedidos de Pagamento FEDER** à Comissão Europeia de 441,1 milhões de euros.

ÍNDICE GERAL

Página

APRESENTAÇÃO	I
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	III
ÍNDICE GERAL.....	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XII
INTRODUÇÃO.....	1
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	3
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	15
2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS.....	15
2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	15
2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	21
2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS	32
2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS-ALVO.....	39
2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO	39
2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA	40
2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO	54
2.2.1. REGRAS DA CONCORRÊNCIA	54
2.2.2. REGRAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	59
2.2.3. POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	59
2.2.4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	65
2.2.5. LIMITE MÁXIMO DE APOIO A DESPESAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	67
2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	68
2.3.1. CONSTRANGIMENTOS INTERNOS	68
2.3.2. CONSTRANGIMENTOS EXTERNOS.....	69
2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	72
2.4.1. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO.....	72
2.4.2. REGULAMENTOS PUBLICADOS EM 2011.....	86
2.4.3. MANUAIS DE PROCEDIMENTOS.....	86
2.4.4. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E DE GESTÃO.....	88
2.4.5. AVISOS/EDITAIS PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.....	89
2.5 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006.....	94
2.6 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS OU INICIATIVAS DA UNIÃO	94
2.6.1. COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS OU PROGRAMAS	94
2.6.2. PARTICIPAÇÃO NAS INICIATIVAS JEREMIE E JESSICA	101
2.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	101
2.7.1. ACOMPANHAMENTO.....	101
2.7.2. AVALIAÇÃO	126
2.7.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE).....	128
3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	135
3.1 EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.....	135
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	136

3.1.2.	ANÁLISE QUALITATIVA	138
3.1.3.	PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	160
3.2	EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO.....	161
3.2.1.	CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	162
3.2.2.	ANÁLISE QUALITATIVA	164
3.2.3.	PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	176
3.3	EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO.....	177
3.3.1.	CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	177
3.3.2.	ANÁLISE QUALITATIVA	179
3.3.3.	PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	186
3.4	EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE	187
3.4.1.	CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	188
3.4.2.	ANÁLISE QUALITATIVA	190
3.4.3.	PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	195
3.5	EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL.....	196
3.5.1.	CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	197
3.5.2.	ANÁLISE QUALITATIVA	198
3.5.3.	PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER.....	208
4.	GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS	209
4.1	GRANDES PROJETOS	209
4.2	PROJETOS AMBIENTAIS COM CUSTO TOTAL ENTRE 25 E 50 MILHÕES DE EUROS.....	211
5.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	213
6.	INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	217
6.1	WEBSITE	219
6.2	REGRAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	221
6.3	LISTA DE PROJETOS.....	221
6.4	NEWSLETTER	222
6.5	EVENTOS.....	222
6.5.1.	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	223
6.5.2.	VENTURE LOUNGE 21º CONGRESSO DE TELECOMUNICAÇÕES	223
6.5.3.	SESSÃO DE APRESENTAÇÃO ANUAL DE RESULTADOS	224
6.6	CONTACTO COM O PÚBLICO.....	225
6.7	INTERVENÇÕES	226
6.8	PARTICIPAÇÃO NA REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN.....	226
6.9	A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO REDE INFORM.....	227
6.10	CAMPANHAS DE MEIOS.....	228
6.10.1.	CAMPANHA DO PLANO DE CONCURSOS.....	228
6.10.2.	CAMPANHA CONCURSO QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES VALES INOVAÇÃO	229
6.11	COMUNICAÇÃO DA IMPRENSA	229
6.12	COMUNICAÇÃO INTERNA	230
6.13	MONITORIZAÇÃO.....	230
6.14	ORÇAMENTO	232
7.	CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2012	233
7.1	CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2011	233
7.2	PREVISÕES PARA 2012.....	234
	GLOSSÁRIO DE SIGLAS	237
	BIBLIOGRAFIA	240
	ANEXOS.....	241

ÍNDICE DE TABELAS:

Página

TABELA 1.1: SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE	5
TABELA 1.2: DOTAÇÃO ORÇAMENTAL DO COMPETE	8
TABELA 2.1: ALTERAÇÕES AOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO APROVADAS PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	16
TABELA 2.2: INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO, 2007-2011	19
TABELA 2.3: INDICADORES COMUNS NACIONAIS DA AGENDA FATORES DE COMPETITIVIDADE, 2007-2011	20
TABELA 2.4: PAGAMENTOS REALIZADOS, 2007-2011	22
TABELA 2.5: REEMBOLSOS DO PROGRAMA (INCENTIVO REEMBOLSÁVEL), 2011	24
TABELA 2.6: REALIZAÇÃO FINANCEIRA, 2007-2011	25
TABELA 2.7: META COMUNITÁRIA N+3, 2011	28
TABELA 2.8: REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II, 2007-2011.....	32
TABELA 2.9: REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II E NUTS III, 2007-2011	33
TABELA 2.10: REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR FORMAS DE FINANCIAMENTO, 2007-2011.....	34
TABELA 2.11: REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR ATIVIDADE ECONÓMICA, 2007-2011	35
TABELA 2.12: APLICAÇÃO REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2011	36
TABELA 2.13: PROJETOS DE I&D EM CO-PROMOÇÃO APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2011.....	38
TABELA 2.14: LISTA DE PROJETOS APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2011	39
TABELA 2.15: APOIO RESTITUÍDO (Nº2, ART. 98º REGULAMENTO (CE) Nº 1083/2006), 2007-2011.....	40
TABELA 2.16: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2011	40
TABELA 2.17: PROJETOS COM VARIAÇÃO DOS VALORES DE APROVAÇÃO EM 2011, 2007-2011	44
TABELA 2.18: PROJETOS COM VARIAÇÃO DOS VALORES DE APROVAÇÃO EM 2011, 2007-2011	45
TABELA 2.19: PROJETOS APROVADOS POR FASE DE CANDIDATURA, 2007-2011.....	46
TABELA 2.20: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2011	47
TABELA 2.21: PROJETOS CONTRATADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2011	48
TABELA 2.22: APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO (CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA).....	50
TABELA 2.23: PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR, 2007-2011.....	52
TABELA 2.24: NÍVEL DE APOIO A PME NO ÂMBITO DA AGENDA DA COMPETITIVIDADE, 2007-2011	53
TABELA 2.25: REGIMES DE AUXÍLIO UTILIZADOS NO ÂMBITO DO COMPETE, POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO	55
TABELA 2.26: APOIOS CONCEDIDOS EM TERMOS DE AUXÍLIOS DE ESTADO NO ÂMBITO DO COMPETE, POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO, 2007-2011	56
TABELA 2.27: LISTA DE PROJETOS OBJETO DE NOTIFICAÇÃO À DG CONCORRÊNCIA	57
TABELA 2.28: LISTA DE PROJETOS OBJETO DE ENVIO EX-POST À DG CONCORRÊNCIA	58
TABELA 2.29: PROJETOS APROVADOS COM COMPONENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2011.....	68
TABELA 2.30: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – ÁREA DO EURO, 2006-2013	76
TABELA 2.31: EVOLUÇÃO DO VAB POR SETORES – PORTUGAL, 2006-2011.....	80
TABELA 2.32: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – PORTUGAL, 2006-2013.....	83
TABELA 2.33: CONDIÇÕES EXTRA DE ADMISSIBILIDADE PARA OS AAC DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS LANÇADOS NA 1ª FASE DE 2011	91
TABELA 2.34: DETERMINAÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO COMPETENTE	95
TABELA 2.35: DOMÍNIOS DE CLARIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO	99
TABELA 2.36: PLANO DE CONTROLO INTERNO	106

TABELA 2.37: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO 2011, POR DIMENSÃO DO PLANO	107
TABELA 2.38: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO 2011, POR ESTRUTURA DE GESTÃO...	107
TABELA 2.39: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO, 2011	108
TABELA 2.40: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DAS VERIFICAÇÕES NO LOCAL, 2007-2011	111
TABELA 2.41: AUDITORIAS EXTERNAS, 2007-2011.....	112
TABELA 2.42: FOLLOW-UP RECOMENDAÇÕES	114
TABELA 2.43: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DA AUDITORIA DAS OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA ESTRUTURA DE AUDITORIA SEGREGADA SOBRE DESPESA CERTIFICADA PELO COMPETE	115
TABELA 2.44: ORGANISMOS INTERMÉDIOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DO PROGRAMA	120
TABELA 3.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO I	137
TABELA 3.2: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS, EIXO I, 2011.....	137
TABELA 3.3: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO I POR INSTRUMENTO	139
TABELA 3.4: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO SAESCTN POR NATUREZA DOS CONCURSOS	140
TABELA 3.5: CONCURSOS ENQUADRADOS NO COMPETE AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 2007-2011	141
TABELA 3.6: CONCURSOS PARA PROJETOS DE IC&DT EM TODOS OS DOMÍNIOS, 2007-2011.....	142
TABELA 3.7: CONCURSOS ESPECÍFICOS COM PROJETOS DE IC&DT APROVADOS, 2007-2011.....	143
TABELA 3.8: PROJETOS SAESCTN APROVADOS POR NUTS II	146
TABELA 3.9: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT, POR INSTRUMENTO, 2007-2011	151
TABELA 3.10: PROJETOS EMPRESARIAIS APROVADOS NO SI I&DT, POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS, 2007-2011.....	152
TABELA 3.11: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT, POR NUTS II, 2007-2011	154
TABELA 3.12: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT, POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011.....	155
TABELA 3.13: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO II	163
TABELA 3.14: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS, EIXO II, 2011.....	164
TABELA 3.15: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR INSTRUMENTO	165
TABELA 3.16: PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR NUTS II, 2007-2011	166
TABELA 3.17: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2011.....	168
TABELA 3.18: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	169
TABELA 3.19: PROJETOS EMPRESARIAIS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO, POR DIMENSÃO, 2007-2011	171
TABELA 3.20: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME POR MODALIDADE DE PROJETO, 2007-2011.....	171
TABELA 3.21: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO III	178
TABELA 3.22: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS, EIXO III, 2010.....	179
TABELA 3.23: CANDIDATURAS APROVADAS DO SAFPRI, 2007-2011.....	180
TABELA 3.24: APLICAÇÕES EM PME, POR VEÍCULO, 2007-2011	182
TABELA 3.25: APLICAÇÕES EM PME, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	182
TABELA 3.26: RESULTADOS DAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I e II, 2007-2011	183
TABELA 3.27: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS LINHAS DE CRÉDITO, 2007-2011	183
TABELA 3.28: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR NUTS II, 2007-2011	184
TABELA 3.29: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR DIMENSÃO DE EMPRESA, 2007-2011	184
TABELA 3.30: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, 2007-2011... ..	185
TABELA 3.31: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR CLASSE DE RISCO, 2007-2011	185
TABELA 3.32: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	186
TABELA 3.33: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO IV	189
TABELA 3.34: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS, EIXO IV, 2011	190
TABELA 3.35: PROJETOS APROVADOS NO EIXO IV, POR NUTS II, 2007-2011	192
TABELA 3.36: PROJETOS APROVADOS DO EIXO IV, POR TIPO DE PROJETO, 2007-2011	192
TABELA 3.37: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO V	198
TABELA 3.38: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS, EIXO V, 2011	198

TABELA 3.39: PROJETOS APROVADOS DO EIXO V POR CONCURSO, 2007-2011.....	200
TABELA 3.40: PROJETOS APROVADOS DE EEC, POR TIPO DE ESTRATÉGIA, 2007-2011	207
TABELA 4.1: LISTA DE GRANDES PROJETOS	210
TABELA 4.2: ALTERAÇÕES À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS.....	210
TABELA 4.3: LISTA DE GRANDES PROJETOS CONCLUÍDOS	211
TABELA 5.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO VI	214
TABELA 5.2: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO VI POR BENEFICIÁRIO, 2007-2011	214
TABELA 5.3: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO EIXO VI POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2011	215
TABELA 6.1: INDICADORES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2011	231
TABELA 7.1: CUMPRIMENTO EM 2011 DOS OBJETIVOS FIXADOS EM 2010	234
TABELA 7.2: OBJETIVOS FIXADOS PARA 2012	236

ÍNDICE DE FIGURAS

Página

FIGURA 1.1: ORGANIGRAMA DO SECRETARIADO TÉCNICO.....	11
FIGURA 2.1: QUADRO DE RESPONSABILIDADE NA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	130

ÍNDICE DE GRÁFICOS

PÁGINA

| xii

GRÁFICO 2.1: CUMPRIMENTO DAS METAS DOS INDICADORES FÍSICOS DE REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2011.....	18
GRÁFICO 2.2: TAXAS DE COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2011	22
GRÁFICO 2.3: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO), POR ANO, 2007-2011 E PAGAMENTOS NECESSÁRIOS PARA 2012-2015.....	23
GRÁFICO 2.4: PAGAMENTOS REALIZADOS, POR TIPOLOGIA DE INCENTIVO, 2007-2011 (FUNDO COMUNITÁRIO).....	23
GRÁFICO 2.5: EXECUÇÃO REALIZADA (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2011.....	26
GRÁFICO 2.6: EXECUÇÃO ANUAL REALIZADA (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2011	26
GRÁFICO 2.7: EXECUÇÃO ACUMULADA (FUNDO COMUNITÁRIO), POR ANO, FACE ÀS METAS N+3/N+2, 2007-2011	28
GRÁFICO 2.8: VOLUME DE INVESTIMENTO (M€) RECECIONADO, EXCLUINDO GRANDES PROJETOS, POR ANO DE CANDIDATURA, 2007-2011.....	41
GRÁFICO 2.9: SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS RECECIONADAS, 2007-2011	42
GRÁFICO 2.10: INVESTIMENTO PROPOSTO OBJETO DE DESISTÊNCIA, POR ANO, 2007-2011.....	42
GRÁFICO 2.11: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ANO, 2007-2011.....	43
GRÁFICO 2.12: CANDIDATURAS OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ESTÁDIO, 2007-2011	43
GRÁFICO 2.13: TAXAS DE APROVAÇÃO (INVESTIMENTO PROPOSTO), 2007-2011.....	45
GRÁFICO 2.14: RAZÕES DE NÃO APROVAÇÃO (Nº PROJETOS), 2007-2011	46
GRÁFICO 2.15: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2011	48
GRÁFICO 2.16: TAXA DE CONTRATAÇÃO (Nº PROJ.) POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2011.....	49
GRÁFICO 2.17: INCENTIVO APROVADO (M€) NO ÂMBITO DO COMPETE E PO REGIONAIS DA CONVERGÊNCIA, POR SISTEMA DE INCENTIVOS, 2007-2011	51
GRÁFICO 2.18: PROJETOS APROVADOS (Nº) NO ÂMBITO DO COMPETE E PO REGIONAIS DA CONVERGÊNCIA, POR SISTEMA DE INCENTIVOS, 2007-2011	52
GRÁFICO 2.19: PROJETOS APROVADOS NO SI PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POR PRINCIPAIS SECTORES DE ATIVIDADE, 2007-2011	62
GRÁFICO 2.20: PROJETOS APROVADOS NO SI PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE, POR PRINCIPAIS SECTORES DE ATIVIDADE, 2007-2011	62
GRÁFICO 2.21: PROJETOS APROVADOS COMPETE, DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, INCLUÍDOS NA BDI NO FINAL DO ANO, POR MOTIVO, 2007-2011	71
GRÁFICO 2.22: PIB, 2006-2013	73
GRÁFICO 2.23: EXPORTAÇÕES, 2006-2013	73
GRÁFICO 2.24: EVOLUÇÃO DO INDICADOR DE SENTIMENTO ECONÓMICO – UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL, 2000-2011.....	75
GRÁFICO 2.25: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CONFIANÇA, 2006-2011	79
GRÁFICO 2.26: GRAU DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA DOS PRODUTOS INDUSTRIAIS TRANSFORMADOS TRANSACIONADOS POR PORTUGAL NO MERCADO INTERNACIONAL, 2006-2011	80
GRÁFICO 2.27: EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2011	82
GRÁFICO 2.28: EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2011.....	82
GRÁFICO 2.29: PREVISÕES PARA 2011 E 2012 - DIFERENÇAS FACE À MÉDIA DA ÁREA DO EURO.....	85
GRÁFICO 2.30: DOTAÇÃO PREVISTA NOS AAC, POR FASE DE LANÇAMENTO (SEMESTRE)	90
GRÁFICO 2.31: CANDIDATURAS RECEBIDAS NOS AAC LANÇADOS EM 2011, POR INSTRUMENTO	91
GRÁFICO 2.32: AAC DECIDIDOS E RESPECTIVAS CANDIDATURAS ANALISADAS, POR ANO, 2007-2011	92
GRÁFICO 2.33: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR, POR FASE DE CONCURSO, 2007-2011.....	93

GRÁFICO 2.34: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR DOS PROJETOS COMPETE, POR INSTRUMENTO, 2007-2011	93
GRÁFICO 2.35: CANDIDATURAS RECECIONADAS, POR ORGANISMO INTERMÉDIO, 2007-2011	121
GRÁFICO 3.1: EVOLUÇÃO DA ENTRADA DE CANDIDATURAS E APROVAÇÕES, 2007-2011	138
GRÁFICO 3.2: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2011	139
GRÁFICO 3.3: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN, POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL, 2007-2011	144
GRÁFICO 3.4: INCENTIVO A PROJ. DE IC&DT APROV. NO SAESCTN, POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, 2007-2011	145
GRÁFICO 3.5: INCENTIVO A PROJ. APROV. DE IC&DT NO SAESCTN, POR TIPO DE CANDIDATURA, 2007-2011	145
GRÁFICO 3.6: CANDIDATURAS APRESENTADAS (INV. E Nº CAND.) NO SI I&DT, POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2011	150
GRÁFICO 3.7: PROJETOS APROVADOS (INCENTIVO E Nº PROJ.) NO SI I&DT, POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2011	150
GRÁFICO 3.8: INCENTIVO (M€) APROVADO NO SI I&DT PELO COMPETE E PO REGIONAIS (CONVERGÊNCIA), 2007-2011	152
GRÁFICO 3.9: INVESTIMENTO APROVADO NOS PROJETOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO, POR TIPO DE CO-PROMOTOR, 2007-2011	153
GRÁFICO 3.10: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT, POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	156
GRÁFICO 3.11: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT, POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	156
GRÁFICO 3.12: PROJETOS APROVADOS NO SI PME (VALE I&DT), POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2011	156
GRÁFICO 3.13: VOLUME DE INVESTIMENTO DE CANDIDATURA RECECIONADO NO EIXO II (EXCLUINDO PROJETOS TRANSITADOS DO QCA III), 2007-2011	165
GRÁFICO 3.14: INVESTIMENTO DE CANDIDATURAS (M€) AO EIXO II RECECIONADO PELO COMPETE E PELOS PO REGIONAIS (CONVERGÊNCIA), 2007-2011	167
GRÁFICO 3.15: VOLUME DE INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO, POR ANO, 2007-2011	168
GRÁFICO 3.16: INVEST. ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO, POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	170
GRÁFICO 3.17: INVEST. ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO, POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	170
GRÁFICO 3.18: INVESTIMENTO ELEGÍVEL E Nº PROJ. DO SI INOVAÇÃO, POR TIPOLOGIA, 2007-2011	170
GRÁFICO 3.19: VOLUME DE INCENTIVO APROVADO NO SI QUALIFICAÇÃO PME, POR ANO, 2007-2011	172
GRÁFICO 3.20: Nº PROJETOS E INVESTIMENTO ELEGÍVEL DA COMPONENTE INTERNACIONALIZAÇÃO NO SI QUALIFICAÇÃO PME, 2007-2011	172
GRÁFICO 3.21: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), POR OUTRAS TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO, 2007-2011	173
GRÁFICO 3.22: INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS PROJETOS CONJUNTOS, POR FILEIRA, 2007-2011	173
GRÁFICO 3.23: PROJETOS APROVADOS NO SI PME (VALE INOVAÇÃO), POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2011	174
GRÁFICO 3.24: INVESTIMENTO EM SEDE DE CANDIDATURA NO EIXO IV, POR ANO DE RECEÇÃO, 2007-2011	191
GRÁFICO 3.25: APROVAÇÕES NO EIXO IV, POR FASE, 2007-2011	191
GRÁFICO 3.26: DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS RECECIONADAS EM AAC NO EIXO V, POR FASE, 2007-2011	199
GRÁFICO 3.27: APROVAÇÕES DOS CONCURSOS GERAIS, POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2011	200
GRÁFICO 3.28: APROVAÇÕES NO EIXO V, REFERENTES À INTERNACIONALIZAÇÃO, 2007-2011	201
GRÁFICO 3.29: APROVAÇÕES NO EIXO V, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2011	201
GRÁFICO 3.30: INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS PROJETOS SIAC, POR ÁREA DE INTERVENÇÃO E OUTPUT PRINCIPAL, 2007-2011	202
GRÁFICO 3.31: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO EIXO V, POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2011	202
GRÁFICO 3.32: CANDIDATURAS ALINHADAS COM PRIORIDADES DAS EEC, 2008-2011	205
GRÁFICO 3.33: APROVAÇÕES DE EEC-CLUSTERS (INCENTIVO), POR MEDIDA 2008-2011	206
GRÁFICO 3.34: APROVAÇÕES DE EEC-CLUSTERS (INCENTIVO), POR NUTS II 2008-2011	206

INTRODUÇÃO

O Relatório de Execução anual do COMPETE, elaborado em conformidade com as orientações que constam do artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Junho, bem como com as orientações emanadas pelo IFDR, tem como objetivo a prestação de contas à Comissão Europeia, aos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa, bem como aos restantes públicos-alvo interessados.

O **Capítulo 1** identifica os objetivos, eixos e instrumentos de atuação e modelo de governação do Programa.

No **Capítulo 2** apresentam-se os níveis gerais de execução do Programa, quer em termos financeiros, quer físicos. São ainda abordadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, incluindo as ações desenvolvidas ao longo do ano, em termos de acompanhamento e avaliação.

O aprofundamento da realização do Programa por Eixo Prioritário, com focalização ao nível da procura (candidaturas rececionadas), aprovação (apoios concedidos) e indicadores de realização, é explanado no **Capítulo 3**.

Os grandes projetos, na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, são analisados no **Capítulo 4**.

O **Capítulo 5** identifica as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão, financiadas através do Eixo da Assistência Técnica, com vista ao suporte à gestão e implementação de forma eficaz e eficiente do Programa.

As ações de divulgação, informação e publicidade realizadas ao longo do ano são elencadas no **Capítulo 6**.

As conclusões da realização anual, bem como a perspetiva de evolução do Programa para 2012, são explanadas no **Capítulo 7**.

Tendo em conta a complementaridade dos apoios nos Sistemas de Incentivos com os Programas Operacionais Regionais, este relatório é, ainda, complementado com um **segundo volume**, dedicado à análise temática de algumas áreas determinantes para a prossecução dos objetivos do Programa, como sejam a I&DT e Inovação, o Empreendedorismo e a Internacionalização.

Apresenta-se igualmente, no **volume três**, o relatório do acompanhamento, efetuado pelo COMPETE, da atividade desenvolvida pelos Polos de Competitividade e Clusters em 2011, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva.



1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE)	Objetivo Convergência
	Norte, Centro e Alentejo
	2007-2013
	CCI n.º 2007PT161PO001
Relatório Anual de Execução	Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE) 2011 A aprovar pela Comissão de Acompanhamento a 20 de Junho de 2012

| 3

Inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE), aprovado a 5 de Outubro de 2007¹, visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

Assume como **principais objetivos**:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a ação do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

¹ Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de Outubro

Para concretizar estes objetivos, o COMPETE dispõe de quatro tipos de **instrumentos**, dispostos em torno de 6 Eixos Prioritários (Tabela 1.1):

- Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas;
- Mecanismos de Engenharia Financeira;
- Ações Coletivas;
- Ações Públicas dinamizadoras da modernização da administração pública e do desenvolvimento da capacitação do sistema científico e tecnológico nacional.

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objetivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

Os objetivos, estrutura, instrumentos, âmbito e dotações do COMPETE, entre outros elementos que o caracterizam, estão contidos no **Texto do Programa**, documento aprovado em 2007 e que tem vindo a ser ajustado, no sentido de adaptar o Programa às mudanças do contexto económico, de corrigir e melhorar aspetos pontuais e de maximizar os seus resultados. Em 2011, foram introduzidas as seguintes alterações:

- Reprogramação financeira do COMPETE, com o reforço significativo da dotação orientada para os Sistemas de Incentivos, onde a elevada procura por parte das empresas estava a provocar fortes pressões na dotação destes instrumentos, compensado pelo ajuste de verbas disponíveis nos instrumentos de apoio à envolvente;
- Ajuste da repartição de funções entre o PO Temático (COMPETE) e os PO Regionais das Regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo);
- Concentração no COMPETE dos apoios futuros destinados à Modernização da Administração Pública a nível Regional ou Local (das Regiões de Convergência);
- Ajuste das metas dos indicadores de realização dos eixos prioritários que se encontravam desajustadas em resultado da referida reprogramação.

Nas tabelas seguintes apresenta-se, por Eixo Prioritário, uma síntese dos objetivos específicos, instrumentos e tipologias de projetos inerentes ao Programa.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

[518 milhões de euros Fundo = 16,7% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade;	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)	<p>Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico (IC&DT) coordenados por entidades do SCTN inseridos nas seguintes modalidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos em todos os domínios científicos; - Projetos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia; - Projetos de criação e operação de consórcios de I&D; - Projetos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização dos resultados da investigação científica; - Projetos de cooperação internacional. <p>Projetos de estímulo à participação no Programa Quadro de IC&DT;</p> <p>Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica;</p>
Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	<p>Projetos de I&DT individuais;</p> <p>Projetos de I&DT em co-promoção;</p> <p>Projetos mobilizadores;</p> <p>Vale I&DT;</p> <p>I&DT coletiva;</p> <p>Núcleos de I&DT;</p> <p>Centros de I&DT;</p> <p>Projetos demonstradores.</p>

Destinatários: Empresas; Entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

| 5

Eixo II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

[1.666 milhões de euros Fundo = 53,7% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;</p> <p>Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade;</p>	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	<p>Projetos individuais;</p> <p>Projetos conjuntos;</p> <p>Projetos de cooperação;</p> <p>Projetos simplificados de inovação (Vale Inovação).</p>
<p>Incentivar o empreendedorismo qualificado, feminino e jovem;</p> <p>Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;</p> <p>Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial de crescimento.</p>	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	<p>Projetos de produção de novos bens e serviços ou de melhorias significativas da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento;</p> <p>Projetos de adoção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de <i>marketing</i>;</p> <p>Projetos de expansão de capacidades de produção em atividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;</p> <p>Criação de empresas e atividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam atividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou jovem.</p>

Destinatários: Empresas e Entidades de interface e de assistência tecnológica empresarial.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

[325 milhões de euros Fundo = 10,5% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Estimular a intervenção do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas;	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	Instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos de Sindicação de Capital de Risco e financiamento de <i>Business Angels</i> ;
Consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;		Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – Fundo de Contra-garantia Mútua, Sociedades de Garantia Mútua, Fundo de Garantia para Titularização de Créditos, Fundos de Investimento Imobiliário, etc.
Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME;	FINOVA	Linhas de financiamento a PME – Linhas de crédito
Apoiar o financiamento da inovação numa perspetiva integrada (capital e dívida);		
Incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco;		
Incrementar o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, bem como apoios às iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos fatores da igualdade entre homens e mulheres.		

Destinatários: Sociedade gestora do FINOVA e sociedades gestoras de fundos ou outros instrumentos de financiamento.

Destinatários Finais: PME.

Eixo IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

[285 milhões de euros Fundo = 9,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	Operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas;
Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;		Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;
Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;		Operações no domínio da administração em rede;
Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.		Operações globais.

Destinatários: Entidades da Administração Pública Central, Entidades da Administração Local do Estado, Autarquias Locais e respetivas Associações de Municípios, Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais de direito público, Agências de Desenvolvimento Regional, Entidades Públicas Empresariais prestadoras de serviços de saúde, de apoio à atividade empresarial e de serviços partilhados da Administração Pública e as entidades privadas no quadro de parcerias público-privadas lideradas por entidades municipais.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo V. Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial

[239 milhões de euros Fundo = 7,7% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infra-estruturas e orientando as suas atividades para as necessidades das PME;</p> <p>Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;</p> <p>Promover o desenvolvimento de ações inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação.</p>	<p>Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)</p>	<p>Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;</p> <p>Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;</p> <p>Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</p> <p>Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</p> <p>Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;</p> <p>Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.</p>
<p>Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos polos de crescimento;²</p>		<p>Polos de competitividade e tecnologia;</p> <p>Outros <i>clusters</i>.</p>

Destinatários: Entidades Públicas e sector empresarial local e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Associações Empresariais e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico).

Eixo VI. Assistência Técnica

[71 milhões de euros Fundo = 2,3% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa</p>	<p>Regulamento de Execução da Assistência Técnica</p>	<p>Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respetivo apoio logístico;</p> <p>Informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos;</p> <p>Análise de projetos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projetos aprovados;</p> <p>Auditoria e controlo interno;</p> <p>Desenvolvimento, atualização e manutenção de sistemas de informação;</p> <p>Estudos de avaliação globais e específicos;</p> <p>Estudos de análise da implementação do Programa;</p> <p>Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.</p>

Destinatários: Órgãos de Gestão do Programa.

² A concretização da política associada às Estratégias de Eficiência Coletiva é efetuada através dos instrumentos disponíveis no âmbito do QREN, PROMAR e PRODER. No âmbito do COMPETE, são utilizados os instrumentos previstos neste Eixo (SIAC), bem como nos restantes Eixos Prioritários.

O QREN assume uma relevância ímpar enquanto instrumento de política pública, com elevado poder de estímulo ao investimento e à atividade económica, sem perder o seu foco de instrumento de carácter estrutural, particularmente no atual cenário de restrição orçamental. A adequada execução do QREN constitui um fator determinante para a concretização dos objetivos de política económica, assumindo-se como uma poderosa âncora dos ajustamentos estruturais a prosseguir na economia, na sociedade e no território portugueses.

Em consonância com os resultados das avaliações já realizadas no âmbito dos Programas Operacionais do QREN, incluindo a Avaliação Intercalar dos Sistemas de Incentivos, foi definido como prioridade da reprogramação do QREN o reforço do alinhamento dos objetivos estratégicos do QREN com os desígnios da estratégia EU 2020, com especial destaque para a intensificação das apostas no reforço do ajustamento do tecido produtivo.

A reprogramação interna visou o reforço dos Sistemas de Incentivos em detrimento dos restantes instrumentos em 611,9 milhões de euros, em contrapartida do SAESCTN (147,8 milhões de euros), SAFPRI (35,4 milhões de euros), SAMA (400 milhões de euros), SIAC (20,7 milhões de euros) e Assistência Técnica (8 milhões de euros).

A diminuição da dotação do SAESCTN teve em consideração a reorientação da política pública de apoio à Ciência que definiu, no âmbito do QREN, a prioridade aos recursos a afetar às ações de formação avançada no âmbito do PO Potencial Humano, que foram reforçados para o efeito.

Neste sentido, após a reprogramação do COMPETE, aprovada a 15 de Dezembro pela Comissão Europeia, o orçamento do Programa apresenta um **plano financeiro total** (público e privado) superior a 5,5 mil milhões de euros, sendo cerca de 3,1 mil milhões de euros provenientes do FEDER e 2,2 mil milhões de euros de financiamento privado.

Tabela 1.2: Dotação Orçamental do COMPETE

Unid: Mil Euros

Eixo de Intervenção	Financiamento total	Financiamento comunitário (FEDER)	Financiamento Nacional	
			Público	Privado
Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	750.801	518.028	68.447	164.326
Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	3.628.194	1.666.022	0	1.962.172
Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	432.816	324.612	55.605	52.599
Eixo IV - Administração Pública Eficiente e de Qualidade	335.294	285.000	50.294	0
Eixo V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	299.173	239.338	28.958	30.876
Eixo VI - Assistência Técnica	83.281	70.789	12.492	0
Total	5.529.559	3.103.789	215.797	2.209.973

Fonte: Programa do COMPETE (Dezembro de 2011)

O **modelo de governação** do COMPETE foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define os modelos de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais, sendo particularmente relevantes para este efeito (Governação dos PO temáticos), os artigos 31.º, 32.º, 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 50.º, 51.º e 56.º.

Compreende três órgãos:

- Órgão de direção política: a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia e do Emprego, que coordena, o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Justiça e o Ministro da Educação e Ciência;
- Órgão de gestão: a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e pelo Secretariado Técnico;
- Órgão de acompanhamento: a Comissão de Acompanhamento.

O **Órgão de Direção Política**, a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE, tem como função a coordenação global da execução do Programa, onde se inclui, designadamente, a promoção da participação económica, global e institucional no acompanhamento, a aprovação dos regulamentos, o estabelecimento de orientações específicas, a confirmação da decisão de financiamento para algumas tipologias de investimento, a aprovação de contratos entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios, a apreciação dos relatórios de execução e de avaliação e a apreciação de propostas de revisão e reprogramação.

O **Órgão de Gestão** do Programa integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. A Comissão Directiva foi inicialmente nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro, tendo já em 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012 de 9 de Fevereiro, sido nomeado um novo Gestor³.

Este órgão assume, como principais funções, a definição das tipologias de investimentos e ações, a apreciação do mérito e tomada de decisão de financiamento sobre projetos, a garantia do cumprimento dos normativos legais aplicáveis, a promoção de uma boa gestão financeira, a criação de um sistema de informação que permita o adequado acompanhamento, avaliação e controlo do Programa e a elaboração e submissão às entidades responsáveis dos relatórios de execução, entre outras.

³ À data da elaboração do Relatório de Execução, a Comissão Directiva é composta por: Franquelim Alves, que preside enquanto Gestor, e pelas vogais Isabel Matalonga e Piedade Valente

O Modelo de Governação definido estabelece, ainda, que a Comissão Directiva do COMPETE tem como funções assegurar a articulação com as Comissões Diretivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, visando a eficácia e uma gestão coordenada, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos, à promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e ao funcionamento da Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos.

| 10

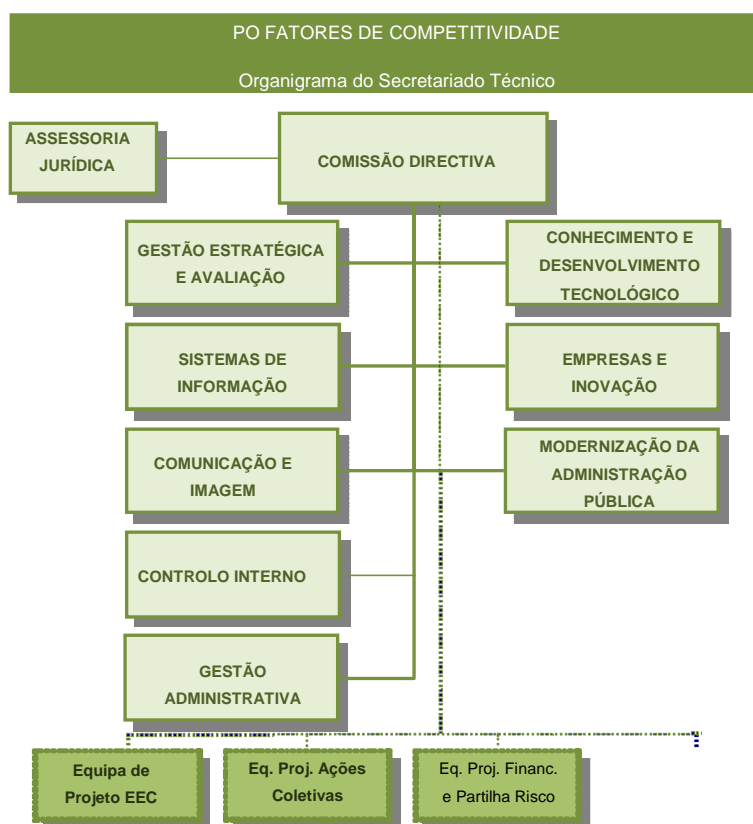
A Autoridade de Gestão do COMPETE é ainda a entidade competente pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação dos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters.

O Secretariado Técnico tem por missão apoiar tecnicamente o Gestor e a Comissão Directiva no exercício das suas competências. A sua configuração foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro. O Despacho n.º 25291/2008, de 10 de Outubro, e o Despacho n.º 3006/2010, de 8 de Fevereiro, procedem à nomeação dos secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo à estrutura orgânica do Secretariado Técnico do COMPETE.

De referir que, a partir de 1 de Outubro de 2008, e por despacho do Ministro Coordenador da CMC / POFC n.º 25290/2008, de 10 de Outubro, a Autoridade de Gestão do COMPETE assumiu as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do PRIME, absorvendo o pessoal da estrutura de apoio técnico daquele Programa. O mesmo sucedeu relativamente ao POSC e ao POSI, a partir de 1 de Julho de 2009, na sequência dos Despachos n.º 15280/2009 e n.º 15281/2009, ambos de 19 de Junho.

Na figura seguinte, apresenta-se o organigrama do Secretariado Técnico do COMPETE.

Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico



Fonte: COMPETE.

O Secretariado Técnico é composto pelas seguintes áreas:

- Três áreas de natureza operacional de gestão – “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Empresas e Inovação” e “Modernização da Administração Pública”;
- Cinco áreas de natureza horizontal e de suporte – “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação”, “Comunicação e Imagem”, “Controlo Interno” e “Gestão Administrativa”;
- Como estrutura de apoio transversal de apoio, um Núcleo de Assessoria Jurídica.

Está ainda prevista, de acordo com a RCM n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, a possibilidade da Comissão Directiva poder constituir, sempre que a natureza do trabalho o justifique, até quatro Equipas de Projeto de natureza temporária. Nesse contexto, a Comissão Directiva considerou, ser adequada a constituição de três equipas de projeto, uma no âmbito das Ações Coletivas (SIAC), outra no âmbito do Eixo III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação e uma terceira, de natureza horizontal, relativa às Estratégias de Eficiência Coletiva.

A Comissão de Acompanhamento é o **Órgão de Acompanhamento** do Programa, que assegura a eficácia e a qualidade da respetiva execução e que tem como competências, entre outras, analisar e aprovar os critérios de seleção a que os projetos vão ser sujeitos, analisar o cumprimento dos objetivos e metas fixadas para os vários eixos de intervenção, analisar e aprovar os relatórios de execução e os resultados das avaliações estratégicas realizadas e, caso necessário, propor novas avaliações, receber informação e analisar as conclusões do relatório anual de controlo e apresentar propostas que contribuam para a melhoria dos resultados do PO.

A Comissão de Acompanhamento reúne-se, a título ordinário, pelo menos uma vez por ano e é composta pelo Gestor do COMPETE, que a preside e pelos seguintes membros:

- Representantes do Ministro da Economia e do Emprego, do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, da Ministra da Justiça e do Ministro da Educação e Ciência;
- Vogais da Comissão Directiva do Programa;
- Representantes de cada um dos Organismos Intermédios:
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente;
- Um representante da área da igualdade de género.

As comissões de acompanhamento integram também, a título consultivo, representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e do FSE, podendo também, mediante proposta do Presidente, incluir outros representantes de entidades públicas, personalidades ou especialistas com competências específicas em áreas abrangidas pelo Programa.

Podem, ainda, participar na reunião, na qualidade de observadores, representantes do Observatório do QREN, do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como das Autoridades de Gestão dos outros PO temáticos e regionais.

Na sequência de protocolos celebrados em 2008, parte das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento das operações, foram delegadas nos **Organismos Intermédios**:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Turismo de Portugal, I.P.;
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP);
- Agência de Inovação, S.A. (AdI);
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT);
- Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT);
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA).



2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

No presente capítulo, pretende-se aferir os níveis gerais de execução do COMPETE, em termos da sua realização física e financeira, e, por outro lado, identificar os problemas significativos que influenciaram a execução do Programa, com especial destaque para as alterações da conjuntura macroeconómica.

| 15

Serão ainda identificadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, bem como relevadas as complementaridades com outros instrumentos e eventuais alterações substanciais.

No capítulo 3 será detalhada a informação de execução por eixo prioritário.

2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS

Esta secção centra-se na realização física e financeira do Programa, seguindo-se uma análise mais qualitativa, abordando as dinâmicas da procura e dos apoios concedidos.

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

Com o objetivo de aferir o cumprimento dos objetivos dos Programas Operacionais, foi estabelecida, no âmbito do QREN, uma bateria de indicadores por Eixo Prioritário, complementada por um conjunto de indicadores comuns comunitários de realização e resultado e por um sistema de indicadores comuns nacionais para a Agenda Fatores da Competitividade.

Os indicadores de realização, apurados anualmente, têm presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/execução dos vários instrumentos do PO. Os indicadores de resultado, face à sua natureza, são apenas apurados em sede de encerramento dos projetos.

Conforme referido no ponto 2.7.1, os indicadores de acompanhamento do Programa foram objeto de atualização, na sequência da reprogramação financeira.

De facto, conforme tem sido reportado em sede de Relatório de Execução, há um conjunto de indicadores cujos pressupostos de cálculo não se revelaram adequados à realidade do

Programa levando a situações de desajustamento relativamente à meta proposta, quer por excesso quer por escassez.

Neste sentido, foram aceites pela Comissão de Acompanhamento do Programa e, posteriormente pela Comissão Europeia, as seguintes alterações aos Indicadores:

Tabela 2.1: Alterações aos Indicadores de Realização aprovadas pela Comissão de Acompanhamento

Eixo	Indicador	Alteração Efetuada	Justificação
Eixo I	Relevância do I&D empresarial (Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	Nova meta para 2015 passa de 40% para 50%	Alteração da Dotação Indicativa do Eixo, no sentido do reforço do I&DT empresarial
	Relevância das atividades de I&D em consórcio (Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	Nova meta para 2015 passa de 15% para 30%	Desfasamento da meta: Meta subavaliada
	Incentivo à participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT Nº de entidades participantes em projetos comunitários	Nova meta para 2015 passa de 400 para 100	Alteração da Dotação Indicativa do Eixo, com diminuição da dotação disponível para esta tipologia de apoio
Eixo III	Financiamento orientado para sectores com potencial de crescimento (Investimento de FCR em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito dos FCR)	Restringir o âmbito deste indicador aos Fundos de Capital de Risco	Tendo em conta que, no período crítico de crise, foram criadas Linhas de crédito neste Eixo e que estas não estavam enquadradas nos objetivos que este indicador reflete, torna-se explícito e que o investimento total previsto no denominador diz respeito exclusivamente ao Capital de Risco (FCR)
	Garantias prestadas às PME	Nova meta para 2015 passa de 5.000 para 4.000	O apoio futuro no âmbito do Eixo III será concentrado em FCR
Eixo IV	Proximidade - Criação de centros multiserviços (Nº de centros de atendimento multiserviços abertos em território nacional)	Nova meta para 2015 passa de 200 para 700	Desfasamento da meta: Meta subavaliada
	Simplificação - Criação de pontos únicos de contacto (nº de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	Nova meta para 2015 passa de 20 para 400	Desfasamento da meta: Meta subavaliada
	Rapidez - Redução de tempos médios de espera ((Tempo médio de espera em fila - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(Tempo médio de espera em fila - valor base anterior a início de intervenção apoiada) - 1)	Indicador eliminado	A relevância deste Indicador está amplamente associada ao atendimento presencial, num contexto em que a dinâmica dos projetos tendem a privilegiar a utilização de canais alternativos como a Internet e o telefone), sendo que este movimento de substituição já se encontra refletido no indicador "Desmaterialização - Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais", permitindo assim manter a essência da realidade que se pretende medir;

Tabela 2.1: Alterações aos Indicadores de Realização aprovadas pela Comissão de Acompanhamento (continuação)

Eixo	Indicador	Alteração Efetuada	Justificação
Eixo IV	Simplificação - Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos ((Nº médio de interações entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(Nº médio de interações entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	Indicador eliminado	A essência deste Indicador já encontra refletida quer no indicador "Desmaterialização - Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais", quer sobretudo no indicador "Simplificação - Criação de pontos únicos de contacto (Internet, presencial ou telefónico - criados)" que, ao permitir acompanhar o desenvolvimento dos processos em múltiplos canais, mesmo que iniciados no canal presencial, contribui amplamente para a redução do número de contactos necessários
	Utilização de fatura eletrónica (Nº de organismos públicos utilizadores de fatura eletrónica) / (Nº de organismos públicos que emitem faturas)	Restringir o âmbito deste indicador aos Organismos Públicos que emitem faturas	Dificuldade inerente à contabilização deste indicador
	Desmaterialização - Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais ((Nº de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(Nº de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	Nova meta para 2015 passa de 50% para 80%	Desfasamento da meta: Meta subavaliada
	Redução nos custos de comunicações ((Custos de comunicações na AP - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(Custos de comunicações na AP - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	Indicador eliminado	Trata-se de uma medida mais associada à eficiência interna das entidades do que propriamente à eficácia com que os bens e serviços são disponibilizados aos cidadãos e às empresas, reduzindo os custos de contexto, conforme objetivo nuclear do SAMA
Eixo V	Promoção da participação das PME em Ações Coletivas (Nº PME envolvidas em Ações Coletivas)	Indicador eliminado	Dificuldade inerente à contabilização deste indicador
	Promoção da cooperação de PME (Nº PME envolvidas em projetos de cooperação)	Indicador eliminado	Dificuldade inerente à contabilização deste indicador
	Réplicas dos projetos de ações inovadoras (em % do n.º de projetos concluídos)	Indicador eliminado	Alteração da Dotação Indicativa do Eixo, com eliminação da dotação disponível para esta tipologia de apoio
	Nº de bens e serviços (estudos, manuais, portais da internet criados, etc.) disponibilizados às empresas decorrente das Ações Coletivas apoiadas Meta para 2015: 250	Incluir este Indicador	Proposta de indicador substituto
Eixo VI	Nº de visitas ao sítio internet	Nova meta para 2015 passa de 1.350 mil visitas para 2.000 mil visitas	Desfasamento da meta: Meta subavaliada

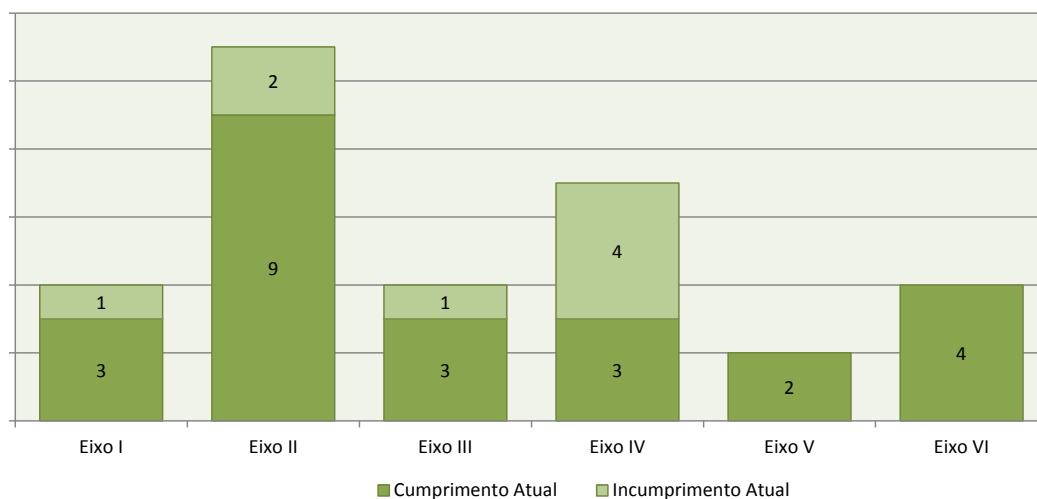
Fonte: Comissão de Acompanhamento.

Apresenta-se de seguida um resumo de alguns indicadores apurados a 31 de Dezembro de 2011, constando nos Anexos I, VIII e IX a tabela completa dos Indicadores de Realização Física (Comuns Nacionais, por Eixo Prioritário e Comuns Comunitários).

Relativamente ao cumprimento das metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento fixadas por Eixo Prioritário, verifica-se, no final de 2011, uma elevada realização, encontrando-se atingida ou ultrapassada a meta em $\frac{3}{4}$ dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível contabilizar⁴).

O elevado grau de cumprimento dos indicadores é transversal às temáticas e aos eixos prioritários. No caso do Eixo IV, há indicadores que, cumprida a meta intercalar de 2010, deverão ainda apresentar os níveis esperados no final do Programa.

Gráfico 2.1: Cumprimento das Metas dos Indicadores Físicos de Realização por Eixo Prioritário, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

⁴ Saliente-se que há 2 Indicadores para os quais não é ainda possível verificar a realização do Programa (Indicador do Eixo II – “índice de sobrevivências das empresas criadas” e do Eixo VI – “Nível de follow up das recomendações de avaliação”). Note-se ainda que há Indicadores de Acompanhamento que apenas são contabilizados após o encerramento dos projetos (aquando da aferição do cumprimento das respetivas metas de execução). Face ao atual estágio de realização do Programa, o número de projetos encerrados é ainda pouco relevante, pelo que se apresentam as estimativas apresentadas pelos promotores que constituem as respetivas metas de execução.

A tabela 2.2 apresenta a realização a 31 de Dezembro de 2011 dos Indicadores Comuns Comunitários de Realização definidos para o Programa, destacando-se a atual previsão de 14.414 postos de trabalho criados⁵, o elevado nível de projetos de I&D apoiados (perto de 2.400 projetos), dos quais mais de 10% referentes a projetos de cooperação entre empresas e instituições de investigação, bem como o nível de ajudas a PME (mais de 5.200 projetos).

Tendo em conta que a contabilização da criação de postos de trabalho, nesta fase do Programa, se refere à sua previsão contratualizada, não existem ainda dados que permitam aferir a ocupação destes postos de trabalho por homens e mulheres.

Tabela 2.2: Indicadores Comuns de Realização, 2007-2011

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	14.414 (*)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	2.393
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	249
	6. Empregos na investigação criados	Eixo I	n.d.
	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	5.225
Ajudas diretas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	171
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	5.472 (*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	2.128
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	494
	23. N.º de projetos	Total do PO	10
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	268
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	464 (*)
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	22

Nota: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados. (**) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica;
Fonte: SI POFC.

⁵ Apresenta-se a previsão de criação de postos de trabalho, que consiste nas metas contratualizadas no âmbito dos projetos do SI Inovação.

Tendo em vista aferir e transmitir uma imagem dos progressos ao nível das realizações e resultados das intervenções do FEDER, foi criado um Sistema de Indicadores Comuns Nacionais para a Agenda Fatores de Competitividade.

Tabela 2.3: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Fatores de Competitividade, 2007-2011

Ref. ^a Indicador	Indicador	Eixos Relevantes	Realização Acumulada
ICN-Tri-001	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos)	I e II	3.718
ICN-Anual-002	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos em Sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	727
ICN-Tri-002	Investimento total nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos (mil €)	I e II	6.227.901
	Investimento elegível nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos (mil €)	I e II	5.251.196
ICN-Tri-003	N.º de novas empresas/ <i>start-up</i> apoiadas (não tinha iniciado atividade um ano antes do projeto ser apresentado) no âmbito dos sistemas de incentivos	I e II	93
ICN-Tri-004	N.º de novas empresas/ <i>start-up</i> apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	36
ICN-Anual-004	N.º de empresas apoiadas em sectores de produção transacionável e internacionalizável	I e II	2.709
ICN-Anual-009	Garantias prestadas a PME (*)	III	3.787
ICN-Tri-005	N.º de empresas apoiadas através de Instrumentos de Engenharia Financeira (*)	III	3.726
ICN-Anual-010	Investimento realizado em capital de risco (mil €) (*)	III	15.426
ICN-Tri-006	Investimento total em I&DT (mil €)	I	853.299
	Investimento elegível em I&DT (mil €)	I	769.473
ICN-Anual-012	Investimento total em projetos de cooperação empresas - instituições de investigação (mil €)	I	416.855
	Investimento elegível em projetos de cooperação empresas - instituições de investigação (mil €)	I	383.936
ICN-Tri-007	N.º de Ações Coletivas com contratado celebrado	V	222
ICN-Anual-014	Investimento total nas Ações Coletivas (mil €)	V	231.773
	Investimento elegível nas Ações Coletivas (mil €)	V	205.686
ICN-Tri-008	N.º de lojas do cidadão, de centros multiserviços e balcões únicos em projetos contratados	IV	1.449

Fonte: SI POFC.

(*) Indicadores de Realização aferidos em sede de execução

Conforme se poderá constatar ao longo do Relatório de Execução, quer pela aferição do atual nível de cumprimento dos indicadores quer pela caracterização das empresas promotoras e projetos apoiados, o Programa tem demonstrado forte coerência entre os objetivos estabelecidos inicialmente e o atual nível de execução, designadamente no fomento da internacionalização da economia portuguesa, através da focalização dos apoios nos sectores transacionáveis e internacionalizáveis, bem como na importância dada à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, com vista à qualificação e alteração do modelo competitivo nacional.

2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

O ano de 2011 caracterizou-se pela redução do ritmo de aprovações (tendo-se atingido um nível de compromisso de 90%) e pelo ligeiro abrandamento do ritmo de pagamentos aos promotores, tendo-se todavia registado um aumento da execução do Programa, em linha com os níveis históricos para a atual fase do Programa.

Nos Anexos II, III, IV e V disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto. No Anexo X é apresentada a lista completa dos projetos aprovados no âmbito do COMPETE.

Programação Financeira

Tal como consta da Apresentação do Programa (ponto 1), o ano de 2011 ficou marcado pela reprogramação efetuada no sentido de reforçar a dotação orientada para os Sistemas de Incentivos, onde a elevada procura por parte das empresas estava a provocar fortes pressões na dotação destes instrumentos, em contrapartida de verbas disponíveis nos instrumentos de apoio à envolvente.

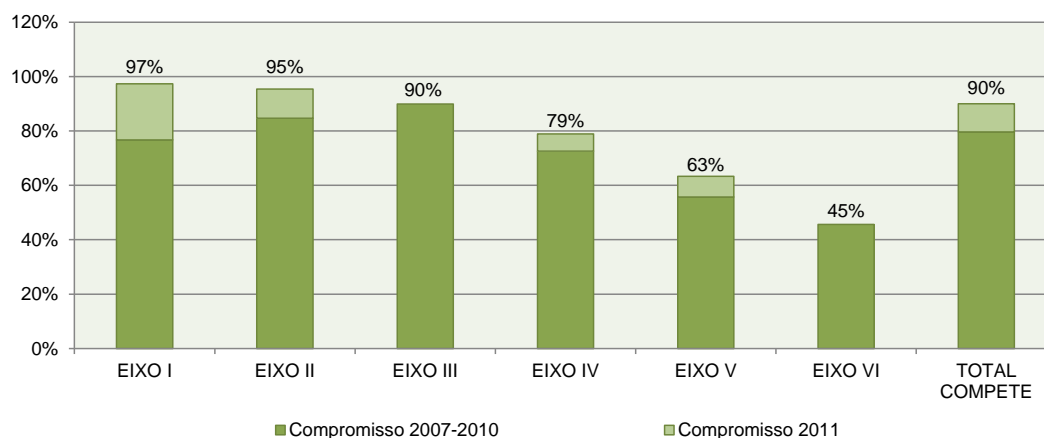
O plano de financiamento revisto (conforme ponto 1.1 – Apresentação do Programa) foi aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2011) 9378 de 15 de Dezembro.

Financiamento Aprovado

O financiamento aprovado no final do ano de 2011 ascende a um montante de custo total elegível de 6,9 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma comparticipação do fundo comunitário FEDER de 2,8 mil milhões de euros.

Tendo por base a nova programação financeira do Programa, verifica-se um nível geral de compromissos face à dotação 2007-2013 de cerca de 90%, destacando-se os Eixos I, II e III com taxas de compromisso próximas da dotação total.

Gráfico 2.2: Taxas de Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

No ponto 2.1.6 (Análise Qualitativa) e no capítulo 3 (análise por Eixo Prioritário) é analisado, com mais profundidade, o compromisso assumido.

Pagamentos Realizados

O montante total de pagamentos realizados em 2011 ascendeu a 393 milhões de euros de fundo comunitário FEDER. Em termos acumulados a 31 de Dezembro de 2011, o montante total de pagamentos realizados era de 1,2 mil milhões de euros de FEDER, o qual se traduzia numa taxa de pagamento do Programa, face à dotação, de 38,5%.

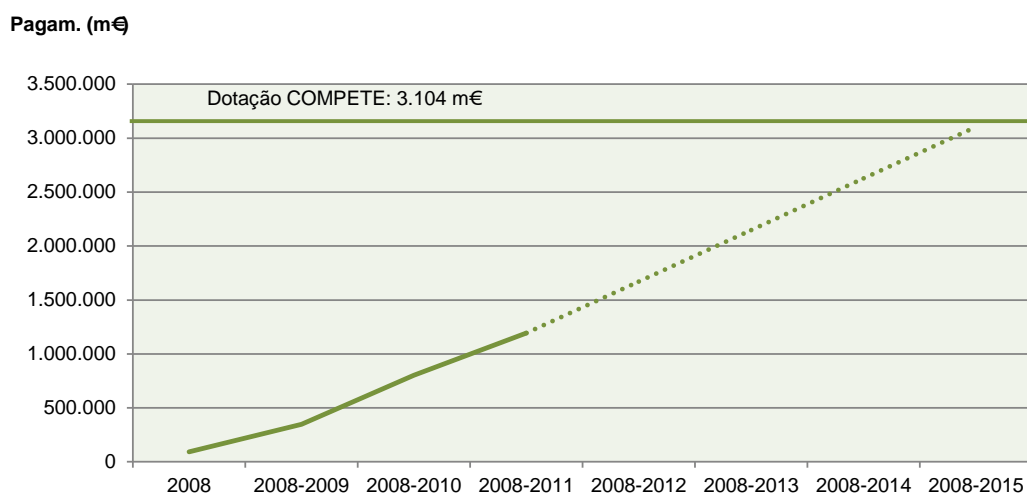
Tabela 2.4: Pagamentos Realizados, 2007-2011

Eixo Prioritário	Unid: Mil Euros	
	2011	2007-2011
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	72.133	158.408
EIXO II – Inov. e Renov. do Modelo Empresarial e do Padrão de Especializ.	242.665	737.781
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	9.353	141.867
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	24.775	57.367
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	32.088	74.315
EIXO VI - Assistência Técnica	10.205	23.926
TOTAL COMPETE	393.230	1.193.665

Fonte: SI POFC.

O nível de pagamentos registado é compatível com a atual fase do Programa, apesar da ligeira diminuição do volume de pagamentos em 2011 face ao ano anterior. Essa diminuição está concentrada nos Eixos II e III, sendo necessário um nível médio de pagamentos nos próximos 4 anos (até 2015) na ordem de 478 milhões de euros.

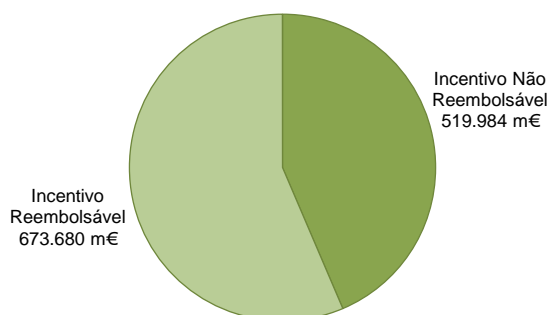
Gráfico 2.3: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário), por Ano, 2007-2011 e Pagamentos Necessários para 2012-2015



Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de incentivo, constata-se que 56% do incentivo pago até final do ano de 2011 assumia a natureza de incentivo reembolsável, sendo que parte poderá eventualmente ser convertido em não reembolsável em função do cumprimento dos objetivos fixados.

Gráfico 2.4: Pagamentos Realizados, por Tipologia de Incentivo, 2007-2011 (Fundo Comunitário)



Fonte: SI POFC.

Decorrente do incentivo reembolsável pago aos beneficiários e tendo em conta os prazos de carência associados a esses pagamentos, verifica-se que existem já para o ano de 2011 planos de reembolso previsionais de cerca de 6 milhões de euros.

Em termos efetivos, a 31 de dezembro de 2011 registam-se reembolsos realizados (recebidos pelos organismos intermédios respetivos) na ordem dos 4,2 milhões de euros.

Tabela 2.5: Reembolsos do Programa (incentivo reembolsável), 2011

Unid: Mil Euros

Decorrente do incentivo reembolsável pago aos beneficiários	Reembolsos do Programa	
	Ano de 2011	Total acumulado 31-dez-2011
Reembolsos Previsionais	6.078	6.078
Reembolsos Realizados	3.492	4.232

Fonte: SI POFC.

Execução Financeira

O conceito de execução adotado pelo COMPETE baseia-se numa execução apurada com base nas disposições previstas no artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, e na sua nova redação dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 08 de Abril.

A execução financeira reportada em sede de Relatório Anual traduz-se, deste modo, na despesa que, a 31 de dezembro de 2011, reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão, ou seja, inclui:

- As despesas pagas pelos beneficiários finais aquando da execução das operações, incluídas em pedidos de pagamento e validadas pela Autoridade de Gestão;
- No âmbito dos Sistemas de Incentivo, as despesas pagas pelos beneficiários aquando da execução das operações e pagas aos beneficiários finais pelo Programa, ou seja, corresponde aos pagamentos realizados pelos Organismos Pagadores do COMPETE, a título de reembolso de despesa validada;
- E ainda, conforme previsto no Regulamento Comunitário acima referido, os adiantamentos certificáveis e suscetíveis de reembolso pela Comissão Europeia;
- A contribuição pública indicada corresponde à despesa pública (comunitária e nacional) executada nos termos do conceito de execução explicitado.

No final do ano, a execução realizada ascendia a 2,7 mil milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma despesa pública de 1,2 mil milhões de euros, dos quais 1,1 mil milhões de euros provêm de participação comunitária do Fundo FEDER.

O custo total elegível apurado no final de 2011 representa uma taxa de execução de 49%, face ao financiamento total do Programa.

Ainda no contexto das taxas de execução, tal como em 2010, são os Eixos II e III, que apresentam taxas mais elevadas, respetivamente, cerca de 56% e 45% do seu financiamento total encontra-se executado, confirmando-se deste modo que têm sido os Eixos Prioritários destinados ao apoio às empresas que se encontram numa fase mais adiantada de execução.

Tabela 2.6: Realização Financeira, 2007-2011

Unid: MilEuros

Eixo Prioritário	Financiamento total do COMPETE	Base de cálculo da contribuição da UE	Despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário I		Custo Total			
Fundo FEDER	750.801		229.106	158.828	30,51%
Eixo Prioritário II		Custo Total			
Fundo FEDER	3.628.194		2.045.591	702.913	56,38%
Eixo Prioritário III		Custo Total			
Fundo FEDER	432.816		192.801	175.104	44,55%
Eixo Prioritário IV		Custo Total			
Fundo FEDER	335.294		117.145	117.145	34,94%
Eixo Prioritário V		Custo Total			
Fundo FEDER	299.173		83.988	66.532	28,07%
Eixo Prioritário VI		Custo Total			
Fundo FEDER	83.281		28.981	28.981	34,80%
TOTAL COMPETE	5.529.559		2.697.612	1.249.503	48,79%
Fundo FEDER	5.529.559		2.697.612	1.249.503	48,79%

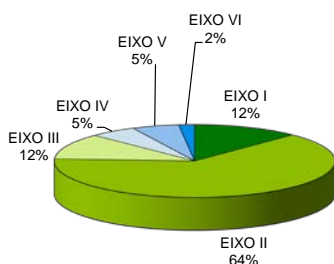
Fonte: SI POFC.

A execução financeira acumulada do COMPETE, regista no final de 2011 uma dinâmica mais uniforme por Eixo Prioritário do que a verificada em 2010. No entanto, à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, apesar de se repartir por todos os Eixos Prioritários do

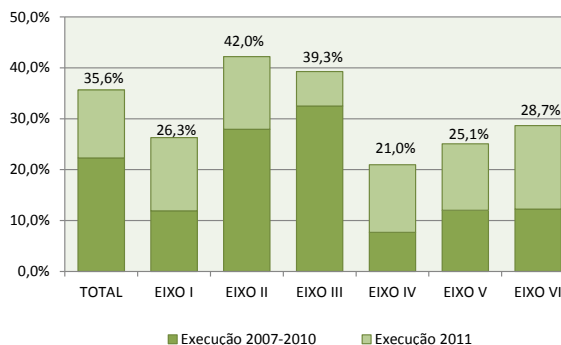
Programa, concentra-se essencialmente no Eixo Prioritário II, o qual regista 64% da execução realizada em Fundo Comunitário e 76% em termos de despesa elegível certificada.

Gráfico 2.5: Execução Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2011

Distribuição por Eixo Prioritário



Taxa de Execução face Orçamento

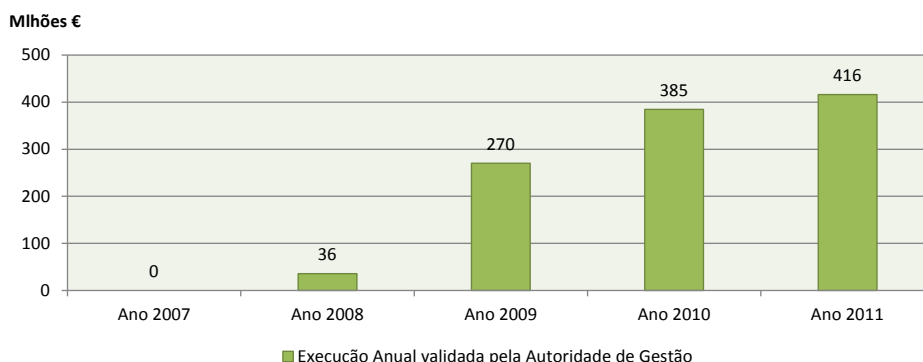


Fonte: SI POFC.

Na ótica de fundo comunitário, verifica-se serem os Eixos II e III os que apresentam taxas de execução mais elevadas face à sua dotação, apresentando, respetivamente, cerca de 42% e 39% da sua dotação executada. No final de 2011 o programa executou no seu final de 2011 cerca de 36% da sua dotação de fundo comunitário FEDER.

Podemos ainda aferir que se tem registado uma evolução bastante positiva relativamente à execução anualmente validada pela Autoridade de Gestão, verificando-se que, face à execução apurada em 2010, se registou, em 2011, um acréscimo na ordem dos 7%.

Gráfico 2.6: Execução Anual Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

O Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de julho, determina no nº1 do seu artigo 93º que é automaticamente anulada pela Comissão qualquer parte de uma autorização orçamental relativa a um programa operacional que não tenha sido utilizada para o pagamento do pré-financiamento ou para a realização de pagamentos intermédios, ou em relação à qual não tenha sido apresentado à Comissão, até 31 de dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental, qualquer pedido de pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 86º.

Todavia, conforme exceção prevista no referido nº 1, no caso de Portugal, por este ter um PIB entre 2001 e 2003 inferior a 85% da média da EU-25, o prazo previsto vai até 31 de dezembro do terceiro ano seguinte ao da autorização orçamental anual de 2007 a 2010.

Deste modo, teremos uma meta N+3 a aferir até a final de 2012 e, a partir de 2013, inclusivé, teremos uma meta comunitária N+2 a cumprir.

O Regulamento (EU) nº 539/2010, de 16 de junho, vem alterar a redação do nº 1 do artigo 93º do Regulamento (CE) nº 1083, estipulando que, para efeitos de anulação automática de autorizações, a Comissão deve calcular o montante a anular somando um sexto da autorização orçamental anual relativa à participação anual total para 2007 a cada uma das autorizações orçamentais para os exercícios de 2008 a 2013.

Neste contexto, a meta n+3 a aferir em 2011 consiste no total da autorização orçamental relativa ao ano de 2008 acrescido de um sexto da autorização orçamental de 2007, conforme evidenciado na tabela seguinte.

O cumprimento desta meta comunitária é aferido pelo montante de Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) apresentados à CE pela Autoridade de Certificação acrescido do montante de pré-financiamento realizado ao Programa pela Comissão Europeia.

Assim, verifica-se que a execução acumulada realizada no final do ano de 2011 para efeitos de aferição da meta N+3 permitiu um cumprimento da meta em 254%, encontrando-se já cumprida a meta de execução definida para o final do ano de 2012.

Tabela 2.7: Meta Comunitária n+3, 2011

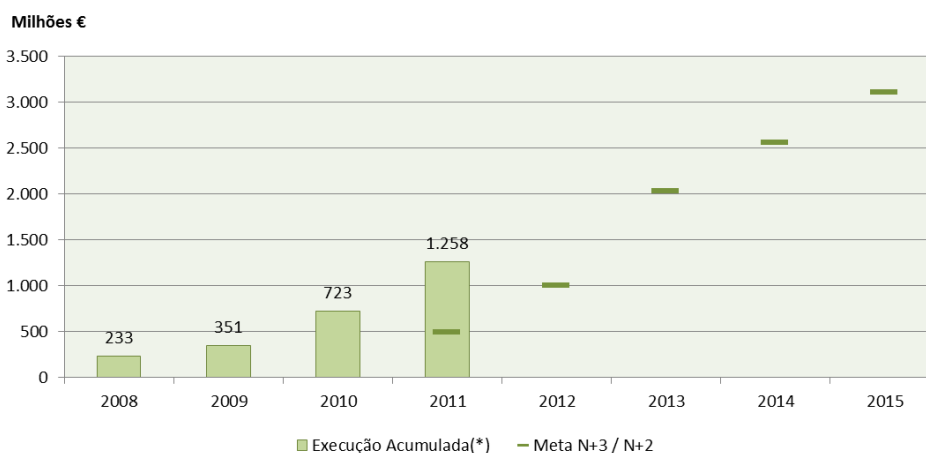
Unid: Mil Euros

	Meta a aferir em 2011			Execução em 31-Dez-2011			
	Autorização Orçamental 2008 (Ano N)	1/6 da autorização orçamental de 2007	Meta Comunitária N+3 (total)	Pedidos de Certificação Reportados à CE	Montante de Pré-Financiamento	Total de Execução	Cumprimento da Meta (%)
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(6)/(4)
Fundo Comunitário FEDER	425.847	69.583	495.429	1.024.956	232.784	1.257.740	254%

Fonte: SI POFC

Podemos assim constatar que, apesar das dificuldades e constrangimentos com impacto na execução do Programa, a mesma cumpre de forma muito confortável as metas comunitárias definidas para o Programa.

Gráfico 2.7: Execução Acumulada (Fundo Comunitário), por Ano, face às Metas n+3/n+2, 2007-2011



Fonte: IFDR

(*) Para o cumprimento da regra n+3, contabiliza-se como execução o pagamento por conta realizado pela Comissão Europeia (232,8 M€)

Fluxos Financeiros com a CE

Durante o ano de 2011, o COMPETE realizou 5 Pedidos de Certificação de Despesa à Autoridade de Certificação, cuja apresentação ocorreu em março, junho, agosto, outubro e dezembro, envolvendo uma despesa total acumulada na ordem dos 2,5 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de mil milhões de euros.

Os correspondentes Certificados e Declarações de Despesa e Pedidos de Pagamento foram remetidos pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia durante o ano de 2011, respetivamente, em maio, agosto, novembro e dezembro.

O montante de despesa total acumulada certificada pela Autoridade de Certificação à Comissão ascende a cerca de 2,4 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária na ordem dos mil milhões de euros, já considerando que ao 2.º Pedido de Certificação de Despesa enviado em junho pela Autoridade de Gestão, não foi dada sequência pela Autoridade de Certificação, a título de medida preventiva, e que a 1ª Certificação de Despesa de 2011, enviada em março à Comissão Europeia, reportava a despesa que havia sido suspensa aquando do envio da última certificação do ano de 2010.

Todos os Certificados e Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento remetidos em 2011 pela Autoridade de Certificação, com exceção do enviado à CE em dezembro de 2011 (no valor de 91,0 milhões de euros), foram reembolsados pela Comissão Europeia no ano de 2011, perfazendo um montante de 444,1 milhões de euros e um total acumulado reembolsado pela CE de 934 milhões de euros.

Neste contexto, o ponto de situação a 31 de Dezembro de 2011 traduz um montante acumulado pago pela CE ao COMPETE de cerca de 1.166,8 milhões de euros, dos quais 232,8 milhões de euros a título de pré-financiamento.

Tabela 2.5: Pedidos de Certificação de Despesas apresentados pelo COMPETE à Autoridade de Certificação, 2011 (valores acumulados)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio à AC	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2011	24-03-2011	01-03-2011	1.772.785	795.944	711.938
2.º/2011(1)	24-06-2011	01-03-2011	1.808.708	831.867	737.084
3.º/2011	03-08-2011	07-07-2011	2.121.840	986.001	867.518
4.º/2011	20-10-2011	03-10-2011	2.324.836	1.065.476	948.276
5.º/2011	13-12-2011	21-11-2011	2.492.028	1.126.822	1.004.517
TOTAL COMPETE			2.492.028	1.126.822	1.004.517

Fonte: SI POFC. Nota: (1) A título de medida preventiva a AC não deu sequência a este pedido de certificação de despesa apresentado pela AG em junho de 2011.

Tabela 2.6: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2011 (valores acumulados)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2011	11-03-2011	22-11-2010	1.199.610	659.602	590.123
2.º/2011	21-05-2011	01-03-2011	1.425.224	793.490	710.043
3.º/2011	06-08-2011	07-07-2011	2.074.554	941.622	849.409
4.º/2011	21-11-2011	03-10-2011	2.260.768	1.017.094	933.978
5.º/2011	21-12-2011	21-11-2011	2.427.822	1.076.874	1.024.956
TOTAL COMPETE			2.427.822	1.076.874	1.024.956

Fonte: IFDR

Tabela 2.6: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2011 (valores por CDPP)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2011	11-03-2011	22-11-2010	143.274	143.274	100.292
2.º/2011	21-05-2011	01-03-2011	225.614	133.888	119.920
3.º/2011	06-08-2011	07-07-2011	649.330	148.132	139.366
4.º/2011	21-11-2011	03-10-2011	186.214	75.471	84.569
5.º/2011	21-12-2011	21-11-2011	167.054	59.780	90.978
TOTAL COMPETE			1.371.486	560.546	535.124

Fonte: IFDR

Tabela 2.7: Pagamentos Efetuados pela CE, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipo Pagamento	N.º	Data	Montante
Pré-Financiamento	1.ª fração (2%)	Nov-07	62.076
Pré-Financiamento	1.ª fração (3%)	Abr-08	93.114
Pré-Financiamento	1.ª fração (2,5%)	Abr-09	77.595
Subtotal			232.784
Reembolso	1.º/2009	Nov-09	117.883
Reembolso	1.º/2010	Mar-10	162.765
Reembolso	2.º/2010	Dez-10	103.280
Reembolso	3.º/2010		-
Reembolso	4.º/2010	Dez-10	105.903
Reembolso	1.º/2011	Abr-11	100.292
Reembolso	2.º/2011	Jun-11	119.920
Reembolso	3.º/2011	Ago-11	139.366
Reembolso	4.º/2011	Dez-11	84.569
Subtotal			933.978
TOTAL COMPETE			1.166.762

Fonte: IFDR.

Determina o nº 3 do artigo 78º do Regulamento (CE) Nº 1083/2006 que, até 30 de Abril de cada ano, o Estado-Membro envia à Comissão uma primeira previsão dos respetivos pedidos de pagamento esperados para o exercício financeiro em curso e para o exercício seguinte.

Em cumprimento do disposto, foram atempadamente realizadas as previsões de Pedidos de Pagamento à CE para o ano de 2011, tendo sido comunicado à CE e definido como meta um montante de 430,4 milhões de euros de Fundo Comunitário FEDER (atualização das previsões realizada em agosto de 2011).

Face aos dados apresentados nas tabelas anteriores, podemos verificar que o montante dos pedidos de pagamento submetidos durante o ano à CE ascende a 535,1 milhões de euros, o que se traduz num cumprimento da meta de 124%.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

A informação sobre a repartição da utilização dos fundos comunitários, abordada neste ponto, incide sobre a repartição regional – NUTS II e sobre as dimensões Formas de Financiamento, Atividade Económica e Tema Prioritário.

| 32

Como se poderá confirmar pela análise mais detalhada que vai sendo desenvolvida ao longo do Relatório, onde a dimensão regional está devidamente abordada, em termos globais, é na Região Norte que mais projetos foram apoiados (44% do total de projetos aprovados) embora, devido a um apoio médio por projeto mais elevado, seja a Região Centro que mais incentivo absorveu (29% do incentivo aprovado, face a 28% dos projetos localizados na Região Norte).

Existe igualmente uma parcela do montante das aprovações realizadas que está imputada à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 4% do total aprovado (detalhado em cada um dos Eixos respetivos e mais adiante neste ponto).

Tabela 2.8: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Região (NUTS II)	Fundo FEDER			
	Aprovação		Execução	
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	1.908	778.659	334.935	43%
Centro	1.355	807.771	362.483	45%
Alentejo	193	315.016	121.270	38%
Lisboa	123	128.398	33.316	26%
Multi-Regiões (*)	792	763.908	254.596	33%
TOTAL COMPETE	4.371	2.793.752	1.106.600	40%

Nota: (*) No ponto 2.1.6 encontra-se repartido o investimento elegível e incentivo dos projetos multi-regiões

Fonte: SI POFC.

Apresenta-se de seguida a distribuição de valores aprovados e executados por NUTS II e NUTS III. Para mais informação, sugere-se a consulta ao Anexo IV deste Relatório.

Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II e NUTS III, 2007-2011

Unid.: Mil Euros

Região (NUTS II / NUTS III)	Fundo FEDER				
	Aprovação		Execução		
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP	
Norte	Alto Trás-os-Montes	11	5.434	3.091	57%
	Ave	122	66.824	32.731	49%
	Cávado	312	56.753	27.951	49%
	Douro	34	14.965	9.119	61%
	Entre Douro e Vouga	157	87.664	46.607	53%
	Grande Porto	980	402.360	160.983	40%
	Minho-Lima	39	33.595	5.063	15%
	Tâmega	124	63.302	36.357	57%
	Multi-Regiões	129	47.764	13.034	27%
Total Norte	1.908	778.659	334.935	43%	
Centro	Baixo Mondego	492	215.201	105.540	49%
	Baixo Vouga	376	212.109	107.668	51%
	Beira Interior Norte	6	6.701	3.810	57%
	Beira Interior Sul	7	21.576	14.542	67%
	Cova da Beira	42	20.251	3.635	18%
	Dão-Lafões	55	70.741	28.152	40%
	Médio Tejo	49	75.527	9.042	12%
	Oeste	60	48.571	15.862	33%
	Pinhal Interior Norte	19	22.306	14.299	64%
	Pinhal Interior Sul	3	6.946	4.944	71%
	Pinhal Litoral	151	64.397	29.201	45%
	Serra da Estrela	1	627	627	100%
	Multi-Regiões	94	42.818	25.161	59%
Total Centro	1.355	807.771	362.483	45%	
Alentejo	Alentejo Central	110	128.081	25.477	20%
	Alentejo Litoral	5	42.870	36.058	84%
	Alto Alentejo	9	23.001	7.232	31%
	Baixo Alentejo	11	72.137	36.096	50%
	Lezíria do Tejo	54	45.309	15.701	35%
	Multi-Regiões	4	3.619	705	19%
Total Alentejo	193	315.016	121.270	38%	
Lisboa	Grande Lisboa	122	127.340	32.459	25%
	Península de Setúbal	1	1.058	858	81%
Total Lisboa	123	128.398	33.316	26%	
Total Multi-Regiões	792	763.908	254.596	33%	
TOTAL COMPETE	4.371	2.793.752	1.106.600	40%	

Fonte: SI QREN

Relativamente à repartição da contribuição comunitária por Formas de financiamento, verifica-se uma predominância dos apoios, em termos de número de projetos, através de instrumentos cuja tipologia de apoio é não reembolsável (88% dos apoios concedidos). No entanto, tendo em conta o peso do SI Inovação no Programa, instrumento que utiliza predominantemente incentivo reembolsável, verifica-se que cerca de metade do incentivo aprovado assumiu esta natureza.

Tabela 2.10: Repartição da Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento, 2007-2011

Unid.: Mil Euros

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	3.827	1.116.923	339.146	30%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias e incentivo reembolsável)	516	1.385.039	639.953	46%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	28	291.791	127.501	44%
4	Outras formas de financiamento	0	0	0	0%
TOTAL COMPETE		4.371	2.793.752	1.106.600	40%

Fonte: SI POFC.

A tabela seguinte refere-se à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada por Atividade Económica.

Tabela 2.11: Repartição da Contribuição Comunitária por Atividade Económica, 2007-2011

Unid.: Mil Euros

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	5	3.140	907	29%
02	Pesca	0	0	0	0%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	126	110.782	34.100	31%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	200	117.813	50.125	43%
05	Construção de material de transporte	96	107.190	39.368	37%
06	Indústrias transformadoras diversas	1.109	1.082.152	503.711	47%
07	Extração de produtos energéticos	0	0	0	0%
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	1	265	35	13%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	0%
10	Correios e telecomunicações	1	1.496	144	10%
11	Transportes	24	16.260	5.610	35%
12	Construção	50	5.843	1.711	29%
13	Comércio por grosso e a retalho	80	37.568	10.681	28%
14	Hotéis e restaurantes	46	135.332	46.510	34%
15	Atividades financeiras	25	152.001	21.976	14%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (inclui atividades de I&D)	2.169	398.141	121.153	30%
17	Administração pública	178	366.055	174.706	48%
18	Educação	47	25.995	6.180	24%
19	Atividades de saúde humana	5	14.296	176	1%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	161	108.791	48.430	45%
21	Atividades associadas ao ambiente	20	27.627	7.884	29%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	0%
00	Não aplicável	28	83.008	33.192	40%
TOTAL COMPETE		4.371	2.793.752	1.106.600	40%

Fonte: SI POFC.

Destaca-se o peso dos apoios diretos à Indústria Transformadora (39% do incentivo total atribuído), bem como a importância do número de projetos aprovados do sector “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (50% do total de projetos aprovados), essencialmente devido ao número considerável de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) inseridos no SAESCTN que, pela sua tipologia, são considerados neste sector de atividade segundo esta tabela.

| 36

Refira-se ainda que não foi reproduzida a tabela relativa à repartição da contribuição da União por tipo de território, dado que a mesma não se aplica ao Programa.

Regra *Spill-Over Effects*

Tendo em conta a tipologia de projetos apoiáveis no âmbito do COMPETE, bem como a sua abrangência regional, o Programa, aprovado pela Comissão Europeia, prevê a possibilidade de serem apoiadas despesas realizadas em Lisboa e no Algarve (na chamada “regra *spill-over effects*”), de forma excecional e devidamente justificadas em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que provoca nas Regiões de Convergência, no âmbito dos projetos de I&D em co-promoção, dos projetos do Eixo III (flexibilização que não foi implementada no âmbito do COMPETE) e dos projetos de modernização da Administração Pública.

Deste modo, foram instituídos vários mecanismos cruzados de controlo da sua aplicação, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projeto e posteriormente por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

Relativamente à possibilidade de recorrer a esta exceção, a sua utilização permanece limitada e com um carácter de excecionalidade, representando, no final de 2011, apenas 4% do investimento elegível total do Programa.

Tabela 2.12: Aplicação Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Instrumento	N.º Proj. (<i>spill-over</i>)	Investimento Elegível (<i>spill-over</i>)	Incentivo (<i>spill-over</i>)	% Investim. Elegível no Total (<i>spill-over/Total</i>)
SI I&DT em Co-Prom.	72	21.178	15.108	7%
SAMA	152	237.542	166.279	55%
Total <i>Spill-Over Effects</i>	224	258.720	181.387	36%
Outros Instrumentos	0	0	0	0%
TOTAL COMPETE	224	258.720	181.387	4%

Fonte: SI POFC.

Em anexo encontra-se a lista dos apoios concedidos ao abrigo desta regra (Anexo XV), onde se poderá constatar, projeto a projeto, o cumprimento dos limites estabelecidos.

EIXO I – PROJETOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO

Os projetos em co-promoção do SI I&DT visam o reforço da competitividade empresarial, através da agregação de um conjunto de competências complementares detidas por várias entidades (empresas e entidades do SCT) que se associam para a prossecução de objetivos partilhados de I&D, potenciando a geração de sinergias e partilha de riscos, custos e resultados.

Neste sentido, estes projetos são sempre liderados por uma empresa, podendo os consórcios promotores integrar outras empresas e/ou entidades do SCT, assumindo estas um papel de reforço da articulação entre o SCT e as empresas, sendo que os resultados económicos da I&D apoiada devem ser maioritariamente internalizados pelo sector empresarial.

De forma a não limitar a possibilidade das empresas, e tendo em conta o carácter essencialmente instrumental do investimento das entidades do SCT, a regra de exceção “*Spill-over Effects*”, devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT, permite que empresas localizadas nas Regiões de Convergência possam agregar ao projeto entidades de SCT localizadas fora das Regiões de Convergência.

Os apoios concedidos ao abrigo desta regra são excecionais e objeto de um escrutínio apertado fundamentado em condições objetivas que confirmem que a não admissibilidade dessas parcerias tecnológicas inviabilizaria ou condicionaria o sucesso dos projetos, além de se assegurar que os benefícios económicos deles decorrentes são apropriados pelos promotores (empresas e/ou entidades do SCT) localizados nas Regiões Convergência.

Está prevista a co-promoção de projetos no âmbito das tipologias de projeto I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores, ambas inseridas no Sistema de Incentivos à I&DT.

Assim, foram apoiados 72 projetos do SI I&DT em co-promoção, nas tipologias SI I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores de I&DT (a lista dos projetos, com indicação dos co-promotores, encontra-se no Anexo XV), em que se recorreu à referida exceção, representando as referidas despesas um peso de 7% do investimento elegível total apoiado no âmbito desta tipologia de projetos até 31 de Dezembro de 2011.

Deste modo, conclui-se que a aplicação deste mecanismo tem assumido um carácter essencialmente de exceção e marginal no quadro dos apoios concedidos no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT.

Tabela 2.13: Projetos de I&D em Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível – Regiões Convergência	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>	Inv. <i>Spill-Over/Inv. Total</i>
Projetos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	186	203.154	0	0%
Projetos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	72	89.603	21.178	19%
TOTAL SI I&DT – Projetos em Co-Promoção	258	292.757	21.178	7%

Fonte: SI POFC.

Eixo IV – SAMA

No âmbito do SAMA, com base na exceção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “*spill-over effects*”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que têm impactos muito relevantes para o desenvolvimento das regiões objetivo “Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na Região NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactos visam, exatamente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Central aos cidadãos e às empresas, a sua reorganização global e o funcionamento e acesso em rede.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN (e no Anexo II do texto do Programa), os efeitos de difusão dos investimentos realizados na Região NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram quantificados em 68,5%⁶, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUTS II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa.

Como se pode constatar pela tabela abaixo, foram apoiados 152 projetos onde se recorreu à referida exceção.

⁶ Valor calculado a partir da concentração da população residente nas Regiões Norte, Centro e Alentejo no quadro da população residente do Continente (Eurostat, 2004).

Tabela 2.14: Lista de Projetos Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível Inicial	Corte Elegibilid	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>
Proj. totalmente localizados em Lisboa	123	267.775	68,50%	183.426
Proj. parcialmente localizados em Lisboa	29	127.116		54.116
<i>Valores relativos às Regiões de Convergência</i>		48.114		
<i>Valores relativos à Região de Lisboa</i>		79.002	68,50%	54.116
Proj. com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	152	394.890		237.542
Proj. sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	28	35.631	0	
TOTAL SAMA	180	430.521		237.542

Fonte: SI POFC.

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos-alvo

A análise por grupos-alvo encontra-se desenvolvida no ponto 2.1.6 – Análise Qualitativa.

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Numa perspetiva acumulada, foi registado um total de 10 situações que se inscrevem no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, cujo apoio foi restituído até ao final de 2011.

O apoio restituído pelos beneficiários ao Programa, decorrente de anulação parcial ou anulação total, ascende a 1,9 milhões de euros.

Conforme tabela apresentada abaixo, a quase totalidade do montante restituído foi recuperado pela via da reposição pelo beneficiário, sendo que cerca de 10% do mesmo foi recuperado pela via da compensação de créditos.

As situações consideradas neste âmbito tiveram origem em verificações administrativas e no local realizadas pela gestão e uma das situações decorre de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas Europeu.

Tabela 2.15: Apoio Restituído (Nº2, Art. 98º Regulamento (CE) Nº 1083/2006), 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipologia situações	Apoio Restituído - 2007-2011 (Nº 2 do Artigo 98º Regulamento (CE) nº 1083/2006)			
	Nº Projetos	Montante restituído por reposição	Montante restituído por compensação	Total montante restituído
Anulação Parcial	7	61	212	274
Anulação Total	3	1.632	0	1.632
Total	10	1.694	212	1.906

Fonte: SI POFC.

Até final de 2011 não foram identificadas situações enquadráveis no Artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de julho, conforme ponto 2.5.

2.1.6. Análise qualitativa

Durante o ano de 2011, foram rececionadas 3.495 candidaturas com um investimento total associado de 2,7 mil milhões de euros. Assim, desde o início do Programa, foram recebidas 13.286 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 17,6 mil milhões de euros.

Tabela 2.16: Candidaturas Rececionadas por Eixo Prioritário, 2007-2011

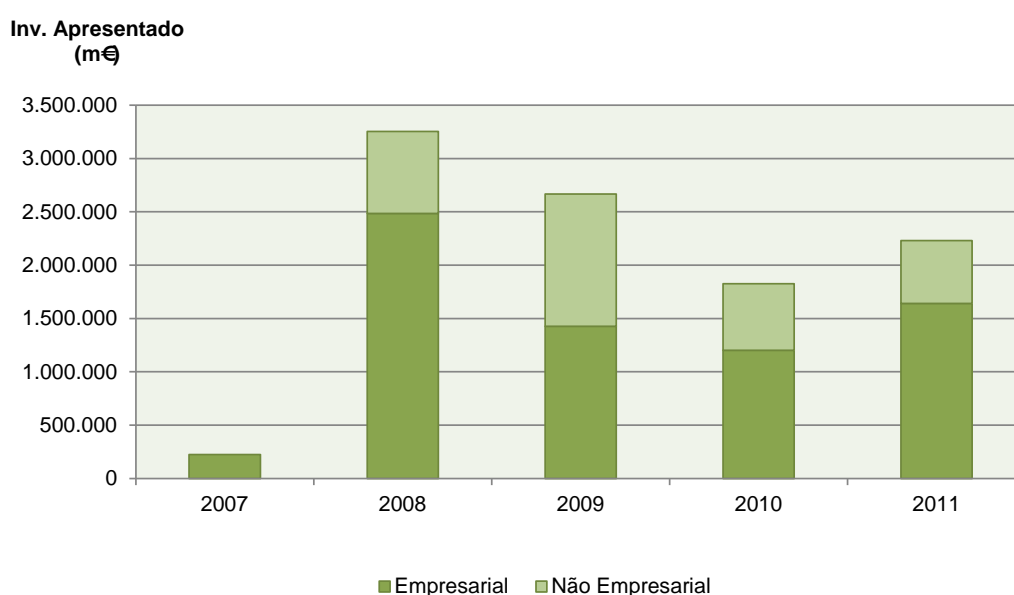
Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Candidaturas (2011)		Candidaturas (2007-2011)	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	2.718	665.057	9.613	2.669.408
EIXO II – Inov. e Renov. Modelo Empr. e do Padrão de Esp.	566	1.819.013	2.700	12.957.683
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	0	0	31	500.252
EIXO IV - Uma Admin. Pública Eficiente e de Qualidade	40	77.343	376	874.892
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenv. Empresarial	163	104.548	526	499.044
EIXO VI - Assistência Técnica	8	15.227	40	77.637
TOTAL COMPETE	3.495	2.681.188	13.286	17.578.916

Fonte: SI POFC.

Analisando o volume de candidaturas rececionado por ano, excluindo os grandes projetos (dado o seu carácter específico, serão objeto de análise no âmbito do Eixo II), conclui-se que durante o ano de 2011 se registou um ligeiro aumento da procura empresarial em relação aos anos anteriores, apesar da difícil conjuntura macroeconómica (conforme referido no ponto 2.4.1) e das exigentes condições de entrada estabelecidas nos Avisos de Abertura de Concurso (conforme referido no ponto 2.4.5).

Gráfico 2.8: Volume de Investimento (m€) Rececionado, excluindo Grandes Projetos, por ano de candidatura, 2007-2011

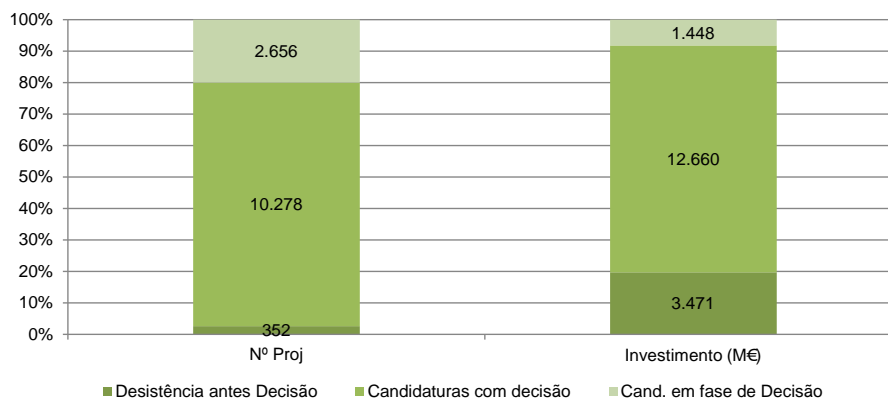


Fonte: SI POFC.

Do total de candidaturas rececionadas desde o início do Programa, verifica-se que, no final de 2011, se encontravam analisadas (com decisão ou com desistência) 80% das candidaturas, envolvendo 92% do investimento total apresentado.

As candidaturas em fase de decisão no final do ano referem-se, essencialmente, a projetos do SAESCTN que foram objeto de decisão no início do ano de 2012 (2.278 projetos, representando 86% dos projetos em fase de decisão), com destaque para um concurso geral dirigido a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios do conhecimento.

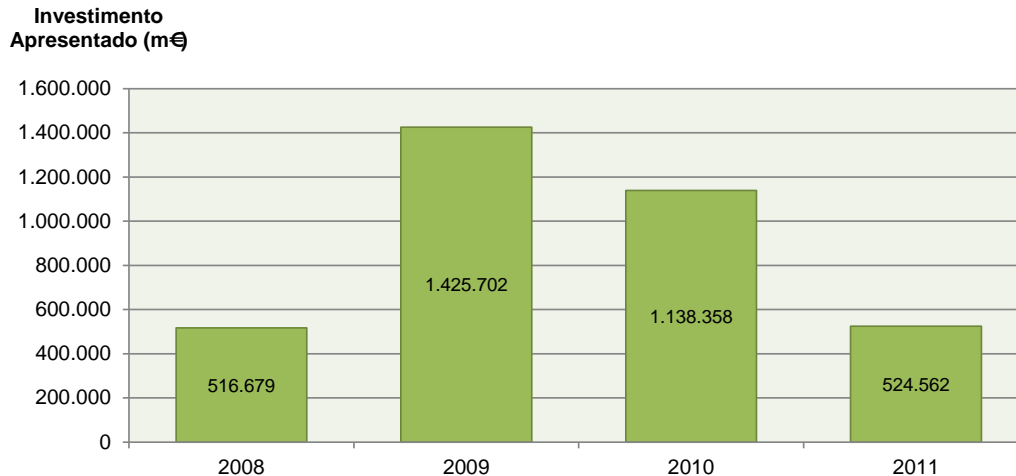
Gráfico 2.9: Situação das candidaturas rececionadas, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

No que se refere às desistências⁷ (incluindo os 77 projetos objeto de desistência após decisão de não elegibilidade), verifica-se em 2011 uma significativa redução do investimento apresentado objeto de desistência.

Gráfico 2.10: Investimento proposto objeto de Desistência, por ano, 2007-2011

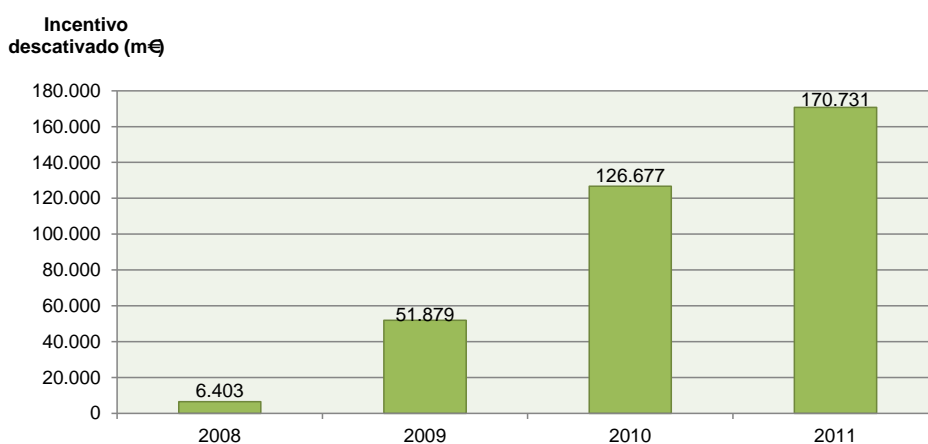


Fonte: SI POFC.

⁷ Por desistência entende-se a opção de desistir da candidatura manifestada pelo promotor durante o processo de decisão do projeto. As anulações traduzem as revogações formalizadas após decisão elegível de financiamento dos projetos.

Até final do ano encontravam-se anulados 410 projetos, permitindo uma descativação de 356 milhões de euros de incentivo. Analisando a evolução anual, verifica-se um aumento natural do incentivo revogado ao longo dos anos, decorrente da preocupação da Gestão no sentido de descativar projetos que não chegam a ser implementados pelos promotores (ver ponto 2.3.2 sobre a implementação da Bolsa de Descativação).

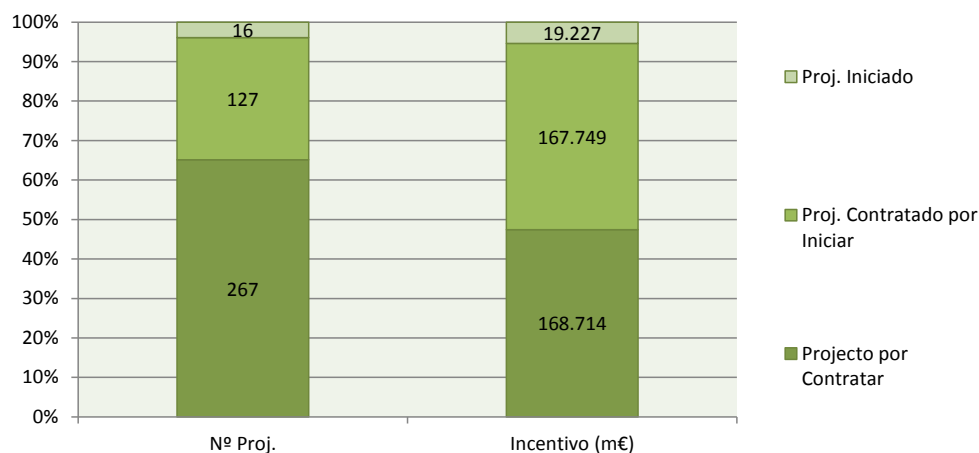
Gráfico 2.11: Incentivo Objeto de Anulação, por ano, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Analisando o momento da descativação do apoio, conclui-se que perto de 2/3 dos projetos anulados não chegaram a ser contratados e, por outro lado, que permanece residual (4% dos projetos) a anulação de projetos já iniciados, ou seja, com pagamentos realizados pelo Programa.

Gráfico 2.12: Candidaturas objeto de Anulação, por estágio, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em 2011 foram aprovados 698 novos projetos, envolvendo um investimento elegível de mil milhões de euros e um incentivo de 505,2 milhões de euros. Dos projetos aprovados em anos anteriores, 263 sofreram alterações nos valores de aprovação (decorrentes de novas decisões ou de descativação em sede de encerramento) e 151 foram objeto de anulação.

Tabela 2.17: Projetos com Variação dos Valores de Aprovação em 2011, 2007-2011

Unid: Mil Euros

EIXO	Proj. com 1.ª decisão de aprovação em 2011			Proj. aprovados em 2007-2010 com variação dos valores de apoio em 2011			Proj. aprovados em 2007-2010 com anulação em 2011 (*)		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	253	220.685	122.981	39	-12.604	-1.231	28	-41.419	-14.843
EIXO II	359	706.491	335.564	191	-78.605	-21.558	115	-344.031	-135.203
EIXO III	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EIXO IV	26	39.547	21.579	2	-550	790	4	-7.550	-4.201
EIXO V	60	39.050	25.093	22	-4.641	-3.500	4	-5.543	-3.549
EIXO VI	0	0	0	9	-455	-319	0	0	0
TOTAL	698	1.005.773	505.217	263	-96.855	-25.818	151	-398.543	-157.795

Fonte: SI POFC

NOTA (*): As diferenças relativas ao gráfico anterior prendem-se com as anulações de projetos aprovados já em 2011 e, portanto, sem variação líquida face ao ano passado

Em termos acumulados, encontram-se aprovados, no final de 2011, 4.371 projetos com um investimento elegível de 6,9 mil milhões de euros e um incentivo de 2,8 mil milhões de euros.

As aprovações de 2011⁸ resultam, como vimos atrás, de um aumento de 698 projetos aprovados e de um acréscimo de 510,4 milhões de euros de investimento elegível e de 321,7 milhões de euros de incentivo aprovado.

⁸ Nas aprovações do ano são contabilizadas, em termos de valores, todas as variações ocorridas; no entanto, para evitar duplicação de contagem do número de projetos, no número de projetos são inseridos apenas os que foram objeto de primeira aprovação em 2011.

Tabela 2.18: Projetos com Variação dos Valores de Aprovação em 2011, 2007-2011

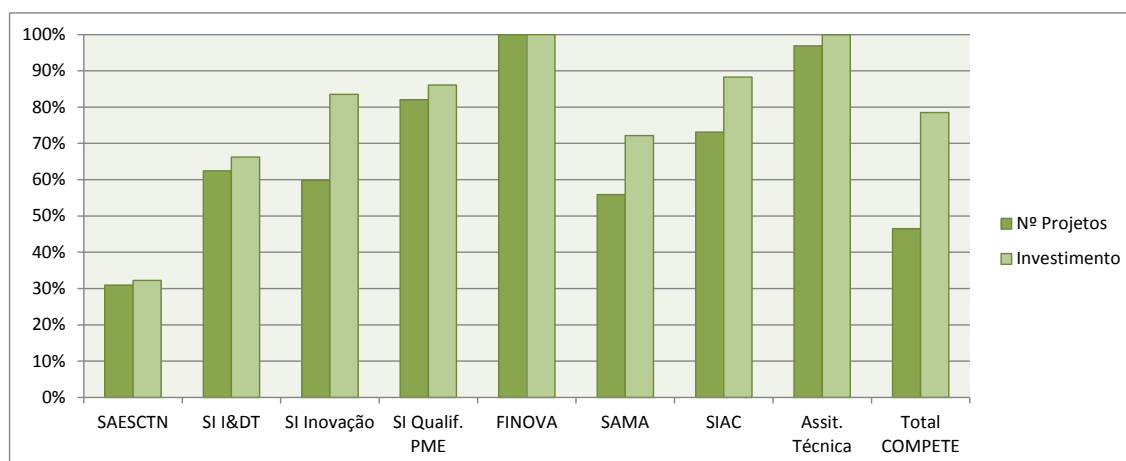
Unid: Mil Euros

EIXO	2011			2007-2011		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	253	166.662	106.908	2.423	858.220	504.421
EIXO II	359	283.855	178.803	1.483	4.876.131	1.589.187
EIXO III	0	0	0	28	476.322	291.791
EIXO IV	26	31.447	18.168	180	430.521	224.901
EIXO V	60	28.865	18.044	227	221.436	151.495
EIXO VI	0	-455	-319	30	45.655	31.958
TOTAL COMPETE	698	510.374	321.604	4.371	6.908.284	2.793.752

Fonte: SI POFC.

Relativamente aos projetos decididos pelo COMPETE (ou seja, com decisão formal da Comissão Directiva), constata-se que 47% foram selecionados para financiamento (representando 79% do investimento proposto).

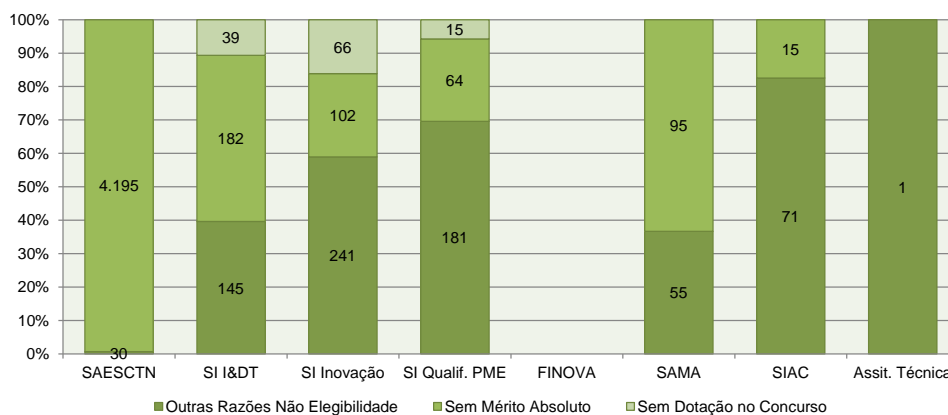
Gráfico 2.13: Taxas de Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Relativamente às razões de não elegibilidade, verifica-se que uma diferenciação em função da tipologia dos projetos. Assim, no âmbito do SAESCTN e SAMA, a não elegibilidade prende-se principalmente com a falta de mérito dos projetos apresentados, enquanto nos Sistemas de Incentivos (em especial SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização das PME) e SIAC, os projetos são não elegíveis essencialmente devido a questões de admissibilidade do promotor ou do projeto.

Gráfico 2.14: Razões de Não Aprovação (Nº Projetos), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Analisando o incentivo atualmente aprovado (líquido de anulações), constata-se que é nas fases de 2009 e na 2ª fase de 2010 que se concentra o maior nível de apoio em termos de incentivo.

Destaque-se que 37% do investimento elegível apoiado se refere a projetos não enquadráveis em concursos, correspondendo, essencialmente, a grandes projetos de investimento inseridos no SI Inovação.

Tabela 2.19: Projetos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Dotação Prevista em Concurso	Projetos Aprovados		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1.ª Fase de 2007	212.500	254	595.266	261.225
1.ª Fase de 2008	297.500	250	391.824	178.738
2.ª Fase de 2008	256.750	1.028	414.915	234.324
1.ª Fase de 2009	415.950	469	537.564	296.423
2.ª Fase de 2009	342.416	774	649.553	367.822
1.ª Fase de 2010	50.880	167	85.212	42.039
2.ª Fase de 2010	410.796	297	538.539	283.850
1.ª Fase de 2011	364.980	341	329.115	196.213
2.ª Fase de 2011	135.300			
Não Enquadráveis em Concursos		791	3.366.296	933.116
TOTAL COMPETE	2.487.072	4.371	6.908.284	2.793.752

Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados.

Nota: Os projetos não enquadráveis em Concursos correspondem a Convites, Projetos do Regime Especial e Projetos de Interesse Estratégico

Fonte: SI POFC.

Em termos de aprovação, é na região Norte que mais projetos foram aprovados, sendo, no entanto, na região Centro que mais investimento elegível foi apoiado (2,7 mil milhões de euros, não contabilizando os projetos Multi-Regiões de convergência).

De salientar, ainda, o facto do investimento médio por projeto ser substancialmente maior na região do Alentejo (5,1 milhões de euros por projeto), face à média total de 1,5 milhões de euros).

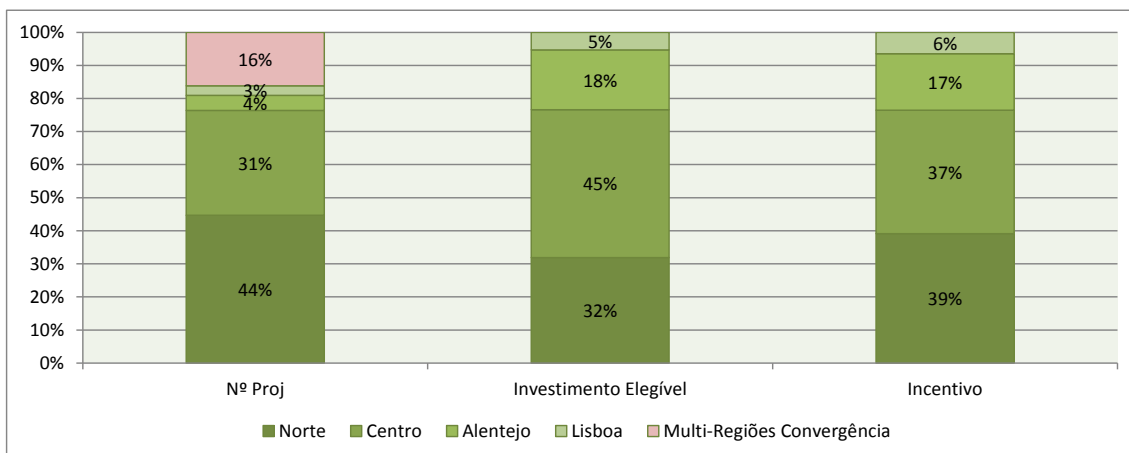
Tabela 2.20: Projetos Aprovados por Região, 2007-2011

Região (NUTS II)	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1.908	1.677.071	778.659
Centro	1.355	2.699.457	807.771
Alentejo	193	977.842	315.016
Lisboa	123	267.775	128.398
Multi-Regiões Convergência	691	1.048.243	618.359
<i>Valores referentes à Região Norte</i>		464.185	270.323
<i>Valores referentes à Região Centro</i>		330.701	198.416
<i>Valores referentes à Região Alentejo</i>		253.356	149.620
Multi-Regiões Convergência + Lisboa	101	237.897	145.548
<i>Valores referentes à Região Norte</i>		64.253	43.535
<i>Valores referentes à Região Centro</i>		54.196	36.421
<i>Valores referentes à Região Alentejo</i>		19.267	12.603
<i>Valores referentes à Região Lisboa</i>		100.180	52.989
TOTAL COMPETE	4.371	6.908.284	2.793.752

Fonte: SI POFC.

Imputando regionalmente os valores de investimento elegível e incentivo, conclui-se que a região Centro concentra 45% do investimento elegível aprovado, embora se verifique uma maior absorção de incentivo na região Norte (39% do incentivo total).

Gráfico 2.15: Projetos Aprovados por Região, 2007-2011



Fonte: SO POFC

No final de 2011 o COMPETE regista uma elevada taxa de contratação (98%), representando 96% do investimento elegível aprovado.

Tabela 2.21: Projetos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2011

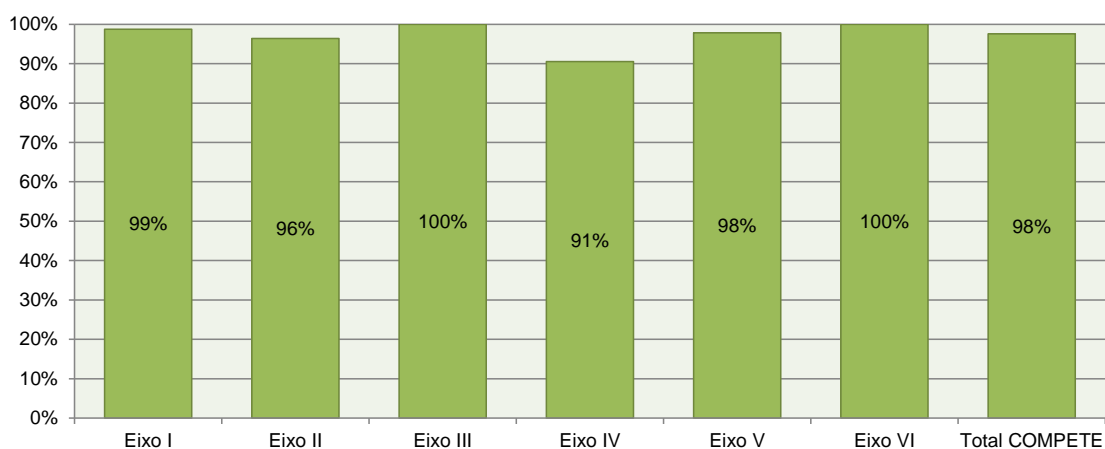
Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projetos Contratados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	2.393	769.473	475.005
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	1.430	4.758.803	1.527.658
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	28	476.322	291.791
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	163	405.150	211.729
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	222	205.686	142.603
EIXO VI - Assistência Técnica	30	45.655	31.958
TOTAL COMPETE	4.266	6.661.089	2.680.745

Fonte: SI POFC.

Em termos de Eixos Prioritários, verifica-se uma elevada taxa de contratação em todos os Eixos Prioritários.

Gráfico 2.16: Taxa de Contratação (Nº Proj.) por Eixo Prioritário, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

No que respeita à afetação das aprovações por dimensão Tema Prioritário, constata-se que as aprovações realizadas até final de 2011 se concentram essencialmente em dois Temas Prioritários: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com cerca de 92% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

Neste sentido, verifica-se uma forte concentração dos apoios concedidos a projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, absorvendo 98% do incentivo. Conclui-se assim que se encontra cumprida a disposição prevista no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que prevê que 60% das despesas apoiadas, no mínimo, devem estar afetadas às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos (*"Earmarking"*).

Tabela 2.22: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária)

Unid: Mil Euros

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		4.054	2.507.104	1.023.235	41%
01*	Atividades de I&DT em centros de investigação	1.154	142.965	34.821	24%
03*	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	1.000	285.800	70.251	25%
04*	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços	247	72.321	30.017	42%
05*	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	227	151.495	59.978	40%
06*	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos ...	18	3.143	1.343	43%
07*	Investimento em empresas diretamente relacionadas com investigação	531	1.219.756	486.280	40%
08*	Outros investimentos nas empresas	849	339.832	213.043	63%
09*	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	28	291.791	127.501	44%
Sociedade da informação		246	251.001	62.327	25%
11*	Tecnologias da informação e comunicação	58	55.655	8.086	15%
13*	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	39	45.059	13.351	30%
15*	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	149	150.287	40.890	27%
Energia		41	3.689	751	20%
43*	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	41	3.689	751	20%
Assistência Técnica		30	31.958	20.287	63%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	30	31.958	20.287	63%
TOTAL Temas Prioritários		4.371	2.793.752	1.106.600	40%
TOTAL Earmarking		4.341	2.761.794	1.086.313	39%

Nota: * Categorias de earmarking.

Fonte: SI POFC.

Para além destes temas prioritários, apresenta-se, no capítulo 2.2.4, uma análise do contributo do COMPETE para a temática da igualdade de género.

Nos Anexos II, III, IV, V, X, XI e XII disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto.

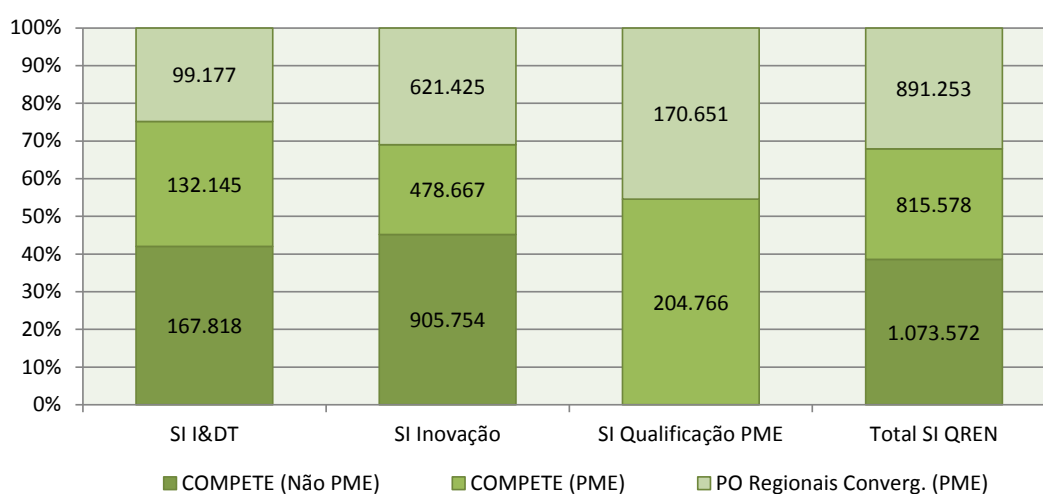
Limite Máximo de Apoio a Não-PME

Como referido no Capítulo 2.6.1, no âmbito da Agenda da Competitividade, o COMPETE apoia sobretudo as Médias e Grandes Empresas (das Regiões de Convergência), cabendo aos respetivos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas.

Deste modo, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, a análise da dimensão das empresas promotoras dos projetos aprovados deverá ser lida em conjugação com os dados dos PO Regionais (Norte, Centro e Alentejo).

Neste sentido, verifica-se que mais de 30% do incentivo atribuído aos projetos das Regiões da Convergência se enquadraram nos respetivos PO Regionais (devido ao estatuto de Micro ou Pequena Empresa).

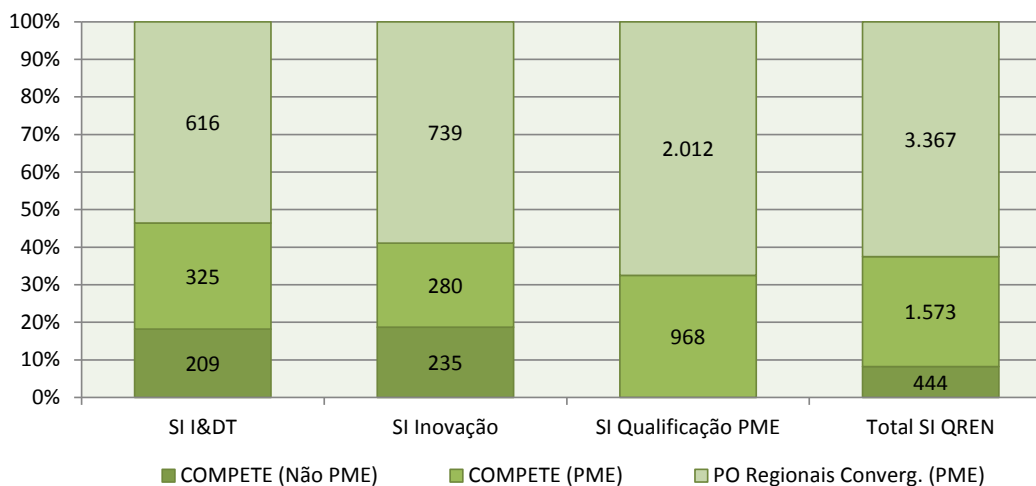
Gráfico 2.17: Incentivo Aprovado (m€) no âmbito do COMPETE e PO Regionais da Convergência, por Sistema de Incentivos, 2007-2011



Fonte: SI QREN.

Uma vez que o incentivo médio é substancialmente superior nos projetos do COMPETE, a análise anterior inverte-se, quando efetuada em termos de número de projetos. Assim, mais de 60% dos projetos aprovados nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo) enquadram-se nos respetivos PO Regionais.

Gráfico 2.18: Projetos Aprovados (Nº) no âmbito do COMPETE e PO Regionais da Convergência, por Sistema de Incentivos, 2007-2011



Fonte: SI QREN.

Relativamente à tipologia de promotores, constata-se que cerca de ¾ do investimento elegível é enquadrado em projetos empresariais, 16% em projetos de entidades públicas (sendo a principal parcela referente aos projetos do SAFPRI) e os restantes 8% em projetos de entidades privadas sem fins lucrativos (destacando-se a componente referente aos Projetos Conjuntos do SI Qualificação e Internacionalização das PME).

Tabela 2.23: Projetos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipo de Promotor	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Micro empresa	34	50.101	33.544
Pequena empresa	46	106.751	66.926
Média empresa	1.357	1.126.312	592.326
Não PME	444	3.926.336	1.073.572
TOTAL Empresas	1.881	5.209.500	1.766.368
Entidades públicas	953	1.117.278	661.151
Ent. privadas sem fins lucrativos	1.537	581.506	366.234
TOTAL Outros Promotores	2.490	1.698.784	1.027.384
TOTAL COMPETE	4.371	6.908.284	2.793.752

Fonte: SI POFC.

Constitui compromisso comum da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos 60% dos apoios diretos totais a empresas são concedidos a PME (excluindo os apoios diretos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação).

A aferição desta meta, e o respetivo controlo, é efetuada ao nível do COMPETE e dos PO Regionais, sendo objeto de monitorização permanente em sede da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

Conforme se pode constatar, no final do ano verifica-se um nível de 67% de apoios a PME no total dos apoios concedidos no SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAFPRI, valores acima do referido limite mínimo estabelecido.

Tabela 2.24: Nível de Apoio a PME no âmbito da Agenda da Competitividade, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Programa Operacional	Projetos Aprovados a PME			Total de Projetos Aprovados	
	N.º Proj.	Incentivo	(% PME / Total)	N.º Proj.	Incentivo
COMPETE	1.276	975.224	52%	1.511	1.880.978
PO Norte	1.495	358.216	100%	1.495	358.216
PO Centro	955	271.239	100%	955	271.239
PO Lisboa	164	40.896	86%	175	47.306
PO Alentejo	301	162.621	100%	301	162.621
PO Algarve	122	36.420	89%	126	40.908
TOTAL	4.313	1.844.616	67%	4.563	2.761.268

Fonte: SI QREN

Apoio à I&D Empresarial

No texto do Programa, aprovado pela Comissão Europeia, foi igualmente assumido o compromisso de relevar o apoio à Investigação e Desenvolvimento na sua vertente empresarial. Neste sentido, este objetivo é monitorizado através de um indicador específico previsto no Eixo I (ver ponto 3.1.1) cuja meta inicial estava fixada em 40% e que, em sede de ajustamento da meta, passou para 50%.

Conforme se pode verificar pela análise do referido indicador (ponto 3.1.1), o I&D empresarial assume um peso de 64%, indiciando uma correta orientação do Programa.

2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Neste capítulo são identificadas as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão para garantir o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as que se referem às regras da concorrência, aos mercados públicos, ao ambiente e à promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Não se verificou qualquer dificuldade, durante o ano de 2011, no cumprimento da legislação comunitária.

2.2.1. Regras da Concorrência

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer Auxílio de Estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência (num processo que pode obrigar à aprovação explícita da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, ou apenas do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT⁹).

Neste sentido, é assegurado o cumprimento das regras da concorrência para a totalidade dos auxílios de estado concedidos no COMPETE com a estrita aplicação dos regimes nacionais.

Não se tendo registado qualquer alteração ao enquadramento comunitário dos auxílios de estado concedidos no âmbito do COMPETE durante o ano de 2010, mantém-se o enquadramento comunitário dos Regimes de Auxílio aplicados.

⁹ Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar, aquando da revisão de legislação, este regime como respeitando o Reg.(CE) N.º 800/2008.

Tabela 2.25: Regimes de Auxílio Utilizados no Âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário

N.º Auxílio	Enquadramento Comunitário	Regulamento Nacional	Situação Atual	Datas
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais	SI Inovação		Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME	SI Inovação; SI I&DT; SI PME	Regimes substituídos pelo X 404/2009	Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	SI Inovação; SI PME		Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)	SI I&DT; SI PME		Envio para CE: Dez-2007 Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SI Inovação; SI I&DT; SI PME		Envio para CE: Mar-2009
X 316/09	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SAFPRI		Envio para CE: Fev-2009
AE N 13/2009	Regime Notificado e Aprovado pela CE (Alargamento do Plafond <i>de minimis</i> para 500 mil euros) ao abrigo do Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica	SI Inovação; SI I&DT; SI PME SAFPRI		Envio para CE: Jan-2009 Aprov. pela CE: Jan-2009 (Carta CE D(2009) 252)
AE SA.32122	Prorrogação do AE N 13/2009	SI Inovação; SI I&DT; SI PME SAFPRI		Envio para CE: Dez-2010 Aprov. pela CE: Jan-2011 (Carta CE C(2011) 63)

Constata-se assim que a totalidade das despesas apoiadas através dos Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI PME) e no SAFPRI são compatíveis com o Regulamento de Isenção por Categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008 de 6 de Agosto) ou, em alternativa, com a regra de *de Minimis* (Regulamento (CE) n.º 1998/2006 de 15 de Dezembro). Nos restantes instrumentos, apesar de não estar previsto qualquer apoio direto a empresas¹⁰, os eventuais apoios que possam existir serão enquadrados ao abrigo da Regra *De Minimis*.

¹⁰ Note-se que, no caso do SAESCTN, o apoio direto a empresas é residual, sendo enquadrado ao abrigo da regra *De Minimis*

Tabela 2.26: Apoios Concedidos em Termos de Auxílios de Estado no Âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Regulamento Nacional	Enquadramento Comunitário (Regulamento de Isenção por Categoria/ <i>Minimis</i>)	Apoios Concedidos	
		Investimento Elegível	Incentivo
SAECTN	<i>De Minimis</i> (c)	227	105
SI Inovação	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	4.324.616	1.332.967
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	46.499	24.861
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	14.732	8.386
	<i>De Minimis</i> (c)	43.672	18.208
	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	89.449	35.126
SI Qualificação e Internacionalização das PME (a)	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	71.685	28.834
	Auxílios ao Ambiente (Art.º 19º)	321	144,45
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	2.477	1.898
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	5.444	4.072
	<i>De Minimis</i> (c)	30.775	12.390
SI I&DT (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	8.452	3.323
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	0	0
	Auxílios à I&D&I (Art.º 31º)	561.908	290.979
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	2.326	1.737
	<i>De Minimis</i> (c)	7.144	3.443
SAFPRI (b)	<i>De Minimis</i> (c)	1.282.106	161.917
TOTAL		6.491.833	1.928.389

Notas:

- (a) – Há apoios a entidades não empresariais que não são considerados como auxílios de estado;
- (b) – Os valores apresentados referem-se às operações financiadas pela PME INVEST;
- (c) – Inclui os auxílios atribuídos ao abrigo do AE N 13/2009, durante o seu período de vigência

Fonte: SI POFC.

Conforme se refere no ponto 3.3, encontram-se ainda criados, ao abrigo do artigo 29.º do Regulamento (CE) 800/2008 (X316/09), 26 Fundos de Capital de Risco, tendo sido efetuadas aplicações em 13 PME com um valor de 10,1 milhões de euros.

Os apoios concedidos ao abrigo da regra de *de Minimis* não carecem de qualquer autorização prévia por parte da Comissão Europeia, cabendo ao Estado-Membro o controlo do cumprimento das respetivas regras, nomeadamente no que se refere ao limite de apoio por empresa durante três exercícios financeiros. Neste sentido, foi decidido criar uma base de

dados nacional, cujo registo é da responsabilidade do IFDR, na qual se congregam todos os apoios, independentemente do organismo público financiador e a forma de apoio, desde que concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro.

A DG Concorrência define ainda a necessidade de comunicação *ex-post* ou mesmo notificação (com a necessidade de aprovação explícita por parte da Comissão Europeia) para projetos que ultrapassem determinados níveis de apoio.

Tendo em conta o limiar de notificação previsto nas Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 (2006/C 54/08), as decisões de aprovação que ultrapassam o referido limiar ficam condicionados à respetiva aprovação por parte da DG Concorrência.

Durante o ano de 2011, em matéria de projetos notificáveis à DG Concorrência, destaca-se:

- NISSAN BATTERY MANUFACTURING PORTUGAL, SA: O projeto foi anulado no final do ano de 2011, não se tendo chegado a iniciar o processo de notificação à DG Concorrência;
- RPP SOLAR - ENERGIAS SOLARES, SA: Em virtude da não concretização dos pressupostos que estiveram subjacentes à configuração do projeto de investimento da empresa RPP Solar, as Autoridades Nacionais solicitaram, em Julho de 2011, à DG Concorrência a retirada da Notificação relativa ao projeto em questão;

Neste sentido, em 2011, não há alteração ao nível dos apoios notificados e decididos pela DG Concorrência.

Tabela 2.27: Lista de Projetos objeto de Notificação à DG Concorrência

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Notificação	Auxílio de Estado	Observações
001943	II	Artenius Sines Pta, SA	Aux. Regionais	N 899/2006	Auxílio aprovado pela CE em 10-Jul-07
001944	II	Celulose Beira Industrial (Celbi), SA	Aux. Regionais	N 900/2006	Auxílio aprovado pela CE em 27-Jun-07

Fonte: SI POFC.

Foram ainda enviados, desde o início do Programa, 15 projetos aprovados no âmbito do COMPETE para controlo *Ex-post*, 2 dos quais durante o ano de 2011.

Tabela 2.28: Lista de Projetos Objeto de Envio *Ex-post* à DG Concorrência

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Envio Ex-Post	Observações
001411	I	IBERFER – Equipamentos e Construções Técnicas, S.A	I&D&I	Enviado em Ago-08
003484	I	MARTIFER Energia - Equipamentos para Energia, S.A.	I&D&I	Enviado em Dez-08
000027	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
000037	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
004584	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004859	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004920	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
001945	II	CUF - Químicos Industriais, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001948	II	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda ("IKEA")	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001942	II	Soc. Portuguesa do Arlíquido `Arlíquido`, Lda	Aux. Regionais	Enviado em Jul-08
003519	II	EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA	Aux. Regionais	Enviado em Out-08
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS COMPOSITOS, SA (*)	Aux. Regionais	Enviado em Jan-11
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Dez-09
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-10
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jun-11

Fonte: SI POFC.

(*) Nota: Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no âmbito do COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento.

Na sequência do envio de informação *ex-post* e, posteriormente, da notificação à DG REGIO, a DG Concorrência solicitou um conjunto de esclarecimentos sobre o apoio à EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA, com incidência particular sobre a separação técnica e funcional face ao apoio à EMBRAER EC Compósitos. A referida investigação *ex officio* (Auxílio Estatal CP 55b/09), iniciada em Fevereiro de 2009, culminou em Julho de 2010, tendo concluído que os apoios foram concedidos em conformidade com as regras aplicáveis.

Em Dezembro de 2010, a DG Concorrência informou as Autoridades Nacionais que tinha recebido uma denúncia referente à concessão de auxílios estatais à EMBRAER – Portugal, tendo solicitado contributos adicionais, remetidos em Fevereiro de 2011. Já em Abril de 2012, a Comissão Europeia informou as Autoridades Nacionais que mantinha a sua análise quanto à legalidade do apoio concedido à EMBRAER.

No âmbito dos restantes instrumentos do Programa (SAESCTN, SAMA, SIAC e Assistência Técnica), os apoios atribuídos não contêm qualquer elemento de auxílio de estado.

2.2.2. Regras de Contratação Pública

Através da adequada aplicação da Orientação de Gestão N.º 04.REV1/POFC/2010, a Autoridade de Gestão do COMPETE assegura e valida o cumprimento do regime legal da contratação pública, vertido no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, a qual tem a sua plena aplicabilidade em sede de validação de despesa para efeitos de pagamentos.

Quanto à atuação da Autoridade de Gestão do COMPETE, nas situações onde não existe Organismo Intermédio, importa referir também a existência de um instrumento de apoio à Orientação de Gestão, o qual é concretizado por pareceres de enquadramento das entidades beneficiárias enquanto entidades adjudicantes nos termos do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos.

Por sua vez, a própria Autoridade de Gestão do COMPETE, na sua qualidade de entidade adjudicante, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º daquele diploma legal, assegura a realização de procedimentos concursais adequados, em conformidade com as suas necessidades no que respeita à realização de despesas essenciais ao seu funcionamento.

2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A integração do ambiente nas atividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente, decorrente da implementação do COMPETE

As ações co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável e da proteção e melhoria do ambiente referidos no Tratado, bem como a legislação comunitária em matéria de ambiente (incluindo a obrigatoriedade, num conjunto relevante de situações, da realização de estudos de impacte ambiental).

Neste sentido, face ao défice de atuação das empresas portuguesas neste domínio, os Fundos Estruturais constituem uma importante alavanca para a concretização dos objetivos nacionais e comunitários em matéria de desenvolvimento sustentável e de proteção e melhoria do ambiente.

Assim, a atuação do Programa situa-se numa lógica preventiva, atuando ao nível da admissibilidade dos projetos e dos promotores, e numa lógica pró-activa, com apoio a medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas dimensões Ambiente, Qualidade, Eficiência Energética e Responsabilidade Social.

Deste modo, os apoios às empresas ficam subordinados à comprovação do cumprimento de todas as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente nos que se referem à legislação em matéria de ambiente.

Quanto aos grandes projetos apoiados (analisados no ponto 4.5), é ainda efetuada uma análise aprofundada em termos de impacte ambiental que incide sobre a sua sustentabilidade ambiental, a eventual necessidade de ações preventivas e a respetiva correção e o respeito pelo princípio do poluidor-pagador. Esta análise é determinante para a pertinência do apoio aos grandes projetos.

Neste âmbito, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade nacional responsável, é consultada sobre o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias, cabendo ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território a emissão da Declaração de Impacte Ambiental relativa à Avaliação de Impacte Ambiental de todos os grandes projetos.

Saliente-se ainda que os grandes projetos são igualmente avaliados em termos de efeitos nos sítios da Rede Natura 2000.

Visando o fomento do desenvolvimento sustentável, destacam-se os seguintes instrumentos do COMPETE:

- **Apoios à I&D:** está previsto o apoio a projetos nos referidos domínios, quer numa lógica de investimento empresarial (SI I&DT), quer numa lógica de reforço das competências de investigação científica e tecnológica (SAESCTN);
- **Apoios do SI Inovação:** está previsto o apoio a projetos empresariais, com introdução de tecnologia inovadora com impacte ao nível da eficiência energética e ambiental. Podem ainda ser financiadas despesas imateriais ligadas à certificação nas áreas ambientais, energéticas e qualidade;
- **Apoios à Qualificação das PME:** está previsto o apoio a projetos de:
 - Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS), aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente;
 - Qualidade - certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
 - Diversificação e eficiência energética - aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;

- Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho - investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;
- **Apoios a ações coletivas:** está previsto o apoio a projetos de natureza coletiva (SIAC), que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia, nas áreas da Eficiência e diversificação energética, Ambiente e desenvolvimento sustentável e Promoção da responsabilidade social das empresas.

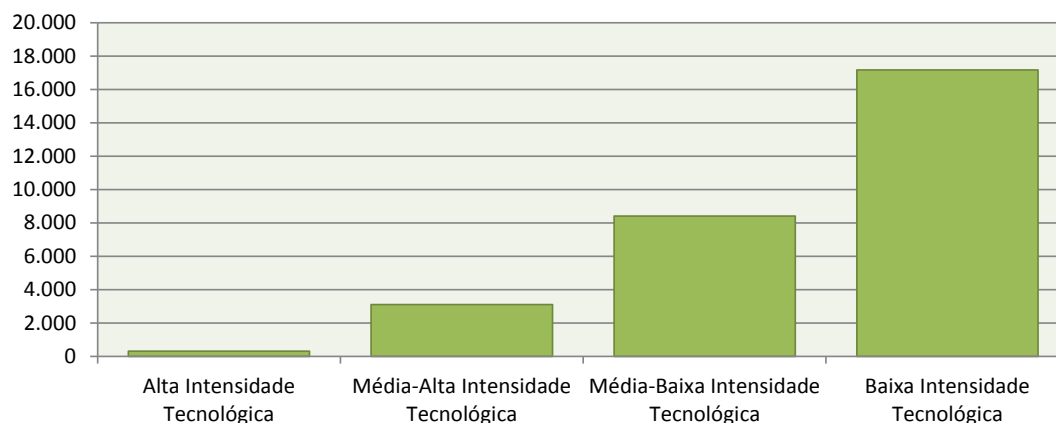
O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO COMO TIPOLOGIAS DE APOIO NO ÂMBITO DO SI PME

No âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, até final de 2011 foram apoiados 336 projetos com um investimento da componente Ambiente na ordem dos 41,3 milhões de euros e um incentivo de 17,3 milhões de euros. Neste sentido, conclui-se que perto de metade dos projetos aprovados neste instrumento (excluindo a tipologia Vale Inovação) apresentam nos seus projetos componentes de Ambiente, Qualidade, Diversificação e eficiência energética ou Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho.

Sectorialmente, destaque-se a aposta das PME inseridas em sectores da indústria (perto de ¾ do investimento elegível desta componente insere-se em projetos do sector da Indústria), com especial destaque para os projetos em setores considerados de baixa ou média-baixa intensidade tecnológica, sem prejuízo das características inovadoras dos investimentos.

Gráfico 2.19: Projetos Aprovados no SI PME com Componente de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por Principais Sectores de Atividade, 2007-2011

Inv. Elegível em Ambiente e Desenv. Sustentável (m€)



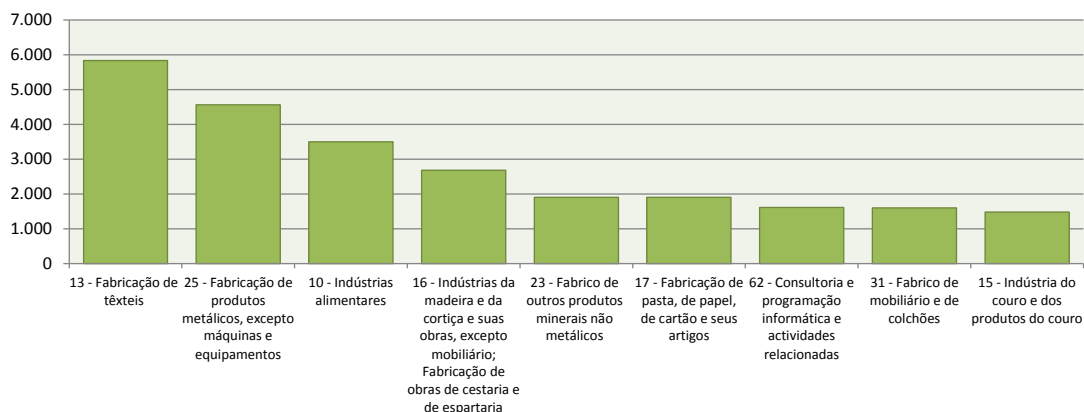
| 62

Fonte: SI POFC.

Em termos de análise por CAE, verifica-se que as atividades com mais investimentos nesta área, no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, são CAE 13 - Fabricação de têxteis, CAE 25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos e CAE 10 - Indústrias alimentares.

Gráfico 2.20: Projetos Aprovados no SI PME com Componente de Ambiente, por Principais Sectores de Atividade, 2007-2011

Inv. Elegível em Ambiente e Desenv. Sustentável (m€)



Fonte: SI POFC.

O AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMO DESPESAS PREVISTAS NO ÂMBITO DO SI INOVAÇÃO

No âmbito do SI Inovação, foram apoiados até final do ano 259 projetos com investimentos nas áreas de Ambiente ou Eficiência Energética, envolvendo um investimento elegível de 106,8 milhões de euros e um incentivo de 24,5 milhões de euros.

Sendo este instrumento direcionado para investimentos produtivos, apesar da relativa pouca expressão no total do investimento atribuído no SI Inovação (cerca de 2,4% do investimento elegível total), destaque-se o facto de mais de metade dos projetos aprovados apresentarem esta componente de investimento, comprovando a relevância desta área para a inovação produtiva).

| 63

O AMBIENTE COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DOS PROJETOS DE AÇÕES COLETIVAS

No SIAC, foram apoiados 35 projetos com intervenção na área do ambiente com um investimento elegível de 8,1 milhões de euros, totalizando 51 ações coletivas se se incluírem os projetos de eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível associado de 19,5 milhões de euros.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

N.º DE PROJETO: 18640

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Sustentabilidade Ambiental da Indústria Extrativa

PROMOTOR: ASSIMAGRA – Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins

LOCALIZAÇÃO: Norte, Centro e Alentejo

INVESTIMENTO APROVADO: 2.857.000,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 1.999.900,00euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Trata-se de um projeto Âncora 2 do Plano de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva “Cluster da Pedra Natural”, integrado no eixo estratégico de intervenção: Sustentabilidade das atividades do Cluster, pretende apostar na qualificação dos recursos e territórios, com vista a melhorar o desempenho económico e ambiental do Cluster da Pedra Natural, aumentando a sua eficiência e integração das suas atividades de forte implantação territorial em sede de ordenamento do território.

O projeto configura uma co-promoção entre a ASSIMAGRA e a ANIET - Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora, enquanto sócias fundadoras da Associação VALOR PEDRA e conhecedoras do complexo de atividades desenvolvidas ao longo dos anos no âmbito do Sector, em parceria com o ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, instituto que assume a gestão territorial dos diversos valores naturais, nos domínios da geodiversidade e da biodiversidade. A parceria proposta visará atualizar e integrar o conhecimento, e desenvolver metodologias e ferramentas que permitam a exploração sustentada do recurso e a sua compatibilização com os valores de Conservação da Natureza existentes.

O projeto tem por objetivo suportar o desenvolvimento sustentável da extração/exploração de pedreiras, através de ações de âmbito geológico e ambiental que permitem a delimitação e planeamento integrados dos núcleos de atividade extrativa no Maciço Calcário Estremenho, no Barro Branco-Ruivina (Borba), na Falperra e em Cela.

Os objetivos do projeto serão atingidos através da implementação das seguintes atividades e subatividades:

- Exploração Sustentável de Recursos no Maciço Calcário Estremenho.
Subatividades:
 - Caracterização da Situação de Referência;
 - Caracterização e Valorização das Áreas de Intervenção Específica;
 - Desenvolvimento de um modelo de gestão dos resíduos das explorações articulado com as restrições de natureza ambiental existentes;
 - Proposta de Ordenamento e Gestão Territorial dos Núcleos Extrativos e Desenvolvimento do Modelo de Gestão de Resíduos;
 - Comunicação e Sensibilização.
- Cartografia Temática Barro Branco.
Subatividades:
 - Cartografia Temática do Barro Branco - Anticlinal Estremoz;
 - Desenvolvimento de um Modelo de Gestão de Resíduos das explorações do Barro Branco, articulado com as restrições de natureza ambiental existentes.
- Cartografia Temática da Falperra.
Subatividades:
 - Elaboração do Mapa de Aptidão Geoeconómica da jazida de granitos ornamentais;
 - Valorização dos granitos ornamentais da Serra da Falperra;
 - Proposta de Ordenamento e de Gestão Territorial da atividade extrativa do núcleo de Falperra dentro dos padrões de sustentabilidade ambiental.
- Cartografia Temática da Cela.
Subatividades:
 - Caracterização da situação de referência no maciço de Castro Daire;
 - Avaliação das condicionantes geológicas;
 - Cartografia temática da Sensibilidades Ambiental à Indústria Extrativa;
 - Proposta de Ordenamento e Gestão Territorial.

RESULTADOS ESPERADOS:

Apresentam-se de seguida os resultados diretos decorrentes da implementação do projeto:

- Produzir informação relevante como levantamentos topográficos, cartografias e mapas;
- Efetuar sondagens mecânicas e fotointerpretações;
- Avaliação de reservas de recursos extrativos;
- Planos de monitorização ambiental;
- Sessões públicas de apresentação de resultados e *workshop* temáticos;

O projeto tem como alvo abranger 375 PME, das quais 30 envolvidas em redes de cooperação.

2.2.4. Igualdade de Oportunidades

A igualdade de oportunidades e, designadamente, a igualdade de género está consagrada como um direito fundamental no Tratado da União Europeia, sendo de assinalar a ênfase colocada nesta temática nas diferentes iniciativas, regulamentos e comunicações oriundas das diferentes instâncias comunitárias.

Em Setembro de 2010, a Comissão Europeia adotou a “**Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres**”¹¹, constituindo um plano de trabalho para os anos 2010-2015, e que se propõe intervir sobre as questões de dependência económica, igualdade remuneratória, igualdade na tomada de decisões, violência de género e também sobre a igualdade em países terceiros. Baseada na “Carta das Mulheres”, na experiência do Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2006-2010 e no Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos¹², o objetivo é tirar partido do potencial das mulheres em termos de emprego e do seu papel na sociedade, com vista a atingir as metas de desenvolvimento sustentável, consubstanciadas na Estratégia Europa 2020.

Apesar dos progressos sentidos nos últimos anos, com destaque para a crescente participação feminina no mercado de trabalho e para a diminuição do gap em termos de emprego entre homens e mulheres (de 18,2 p.p. em 1998, para 11,5 p.p. em 2011), existem muitos domínios em que a desigualdade ainda persiste: as mulheres enfrentam maior precariedade no mercado de trabalho, salários inferiores, maior desemprego, maior risco de não encontrar novo emprego, maior risco de pobreza, menor participação nos cargos de decisão, maior peso nas tarefas familiares, entre outros.

Em Janeiro de 2011, foi aprovado, o **IV Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2011-2013**¹³, que prevê a adoção de 97 medidas, em 14 áreas estratégicas, das quais aqui se destacam: integração da dimensão de género na administração pública, central e local, como requisito de boa governação; independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal e investigação e sociedade do conhecimento. Este Plano refere-se à Agenda da Competitividade, essencialmente no que respeita à importância do empreendedorismo feminino.

Considerando as orientações das políticas nacionais e comunitárias, a igualdade de género não pode deixar de estar bem presente no atual quadro de programação financeira. Neste

¹¹ COMISSÃO EUROPEIA, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, COM (2010)491 finalm, Bruxelas 21-09-2010.

¹² Aprovado no Conselho Europeu de Março de 2006.

¹³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de Janeiro, DR n.º 12, I Série

âmbito, tal como consta do texto do Programa, a **atuação do COMPETE tem como princípios:**

- Minimizar as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa;
- Assegurar a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional (ciência e tecnologia, TIC, empreendedorismo qualificado);
- Divulgar informação e ações de sensibilização sobre os apoios financeiros disponíveis, direcionados para públicos-alvo discriminados, para a criação de empresas qualificadas e demais iniciativas associadas à melhoria da competitividade e internacionalização das empresas existentes;
- Recolher e analisar informação de realização do Programa pertinente para a definição de estratégias de atuação visando a igualdade de oportunidades;
- Assegurar a participação de representante do domínio da Igualdade de Oportunidades na Comissão de Acompanhamento do Programa;
- Promover a articulação temática com o PO Potencial Humano visando uma melhor integração e prossecução dos objetivos de Igualdade de Oportunidades no QREN.

Atuando sobre os agentes económicos, nomeadamente ao nível das empresas, o COMPETE tem potencial para induzir comportamentos em prol da igualdade e da não-discriminação, contribuir para a sensibilização neste domínio e para fomentar a participação das mulheres, nomeadamente, apoiando-as como empresárias. Assim sendo, é de destacar:

- Abertura de concursos com dotação preferencial ou exclusiva para o empreendedorismo feminino: no âmbito do **SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado**;
- **Majoração de projetos empreendidos por mulheres:** o SI Inovação prevê a majoração do incentivo em 10 p.p. para projetos de empreendedorismo feminino.
- Definição da “Igualdade de Oportunidades” (mais abrangente que a igualdade de género) como tipologia de investimento para o **SI Qualificação de PME**, sendo apoiáveis projetos de definição e implementação de planos de igualdade com efeitos sobre a conciliação entre a vida familiar e profissional e de facilitação do mercado de trabalho inclusivo.
- Apoio, no **SIAC**, de projetos na área do empreendedorismo feminino e da sensibilização para a igualdade de oportunidades e responsabilidade social das empresas.

Até final de 2011, encontravam-se aprovados 5 projetos do SI Inovação de Empreendedorismo Qualificado com majoração de Empreendedorismo Feminino, com um investimento elegível de 3,9 milhões de euros e um incentivo de 2,9 milhões de euros¹⁴ e um projeto aprovado com um investimento elegível com a tipologia “vida familiar”¹⁵ relativa à temática “igualdade de oportunidades” no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME.

Quanto aos projetos SIAC, destaque-se a aprovação, desde o início do Programa, de 10 projetos de sensibilização e campanhas para a igualdade de oportunidades, envolvendo um investimento elegível de 9,2 milhões de euros e um incentivo de 6,4 milhões de euros.

2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

No final de 2011 contabilizavam-se 243 projetos aprovados com componente de formação profissional, envolvendo um incentivo¹⁶ de 20,9 milhões de euros, pelo que, ao nível de compromissos, se encontra cumprido o referido limite de 10% (Eixos II e IV).

¹⁴ Tal como consta do ponto 2.6.1, sendo esta tipologia direcionada sobretudo para micro e pequenas empresas, o seu financiamento é essencialmente assegurado pelos PO Regionais.

¹⁵ Tratando-se de um projeto visando, essencialmente a internacionalização da empresa, a componente associada à igualdade de oportunidades representa menos de 1% do investimento elegível total

¹⁶ Note-se que, no âmbito do COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade com FEDER.

Tabela 2.29: Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional, por Eixo Prioritário, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional			Total de Projetos Aprovados no Eixo Prioritário	
	N.º Proj.	Inv. Eleg. em Formação	Incentivo em Formação	Incentivo Total	% da Formação no Total
Eixo Prioritário I	0	0	0	504.421	0,0%
Eixo Prioritário II	194	23.594	15.418	1.589.187	1,5%
Eixo Prioritário III	0	0	0	291.791	0,0%
Eixo Prioritário IV	49	10.891	5.491	224.901	4,8%
Eixo Prioritário V	0	0	0	151.495	0,0%
Eixo Prioritário VI	0	0	0	31.958	0,0%
Total COMPETE	243	34.485	20.909	2.793.752	1,2%

Fonte: SI POFC.

2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

2.3.1. Constrangimentos Internos

Apesar da aceitação em 2010 pela Comissão Europeia da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE relativo aos Organismos Intermédios (FCT e a Ciência Viva), conforme reportado no Relatório de Execução do ano passado, durante o ano de 2011 a **Autoridade de Certificação não considerou estarem reunidas as condições necessárias para certificação das despesas apresentadas pelo COMPETE relativas ao SAESCTN** devido a questões de enquadramento suscitadas pela IGF no âmbito auditoria de sistema, bem como à auditoria subsequente lançada pela própria Autoridade de Certificação (IFDR). O COMPETE e a FCT diligenciaram as medidas necessárias com vista a ultrapassar as referidas questões suscitadas, as quais, em articulação com o IFDR e a IGF, **se encontram em fase final de resolução.**

Esta situação teve reflexo direto na gestão financeira do Programa, designadamente ao nível da tesouraria, de que resultaram atrasos pontuais nos pagamentos aos promotores.

2.3.2. Constrangimentos Externos

O principal constrangimento externo à boa execução do Programa prende-se com a **difícil conjuntura macroeconómica**, conforme ponto 2.4.1, quer ao nível das entidades públicas (com grande impacto, sobretudo na Modernização da Administração Pública), quer das entidades privadas sem fins lucrativos (relevante, sobretudo, para a execução das Ações Coletivas), quer das Empresas (com reflexo na execução dos Sistemas de Incentivos).

| 69

Tal como reportado nos Relatórios dos anos anteriores, a Gestão tem procurado apresentar soluções adequadas às dificuldades dos promotores, sem nunca perder o objetivo de mudança estrutural, nomeadamente:

- Melhorar a atratividade dos instrumentos QREN, através do aumento da taxa de incentivo (sobretudo ao nível dos Sistemas de Incentivos), alargamento da possibilidade de efetuar adiantamentos aos promotores, alargamento das tipologias de apoio nos Sistemas de Incentivos, facilitação dos critérios de entrada das empresas (menor exigência de autonomia financeira e de grau de cobertura de investimentos por capitais próprios);
- Criação de Linhas de Crédito, no sentido de facilitar a concessão de crédito bancário às PME, nomeadamente, no caso da Linha QREN INVESTE, para financiamento de empresas com projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos;
- Criação de novos Fundos de Capital de Risco e linhas de financiamento a “*Business Angels*”;
- Possibilidade, concedida de forma excecional às empresas, de adequarem os termos dos seus projetos às condições financeiras atuais de cada um dos promotores, ao nível do âmbito do projeto, da sua calendarização e das metas de execução;
- Introdução de simplificações administrativas (eliminação da exigência de comprovativos de licenciamento, simplificação e aceleração do processo de pagamentos e de comprovação do investimento, eliminação da necessidade de pré-avaliação favorável no SI Inovação, revisão de formulários de candidatura e de pedidos de pagamento).

Deste modo, durante o ano de 2011 foi proposta, e aceite pela Comissão de Acompanhamento e pela Comissão Europeia, uma **reprogramação interna** que visou, essencialmente, o reforço da dotação disponível para as empresas (Sistemas de Incentivos dos Eixos I e II), em contrapartida dos instrumentos de apoio à envolvente que apresentavam, na atual conjuntura, uma dotação sobredimensionada, nomeadamente o SAMA – Sistema de Apoio à Modernização da Administração Pública.

Para este reforço de verbas mantiveram-se as prioridades definidas: a focalização dos apoios empresariais às prioridades **internacionalização** (apoio a atividades transacionáveis e projetos de vocação internacional) e **estratégias de eficiência coletiva** (Polos e Clusters).

Destaque-se ainda que, no final do ano, se iniciou **um processo de reprogramação estratégica do QREN**, no sentido de ajustar a dotação global do QREN às prioridades e às necessidades de Portugal, sendo esperada a sua conclusão durante o ano de 2012.

No final de 2010 foi celebrado, entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento (BEI), um contrato relativo a um **Empréstimo Quadro (EQ-BEI)** no valor total de 1,5 mil milhões de euros para financiamento da contrapartida nacional em projetos co-financiados pelo FEDER e Fundo de Coesão.

| 70

Em Março de 2011, foram definidas as regras nacionais para a aplicação da primeira tranche de 450 milhões de euros para:

- Financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas em PIDDAC, da responsabilidade de entidades beneficiárias da administração central;
- Financiamento reembolsável da contrapartida nacional das operações a realizar pelas restantes entidades beneficiárias do QREN EQ (entidades da Administração Central, Regional e Local, as instituições de ensino superior e centros de investigação e desenvolvimento, as entidades dos sectores empresariais do Estado, Regional e Autárquico bem como empresas concessionárias de serviço público, as pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, incluindo as instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, fundações e associações de utilidade pública).

Tendo em conta a apresentação, por parte dos potenciais beneficiários, da intenção de beneficiar do referido EQ, bem como a posterior análise por parte do IFDR, no âmbito do COMPETE, foram enquadrados no EQ-BEI 1.192 projetos com um financiamento PIDDAC de 84,6 milhões de euros (1.157 projetos SAESCTN e 35 projetos SAMA).

Conforme reportado no Relatório de Execução de 2010, na sequência da criação do mecanismo de reformulação de projetos com incentivos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos do QREN (no âmbito do COMPETE e dos PO Regionais do Continente), no sentido de atuar de forma mais rigorosa com empresas que não tendo aproveitado a possibilidade aberta para a reformulação excecional, foi criado um instrumento de acompanhamento dos projetos (aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos QREN) que apresentam atrasos significativos, seja na fase de contratação, seja na fase de execução: **Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI)**.

A BDI, assinalando os projetos que apresentem os referidos atrasos, visa permitir aos promotores ultrapassar o seu incumprimento (tendo para tal sido criado mecanismo de regularização da situação desconforme num período muito curto) ou, por outro lado, descativar o incentivo para aprovação de projetos futuros.

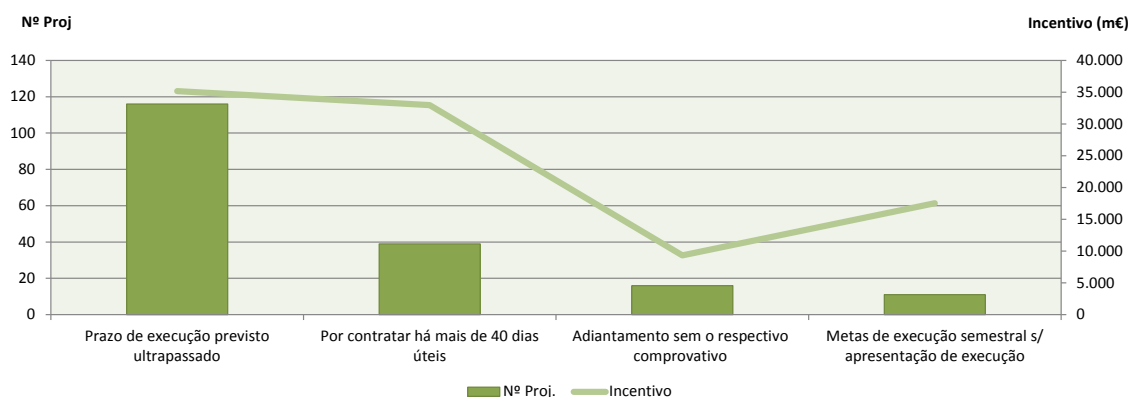
Os projetos dão entrada automaticamente na BDI, sempre que se registre uma das seguintes situações:

- Projetos por Contratar: projetos por contratar com comunicação de decisão de financiamento há mais de 40 dias úteis;
- Projetos sem níveis mínimos de execução: projetos contratados que tenham ultrapassado o prazo de execução previsto e não tenham apresentado o respetivo pedido de pagamento a título de reembolso final (PTRF) nos prazos determinados na Norma de pagamentos aplicável; projetos que tenham beneficiado de Pagamentos a Títulos de adiantamento (PTA e PTC) não tendo comprovado os níveis de despesa exigidos nos prazos definidos na Norma de Pagamentos aplicável e projetos que tenham estabelecido contratualmente metas de execução semestral e não tenham apresentado qualquer execução durante dois semestres consecutivos.

Na sequência da implementação da BDI em Fevereiro, no âmbito dos projetos financiados pelo COMPETE, foram assinalados, até final do ano, 892 projetos com atrasos significativos, envolvendo um incentivo de 870,8 milhões de euros, dos quais:

- 108 projetos foram objeto de anulação, permitindo uma descativação de 74,0 milhões de euros;
- 602 projetos, após identificação dos atrasos, ultrapassaram o seu incumprimento, permitindo a contratação de 278,6 milhões de euros e a aceleração da execução de projetos com um incentivo de 423,2 milhões de euros;
- 182 projetos encontravam-se ainda, no final do ano, em situação de incumprimento, com um incentivo associado de 95,0 milhões de euros, constituindo a principal razão os projetos com prazo de execução ultrapassado sem apresentação do pedido de pagamento final.

Gráfico 2.21: Projetos Aprovados COMPETE, dos Sistemas de Incentivos, incluídos na BDI no final do ano, por motivo, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.4.1. Contexto Socioeconómico

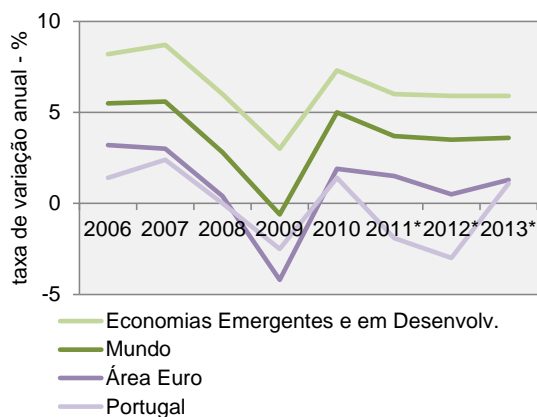
Neste subcapítulo procede-se à análise socioeconómica do ano de 2011, dando ênfase aos aspetos que, direta ou indiretamente, influenciaram as decisões dos agentes económicos, determinaram medidas de política económica e contribuíram ou condicionaram a execução do Programa.

Economia Internacional

A instabilidade nos mercados abranda o ritmo de recuperação

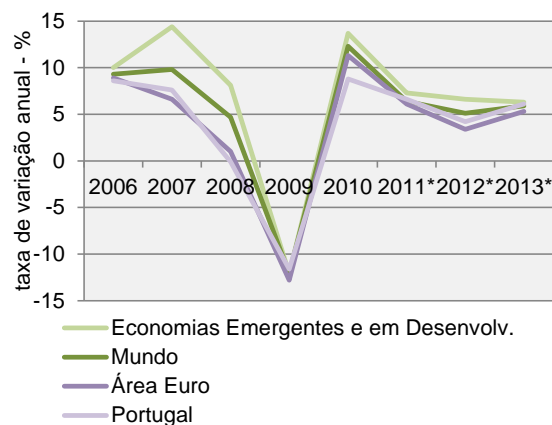
A evolução da economia mundial em 2011 veio refrear as expetativas mais otimistas de uma retoma rápida da crise de 2008-2009. Após os dois primeiros trimestres de 2010, em que a dinâmica do comércio internacional impulsionou o **PIB mundial**, a atividade económica abrandou, em especial nas economias avançadas. O aumento das tensões nos mercados financeiros internacionais, as crises da dívida soberana, os processos de consolidação orçamental e a retirada das medidas expansionistas anticrise, nomeadamente em alguns países da Área do Euro, a par da notória incapacidade das instituições para encontrar uma solução atempada e eficaz para a situação, são apontadas como as principais causas para esta desaceleração, que se perspetiva prolongada.

Gráfico 2.22: PIB, 2006-2013



Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Autumn 2011 (2011).

Gráfico 2.23: Exportações, 2006-2013



Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Autumn 2011 (2011).

O ano de 2011 foi, também afectado pelo impacto económico do sismo e maremoto de elevadas proporções verificados no Japão e pelo aumento dos preços das matérias-primas, nomeadamente do petróleo, resultante da instabilidade provocada pela “primavera árabe”, nos países do norte de África e médio Oriente e, em particular, na Líbia.

Os níveis elevados de incerteza, consentâneos com a quebra dos indicadores de confiança, a desaceleração da procura interna nas economias mais avançadas e o aumento do preço das matérias-primas, produziram necessariamente efeitos sobre os fluxos de **comércio internacional**, traduzidos na redução das taxas de crescimento das exportações e das importações. Para 2012, as previsões apontam para que a taxa de crescimento das exportações seja inferior em quase 5 p.p. à registada em 2007.

Quanto à **inflação**, os preços subiram em particular na primeira metade do ano, na sequência da evolução do mercado das matérias-primas e do petróleo. No segundo semestre, a pressão diminuiu, mantendo-se elevada nas economias emergentes, com maior dinâmica económica.

Na **Área do Euro**, a sustentabilidade das finanças públicas, a estabilidade do sistema financeiro e os seus impactes sobre a economia real marcaram a agenda.

No início de 2010, após o lançamento do Plano Europeu para a Recuperação Económica¹⁷ e de outras medidas de carácter expansionista com vista a travar a crise, a evolução do

¹⁷ Lançado em Novembro de 2009, constitui um conjunto de medidas de política fiscal e estrutural implementadas e a implementar pelos Estados-Membros, com vista a restaurar a confiança e aumentar a procura e o poder de compra, estimular o investimento e apoiar as

crescimento económico parecia antever a consolidação da retoma. No entanto, cedo se constatou que esta estaria condicionada pelos elevados níveis de incerteza e pelas dúvidas dos mercados financeiros relativamente à sustentabilidade das finanças públicas de alguns Estados-Membros.

Em Maio de 2010, a crise da dívida grega colocou a Europa de sobreaviso para eventuais impactes sobre a moeda única e para a possibilidade de alastramento a outros membros da Área do Euro, revelando, igualmente, a inexistência de mecanismos coletivos de resposta à situação. Em Novembro, é a Irlanda que recorre ao recém-criado Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), com um défice superior a 30% do PIB¹⁸, sendo seguida, já em Abril de 2011, por Portugal, após a descida consecutiva dos níveis de *rating* da República e da consequente escalada dos juros da dívida.

Para além da pressão sobre os países que recorreram à ajuda, o segundo semestre do ano foi marcado pelo alastramento da incerteza dos investidores à Espanha e à Itália, cujos juros da dívida pública registaram aumentos significativos. Numa tentativa de impedir esta escalada, o BCE alargou, em Agosto, a estes países, o Programa dos mercados de títulos de dívida da área do euro, iniciado em Maio para os três Estados-membros em ajustamento.

Já em Dezembro, o Conselho Europeu, procurando dar uma resposta contundente aos mercados financeiros, propôs-se implementar um **Pacto Orçamental**, a efetivar na primavera de 2012, com vista a reforçar a disciplina orçamental dos Estados-Membros, aumentar as sanções em caso de incumprimento e a supervisão por parte das instâncias comunitárias.

Este nível de instabilidade política e financeira, marcada pelas atuações quase sempre reativas e nem sempre consonantes de todos os Estados-membros, e o abrandamento do comércio internacional, originaram necessariamente efeitos sobre a economia real. Segundo as previsões de Outono da Comissão Europeia, em 2011, a **taxa de crescimento do PIB**, na Área do Euro, deverá abrandar para os 1,5%, sendo que, em 2012, se prevê que esta seja quase nula, recuperando em 2013 para os 1,3%. Portugal e Grécia deverão ser os únicos Estados-membros em recessão no ano em análise.

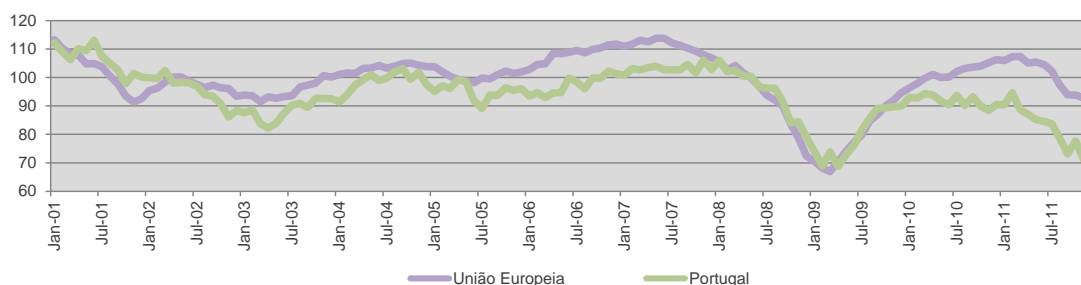
De assinalar que, apesar da instabilidade afetar todos os países da Área do Euro, a evolução continua a ser heterogénea nas diferentes economias, com a taxa de crescimento do PIB prevista para 2011, a variar dos 8% da Estónia aos -5.5% da Grécia. Estrutura produtiva, tipo de exportações, desequilíbrios internos ou externos apresentados, solidez do sistema financeiro, situação do mercado imobiliário são fatores de diferenciação.

empresas e melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, no total de cerca de 200 mil milhões de euros (1,5% do PIB da União Europeia), financiados pelos orçamentos nacionais, pelo orçamento comunitário e pelo BEI.

¹⁸ Na sequência do resgate do Anglo Irish Bank.

A evolução do **indicador de sentimento económico**, apresentada no gráfico, é reveladora da quebra de confiança dos consumidores e empresas ao longo de 2011 (bastante mais evidente em Portugal), que, perante expectativas menos favoráveis, tendem a adiar as suas decisões de consumo e de investimento.

Gráfico 2.24: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – União Europeia e Portugal, 2000-2011



Fonte: CE, Economic and Financial Affairs, Economic Databases and Indicators.

Paralelamente, a redução do rendimento disponível, na sequência das medidas de consolidação financeira, a par da manutenção de níveis elevados de desemprego e também da deterioração das condições de financiamento, deverão contribuir para a contração da **procura**. Prevêem-se, em 2011, quebras nas taxas de crescimento do consumo privado e do consumo público na ordem dos 0,4 p.p. face a 2010, acentuadas, sobretudo, nos países em ajustamento.

Quanto à FBCF, que vinha a registar taxas de crescimento negativas desde 2008, espera-se um ligeiro aumento em 2011, seguido de novo abrandamento em 2012, dada a persistência de incerteza na rentabilidade dos investimentos e das dificuldades de acesso ao crédito.

Tabela 2.30: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2006-2013

Indicador Económico		2006	2007	2008	2009	2010	Previsões		
							2011	2012	2013
PIB	VH	3,0	2,9	0,4	-4,2	1,9	1,5	0,5	1,3
Consumo Privado	VH	2,1	1,7	0,4	-1,2	0,9	0,5	0,4	1,0
Consumo Público	VH	2,1	2,2	2,3	2,5	0,5	0,1	-0,2	0,3
FBCF	VH	5,4	4,7	-1,1	-12,2	-0,5	2,0	0,5	2,9
Exportação de bens e serviços	VH	8,6	6,6	1,0	-12,8	11,3	6,1	3,4	5,3
Importações de Bens e Serviços	VH	8,5	6,2	0,9	-11,7	9,6	4,8	3	5,0
Procura Final	VH	4,6	3,9	0,6	-6,4	3,9	2,5	1,2	2,5
Emprego	VH	1,5	1,7	0,7	-2,1	-0,5	0,3	0	0,3
Taxa de Desemprego	VH	8,4	7,6	7,6	9,6	10,1	10,0	10,1	10,0
Produtividade (PIB/Emprego)	VH	1,6	1,3	-0,3	-2,2	2,4	1,2	0,4	1,0
Custo Unitário Real do Trabalho	VH	-0,9	1,0	1,7	3,2	-1,5	-0,2	0	-0,7
Deflator do PIB		1,9	2,3	1,9	0,9	0,7	1,2	1,6	1,6
HIPC			2,1	3,3	0,3	1,6	2,6	1,7	1,6
Dívida Bruta SPA	% PIB	68,5	66,3	70,1	79,8	85,6	88,0	90,4	90,9
Saldo Global SPA	% PIB	-1,4	-0,7	-2,1	-6,4	-6,2	-4,1	-3,4	-3,0

Legenda: VH – Variação Homóloga; PIB – Produto Interno Bruto; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; SPA – Sector Público Administrativo.

Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2011* (2011).

Neste sentido, são as **exportações** que, em 2011, mais contribuem para o Produto, com uma taxa de crescimento prevista de 6,1%, não obstante serem evidentes os efeitos do abrandamento do comércio internacional na evolução face a 2010.

O **emprego** continua a evoluir lentamente. As previsões apontam para um crescimento residual de 0,3% em 2011, uma estagnação em 2012 e uma recuperação mínima de 0,3% em 2013. As taxas de desemprego deverão continuar elevadas, na ordem dos 10%. Já os custos unitários reais do trabalho deverão diminuir, com potenciais efeitos sobre a competitividade das economias da Área do Euro.

Os **índices de preços** deverão registar uma subida em 2011, sobretudo no primeiro semestre, quer devido ao aumento das matérias-primas, quer dos impostos indiretos e de outras taxas em vários Estados-Membros.

Quanto às **taxas de juro**, o BCE manteve a política de taxas baixas, não obstante as subidas ligeiras verificadas em Março e Julho, para conter a inflação. Ainda assim, é notório o abrandamento do crédito ao sector privado, em especial nos países em ajustamento, quer pela redução da procura, quer da oferta por parte dos bancos.

Apesar dos testes de *stress* não terem revelado problemas financeiros inultrapassáveis, continuaram a persistir sinais de instabilidade nos mercados de capitais evidentes de que resultaram impactos negativos na solidez financeira do **sistema bancário**, provocando dificuldades acrescidas no acesso ao financiamento das empresas e da economia real.

No que concerne às **contas públicas**, as políticas de consolidação financeira deverão começar a surtir efeitos em 2011, prevendo-se a descida da taxa de crescimento do défice em mais de 2 pontos percentuais. A dívida bruta deverá situar-se nos 88% do PIB em 2011, sendo superior face ao ano anterior, designadamente na sequência dos pedidos de assistência financeira e do crescimento dos juros das dívidas.

Economia Portuguesa

O início de um processo de ajustamento exigente e com espectável impacte estrutural na economia portuguesa.

Após um ano de crescimento modesto, fomentado pelo consumo e pelas exportações, a economia portuguesa entrou novamente em recessão em 2011, com o PIB a decrescer 1,6%, numa tendência que se tem vindo a agravar ao longo dos trimestres. Para esta evolução negativa contribuíram a instabilidade nos mercados da dívida, as fortes medidas de consolidação orçamental e de ajustamento externo impostas (com impacte sem precedentes sobre a procura interna) e o abrandamento da economia mundial, com a consequente desaceleração da procura pelas exportações portuguesas, que, ainda assim, deverão ser a única componente do PIB com uma performance positiva. Para 2012, segundo o Banco de Portugal, a situação tenderá a agravar-se, prevendo-se que o produto venha a recuar 3,4%¹⁹.

Na primeira metade do ano, Portugal viu-se confrontado com a sucessiva descida de *rating* da dívida pública, das empresas e dos bancos, bem como com a consequente escalada das taxas de juro exigidas pelos investidores para o financiamento do Estado.

Os bancos nacionais, com um nível de exposição à dívida pública considerável e com crescentes dificuldades de obtenção de liquidez, sofreram deteriorações importantes dos seus balanços, perdendo boa parte da capacidade de financiamento à economia.

Sem recurso ao mercado da dívida e à banca, o governo foi obrigado a solicitar ajuda externa, em troca da implementação de um exigente programa de ajustamento estrutural – o **Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)**. Acordado em Abril de 2011, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu, este Programa consubstanciou-se num empréstimo de 78 mil milhões de euros (dos quais 12 mil

¹⁹ BANCO DE PORTUGAL, Previsões da Primavera

milhões dirigidos à recapitalização do setor bancário), que deverá prover as necessidades financeiras do Estado até meados de 2014, quando se espera que o País possa regressar aos mercados. Em troca, Portugal comprometeu-se a executar um conjunto de medidas, acordadas no denominado memorando de entendimento, em três áreas distintas: consolidação orçamental (aferida, entre outras, pela redução do défice das Administrações Públicas para 5,9% do PIB em 2011, 4,5% do PIB em 2012 e 3,0% do PIB em 2013), desalavancagem e estabilização do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa.

As referidas medidas implementadas em 2011 foram, de uma forma geral, as já anteriormente previstas na lei de Orçamento de Estado, acrescidas de medidas adicionais, introduzidas ao longo do segundo semestre do ano, com vista a garantir o cumprimento dos objetivos acordados para o défice, designadamente face à derrapagem das contas da Madeira e aos custos relacionados com a venda do Banco Português de Negócios. Relativamente a 2012, o Orçamento de Estado já aprovado aponta para o agravamento da austeridade, com a forte redução do rendimento disponível dos agentes económicos, em especial dos funcionários públicos e do Setor Empresarial do Estado.

Este contexto socioeconómico pouco favorável, marcado pela implementação de uma política fortemente contracionista e com efeitos nefastos sobre o rendimento disponível, a par da diminuição das expectativas, do aumento do desemprego, da diminuição dos salários reais e das restrições ao crédito, contribuiu para uma quebra acentuada da procura interna face a 2010 (-5.7%). O **consumo privado** diminuiu 3,9%, em especial no último trimestre do ano e no que concerne aos bens duradouros, sendo que as previsões para 2012 perspetivam uma contração ainda mais significativa desta componente da procura (-7,2%).

Como seria expectável face ao esforço de equilíbrio das contas do Estado, também o **consumo público**, que tinha apresentado um crescimento ligeiro em 2010, sofre, em 2011, uma quebra acentuada de 3,9%.

Da mesma forma, registou-se uma contração do **investimento**, quer na componente pública, quer privada, pela quebra das expectativas e do consumo, pela dificuldade de acesso ao crédito, pelos elevados níveis de endividamento empresarial registados e pelo processo de consolidação orçamental do Estado. A FBCF decresceu em 2011, 11,4%, sendo esta redução mais acentuada na componente residencial.

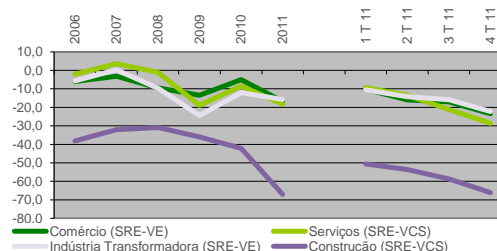
A análise das expectativas dos empresários revela a quebra dos **indicadores de confiança** em 2011, nos diferentes setores de atividade e em particular na construção, setor fortemente penalizado pela crise, pelos cortes no investimento (nomeadamente nas obras públicas) e pelas restrições ao crédito que têm vindo a paralisar o mercado imobiliário. Na indústria e nos serviços internacionalizáveis (menos sujeitos à procura interna) a quebra nas expectativas foi menor, minorada pelo crescimento das exportações.

Os dados trimestrais apontam para o agravar do pessimismo dos agentes económicos, antevendo a contração da procura e a deterioração da situação económica em 2012.

Relativamente à **procura externa**, não obstante o abrandamento registado em particular no final do ano, verificou-se um aumento de 7,4% das exportações, acompanhado por uma redução de 5,5% das **importações**, que seguiram a tendência negativa da procura interna. Face a 2010, a taxa de cobertura dos bens e serviços cresceu mais de 9 p.p., situando-se nos 91,9%. Esta evolução deverá resultar numa redução acentuada do **desequilíbrio externo**, sendo que as perspetivas, que apontam, nomeadamente, para uma redução drástica das importações, são de que balança de bens e serviços passe a ser excedentária em 2012. Já a **balança corrente** e de capital, na sequência da desalavancagem dos balanços dos agentes económicos, deverá apresentar saldo positivo em 2013.

O gráfico apresenta a estrutura dos bens transacionados no mercado externo (indústria transformadora), assinalando-se, no ano em análise, a diminuição do peso das exportações de baixa intensidade tecnológica e o aumento do mesmo tipo de importações.

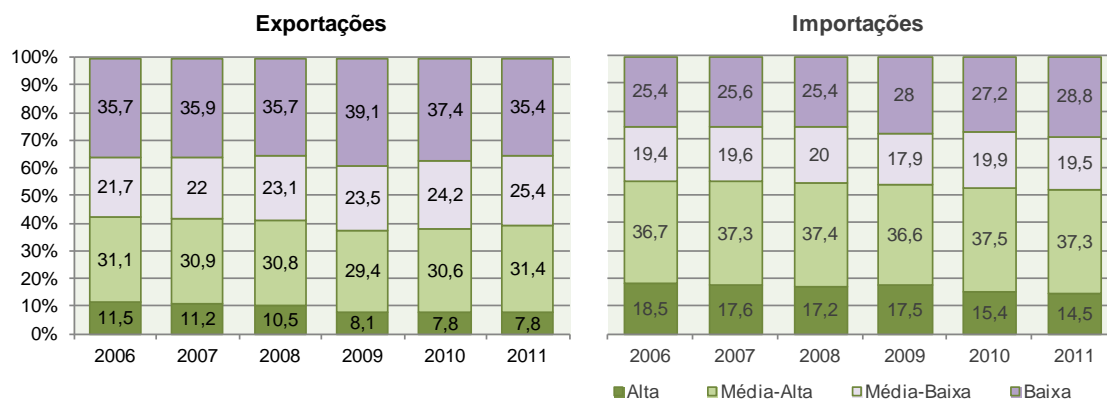
Gráfico 2.25: Evolução dos Indicadores de Confiança, 2006-2011



Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2012); INE. Nota: O INE iniciou em 28.05.2010 a publicação dos resultados dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às Empresas com base em novas amostras.

Legenda: SRE - Saldo de respostas extremas; VCS - Valor corrigido de sazonalidade; VE - Valor Efetivo.

Gráfico 2.26: Grau de Intensidade Tecnológica dos Produtos Industriais transformados transacionados por Portugal no mercado internacional, 2006-2011



Fonte: GEE et al., *Boletim Mensal da Economia Portuguesa* (Fevereiro 2012).

Relativamente ao **VAB**, constata-se, em 2011, uma contração na generalidade dos setores e em particular na Construção, onde o ajustamento se tem vindo a sentir com maior intensidade.

Tabela 2.31: Evolução do VAB por Setores – Portugal, 2006-2011

(variação homóloga real - %)

Setores	Peso 2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011			
								1T	2T	3T	4T
VAB pb (a preços de 2006)	100	1,7	2,7	0,4	-2,2	1,4	-1,3	-0,1	-0,9	-1,5	-2,7
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2,1	2,4	-4,6	3,1	-3,8	-1,0	2,8	2,5	3,1	3,1	2,5
Energia, Água e Saneamento	3,5	11,0	1,1	4,0	-5,6	3,6	-1,4	-0,1	-0,5	-1,1	-4,1
Indústria	13,5	0,9	3,0	-1,5	-9,8	2,2	0,4	2,3	1,6	0,1	-2,6
Construção	6,3	-2,6	2,0	-4,9	-10,7	-4,3	-9,2	-3	-9,6	-11,8	-12,7
Comércio, Restaurantes e Hotéis	19,7	1,9	1,3	-1,3	0,6	2,6	-1,3	-0,8	0	-0,7	-3,9
Transportes e Comunicações	8,8	4,8	6,8	2,7	-2,3	2,6	-0,9	-0,5	-0,6	-0,4	-2,2
Atividades Financeiras e Imobiliárias	15,4	5,1	4,8	2,8	1,2	2,0	-0,2	1,0	-0,5	-0,8	-0,3
Outros Serviços	30,6	-0,3	2,3	1,2	0,3	0,7	-1,5	-0,7	-1,5	-1,6	-2,0

Fonte: GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2012).

De salientar o comportamento da Indústria, que após uma quebra na ordem dos 10% em 2009, tem vindo a apresentar taxas positivas, registando um crescimento ligeiro de 0,4% em 2011. A análise por trimestre evidencia a degradação da conjuntura económica ao longo do ano, sendo que, à exceção da Agricultura, Silvicultura e Pescas, no 4.º trimestre todos os setores apresentam quebras no VAB.

De igual modo, os indicadores setoriais ilustram o agravar do clima de recessão em 2011. O **Índice de Produção Industrial** registou uma quebra de 2% (4,2% no final do ano), com particular incidência nas CAE “Coque e produtos petrolíferos refinados” (-12,5%) e “Têxteis” (-11,4%). No lado oposto, com uma variação positiva, destacam-se as CAE “Veículos automóveis e componentes” (13,4%), “Couro e calçado” (5%), “Artigos de borracha e de matérias plásticas” (4,3%) e “Madeira e Cortiça” (3,8%).

O **Índice de Volume de Negócios da Indústria Transformadora** apresentou um crescimento positivo, embora a um ritmo inferior ao registado em 2010. Já o **Índice do Emprego na Indústria** mantém a tendência negativa que tem vindo a apresentar nos últimos anos.

Tabela 2.32: Indicadores Setoriais – Portugal, 2006-2011

(variação homóloga - %)

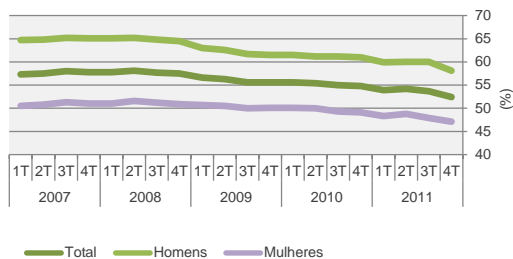
Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011			
							1T	2T	3T	4T
Índice de Produção Industrial - Total	3,1	0,0	-4,1	-8,1	1,5	-2,0	0,2	-1,6	-2,3	-4,2
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	2,9	1,1	-4,0	-9,9	2,0	-1,0	0,5	0,2	-0,8	-4,0
Índice de Volume de Negócios - Indústria Transformadora	7,0	5,5	0,9	-17,9	9,3	5,7	10,1	8,1	4,7	0,2
Índice de Emprego na Indústria	-3,6	-1,8	-1,1	-5,6	-2,8	-1,3	-1,3	-0,9	-1,0	-2,0
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (3 meses)	-14	-8	-21	-30	-11	-34	-11	-39	-38	-49
Índice de Volume de Negócios - Serviços	0,9	5,9	0,4	-11,8	2,6	-7,1	-3,4	-6,3	-6,0	-12,2
Receitas Viagens e Turismo	7,6	10,9	0,5	-7,2	10,0	7,2	6,9	10,1	7,3	4,1

Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2012).

No que concerne aos fluxos de **Investimento Direto Estrangeiro**, é de registar o aumento do Investimento bruto de Portugal no Exterior (mais 59,3% face ao período homólogo), revelador de uma viragem para outros mercados das empresas e investidores nacionais.

No **mercado de trabalho**, o ano de 2011 caracteriza-se pelo aumento da taxa de desemprego, que atingiu, no último trimestre do ano, níveis históricos de 14%, e pela redução da taxa de emprego, numa tendência que se tem vindo a sentir desde o final de 2008. Para além de condicionar as expectativas dos agentes económicos, adiando decisões de investimento e consumo e da pressão sobre o Orçamento da Segurança Social, este nível de desemprego tem severos impactes sobre o rendimento das famílias e aporta custos sociais graves.

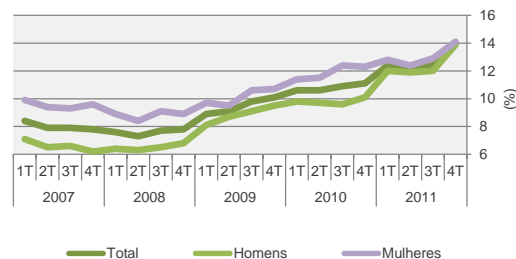
Gráfico 2.27: Evolução da Taxa de Emprego em Portugal, 2007-2011



Nota: Quebra de série em 2011.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Taxa de emprego (Série 2011 - % e Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo, Trimestral.

Gráfico 2.28: Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal, 2007-2011



Nota: Quebra de série em 2011.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Taxa de desemprego (Série 2011 - % e Série 1998 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo, Trimestral.

No 4º trimestre de 2011, o número de desempregados em Portugal estimava-se em 771 mil indivíduos, dos quais mais de metade correspondia a desempregados de longa duração (número de desempregados à procura de emprego há mais de 12 meses).

Desde 2010, que se regista uma diminuição do **custo unitário real do trabalho**, que se deverá manter nos próximos anos, e que contribuirá para o ajustamento externo pela via dos ganhos de competitividade associados ao fator trabalho.

Tabela 2.32: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2006-2013

	Peso em 2011	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011				Previsões			
								1T11	2T11	3T11	4T11	2012	2013		
PIB pb 2006 (milhões de euros)		160 855	164 660	164 646	159 858	162 098	159 489	40 209	40 100	39 843	39 337				
PIB	100,0	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6	-0,6	-1,1	-1,9	-2,8	-3,4	0,0	VHR	
Consumo Privado	66,4	1,8	2,5	1,3	-2,3	2,1	-3,9	-2,3	-3,3	-3,4	-6,5	-7,3	-1,9	VHR	
Consumo Público	20,1	-0,6	0,5	0,3	4,7	0,9	-3,9	-3,8	-4,5	-1,4	-5,7	-1,7	-1,2	VHR	
FBCF	17,4	-1,3	2,6	-0,3	-8,6	-4,1	-11,4	-7,1	-10,5	-12,1	-16,1	-12,0	-1,7	VHR	
Exportação de bens e serviços	35,5	11,6	7,5	-0,1	-10,9	8,8	7,4	8,4	8,8	6,7	5,8	2,7	4,4	VHR	
Importações de Bens e Serviços	39,3	7,2	5,5	2,3	-10,0	5,4	-5,5	-1,1	-4,3	-2,7	-13,5	-5,6	0,0	VHR	
Procura Interna	103,9	0,8	2,0	0,8	-3,3	0,8	-5,7	-3,3	-5,2	-4,9	-9,5	-6,2	-1,6	VHR	
IHPC		3,0	2,4	2,7	-0,9	1,4	3,6	3,7	3,7	3,1	3,8	3,2	1,0	VH	
Taxa de Juro de curto prazo (Euribor a 3 meses)		3,1	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4					0,8	0,8	VH	
Investimento Direto do Exterior em Portugal (% PIB)		5,4	1,3	1,9	1,2	1,2	4,4	0,2	3,3	1,5	12,5			% PIB	
Investimento Direto de Portugal no Exterior (% PIB)		3,6	2,4	1,1	0,3	-3,3	5,3	8,8	0,6	1,4	10,5			% PIB	
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		-8,3	-7,5	-9,5	-7,0	-6,7	-3,2	-6,0	-4,8	-0,8	-1,1	0,3	2,4	% PIB	
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		-9,9	-8,9	-11,1	-10,1	-8,9	-5,2	-6,6	-10,0	-2,3	-1,9	-1,6	0,8	% PIB	
Emprego		0,7	0,2	0,5	-2,8	-1,5	-2,8							VH	
Taxa de Desemprego		7,7	8,0	7,6	9,5	10,8	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0			VH	
Produtividade (PIB/Emprego)		1,0	2,5	-0,1	0,5	2,9								VH	
Custo Unitário Real do Trabalho		*	-2,0	1,9	2,7	-2,3	-0,5					-1,7	-1,6	VH	
Dívida Bruta SPA (%PIB)		*	63,9	68,3	71,6	83,0	93,3	101,6				111,0	112,1	% PIB	
Saldo Global SPA (%PIB)		*	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8	-5,8					-4,5	-3,2	% PIB	

Legenda: PIBpb – Produto Interno Bruto a preços base (ano 2000); FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumo; SPA – Sector Público Administrativo; VHR – Variação Homóloga Real, VH – Variação Homóloga; T – Trimestre.

Fonte: INE; GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2011); Previsões Banco de Portugal, *Boletim Económico da Primavera 2012* (2012); *Dados e Previsões CE, *European Economic Forecast - Autumn 2011* (2011).

Em 2011, o **índice de preços** foi pressionado pelo aumento das matérias-primas e pela subida do IVA, situando-se nos 3,6%. Deverá acelerar novamente em 2012, graças à reclassificação das taxas de IVA nalguns bens e serviços e ao aumento de impostos específicos sobre o consumo (veículos e tabaco), de preços administrativos e de taxas, da eletricidade e dos transportes.

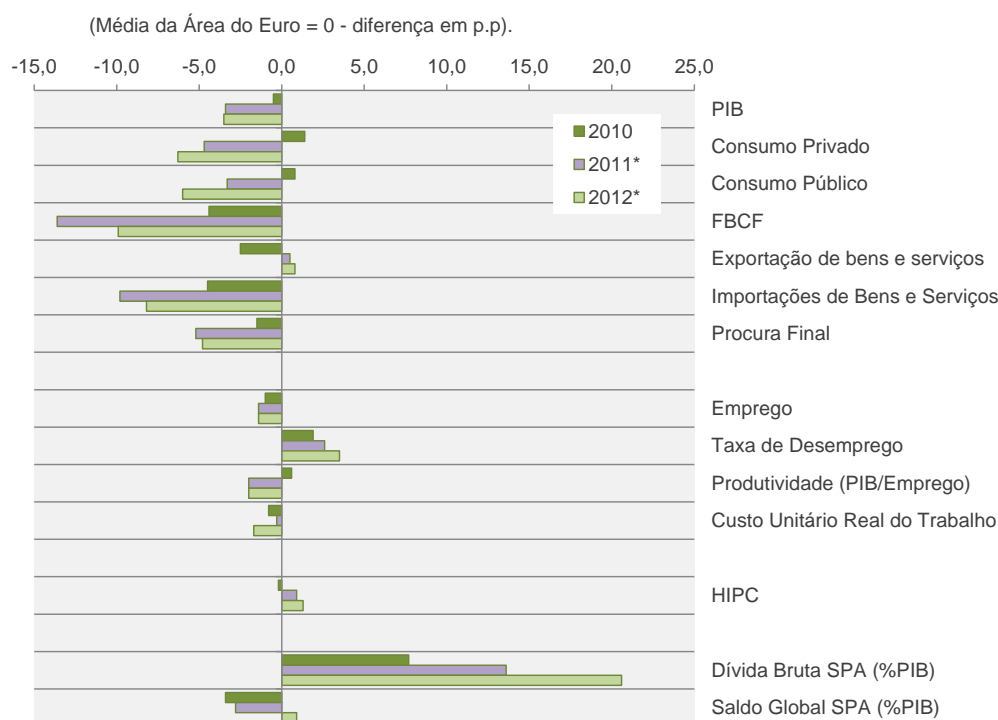
Em contraste com as baixas **taxas de juro** de referência continuarem baixas, os *spreads* de financiamento continuaram a alargar-se, tornando menos favoráveis as condições de financiamento das empresas e das famílias, o que provovou um agravamento das condições de desenvolvimento da estrutura produtiva do país.

O Boletim da Primavera do Banco de Portugal aponta para a existência de diferenças significativas entre as empresas na obtenção do financiamento, consoante a dimensão e o setor, sendo que o risco de crédito será maior nas empresas mais pequenas e produtoras de bens não transacionáveis. Refere, igualmente, que, não obstante a diminuição do crédito concedido internamente, se verificou, em 2011, um aumento do crédito total aos privados, resultante da existência de um conjunto de empresas com melhor solidez financeira e com ligações ao exterior, que se conseguiram financiar por esta via.

Quanto às **contas do Estado**, o esforço de reequilíbrio orçamental traduziu-se num défice, em 2011, de 5,8% do PIB, uma décima abaixo do acordado no memorando de entendimento, resultante do aumento das receitas correntes em 6,9% e da diminuição das despesas correntes em 2,1%. A dívida, que se situava nos 93,3% em 2010, ultrapassou o PIB em 2011 (101,6%).

É de prever que as **condições financeiras para 2012** continuem a manter-se adversas. O gráfico seguinte ilustra a diferença das projeções de Outono da Comissão Europeia, para Portugal e para a média dos 27. Excetuando as exportações que deverão crescer a uma taxa superior e do saldo orçamental que, em 2012, deverá ser já inferior à média da UE-27, todos os restantes indicadores apresentam um comportamento negativo, com particular destaque para a dívida pública.

Gráfico 2.29: Previsões para 2011 e 2012 - Diferenças face à média da Área do Euro



Nota: Diferença das taxas de crescimento reais (exceto no que concerne à dívida bruta e ao saldo global SPA, indicadores medidos em % do PIB). Fonte: CE, European Economic Forecast - Autumn 2011 (2011). Notas: * Previsão.

A conjuntura económica em 2011, claramente desfavorável ao investimento público e privado e que se prevê manter-se nos próximos dois anos (os dois últimos deste quadro comunitário), apresenta-se bem diferente do cenário base usado para a conceção do COMPETE; esta alteração profunda de cenários teve necessariamente **repercussões sobre o Programa**, sendo de destacar:

- O potencial impacto ao nível da execução dos projetos empresariais, pela dificuldade de obtenção da componente de financiamento privado e pela alteração do contexto económico e das expectativas dos promotores;
- Aumento da procura por parte das empresas, numa ótica de substituição do crédito bancário pelo financiamento público;
- Menor procura e mais lenta execução dos projetos públicos, cujas entidades enfrentam os condicionalismos subjacentes ao processo de consolidação orçamental (menos recursos financeiros e controlo mais apertado da despesa);
- Clara orientação de política económica no sentido de aumentar a intensidade exportadora das empresas e apoiar o seu processo de internacionalização, sobretudo para mercados extracomunitários, em resultado do enorme abrandamento da procura interna e do arrefecimento dos principais mercados externos “União Europeia”).

Esta alteração das condições *ex-ante* tem vindo a traduzir-se num desafio acrescido para o COMPETE que deverá, designadamente, prosseguir a estratégia de reforço dos recursos para o apoio às empresas via Sistemas de Incentivos e criar condições para acelerar a execução dos projetos, quer privados, quer públicos, contribuindo, a par dos restantes Programas do QREN, para o processo de ajustamento em curso da economia portuguesa.

2.4.2. Regulamentos Publicados em 2011

No decurso do ano de 2011, o COMPETE publicou-se a alteração do **regulamento específico do SAESCTN**, que se traduziu no aumento da taxa de co-financiamento a atribuir às operações enquadradas ao abrigo daquele regulamento, bem como proceder à sua harmonização com as disposições do Regulamento Geral FEDER e do Fundo de Coesão, decorrente das alterações introduzidas ao referido no ano de 2010.

2.4.3. Manuais de Procedimentos

O **Manual de Procedimentos do COMPETE**, como um documento pragmático de carácter instrumental, procura integrar e consubstanciar, na medida do possível, o essencial de outros documentos de natureza e alcance variados (normativos, orientações técnicas e de gestão, guias e referenciais, etc.), muitas vezes elaborados de forma autónoma para responder a necessidades de informação específicas e contextualizadas, mas que acabam por concorrer para a prossecução do mesmo objetivo: assegurar uma gestão eficaz dos fundos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e de acordo com as disposições regulamentares.

Este Manual é um documento de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção.

Uma vez que os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas, que assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade “Factores de Competitividade” e, sobretudo, devido à articulação necessária uma vez que são executados não só através do respetivo Programa Operacional Temático, mas também pela via dos Programas Operacionais Regionais, foi igualmente criado um **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos**.

Como documentos dinâmicos que se pretendem, o Manual de Procedimentos do COMPETE foi, no 2.º semestre de 2011, objeto de revisão/atualização, em função das diferentes dinâmicas que naturalmente resultaram das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e

nas adaptações dos processos às realidades que se foram introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Assim, a quarta versão do **Manual de Procedimentos do COMPETE**, datada de 30 Setembro de 2011, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 28 de Outubro de 2011, contemplou no essencial as seguintes alterações:

- Atualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, com a inserção do ponto 7.2 – Reformulação Excepcional de Projetos, Acompanhamento do Calendário de Execução e Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI)
- Atualização do Capítulo 15 – Informação e Publicidade;
- Atualização o Capítulo 16 – Avaliação.

| 87

Quanto ao **Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN**, uma vez que no ano de 2010 não foi objeto de atualização formal, a terceira versão datada de 30 de Setembro de 2011, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 28 de Outubro de 2011, contemplou um conjunto mais alargado de alterações, tais como:

- Atualização com as alterações introduzidas aos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos pelas Portarias n.º 1103/2010 (SI Inovação), n.º 1101/2010 (SI Qualificação PME) e n.º 1102/2010 Regulamento (SI I&DT), todas de 25 de Outubro;
- Atualização do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, através de:
 - i) Inserção do ponto 7.2 – Reformulação Excepcional de Projetos, Acompanhamento do Calendário de Execução e Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI);
 - ii) Atualização dos seguintes pontos:
 - a. Ponto 7.1 – Análise e Aprovação de Ajustes/Reprogramações Físicas e Financeiras do Projeto, tendo em vista a integração da Revisão ao Manual n.º 01/2010 de 22 de Março.
 - b. Ponto 7.4 (anterior Ponto 7.3) – Pagamentos a Beneficiários, com as alterações introduzidas pelas Orientações de Gestão – Normas de Pagamentos - da Rede SI QREN n.º 04.REV2.1/2010 e n.º 05.REV1/2010;
 - c. Capítulo 8 – Encerramento de Projetos, com a incorporação do ponto 8.2 – Fluxo de Decisão sobre o Encerramento, tendo em vista a integração da Revisão ao Manual n.º 02/2010 de 6 de Agosto.
 - d. Capítulo 15 – Informação e Publicidade.

2.4.4. Orientações Técnicas e de Gestão

Durante o ano de 2011, foram publicadas as seguintes **Orientações de Gestão (OG)** e **Orientações Técnicas (OT)**, com vista a clarificar alguns aspetos de natureza técnica e de gestão, contribuindo para uma melhor perceção dos instrumentos de apoio:

- **Orientação de Gestão n.º 08/2011:** estabelece os termos e regras aplicáveis ao acompanhamento do calendário de execução dos projetos e à aplicabilidade da penalidade financeira pelo incumprimento das condições contratualmente estabelecidas.
- **Orientação de Gestão n.º 09/2011:** estabelece as condições de acesso à Linha de Crédito QREN Investe (aplicável para as candidaturas entradas até 30 de Junho de 2010 e aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos QREN);
- **Orientação de Gestão n.º 10/2011:** determina as condições para o funcionamento da Bolsa de Descativação de Incentivo, permitindo a inclusão automática de projetos aprovados há mais de 40 dias úteis e ainda não contratados e de projetos sem níveis mínimos de execução;
- **Orientação de Gestão n.º 11/2011:** define as condições para a transferência de candidaturas entre Programas Operacionais, em sede de em decisão de financiamento, ou excecionalmente após a mesma;
- **Orientação de Gestão n.º 12/2011:** define o conceito de locação financeira e determina as condições de elegibilidade das despesas financiadas por este tipo de operações, no âmbito dos SI QREN;
- **Orientação de Gestão n.º 08.REV1/2011:** revê a Orientação de Gestão n.º 08/2011, no sentido de excluir os Vales I&DT e Vales Inovação, da obrigatoriedade de cumprimento das metas de execução semestrais definidas.
- **Orientação Técnica n.º 16/2011:** harmoniza os conceitos utilizados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), na aferição dos indicadores adotados nos Sistemas de Incentivos do QREN ao nível dos critérios de seleção e da avaliação de desempenho dos projetos;
- **Orientação Técnica n.º 15.REV1/2011:** clarifica o conceito e forma de cálculo do indicador "Volume de Negócios Internacional", utilizado nos SI QREN;
- **Orientação Técnica n.º 01.REV1/SAESCTN/2011:** revê o "Regulamento de Acesso a Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico/2010, na sequência da aprovação do último Regulamento Específico do "Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)".

- **Orientação Técnica n.º 13.REV1/2011:** revê a Orientação Técnica n.º 13, que estabelece os limites à elegibilidade de despesas, as condições para a sua aplicação e a metodologia de cálculo das despesas com pessoal técnico do promotor, no âmbito do SI I&DT;
- **Orientação Técnica n.º 1/POFC/2011:** define critérios para a identificação dos “projetos geradores de receitas” e normas para o apuramento das correspondentes despesas elegíveis;
- **Orientação Técnica n.º 01.REV2/SAESCTN/2011:** revê o “Regulamento de Acesso a Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico/2010, no sentido de incluir um limite mínimo de 50.000€ para apresentação de despesas à FCT.
- **Orientação Técnica n.º 17/2011:** clarifica a regra de acumulação de apoios concedidos ao abrigo do SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME (com exceção do Vale Inovação) e SI I&DT (Núcleos e Centros de I&DT) com os apoios atribuídos através de medidas capital de risco.

Tal como tem vindo a ser prática corrente, as Orientações de Gestão e Técnicas referentes aos Sistemas de Incentivos foram elaboradas em articulação com os PO Regionais e aplicadas no âmbito da Rede Sistemas de Incentivos.

2.4.5. Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas

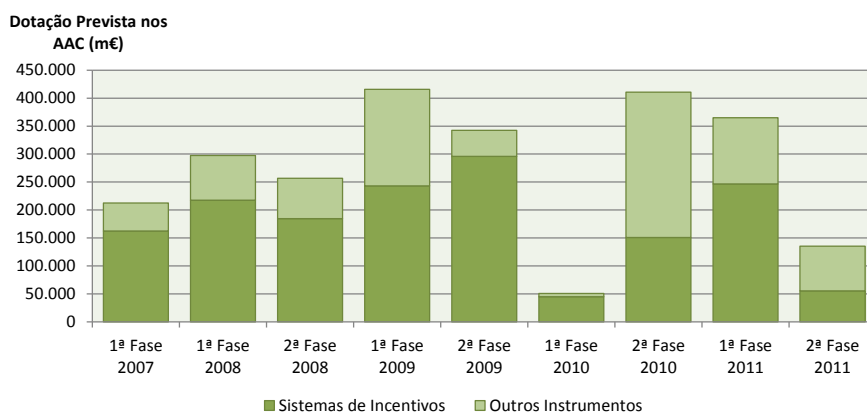
A apresentação de candidaturas ao COMPETE efetua-se, de forma geral, mediante a publicação de **Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC)**. Estes avisos identificam, entre outros, os objetivos, prioridades e tipologias dos projetos a apoiar, a metodologia de apuramento do mérito, o âmbito territorial, o orçamento disponível e a data-limite de comunicação da decisão aos promotores. A visibilidade das regras dos concursos contribui para aumentar o grau de transparência do Programa permitindo uma maior eficiência no processo de análise e decisão e conferindo aos agentes económicos alguma previsibilidade e controlo dos resultados da sua candidatura.

A primeira fase de lançamento de concursos de 2011 (primeiro semestre) ficou marcada pelo lançamento de 11 AAC nos Sistemas de Incentivos (nas diferentes tipologias de apoio), com uma dotação disponível de 246,7 milhões de euros, constituindo assim o segundo semestre com o maior volume de dotação disponibilizada nos AAC (a seguir à 2ª fase de 2009).

Durante a segunda fase de 2011, registou-se um ligeiro atraso no lançamento dos AAC dos Sistemas de Incentivos (face ao plano anual aprovado), tendo inclusivamente, em alguns casos, os concursos sido abertos apenas no início de 2012²⁰.

Nas restantes tipologias, verificou-se o lançamento de 3 AAC do SAESCTN (58,3 milhões de euros de dotação), 2 AAC do SAMA (80 milhões de euros) e 2 AAC do SIAC (60 milhões de euros).

Gráfico 2.30: Dotação prevista nos AAC, por fase de lançamento (semestre)



Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados.

Fonte: SI QREN

Na sequência da importância dada desde a sua implementação, regista-se a importância dada às Estratégias de Eficiência Coletiva, prevendo-se de dotação específica na maior parte dos AAC lançados.

Por outro lado, foi ainda mantida a focalização dos apoios a atividades transacionáveis e projetos de vocação internacional no âmbito dos três Sistemas de Incentivos, através de condições de admissibilidade mais exigentes, a cumprir além das exigidas pelos instrumentos específicos.

²⁰ No início de 2012 foram lançados 4 Avisos dos Sistemas de Incentivos, um Aviso SIAC e outro do SAESCTN, com uma dotação total de 108,2 milhões de euros.

Tabela 2.33: Condições extra de admissibilidade para os AAC dos Sistemas de Incentivos lançados na 1ª fase de 2011

Tipologia de Projeto	Intensidade Exportadora Pré-Projeto (IE)	Intensidade Exportadora Pós-Projeto (IE)	Impacto do Investimento (II)
SI I&DT em Co-Promoção	IE >= 15%		
SI I&DT – Proj. Individuais	IE >= 15%		
SI Inovação – Inovação Produtiva (Empresas Exportadores)	IE >= 20%	IE >= 30%	II >= 15%
SI Inovação – Inovação Produtiva (Novos Exportadores e Novas Empresas)		IE >= 30%	
SI Inovação – Empreend. Qualificado		IE >= 25%	
SI PME – Proj. Individuais (Projetos de Internacionalização)		IE >= 20%	
SI PME – Proj. Individuais (Projetos de Outras Tipologias)		IE >= 15%	

| 91

Nota:

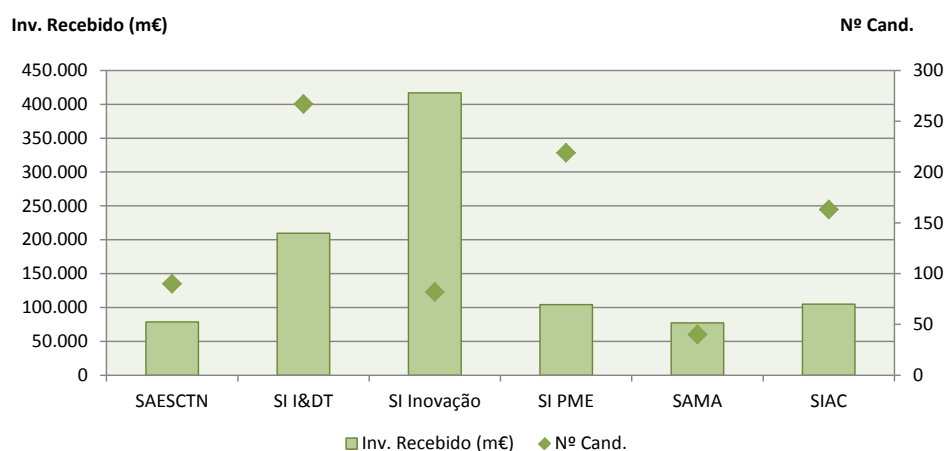
IE – Intensidade Exportadora: (Vol. Negócios Internacional) / (Vol. Negócios Total)

II – Impacto do Investimento: (Despesa Elegível) / (Ativo Líquido)

Os sete concursos dos Sistemas de Incentivos que tiveram lugar durante o ano em análise resultaram, conforme procedimento instituído, da articulação entre as várias Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais da Agenda da Competitividade.

No âmbito dos concursos, foram rececionadas, em 2011, 861 candidaturas, com um investimento próximo dos mil milhões de euros. Note-se que 5 desses concursos foram lançados apenas em Dezembro, encontrando-se, ainda, no final do ano, em fase de receção de candidaturas.

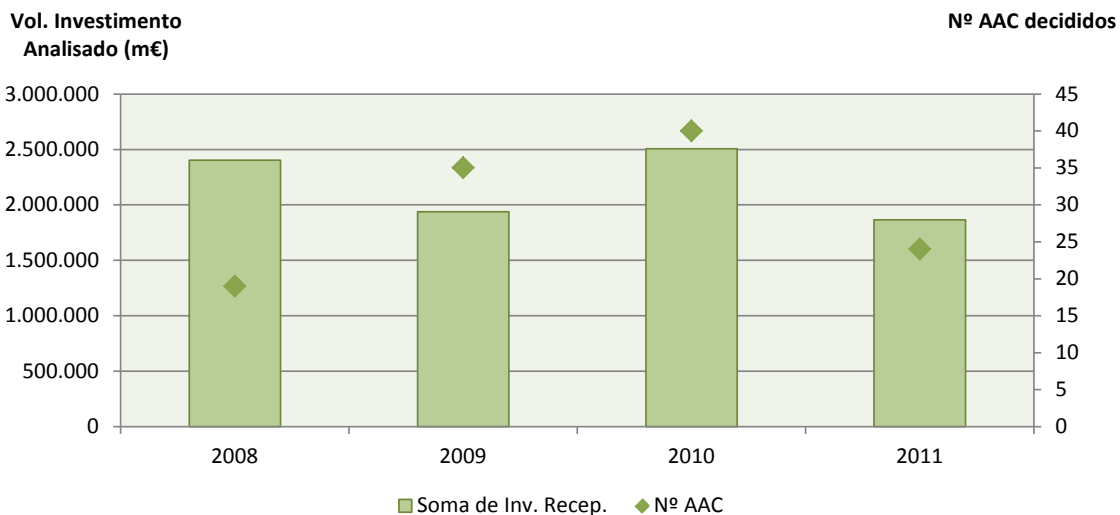
Gráfico 2.31: Candidaturas recebidas nos AAC lançados em 2011, por instrumento



Fonte: SI POFC.

Em termos de análise dos concursos, em 2011, foram decididos 24 concursos, envolvendo 1.150 candidaturas. A quebra dos Avisos de Abertura de Concursos decididos em 2011 resulta da diminuição de AAC lançados em 2010.

Gráfico 2.32: AAC decididos e respetivas candidaturas analisadas, por ano, 2007-2011

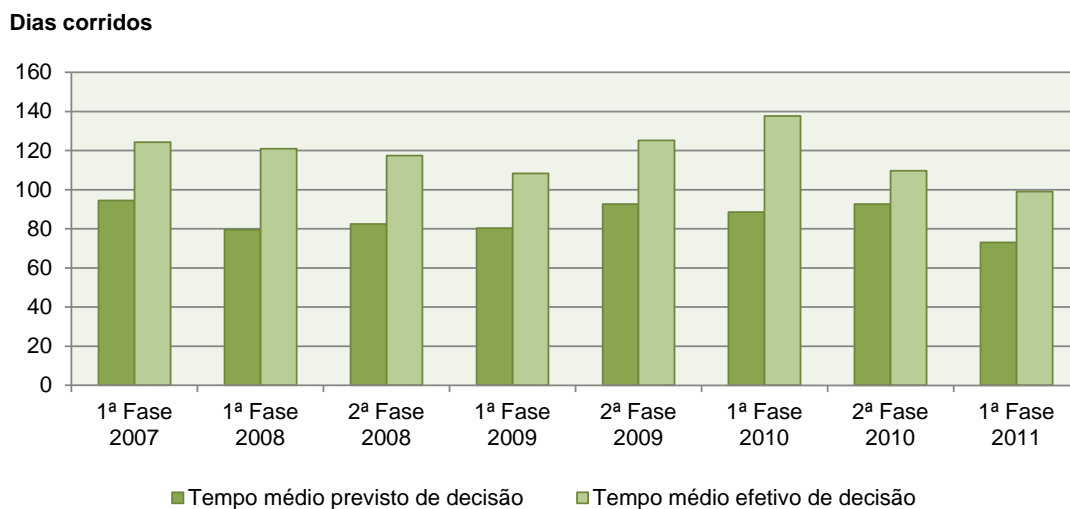


Fonte: SI POFC.

Em termos de tempos de análise, verifica-se que, desde a data de fecho dos concursos, a comunicação da decisão ao promotor demorou, em média, 83 dias úteis, o que, face à média dos prazos regularmente definidos, corresponde a um desvio médio de 22 dias úteis.

Relativamente aos concursos decididos em 2011 (2ª fase de 2010 e 1ª fase de 2011), verifica-se uma diminuição dos tempos efetivos de decisão.

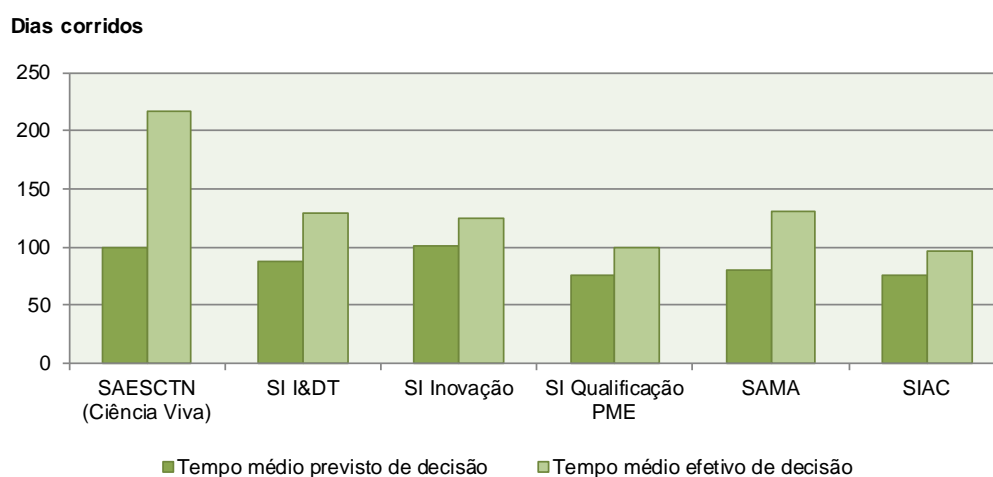
Gráfico 2.33: Tempos médios de comunicação da decisão ao Promotor, por fase de concurso, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

A análise por instrumento de apoio revela que, no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas e do SIAC, se regista um elevado nível de cumprimento dos prazos.

Gráfico 2.34: Tempos médios de Comunicação da decisão ao Promotor dos projetos COMPETE, por instrumento, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Nos Anexos XI e XII ao presente relatório disponibiliza-se informação detalhada sobre os Concursos realizados no âmbito do COMPETE.

2.5 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006

Em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de julho, não foram identificadas até final de 2011 situações enquadráveis no nº 1 do artigo referido, ou seja, não foram verificadas alterações substanciais das condições de atribuição da comparticipação às operações, no que respeita à sua durabilidade.

| 94

2.6 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS OU INICIATIVAS DA UNIÃO

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas

Como foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), e dos respetivos Programas Operacionais (PO), estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

De seguida, explicitam-se as principais atividades de articulação e complementaridade com as organizações externas.

PO Regionais do Continente e Rede Sistemas de Incentivos

Para os objetivos de natureza estratégica definidos na Agenda da Competitividade concorrem, não só o Programa Operacional Fatores de Competitividade, mas também os Programas Operacionais Regionais, sendo que, estes últimos se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução dos referidos objetivos, à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

De acordo com o modelo de gestão dos sistemas de incentivos no âmbito do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, os apoios previstos nos sistemas de incentivos às

empresas são decididos a nível nacional ou a nível regional, de acordo com os seguintes critérios:

- Gestão nacional – projetos promovidos por médias e grandes empresas;
- Gestão regional – projetos promovidos por micro e pequenas empresas.

Inserem-se, igualmente, no COMPETE, os projetos com investimento em mais do que uma Região de Convergência.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projeto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efetuado conforme se apresenta na Tabela.

Tabela 2.34: Determinação da Autoridade de Gestão Competente

Tipologia de Projeto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Projetos Mobilizadores	Todos os projetos	-
SI I&DT – Projetos de I&DT Individuais	Promovido por Médias empresas e empresas não PME; Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT		
SI I&DT – Projetos Demonstradores		
SI I&DT – Vale I&DT		
SI PME – Proj. Individual e em Cooperação		
SI PME – Vale Inovação		
SI Inovação - Inovação Produtiva		
SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;		
SI I&DT – I&DT Coletiva	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência
SI PME - Projetos Conjuntos		

Fonte: SI POFC.

Note-se que, por acordo expresso entre as Autoridades de Gestão, poderão verificar-se situações de exceção ao princípio de afetação de micro e pequenas empresas situadas nas regiões de Convergência, podendo os projetos ser afetados, nas situações acordadas, ao PO Temático.

Tal como transmitido já em anteriores Relatórios de Execução do COMPETE, foi criada a **Rede Sistemas de Incentivos QREN**, constituída pelas Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente e pelos Organismos Intermédios, no sentido de analisar e decidir sobre os vários aspetos relacionados com a gestão dos Sistemas de Incentivos, assegurando-se deste modo a devida articulação e coordenação.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro, é a Autoridade de Gestão do COMPETE que assegura a gestão coordenada dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial. No âmbito desta competência de coordenação da rede, cabe ao Secretariado Técnico do COMPETE assegurar a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Selecção (preparando a informação de suporte relativa a todos os projetos a apreciar e outros pontos de situação relevantes), bem como o papel de *pivot* na circulação da informação, incluindo convocatórias e atas das referidas reuniões.

Transitoriamente, no âmbito das suas competências de coordenação da Rede, o COMPETE tem centralizado a comunicação ao IFDR dos apoios de *minimis* concedidos no âmbito de todos os Programas Operacionais da Rede Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão do COMPETE tem ainda um papel central na atualização do **Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN**, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa (conforme ponto 2.4.3).

Em termos de **comunicação**, destaca-se a existência de uma entrada no portal do COMPETE dedicada exclusivamente aos Sistemas de Incentivos, que uniformiza toda a informação relativa a estes instrumentos e que constitui uma porta única de contacto com o público e com os potenciais promotores, independentemente da sua tipologia de investimento e do seu enquadramento nos diferentes PO.

De salientar, ainda, o papel da AG do COMPETE no desenvolvimento do **Sistema de Informação** dos Sistemas de Incentivos QREN (SI QREN), que assegura a devida transmissão de informação entre os promotores, Organismos Intermédios e Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais do Continente).

No atual modelo de gestão partilhada dos Sistemas de Incentivos, o Sistema de Informação constitui um elemento indispensável para a coordenação, gestão e avaliação global da Agenda da Competitividade.

Durante o ano de 2011, realizaram-se 13 **reuniões formais da Comissão de Seleção**, envolvendo a análise e debate de mais de 3 mil projetos que foram objeto de apreciação e de temáticas relacionadas com a Rede, tendo o Secretariado Técnico assegurado a documentação relevante, no sentido de permitir a necessária reflexão e tomada de decisão.

“A estrutura e o modelo de governação adoptados assumem o objectivo de assegurar a participação acrescida das autoridades regionais no processo de decisão, procurando propiciar as melhores condições de gestão dos três SI QREN em termos de eficiência e eficácia e evidenciando, assim, avanços significativos comparativamente a anteriores períodos de programação.

Neste sentido, o modelo de governação estabelecido afigura-se como uma forma de organização mais exigente, sendo simultaneamente inovador e ambicioso no que respeita aos actores envolvidos, ao implicar a intervenção de várias entidades no âmbito do mesmo instrumento de financiamento público do investimento empresarial e a participação acrescida das autoridades regionais, acarretando, por esta via, exigências acrescidas para a respetiva liderança. As maiores exigências não se cingem, aliás, à arquitectura do modelo de governação, uma vez que se avocam, em paralelo, objetivos ambiciosos sobre a natureza e as prioridades dos SI, particularmente no que respeita à concentração dos apoios na inovação e na I&DT (como requisitos para estimular produtos e serviços transaccionáveis) e, bem assim, ao aumento da selectividade.

Um dos elementos que a Equipa de Avaliação considera mais positivos na arquitectura de governação dos SI QREN respeita, por conseguinte, à valorização da intervenção regional, que representa uma evolução positiva face ao modelo QCA III ao potenciar a criação de condições para beneficiar da proximidade das correspondentes AG à estrutura empresarial das regiões. [...]

[...]

A participação de vários PO na governação dos SI requereu, neste enquadramento, uma nova articulação estratégica e operacional, a qual representou uma prática inovadora na gestão de Fundos Estruturais, num contexto de grande assimetria de conhecimento e de experiência acumulada entre os vários Programas.”

Augusto Mateus & Associados, Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda Fatores de Competitividade, Junho de 2011.

PRODER

A articulação das intervenções do FEADER e do FEDER, no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN, é regulada através do Protocolo assinado em 2008 entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, no domínio da Agenda Fatores de Competitividade.

No referido protocolo encontram-se definidas as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a atividades das

CAE do sector agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza.

Salienta-se a articulação estreita no âmbito dos projetos âncora das Estratégias de Eficiência Coletiva – tipologia Clusters, com troca de informação alinhada com os pontos de situação semestrais elaborados pelas entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters.

Releve-se, por fim, o envolvimento do PRODER e do GPP do Ministério da Agricultura, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, nas ações de articulação FEDER e FEADER, e mais recentemente ao nível de uma estratégia de internacionalização concertada para o setor agro-alimentar.

PO Potencial Humano

A Agenda Temática Fatores de Competitividade (operacionalizada pelo COMPETE e POR do Continente), financiados através do FEDER, e a Agenda Temática Potencial Humano (POPH), financiada através do FSE, integram, nos respetivos textos dos Programas, um conjunto de linhas de natureza geral e específica, que não só delimitam o âmbito e a natureza da intervenção de cada um, como também preveem a instituição de mecanismos de articulação regular entre as respetivas Autoridades de Gestão, designadamente ao nível da troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projetos com desígnios comuns entre as duas Agendas.

Embora os respetivos objetivos nucleares correspondam, no geral, a domínios de intervenção perfeitamente exclusivos, o COMPETE e o PO Potencial Humano (POPH) acabam por integrar medidas que, de forma direta ou indireta, concorrem para a prossecução de objetivos comuns (os primeiros centrados no apoio à melhoria da competitividade empresarial e os segundos vocacionados para o apoio à qualificação da população portuguesa).

Assim, com vista a regular a articulação das respetivas intervenções foi assinado, a 27 de Fevereiro de 2009, um [protocolo de articulação](#) específico entre o COMPETE e o POPH. Nesse protocolo estabelecem-se, no Anexo I, os domínios de articulação e complementaridade ao nível da intervenção de cada PO, tal como apresentados na tabela seguinte:

Tabela 2.35: Domínios de Clarificação e Articulação

ARTICULAÇÃO		
Tipologia de Intervenção	PO PH	COMPETE
Formação Inovação e Gestão	Formação contínua dos ativos	Formação inserida em projetos empresariais (projetos de investimento FEDER)
Formação-Ação	Vertente maioritariamente formação	-
Inserção de Trabalhadores	Emprego científico	Emprego inserido em estratégias empresariais (projetos de investimento FEDER)
Empreendedorismo	Empreendedorismo de necessidade	Empreendedorismo qualificado de natureza competitiva
Formação Administração Pública	Dimensão Formação Profissional	Formação incluída em projetos integrados (projetos de Investimento FEDER)
COMPLEMENTARIDADE		
Tipologia de Intervenção	PO PH	
Estratégias de Eficiência Coletiva (COMPETE)		Desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica e oferta de formação de dupla certificação
		Reconhecimento, validação e certificação de competências
		Formação-ação, formação para a inovação e gestão
		Formação avançada, inserção de mestres e doutores nas empresas

Fonte: Protocolo COMPETE/POPH (Anexo I)

Nos termos do Protocolo, as Autoridades de Gestão outorgantes poderão:

- Trocar informações no que respeita a:
 - a) Avisos de Abertura de períodos de candidaturas ou concursos, designadamente no que respeita a tipologias de projetos e tipologias de beneficiários;
 - b) Candidaturas propostas para aprovação;
 - c) Decisões de aprovação, incluindo os montantes de investimento e de incentivos a conceder (após a comunicação da decisão aos respetivos beneficiários);
 - d) Resultados de ações de controlo interno, caso integrem conclusões que indiquem potenciais sobreposições de despesa e/ou projetos;
 - e) Outras informações que vierem a ser consideradas como relevantes para os propósitos estabelecidos, designadamente em termos da coerência dos apoios concedidos em relação aos objetivos estratégicos comuns em cada uma das tipologias de apoio previstas.

- Quando estiverem em causa projetos de Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC):
 - a) Implementar um procedimento de consulta para aferição de enquadramento no POPH;
 - b) Trocar informações no que respeita a candidaturas entradas, decisões de aprovação e resultados do acompanhamento e avaliação da implementação das EEC.

| 100

No ano em análise, a articulação entre as Autoridades de Gestão do COMPETE e do POPH consubstanciou-se no envio regular de informação sobre os projetos apoiados nos respetivos programas.

Do cruzamento dessa informação, conclui-se que existem 812 projetos empresariais aprovados no COMPETE, envolvendo 487 empresas, potencialmente complementados por projetos de formação financiados através do POPH. O incentivo concedido pelo Programa a estas empresas foi 605 milhões de euros (sendo marginal a componente formação assegurada pelo COMPETE), cabendo ao POPH o incentivo de 17,8 milhões de euros.

No que se refere ao investimento empresarial, Por sector de atividade, salienta-se a relevância dos projetos de empresas da Indústria com projetos financiados no COMPETE e no POPH.

Tabela 2.37: Empresas com projetos aprovados no COMPETE e no POPH, por Sector de Atividade, 2007-2011

Unid: Mil euros

Sector de Atividade	N.º Proj.	COMPETE				POPH	
		Total		Componente Formação		Invest. Elegível	Incentivo
		Invest. Elegível	Incentivo	Invest. Elegível	Incentivo		
Indústria	652	1.490.623	507.711	5.855	3.164	25.525	14.802
Turismo	14	81.115	44.471	0	0	337	200
Serviços	85	74.993	39.744	503	320	2.013	1.146
Comércio	29	13.147	5.574	68	54	1.280	787
Transportes	6	8.363	4.349	0	0	214	114
Construção	25	7.709	3.532	171	102	1.161	711
Outros sectores	1	163	74	17	13	19	16
Total Geral	812	1.676.112	605.456	6.613	3.653	30.550	17.776

Fonte: POFC e POPH

Salienta-se ainda que, a fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos Fundos Estruturais e pela política de desenvolvimento rural, está prevista a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, do FEP e FSE, bem como as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos (POVT e POPH) e dos PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, nos termos do respetivo Regulamento Interno.

2.6.2. Participação nas iniciativas JEREMIE e JESSICA

Não se efetuaram, em 2011, no âmbito do COMPETE, quaisquer ações relativas às iniciativas JEREMIE e JESSICA.

2.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

2.7.1. Acompanhamento

Autoridade de Gestão

O sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE pretende refletir as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa, permitindo introduzir as melhorias necessárias à sua implementação e demonstrar aos diferentes *stakeholders* a sua realização.

Durante o ano de 2011, foram elaborados, por parte do Secretariado Técnico do COMPETE, diversos **pontos de situação periódicos** e outros apuramentos de interesse para a Autoridade de Gestão, bem como para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), sendo de destacar:

- Ponto de Situação Quinzenal do Programa COMPETE;
- Ponto de Situação Quinzenal da Agenda da Competitividade;
- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Ponto de situação Quinzenal de Pagamentos e Execução;

- Pontos de Situação Temáticos (Sector Agro-Alimentar, Indústria Têxtil e do Vestuário, Sector Automóvel, Empreendedorismo, Internacionalização, TIC, etc.);
- Resumo das candidaturas rececionadas, após o encerramento dos concursos;
- Resumo das candidaturas aprovadas, com previsão de resultados, após as Comissões de Selecção.

Sistemas de Gestão e Controlo

COMISSÃO DIRETIVA

No âmbito da sua atividade, a Comissão Directiva, em 30 reuniões durante 2011, tomou a decisão de financiamento sobre os projetos apresentados ao Programa, bem **como sobre diversos assuntos de gestão corrente da Autoridade de Gestão.**

A Comissão Directiva tem ainda a função de assegurar a boa gestão financeira do Programa, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, e a coordenação da gestão estratégica e operacional do Programa no âmbito das competências atribuídas.

DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DO COMPETE

Em 31 de Julho de 2009, a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com exceção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois organismos intermédios - a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), dado a IGF ter emitido um parecer que incluiu uma reserva sobre os sistemas de gestão e controlo desses organismos intermédios, por considerar existirem insuficiências relevantes em elementos-chave, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e suportes metodológicos às verificações de gestão.

Com base na avaliação da IGF, a Comissão Europeia veio, a 20 de Setembro de 2010, considerar que os documentos apresentados eram aceitáveis, bem como que a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, relativa aos dois organismos intermédios - a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), cumpria o disposto nos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Neste contexto, e estando reunidas, no último trimestre de 2010, as condições relativas à conformidade integral dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE o ano de 2011 foi essencialmente marcado pelo acompanhamento da eficácia do seu funcionamento.

Na sequência de solicitação expressa da IGF, no quadro de preparação do Relatório Anual de Controlo, nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009 de 1 de Setembro, o IFDR, enquanto organismo responsável pela coordenação, gestão e monitorização financeira do FEDER e do Fundo de Coesão, solicitou à Autoridade de Gestão a atualização da descrição dos sistemas de gestão e controlo do COMPETE.

No âmbito deste processo, em Outubro de 2011, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE foi objeto de atualização, visando assegurar que as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, após a data de reporte da última atualização da descrição (Outubro de 2010), são integradas numa versão atualizada da mesma, cujo conteúdo é adequadamente ponderado no Relatório Anual da IGF.

Neste sentido foi elaborada, pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a versão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE reportada a 20 Outubro de 2011, tendo a mesma sido aprovada na reunião da Comissão Directiva de 28 de Outubro de 2011.

Esta versão atualizada da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE visou consolidar as seguintes situações:

- Redefinição da amostra, constante do ponto 2.1.3, relativo ao controlo prévio (ex-ante) à apresentação de um pedido de certificação à Autoridade de Certificação, no âmbito das atividades desenvolvidas pela Autoridade de Gestão de supervisão e controlo das funções delegadas nos Organismos Intermédios;
- Inclusão, nos procedimentos relativos às verificações de gestão relativas ao Eixo III – SAFPRI, constante do ponto 2.2.4.3, das verificações relativas aos limites máximos dos custos de gestão e auxílios de estado (Equivalente de Subvenção Bruta);
- Atualização do ponto 3. Organismos Intermédios para integrar as modificações operadas nas estruturas dos Organismos Intermédios;
- Atualização do ponto 2.2 relativa à Organização da Autoridade de Gestão;
- Atualização do ponto 2.6.2 relativo à Comunicação de Irregularidades face ao documento divulgado pela IGF aprovado pela Comissão Técnica de Auditoria “Manual de Comunicação de Irregularidades ao OLAF”;
- Atualização da Legislação Nacional e Comunitária;

- Atualização das Orientações prestadas às Autoridades de Gestão e aos Organismos Intermédios;
- Atualização dos Procedimentos escritos a utilizar pelo pessoal da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios;

De acordo com o Relatório Anual da IGF, respeitante ao Sistema Comum que integra os Programas Operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, emitido em Dezembro de 2011, as alterações às descrições dos referidos programas, entre os quais o COMPETE, clarificam a aplicação do quadro regulamentar de referência, pelo que mereceram o acordo da IGF.

CONTROLO

Controlo Interno

A conceção do modelo de controlo interno e a sua implementação pela Autoridade de Gestão, tal como decorre da alínea v) do n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão, a área do Controlo Interno, que com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correção.

Neste sentido é conferida, à área do Controlo Interno, a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona de forma eficaz bem como prevenir e detetar as situações de irregularidades, tendo em vista a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objetivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN. Assumem-se assim como principais objetivos estratégicos e operacionais para a área do Controlo Interno:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Apoiar a Comissão Directiva do Programa no exercício das suas funções através da disponibilização de informação oportuna e fiável tendo em vista minimizar os riscos de detecção de irregularidades, assegurando a sua prevenção e detecção tempestivas.

OBJECTIVO OPERACIONAL

- Identificar e avaliar os factores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respetivas atividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema, a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- Assegurar que são efetuadas auditorias de controlo interno em projetos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas correctivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projetos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os organismos intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das atividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as atividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo baseia-se na existência de auditorias internas, em princípio com periodicidade anual, seleccionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco a efetuar pela autoridade de auditoria (IGF) e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR).

Destaque-se, durante o ano de 2011, a definição de um novo plano de auditorias de sistema e de operações a efetuar pela Autoridade de Gestão e o acompanhamento das auditorias realizadas no âmbito do Plano de Controlo Interno de 2010.

Plano de Controlo Interno de 2011

Durante o segundo semestre de 2011 foi elaborado pela área do Controlo Interno o plano de auditorias de sistema e de operações a efetuar pela Autoridade de Gestão, para 2011/2012, o qual culminou em 24 de Outubro de 2011 com a aprovação formal, pela Comissão Diretiva do COMPETE, do **Plano de Controlo Interno 2011/2012**.

De acordo com o Plano de Controlo Interno 2011/2012 foi considerado fundamental subdividir as ações a desencadear pelas seguintes dimensões, às quais se encontram associados objetivos operacionais específicos:

Tabela 2.36: Plano de Controlo Interno

Dimensão A do Plano de Controlo Interno 2011

Supervisão das funções delegadas nos Organismos Intermédios

Objetivo Operacional:

Verificar, no âmbito das funções delegadas nos Organismos Intermédios, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC em cada uma das fases do ciclo de vida dos projetos/operações, i.e. nas fases “avaliação e seleção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do POFC, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afetem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC;
- a existência de eventuais fatores de risco que possam comprometer as metas e objetivos do Programa;
- a adoção de soluções corretivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do programa.

Dimensão B do Plano de Controlo Interno 2011

Controlo interno das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão

Objetivo Operacional

Verificar, no âmbito das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do PO em cada uma das fases do ciclo de vida dos projetos/operações, i.e. nas fases “avaliação e seleção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do POFC, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afetem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do POFC;
- a existência de eventuais fatores de risco que possam comprometer as metas e objetivos do Programa;
- a adoção de soluções corretivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do programa

Dimensão C do Plano de Controlo Interno 2011

Controlo Temático de verificações do cumprimento das regras de Contratação Pública

Objetivo Operacional

Verificar o cumprimento dos procedimentos legais aplicáveis (nacionais e comunitários) em matéria de contratação pública ao nível do:

- Enquadramento jurídico do beneficiário enquanto entidade adjudicante, face à sua natureza, à atividade desenvolvida e ao tipo de contrato em causa;
- Cumprimento dos procedimentos de contratação pública associados às despesas verificadas face aos normativos legais (nacionais ou comunitários).

Dimensão D do Plano de Controlo Interno 2011

Controlo específico sobre determinados projetos/operações

Objetivo Operacional:

Verificar a conformidade dos projetos/operações tendo por base:

- Cumprimento das decisões e procedimentos estabelecidos;
- Obtenção de evidências sobre as transações, nomeadamente quanto à integridade, fiabilidade, regularidade e legalidade da despesa validada.

Considerando os objetivos a alcançar e os pressupostos subjacentes de representatividade de todas as tipologias de intervenção do PO e das estruturas técnicas envolvidas foi selecionada uma amostra de 37 operações com a seguinte distribuição por Tipologia de Intervenção, Dimensão do Plano e Estrutura Técnica Envolvida (Organismo Intermédio/AG POFC):

Tabela 2.37: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno 2011, por Dimensão do Plano

Tipologias de Intervenção	Dimensão do Plano				TOTAL
	A	B	C	D	
SI I&DT	3				3
SI Inovação	6			1	7
SI Qualificação PME	6		1		7
SAESCTN	5		3		8
SAMA	1		2		3
SAFPRI		2			2
SIAC		4	2		6
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1			1
TOTAL	21	7	8	1	37

Fonte: SI POFC.

Tabela 2.38: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno 2011, por Estrutura de Gestão

Tipologias de Intervenção	Estrutura de Gestão							TOTAL
	IAPMEI	TP	AICEP	ADI	AMA	FCT	AG POFC	
SI I&DT	1			2				3
SI Inovação	3	1	3					7
SI Qualificação PME	3	1	3					7
SAESCTN						8		8
SAMA					3			3
SAFPRI							2	2
SIAC							6	6
ASSISTÊNCIA TÉCNICA							1	1
TOTAL	7	2	6	2	3	8	9	37

Fonte: SI POFC.

Tabela 2.39: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno, 2011

Unid: Mil Euros

Tipologias de Intervenção	Aprovações			Execução		
	Nº Proj	Invest. Elegível	Incentivo	Despesa Cert.	Desp. Pública Cert.	Pagamento
SI I&DT	3	29.608	14.494	10.273	5.106	5.183
SI Inovação	7	58.117	28.225	39.715	19.150	20.387
SI Qualificação PME	7	17.866	8.109	8.816	3.318	5.359
SAESCTN	8	1.328	930	833	583	795
SAMA	3	23.672	11.351	13.141	6.301	4.767
SAFPRI	2	30.703	15.114	9.150	4.504	4.534
SIAC	6	18.491	10.691	3.902	2.678	3.493
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1	2.217	1.552	2.217	1.552	1.474
TOTAL	37	182.002	90.466	88.047	43.192	45.992

Fonte: SI POFC.

De acordo com o plano aprovado, as ações de controlo previstas são realizadas com recurso a Auditores Externos, sendo acompanhadas pelos técnicos da área de Controlo Interno do COMPETE, tendo em vista garantir o acompanhamento e a qualidade dos trabalhos, bem como a definição dos parâmetros objetivos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

A implementação destes controlos fica evidenciada num instrumento específico informatizado, designado de Relatório de Auditoria, que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de auditoria.

Assim, de acordo com o período de realização aprovado, as ações previstas no Plano de Controlo Interno de 2011 deverão ocorrer durante o ano de 2012, após seleção da(s) equipa(s) de auditores externos.

Acompanhamento das auditorias realizadas no âmbito do Plano de Controlo Interno de 2010/2011

De acordo com o plano aprovado em 2010 foram realizadas ações de controlo a 30 operações, todas elas com recurso a auditores externos.

O trabalho de campo junto da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e dos Beneficiários ocorreu no período compreendido entre Dezembro de 2010 e 1º trimestre de 2011.

Com vista a garantir a qualidade dos trabalhos foi efetuado o acompanhamento destas auditorias pela área do controlo interno do COMPETE.

No decurso de 2011 foram apresentados pelos auditores todos os relatórios de auditoria preliminares, tendo nesta sequência, e após integral validação e aceitação pela Autoridade de Gestão originado a aprovação formal de 8 relatórios de auditoria preliminares. Os restantes relatórios de auditoria preliminares bem como a totalidade dos relatórios finais, os quais incluem o processo de audiência prévia da estrutura de gestão envolvida (AG/OI) e/ou Beneficiário, prevê-se que venham a ser aprovados pela Autoridade de Gestão durante os primeiros meses do ano de 2012.

O atraso verificado em 2011 na validação e aceitação dos relatórios de auditoria preliminares do Plano de Controlo de 2010 decorreu fundamentalmente da operacionalização do modelo de Relatório de Auditoria em SIPOFC.

Neste sentido os resultados finais destes controlos serão globalmente apurados durante o ano de 2012.

Planos de Verificação no Local

Ainda no decorrer do 2.º semestre de 2011, outra tarefa assumida pela área do Controlo Interno, para efeitos do cumprimento da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, foi a elaboração do Plano Anual de Verificações no Local para 2011, o qual foi aprovado em Comissão Diretiva do COMPETE em 29 de Dezembro de 2011.

De acordo com o referido regulamento, cada Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do despectivo Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira e, em especial, verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 estabelece que as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, e comportam:

- **Verificações administrativas** relativamente a cada pedido de reembolso;
- **Verificações no local** de operações singulares.

Através da Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009 de 29 de Maio, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi estabelecido um conjunto de procedimentos de verificações de gestão a ser adotado pela Autoridade de Gestão e/ou pelos Organismos Intermédios.

No que diz respeito às verificações no local, a referida Orientação de Gestão prevê que as mesmas sejam efetuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão.

A implementação destas verificações fica evidenciada num instrumento específico totalmente informatizado designado Relatório Técnico da Visita (RTV) que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de verificação.

As verificações no local, tal como previstas no Plano Anual de 2011, a realizar pelos Organismos Intermédios, foram calendarizadas para o primeiro trimestre de 2012, envolvendo um conjunto de 34 projetos: 12 do Eixo I, 17 do Eixo II, 2 do Eixo IV, 2 do Eixo V e 1 do Eixo VI do COMPETE.

Acresce ainda referir que durante o ano de 2011 foi ainda efetuado, pela área do Controlo Interno do COMPETE, o acompanhamento das verificações no local que decorreram do Plano de Verificações no Local de 2010, e que envolveram uma amostra de 19 projetos (6 da AICEP, 4 do IAPMEI, 1 da ADI, 1 da AMA, 4 da FCT e 3 do POFC):

Todas as verificações no local previstas no Plano Anual de Verificações no Local de 2010 foram realizadas em 2011, com exceção dos projetos n.º 1944 e 3326.

Durante o ano de 2011 todo o processo associado à realização das verificações no local, que culmina com a aprovação dos respetivos Relatórios Técnicos das Visitas (RTV) Definitivos, foi encerrado para 10 projetos da amostra, tendo o processo relativo aos restantes 9 projetos sido encerrado já no início de 2012.

Acresce referir que a AICEP, no exercício das verificações de gestão, desencadeou uma Ação de verificação no local, prévia à aprovação do Plano Anual de 2010, cuja circunstância que a determinou (âmbito) foi o acompanhamento da execução de projetos. Esta Ação efetuada ao proj. n.º 5 - SEGURES TÊXTEIS, LDA foi concluída no ano de 2011.

Conclui-se assim que, no âmbito das 16 verificações no local realizadas e concluídas até final de 2011, foi detetado uma taxa de erro global na ordem dos 0,006%.

Tabela 2.40: Consequências Financeiras das Verificações no local, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Ano	Âmbito	Nº Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2009	Plano Anual	5	139.261	31	0,022%
2010	Plano Anual	10	368.092	0	0,000%
2011	Acompanhamento	1	3.192	2	0,063%
Total		16	510.546	33	0,006%

Fonte: SIPOFC

No Anexo XVI apresenta-se o detalhe das verificações no local.

Sintetizando, as atividades desenvolvidas pela área de **controlo interno** do COMPETE foram:

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Atualização dos manuais de procedimentos e da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;
- Participação na elaboração e revisão da legislação, orientações de gestão e orientações técnicas;
- Articulações com as demais áreas operacionais e horizontais do Secretariado Técnico, em todas as tarefas relacionadas com a gestão global do Programa;
- No âmbito da operacionalização das ações de controlo promovidas por entidades externas:
 - (i) Acompanhamento *in loco* destas ações;
 - (ii) Articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico do COMPETE, bem como com os Organismos Intermédios e com as entidades externas envolvidas;
 - (iii) Elaboração dos respetivos contraditórios;
 - (iv) Monitorização da aplicação das recomendações e medidas corretivas resultantes das ações de controlo interno e das ações de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN;
- Elaboração do Plano Anual de Verificações no Local de 2011;
- Acompanhamento da implementação do Plano Anual de Verificações no Local de 2010;
- Elaboração do Plano de Controlo Interno de 2011;
- Implementação do Plano de Controlo Interno de 2010.

Controlo Externo

Desde o início do COMPETE e até ao final do ano de 2011 foram lançadas 19 auditorias externas, 15 das quais consideradas auditorias de sistema, realizadas pelas entidades competentes, em que 10 tiveram o seu início no decurso do ano de 2011.

Tabela 2.41: Auditorias Externas, 2007-2011

Tipo	Entidade Responsável	Objetivo	Ano de lançamento
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	Acompanhamento da implementação das Recomendações formuladas pela IGF no âmbito dos testes ao sistema de gestão e controlo do POFC efetuado pela IGF em 2009 (Relatório n.º 2009/1774)	2009-2010
		Auditoria aos Mecanismos de Inovação Financeira no âmbito do PRIME e COMPETE	2009-2010
		Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	2009-2010
		Auditoria Temática à Contratação Pública	2011
		Auditoria temática aos Auxílios de Estado	2011
		Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	2011
		Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	2009-2010
	Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva	2011	
	Autoridade de Certificação (IFDR)	Acção de Controlo Prévia ao envio do 1º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir que as despesas declaradas no pedido de certificação cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11/07/2006. As verificações efetuadas incidiram sobre uma amostra aleatória de 3 operações.	2009-2010
		Acção de Controlo Prévia ao envio do 8º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir que as despesas declaradas no pedido de certificação (SAESCTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11/07/2006.	2011
Comissão Europeia	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006	2009-2010	
	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006		
Tribunal de Contas	Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN	2009-2010	
	Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	2011	
Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Fatores de Competitividade)	2011	
Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)	Auditoria no âmbito do POFC - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	2009-2010
		Auditoria no âmbito do POFC - Despesa Pública de 2010-01-01 a 2010-12-31	2011
	Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do Programa Operacional Fatores de Competitividade, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50.	2011
		Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do Programa Operacional Fatores de Competitividade, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55.	2011

Fonte: SI POFC.

As auditorias de sistemas e auditorias das operações permitem por parte da Autoridade de Auditoria (IGF) retirar conclusões para o parecer anual sobre se os sistemas de gestão e controlo funcionam eficazmente, se dão uma garantia razoável de que as despesas declaradas à Comissão são corretas e como consequência, se as operações subjacentes são legais e regulares.

Em observância da estratégia de auditoria da IGF enviada à Comissão, foi perspetivada a consideração de três sistemas comuns no que respeita aos programas nacionais co-financiados pelos Fundos Estruturais: dois ao nível do FEDER e um ao nível do FSE:

- Agrupamento dos programas FEDER em 2 sistemas comuns:
 - Sistema Comum 1 - COMPETE + 5 PO Regionais Continente + 2 PO Regiões Autónomas;
 - Sistema Comum 2 - POVT + PO Assistência Técnica.
- Autonomizou-se o PO Cooperação Espaço Atlântico.

A decisão para a constituição deste sistema comum resultou na identificação de níveis de risco semelhantes relativamente a estes programas, nomeadamente tendo em conta a consideração dos seguintes fatores:

- A Autoridade de Certificação é comum;
- Todos os programas operacionais identificados encontram-se sujeitos ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão;
- No COMPETE e nos PO Regionais existe um envelope financeiro muito significativo destinado aos sistemas de incentivos orientados para o investimento empresarial;
- O sistema de gestão e controlo associado aos sistemas de incentivos, bem como os sistemas de informação, foram definidos por um grupo de trabalho com representantes de todos os programas operacionais em causa, e estes serviram como referenciais para as restantes áreas de intervenção;
- O conjunto dos Organismos Intermédios do COMPETE e dos PO Regionais é, no essencial, o mesmo para os sistemas de incentivos.

Nestes termos, para efeitos da emissão do Relatório de Controlo anual para o ano de 2011 e Parecer de Auditoria a IGF teve em consideração todas as auditorias aos sistemas concluídas em 2011, bem como as auditorias das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR sobre despesa certificada durante o ano civil de 2010.

Relativamente às auditorias externas concluídas em 2011, apresenta-se no Anexo XVI o detalhe das principais conclusões, consequências financeiras e recomendações, por cada uma das ações externas.

No que respeita às recomendações formuladas em sede de auditorias externas, apresenta-se de seguida um ponto de situação relativo à sua implementação.

Há dois relatórios finais das auditorias externas anteriormente elencadas para os quais o follow-up das recomendações só ocorrerá em 2012, uma vez que os mesmos apenas foram rececionados formalmente em 2011, um dos quais já no final do ano de 2011.

Tabela 2.42: Follow-Up Recomendações

Entidade Responsável	Ação de Controlo	N.º de Recomendações	N.º de Recomendações Satisfeitas ou em Curso
Ações de Controlo Externo de 2009			
Tribunal de Contas	Modelo de Governação e Controlo do QREN	3	3
IGF (AA)	Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	20	A IGF considera no quadro da preparação do relatório anual de 2011 que no essencial as recomendações formuladas se encontram satisfeitas ou em fase de resolução, com exceção de 2 Recomendações.
IFDR (AC)	Ação de Controlo Prévia ao envio do 1º Pedido de Certificação de Despesa	5	5
Ações de Controlo Externo de 2010			
Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)	Auditoria em Operações no âmbito do POFC - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	27	27
IGF (AA)	Auditoria aos Mecanismos de Engenharia Financeira no âmbito do PRIME e do COMPETE	1	1
IGF (AA)	Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	10	8
IGF (AA)	Auditoria à Certificação de Despesas do Sistema Comum FEDER – POFC e Regionais do Continente e Regiões Autónomas - Auditoria para efeitos de emissão do Parecer Anual de 2010 – Acompanhamento das Recomendações POFC	Ver Follow-Up Recomendações – Ações de Controlo Externo de 2009	

Fonte: SI POFC.

Importa ainda dar nota que a DG REGIO realizou, em 2010, duas missões ao cumprimento pelas autoridades nacionais da alínea a) do n.º 1 do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º

1083/2006 e da alínea c) do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, tendo a amostra selecionada incluído operações do POFC. Em ambas as situações não foram durante o ano de 2011 conhecidas as conclusões do respetivo relatório final.

Especificamente em relação à auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR sobre despesa certificada no período de 01/jan/2010 a 31/dez/2010 (ano civil de 2010), importa referir que foi selecionada uma amostra no Sistema Comum 1 de 154 operações (incluindo 19 de valor negativo), sendo 59 dessas relativas a operações integradas no COMPETE.

Tabela 2.43: Consequências Financeiras da Auditoria das Operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre despesa certificada pelo COMPETE

Unid: Mil Euros

Ano Auditoria	Nº Operações Auditadas Sistema Comum1	Nº Operações Auditadas	Despesa Pública Certificada	COMPETE		
				Despesa Pública Auditada	Correções Financeiras (Desp Pública)	Taxa de Correção (%)
2010 (Desp Cert 2009)	81	22	149.922	149.922	0	0%
2011 (Desp Cert 2010)	154	58 (*)	639.279	639.279	8.903	1,39%
	235	81	789.201	789.201	8.903	1,13%

Fonte: Relatórios das Auditorias a Operações da EAS do IFDR

(*) Às 58 operações auditadas, acresce uma operação do Eixo III cuja despesa se encontrava certificada em 2009 e que, em 2010, foi retirada, preventivamente, da certificação remetida à Comissão Europeia

Conclui-se assim que, no âmbito da auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre despesa certificada pelo COMPETE no ano de 2010, foi detetado uma taxa de correção na ordem de 1,39%.

Esta taxa de correção difere da taxa de erro apurada pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR na medida em que a mesma é avaliada no âmbito do Sistema Comum 1 e não no âmbito de cada PO, ao qual acresce ainda a extrapolação do erro aleatório para o universo da despesa total certificada em 2010.

Assim, o resultado das consequências financeiras verificadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR no âmbito do Sistema Comum 1 conduziu a um montante total de despesa não elegível de € 13.772.263. Decorrente da extrapolação efetuada o erro mais provável existente na população do Sistema Comum 1 é de € 32.133.202, o que representa cerca de 1,729% do universo.

Importa ainda referir que no âmbito do trabalho de supervisão da Autoridade de Auditoria (IGF) à auditoria das operações foram identificados erros adicionais, no âmbito do Sistema

Comum 1, que conduziram a um montante total de despesa não elegível de € 14.154.530. Decorrente da extrapolação efetuada o erro mais provável corrigido existente na população é de € 33.706.938, o que representa cerca de 1,81% do universo do Sistema Comum 1.

Com efeito, os resultados obtidos, considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, apresentam uma estimativa do erro total existente na população que não ultrapassa o limiar definido da materialidade de 2%.

| 116

Em face do exposto a IGF no seu Relatório Anual de Controlo do Sistema Comum 1 conclui existir uma segurança razoável para a emissão de uma opinião qualitativa quanto ao funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo das Autoridades de Gestão. Neste sentido consideram que “(...) o **Sistema Comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas**, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 19828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, conseqüentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade (...).

A IGF salvaguarda ainda no âmbito da sua opinião as seguintes exceções, aplicáveis ao COMPETE, que constituem reservas com impacto materialmente relevante, não obstante, não existirem despesas certificadas à Comissão Europeia durante o civil de 2010:

- Linhas de crédito 1 e 2 do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) uma vez que não foram concluídas as verificações de gestão, cuja data limite definida pela Comissão Europeia era 30 de Junho de 2011;
- Operação de investimento do FCR Patris (Operação nº 16143) na Spater igualmente do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI).

Nestes termos, a IGF veio a concluir que “(...) as *deficiências por satisfazer afetam moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo da globalidade dos programas operacionais (...)*” que integram o Sistema Comum 1, pelo que “(...) *os mesmos devem ser classificados na Categoria 2, conforme previsto na Nota de Orientações sobre uma metodologia comum para avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros (documento COCOF 08/0019/00).*”

Sistema de Informação

O Sistema de Informação do COMPETE – SI POFC – compreende todas as atividades que permitem recolher, validar, tratar, utilizar e transmitir informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, no acompanhamento e na avaliação do PO, bem como promover a sua divulgação, apresentando dois níveis de acesso:

- Suporte às atividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;
- Informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objetivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a *Internet*.

O Sistema de Informação do COMPETE encontra-se operacional em todas as dimensões e está plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades.

Neste contexto, toda a informação relevante, requerida e produzida, é integralmente registada no SI POFC. A desmaterialização total dos processos, que passaram a ser exclusivamente eletrónicos (formulários de candidatura, ferramentas de análise, ferramentas de pedidos de pagamento, contactos com os promotores, etc.), tem contribuído para a redução dos tempos de análise, com conseqüente aceleração dos mecanismos de decisão e contratação.

Durante o ano de 2011 manteve-se o trabalho de consolidação e aperfeiçoamento das suas funcionalidades, no sentido de dar resposta às solicitações constantes no âmbito da gestão do Programa.

ESTRUTURA

Todos os processos de recolha intensiva de dados, quer sejam da responsabilidade dos beneficiários, que sejam da responsabilidade dos Organismos Intermédios, são suportadas em ferramentas eletrónicas que dialogam diretamente com o sistema:

- Formulários Eletrónicos - os beneficiários utilizam obrigatoriamente formulários eletrónicos quer para a apresentação de candidaturas, quer para a submissão de pedidos de pagamento;
- Ferramentas Informáticas - os organismos intermédios, com exceção dos projetos do Sistema de Apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN), bem como a própria AG, utilizam ferramentas pré-definidas pelo COMPETE:
 - Fase de análise de candidaturas (FACI – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo)
 - Fase de verificação e validação de despesa (FAPPI – Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo);

- Fase de Encerramento dos projetos. Os encerramentos dos projetos também são suportados em instrumentos e ferramentas informáticas construídas especificamente para o efeito (FACIE – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo em Encerramento);

Estas ferramentas normalizam todo o processo de análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e, durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar.

- Interface com Entidades Externas - No relacionamento do SI POFC com entidades terceiras, foi criado um conjunto de interfaces que são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a internet, para os beneficiários, e *web services* para as ligações externas mais complexas. Neste nível salienta-se a troca de informação com o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), para efeitos de pedidos de certificação de despesas, monitorização física e financeira, etc.;

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Durante o ano de 2011 foram consolidadas atividades nas seguintes áreas:

- Formulários Eletrónicos de Candidatura

Foram desenvolvidos e disponibilizados aos beneficiários, novos formulários eletrónicos de candidatura, adequados às exigências dos Avisos de Abertura de Concursos, gerais e específicos, publicados em 2011, no domínio dos sistemas de incentivos e restantes medidas de apoio. Em paralelo foi atualizado o sistema de atendimento automático e distribuição para o adequar às especificações dos formulários.

- Ferramentas de Análise - FACI

Foram atualizadas todas as ferramentas de análise envolvidas no âmbito dos concursos abertos adequando-as às novas necessidades decorrentes dos referidos avisos.

- Formulários de Pedido de Pagamento e respetiva Ferramenta de Análise

Foram introduzidas melhorias nos formulários e nas ferramentas no sentido de responder às necessidades específicas de cada tipologia de projeto.

- Bolsa de Descativação de Incentivo

Foi criada uma lista de projetos, partilhada com os Organismos Intermédios, que permite acompanhar os projetos em situação de incumprimentos vários.

- Sistema Contabilístico de Dívidas

Foi implementado a transferência automática, via *web services*, com o IFDR.

- Calendarização semestral de execução – cálculo de penalidades

Foi implementado o cálculo de penalidades, por incumprimento da calendarização semestral de execução, e efetuada a sua ligação automática com as ferramentas de encerramento.

- Reembolsos

Foi implementada o módulo de Gestão de Reembolsos que permite o registo dos Reembolsos efetivos e a sua comparação com o previsto, no encerramento dos projetos, a efetuar pelos Promotores.

ATIVIDADES DIVERSAS

O sistema de informação está em aperfeiçoamento constante e tem de dar resposta às diversas solicitações que lhe vão sendo feitas. Nesse sentido, foram efetuadas as seguintes atividades, ao longo de 2011:

- Foram atualizados todos os postos de trabalho da rede interna do COMPETE, incluindo o ambiente de ferramentas de escritório eletrónico, através da migração dos PC para Win7 e Office 2010;
- Foi disponibilizado uma plataforma de submissão de pedidos de intervenção para os Colaboradores do COMPETE, de modo a registar as ocorrências e perspectivar melhorias resultantes de análise estatística, através da implementação de um Help-Desk Ticket System;
- Foram migrados os servidores de informação para uma estrutura de virtualização (VMWARE) possibilitando um maior aproveitamento e gestão de recursos físicos dos equipamentos;
- Foi disponibilizada uma plataforma de comunicações privadas para os Colaboradores do COMPETE poderem aceder remotamente, em ambiente seguro, à infra-estrutura de sistemas de informação do COMPETE.

Na sequência de uma auditoria do IGF, efetuada no final de 2010, relativa à análise do modelo conceptual e à avaliação da segurança dos Sistemas de Informação do POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade, foi definida a Política da Segurança da Informação da Autoridade de Gestão do POFC, criada a Norma de Classificação da Informação, e criados os Módulos de Formação para divulgação aos Colaboradores.

“O Sistema de Informação (SIQREN) respondeu de forma muito positiva aos grandes desafios colocados pelo novo Modelo de Governação dos SI, pela utilização privilegiada da modalidade concursal e pelas exigências acrescidas em matéria de controlo e de desmaterialização de documentos e processos. Constitui um elemento fulcral da operacionalização dos SI e apresenta progressos significativos face ao QCA III, permitindo às entidades intervenientes o acesso a informação e a ferramentas e metodologias comuns que facilitam o diálogo institucional e garantem o funcionamento da Rede.”

Augusto Mateus & Associados, Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda Fatores de Competitividade, Junho de 2011, pag. 242.

Organismos Intermédios e Subvenções Globais

De acordo com o modelo de governação do COMPETE, verificam-se duas situações em termos de competências na tramitação dos projetos rececionados no âmbito do Programa:

- As competências de análise, contratação e acompanhamento da execução dos projetos, são delegadas nos Organismos Intermédios, assegurando a Autoridade de Gestão a competência exclusiva de aprovação de projetos (SAESCTN, SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAMA);
- Todas as competências são exercidas diretamente pela Autoridade de Gestão (SAFPRI, SAMA – Operações Globais, SIAC e Assistência Técnica).

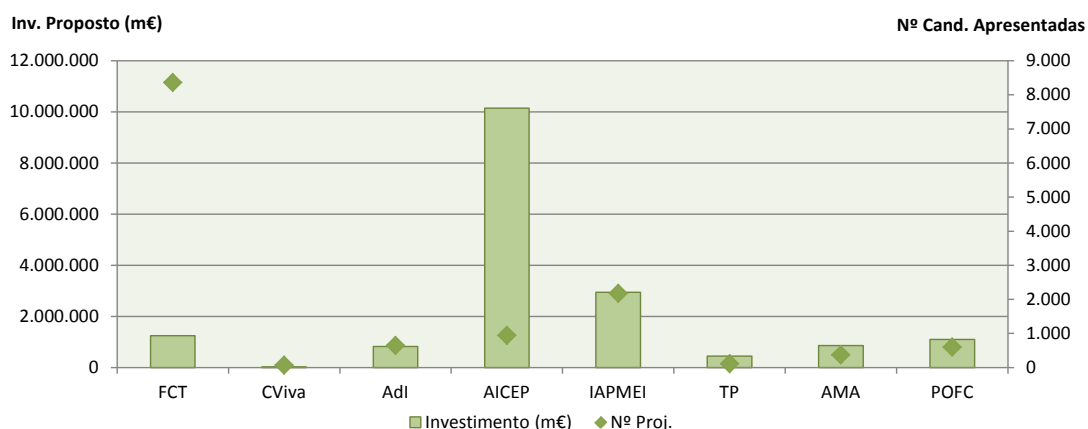
Tabela 2.44: Organismos Intermédios envolvidos na Gestão do Programa

Eixo Prioritário	Instrumento	Organismo Intermédio	Observações
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	SAESCTN	FCT Ciência Viva	
	SI I&DT	IAPMEI AdI AICEP	
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	SI Inovação SI PME	IAPMEI AICEP Turismo de Portugal	
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	SAFPRI	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	SAMA	AMA	Operações Globais
		-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	SIAC	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO VI - Assistência Técnica	Assistência Técnica	-	Competência exclusiva COMPETE

Fonte: SI POFC.

Relativamente às candidaturas rececionadas no COMPETE desde o início do Programa conclui-se que mais de 60% das candidaturas se refere a projetos analisados pela FCT (referente aos projetos SAESCTN). Incidindo em termos de volume financeiro, destaque-se as candidaturas enquadradas no âmbito de análise da AICEP (cujas candidaturas totalizam cerca de 60% do investimento total proposto ao COMPETE).

Gráfico 2.35: Candidaturas Rececionadas, por Organismo Intermédio, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Sublinhe-se que foram assinados protocolos e contratos de delegação de competências com os Organismos Intermédios durante o ano de 2008 tendo, em relação à FCT, sido assinadas três adendas; uma 1.ª para adequação da tramitação inerente ao processo de auditoria, nos termos recomendados pela Comissão Europeia; uma 2.ª, em 2010, para especificar os termos da atribuição à FCT da função de transferência direta para os beneficiários, assumindo-se como Organismo Pagador; e uma 3ª, já no início de 2012, relativa à alteração da taxa máxima de financiamento do FEDER e a uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

A participação dos Organismos Intermédios IAPMEI e TP na gestão do Programa desenvolve-se também a nível financeiro, assumindo estes organismos igualmente competências de Organismos Pagadores no âmbito do COMPETE. Para o efeito, foram celebrados, em 2008, protocolos entre a Autoridade de Gestão, o IFDR e cada um destes Organismos Pagadores, que estabelecem o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, através da delegação, pelo IFDR, da competência de transferência direta para os beneficiários.

SUBVENÇÕES GLOBAIS

Na sequência do Despacho n.º 3711/2010 de 12 de Fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, foi atribuída à FCT, enquanto Organismo Intermédio responsável por subvenção global, a função de transferência direta (pagamentos) para os beneficiários no âmbito das tipologias de projetos do SAESCTN, geridos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Comissão de Acompanhamento

Constituindo o principal fórum de reflexão estratégica do Programa, a Comissão de Acompanhamento assume-se como o principal órgão para, num espírito de parceria, promover o acompanhamento do Programa pelos principais *stakeholders*. Neste sentido, é composta por entidades públicas, nomeadamente Comissão Europeia, Ministérios, Organismos Intermédios, Autoridade de Certificação FEDER, Observatório do QREN, Autoridade de Auditoria, Associação Nacional de Municípios e outras Entidades Públicas, mas também os representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social (UGT, CPADA, CONFAGRI e CIP).

Por decisão da Autoridade de Gestão, foram ainda convidadas entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, designadamente a CGTP, CAP, CCP e CTP.

Visando assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa, a Comissão de Acompanhamento tem como principais responsabilidades:

- Examinar e aprovar as alterações do conteúdo da decisão da Comissão Europeia relativa à participação dos fundos comunitários no Programa Operacional (Texto do Programa);
- Analisar e aprovar os critérios de seleção das operações a financiar;
- Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objetivos do Programa Operacional;
- Examinar e aprovar os relatórios anuais de execução;
- Apreciar os relatórios de Avaliação do Programa;

No ano em análise, teve lugar, a 17 de Junho, a 5.^a reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE. Da agenda de trabalho, destacam-se os seguintes pontos:

- Ratificação da aprovação da **ata** da reunião anterior, já efetuada por consulta escrita;
- Apreciação e aprovação do **Relatório de Execução** de 2010;

- Apresentação e aprovação de **alterações ao Texto do COMPETE**, designadamente no sentido do alargamento dos beneficiários do Eixo IV, de modo a permitir o apoio a projetos de modernização administrativa regional e local e, por outro lado, a algumas entidades públicas nacionais que não estavam previstas, nomeadamente, Entidades Públicas Empresariais prestadoras de serviços de saúde, entidades de apoio à atividade empresarial e de serviços partilhados da administração pública.
- Apresentação e aprovação da **reprogramação financeira** do Programa, com vista a dar resposta às alterações do contexto socioeconómico e a acompanhar os movimentos de procura dos diversos instrumentos/eixos. No essencial, verifica-se uma redução significativa de recursos do Eixo IV - Modernização da Administração Pública, a favor do correspondente reforço dos Sistemas de Incentivos. Esta reprogramação dá resposta à elevada procura por parte das empresas que continua a provocar fortes pressões na dotação destes instrumentos, mantendo um nível de recursos suficiente no Eixo IV face às atuais disponibilidades da Administração Pública. Refira-se, ainda, o movimento orçamental intra-Eixo I, traduzido no reforço do instrumento de apoio direto a empresas (SI I&DT), por contrapartida da redução do apoio às entidades do sistema científico e tecnológico nacional (SAESCTN), redução esta consentânea com a reorientação estratégica a nível do QREN, de verbas para a formação avançada no âmbito do PO PH.
- Clarificação dos **Critérios de Seleção** dos Vales I&DT e Inovação, estabelecendo-se como critérios para hierarquização dos projetos a dimensão da empresa e, em caso de igualdade, a data de entrada da candidatura.
- Revisão dos **indicadores de realização e resultado** do Programa, em resultado da revisão orçamental proposta e também de algum desajustamento entre as metas fixadas e a realização atual do Programa.
- Revisão do quadro da repartição das **atribuições entre COMPETE e PO Regionais**, decorrente das orientações para a reprogramação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, designadamente do apoio a projetos de modernização administrativa regional e local pelo Programa.
- Apresentação de um **ponto de situação do COMPETE**, destacando aprovações e contratações, pagamentos e execução.

Destaque-se ainda a apresentação, por parte da equipa de avaliação, das principais conclusões da **Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos QREN**.

Encontro Anual

No âmbito do **Encontro Anual** realizado, para a análise anual dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, no dia 8 de Novembro de 2011, foram abordados os seguintes pontos, conforme agenda da Comissão Europeia:

- Ponto de Situação do FEDER – realização financeira (taxa de compromisso e taxa de execução) e cumprimento da meta N+3;
- Ponto de Situação dos Grandes Projetos aprovados;
- Medidas adotadas para reforçar a execução e respostas do QREN à situação económica atual;

Foi apresentada pelo COMPETE a iniciativa “Bolsa de Descativação de Incentivo”, conforme ponto 2.3.2;

- Ponto de Situação das reprogramações financeiras dos PO;
- Contratação Pública;
- Ponto de Situação sobre o Empréstimo-Quadro do BEI;
- Ponto de Situação sobre a Iniciativa Jessica;
- Ponto de Situação do cumprimento da regra “spill-over effects”.

Na sequência da reunião, o IFDR, em articulação com o COMPETE, prestou toda a informação solicitada, no que se refere ao Programa.

Outras Parcerias

COMISSÃO MINISTERIAL DE COORDENAÇÃO (CMC)

A Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE é o órgão de direção política do Programa, tendo como função a coordenação global do mesmo.

No âmbito das suas competências, durante o ano em análise, a CMC:

- Aprovou, a 12 de janeiro de 2011, a proposta de ajuste do Plano de Avaliação do COMPETE (revisão relativa a 2010);
- Aprovou, a 20 de Janeiro de 2011, o plano anual de concursos;
- Aprovou, 9 de Maio de 2011, a alteração ao regulamento SAESCTN – Sistema de Apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional;
- Aprovou, a 7 de Junho de 2011, o Relatório de Execução do COMPETE de 2010, as alterações ao texto do COMPETE e a clarificação dos critérios de seleção do SI I&DT e SI

Qualificação e Internacionalização PME, documentos posteriormente aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Programa;

- Aprovou a proposta de reprogramação do COMPETE apresentada pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN;
- Aprovou o reconhecimento da natureza estratégica dos projetos SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

A CMC do QREN aprovou, a 27 de janeiro de 2012, a proposta de revisão do Plano de Avaliação do COMPETE, aprovado pelo COMPETE a 2011.

| 125

INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IFDR)

O IFDR é responsável pela coordenação e centralização das interações operacionais e financeiras da Autoridade de Gestão com a Comissão Europeia, bem como pela gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermédios e os beneficiários. Assegura e coordena a divulgação de informações de gestão sobre a execução do QREN, assim como a elaboração de normas e orientações técnicas para os Órgãos de Gestão do QREN.

No âmbito das suas competências de articulação com a Comissão Europeia, coube ao IFDR remeter toda a informação, enviada pelo COMPETE durante o ano, designadamente sobre certificação de despesas e pedidos de pagamento, previsão de pedidos de pagamento, Grandes Projetos, Relatório Anual de Execução.

Enquanto Entidade Pagadora do QREN, é competência do IFDR a gestão dos fluxos financeiros, designadamente os fluxos entre as contas bancárias do Fundo e as contas dos PO, tendo sido adotada pelo IFDR, em 2011, uma metodologia de flexibilização das verbas do QREN, no sentido de favorecer a realização financeira de cada PO.

Relativamente à divulgação de informação sobre a gestão da execução do QREN, foi remetido mensalmente um conjunto de informação parametrizada pelo IFDR sobre a monitorização do Programa, bem como, quando solicitada, outra informação, nomeadamente relativa aos indicadores físicos de acompanhamento do COMPETE.

O IFDR integrou o Grupo Técnico de Acompanhamento (composto igualmente pelo COMPETE, enquanto coordenador, e o Observatório do QREN) do Estudo de Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda da Competitividade, conforme ponto 2.7.2. O relatório Final foi disponibilizado em julho de 2011, tendo o COMPETE apresentado na reunião da Rede de Avaliação do QREN realizada em novembro, as principais conclusões e recomendações.

OBSERVATÓRIO DO QREN

O Observatório do QREN é responsável pelo desenvolvimento das atividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN.

A coordenação da Rede de Avaliação do QREN é assegurada pelo Observatório do QREN, tendo o COMPETE prestado toda a colaboração solicitada durante o ano de 2011 (conforme ponto 2.7.2 – Avaliação), nomeadamente participando em reuniões e discussões de trabalho, facultando informação diversa sobre o Programa e colaborando de forma ativa na elaboração das Cláusulas Técnicas da “Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC – tipologia Clusters”.

É igualmente da sua competência a definição de um conjunto de orientações transversais, a ser adotadas nos diversos Planos de Comunicação, tendo o COMPETE participado durante o ano nas reuniões da Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN (conforme ponto 6 - Participação na Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN).

2.7.2. Avaliação

Durante o ano de 2011, o Plano de Avaliação do COMPETE, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) em 18 de Dezembro de 2008, foi objeto de segundo ajustamento no final de 2011, refletindo a dinâmica de implementação do Programa e os constrangimentos em matéria de contratação pública (aprovado pela CMC do QREN a 27 de janeiro de 2012).

Os ajustamentos introduzidos refletem a conclusão do processo de reprogramação do QREN, que envolveu alterações de conteúdo e de natureza orçamental em praticamente todos os Eixos de intervenção do COMPETE, e face a fortes constrangimentos orçamentais, a necessidade de reforçar a eficiência orçamental:

- Não realização das avaliações temáticas (“Avaliação do Contributo do POFC para uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade (na ótica das empresas e cidadãos)”, “Avaliação do Contributo do POFC para o Financiamento e Partilha do Risco na Inovação, Internacionalização e Modernização Empresarial das PME”, “Avaliação do Contributo do POFC para a Criação de Conhecimentos com vista o Aumento da Competitividade Empresarial”, introduzindo-se algum aprofundamento temático no exercício regulamentar da Avaliação Intercalar do Programa;
- Deslizamento do início de lançamento do procedimento de contratação pública da “Avaliação Intercalar do COMPETE, para o 1.º trimestre de 2012;

- Manutenção da pertinência e relevância do exercício de “Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação dos Polos de Competitividade e Clusters”, tendo presente a aproximação do fim do 1.º ciclo de reconhecimento (Julho de 2009-Julho de 2012).

Em colaboração com o Observatório do QREN, durante 2011 foram instruídos todos os procedimentos necessários à autorização da despesa para a realização do Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação da EEC - tipologia Clusters. Só a 8 de fevereiro de 2012, quase um ano após se ter iniciado o processo (envio à CMC QREN a 21 de março de 2011), se obtiveram todas as autorizações necessárias para proceder ao lançamento do concurso público. O procedimento foi efetivamente publicado em 28 de março de 2012, perspetivando-se a sua decisão e contratualização durante o mês de junho.

O COMPETE participa no Júri do respetivo Concurso Público e cabe-lhe a coordenação do grupo permanente de acompanhamento desta avaliação.

Vários trabalhos de acompanhamento de avaliações relativas a domínios transversais do QREN tiveram lugar durante o ano de 2011, tendo o COMPETE participado ativamente nos grupos de acompanhamento dos seguintes exercícios:

- Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no Contexto da Agenda da Competitividade, cujo Relatório Final foi entregue em julho de 2011. Tendo em conta a temática deste estudo, coube ao COMPETE a coordenação do grupo de acompanhamento e o papel de principal *pivot* na interlocução com a equipa de avaliadores responsável pelo trabalho;
- Documento de follow-up da Avaliação Global da Implementação do QREN;
- Avaliação do Impacto Macroeconómico do QREN;
- Estudo de Avaliação Específica com vista à Simplificação Administrativa no âmbito do FEDER e Fundo de Coesão.

Respetivamente a 17 de fevereiro e a 3 de novembro de 2011, o COMPETE esteve presente nas 2 reuniões da Rede de Avaliação do QREN realizadas ao longo de 2011.

No âmbito dessas reuniões, foram tratados aspetos de interesse comum para todos os Programas Operacionais do QREN no domínio da avaliação, nomeadamente a preparação do ciclo de avaliações intercalares dos PO, a discussão em torno das Especificações Técnicas de exercícios de avaliação a lançar e que envolvessem vários PO, o acompanhamento e o balanço da execução do **Plano Global de Avaliação do QREN**, quer quanto aos principais resultados identificados nos estudos de avaliação entretanto terminados, quer quanto à qualidade dos próprios exercícios avaliativos e o papel desempenhado pelos grupos de acompanhamento e ainda a consensualização do processo de *follow up* das recomendações a levar a cabo por cada Autoridade de Gestão, no

cumprimento dos princípios de transparência e de resposta obrigatória. Refira-se, ainda, a disponibilização de informação metodológica sobre avaliação contrafactual de impactos, e a discussão do documento de trabalho da CE/ DG REGIO sobre a avaliação e monitorização de fundos estruturais no próximo período de programação orientações (“*Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Regional Development Fund and Cohesion Fund – Concepts and Recommendations*”)

A 11 de novembro o Observatório do QREN disponibiliza uma nova versão do documento metodológico que reflete as orientações comuns para as avaliações intercalares.

O COMPETE esteve, ainda, presente na segunda reunião da Innovation Evaluation Network, em Bruxelas (14.out.11), passando a integrar esta relevante rede de troca de experiências e conhecimento no domínio da avaliação de atividades inovadoras financiadas pelo FEDER. Esta rede inclui um número restrito de membros e constitui um importante espaço para acesso a informação e propostas e análise em matéria de metodologia e regulamentação que envolve a avaliação e a política de inovação. Esta rede reúne 1 a 2 vezes por ano, privilegiando-se a troca de informação por e-mail.

2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do COMPETE

A MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No âmbito do relatório de execução relativo a 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da AAE²¹).

²¹ A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE²².

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no *website* do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no *website* daquela instituição.

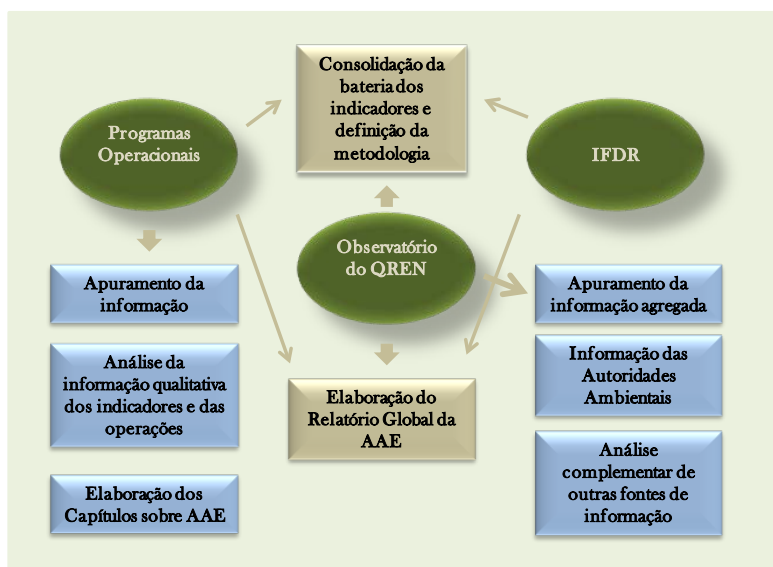
No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objeto de divulgação pública.

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

²² De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

Figura 2.1: Quadro de Responsabilidade na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Observatório do QREN.

No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos²³. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados e a Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será atualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para i) identificar as alterações de uso

²³ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados e para ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos²⁴ estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:

- Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
- Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
- Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projetos apoiados; intensidade de materiais dos projetos apoiados; padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; intensidade energética dos projetos apoiados; padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PO COM BASE NOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL

A análise que a seguir se apresenta pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objetivos estratégicos.

Conforme se pode constatar pela leitura do ponto 2.2.3, juntamente com a análise dos indicadores ambientais do Programa, verifica-se a importância dada à temática Ambiente e Eficiência Energética no âmbito do COMPETE.

²⁴ A prossecução destes objetivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

Apresentam-se de seguida os indicadores de monitorização estratégica ambiental.

▪ **MEA1. População servida pelas lojas do cidadão, centros multi-serviços e balcões únicos**

Conforme analisado no ponto 3.4 – Realização do Eixo IV, o SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central.

Assim, considera-se que toda a população nacional é potencial utilizadora dos 1.449 centros multi-serviços e balcões únicos previstos nos projetos SAMA contratados no final do ano de 2011.

▪ **MEA2. Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos**

Tendo em conta os projetos SAMA contratados, foi possível reduzir o número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em 50%.

▪ **MEA 3. Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos**

Face aos tempos médios de espera dos serviços públicos, estima-se uma redução de 58% após a implementação dos projetos SAMA contratados.

▪ **MEA 4. Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas**

Das entidades com projetos SAMA contratados, verifica-se que 80 disponibilizavam serviços *on-line*, estando previsto, no pós-projeto, que mais 73 os passassem a disponibilizar, representando assim 94% do total.

▪ **MEA 8. Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública**

O aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais, medido através da utilização via *internet* e telefone, registado nos projetos SAMA contratados foi de 102%.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

▪ **RE1. Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)**

Conforme explicitado atrás, a totalidade dos apoios empresariais estão subordinados ao estrito cumprimento das regras ambientais, considerando-se, assim, que integram critérios ambientais na sua avaliação ao nível da admissibilidade das candidaturas.

Em relação aos restantes instrumentos (Apoio à Ciência, Administração Pública, Inovação Financeira, Ações Coletivas e Assistência Técnica), não é aplicável esta exigência.

Assim, verifica-se que os projetos contratados no âmbito de sistemas de incentivos e que, portanto, integram critérios ambientais na sua admissibilidade, representam 46% do total de projetos contratados e 67% do apoio atribuído.

▪ **RE2. Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2) e Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)**

Conforme foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, a concretização dos objetivos estratégicos delineados para a Agenda da Competitividade passou pela criação de instrumentos que valorizassem o apoio a fatores imateriais e à inovação.

Assim, considera-se que quase a totalidade dos mecanismos de apoio visam o apoio a ações imateriais, nomeadamente à I&D (SAESCTN, SI I&DT), fatores dinâmicos de competitividade (SI PME), capital de risco e garantias (SAFPRI), modernização da Administração Pública (SAMA), ações coletivas (SIAC) e assistência técnica do Programa.

Deste modo, apenas o SI Inovação visa o apoio a projetos de natureza mais material. No entanto, saliente-se que estes apoios (de inovação produtiva e empreendedorismo qualificado) estão subordinados à implementação de ações que representem inovação a nível nacional ou regional.

Conclui-se assim que os projetos contratados de natureza imaterial representam 88% do total de projetos, 35% do investimento total e 50% do incentivo contratado.

▪ **RE3. Rácio de projetos de ID&T no domínio do ambiente (I 4) e Rácio de financiamento em ID&T no domínio do ambiente (I 5)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE4. Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I 6) e Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente (I 7)**

No âmbito dos Sistemas de Incentivo de fomento à inovação, conforme referido no ponto 2.2.3, está previsto o apoio a projetos do SI PME que visam a qualificação das empresas nas áreas de ambiente e eficiência energética e, ao nível do SI Inovação, o apoio a projetos de inovação com despesas elegíveis ao nível destas áreas.

Assim, numa visão mais lata do conceito de ambiente (incluindo as tipologias de investimento ambiente, qualidade, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e diversificação e eficiência energética), incluindo os projetos com investimentos elegíveis nas referidas áreas bem como os projetos inseridos no PCT da Energia, classificados com o código *earmarking* 06, 39, 40, 41, 42 e 43 ou inseridos numa CAE de Energias Renováveis ou Eficiência Energética (35111 – 35113), constata-se que foram contratados nestes Sistemas de Incentivos 576 projetos (30% do número de projetos total contratado) com um investimento elegível nas respetivas áreas de 142,8 milhões de euros (3% do total).

▪ **RE5. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas (I 8) e Rácio de financiamento em empresas com adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 9)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE6. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10) e Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 11)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE8. Nº de operações de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13) e Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 14)**

No SIAC, foram apoiados 35 projetos com intervenção na área do ambiente com um investimento elegível de 8,1 milhões de euros, totalizando 51 ações coletivas se se incluírem os projetos de eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível associado de 19,5 milhões de euros. Os referidos projetos apresentam, como meio de difusão do conhecimento para a economia, a realização de Estudos, sítios da *internet*, manuais e ações de sensibilização.

▪ **RE9. Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental (I 15)**

No âmbito dos instrumentos de apoio direto a empresas, existem duas tipologias de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais:

* no SI Inovação (Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental);

* no SI PME (Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS)).

Foram contratados 19 projetos com um investimento elegível de 1,1 milhões de euros no âmbito das referidas tipologias de apoio do SI Inovação.

Quanto ao SI PME, foram contratados 181 projetos com um investimento na área do ambiente de 12,4 milhões de euros.

No âmbito do COMPETE, não está previsto qualquer tipo de apoio “fim-de-linha”.

No Anexo VII encontra-se a lista completa dos Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e Sustentabilidade.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Neste ponto efetua-se uma análise da realização do Programa, ao nível dos seus Eixos Prioritários, focando candidaturas, aprovações e indicadores de realização, sendo apresentados, igualmente, alguns exemplos de projetos considerados como boas-práticas.

| 135

3.1 EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Dedicado à Ciência e à promoção da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com particular incidência sobre o contexto empresarial, o Eixo I do COMPETE tem como **objetivos**:

- Estimular a criação de novos conhecimentos nas instituições científicas e tecnológicas, num quadro de maior focalização das atividades de I&D, face às prioridades europeias e nacionais e atuando diretamente no reforço das suas capacidades científicas e tecnológicas e sobre a sua visibilidade internacional;
- Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.

Para a concretização destes objetivos foram criados dois **instrumentos** (cf. Tabela 1.1):

- SAESCTN – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, dirigido a instituições do Sistema Científico e Tecnológico;
- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, dirigido às empresas

Na realidade, estes dois instrumentos convergem, atuando quer do lado da oferta, através da capacitação e disponibilização de uma base de conhecimento científico e tecnológico ao nível do estado da arte em termos internacionais, quer da dinamização de uma procura empresarial exigente e qualificada em matéria de fatores tecnológicos, para um desígnio estratégico último no sentido de potenciar a competitividade da economia nacional através da inovação tecnológica por via do desenvolvimento, facilitação do acesso e incorporação na estrutura produtiva de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sequência da reprogramação financeira realizada em 2011, foi igualmente desenvolvido um exercício de revisão das metas previstas ao nível dos indicadores, conforme referido no ponto 2.1.1.

Neste sentido, dado o elevado cumprimento que se verifica ao nível dos indicadores “Relevância do I&D empresarial” e “Relevância das atividades de I&D em consórcio”, foi proposta e aceite pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pela Comissão Europeia a seguinte revisão em alta dos referidos indicadores:

- “Relevância do I&D empresarial”: a meta de 2015 passou de 40% para 50%;
- “Relevância das atividades de I&D em consórcio”: a meta de 2015 passou de 15% para 35%;

Por outro lado, dada a transferência para o Eixo V²⁵ dos apoios ao fomento da participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT, este indicador foi revisto em baixa, passando de uma meta de 400 entidades participantes em projetos comunitários de I&D para 100 entidades.

Tal como vem sendo reportado nos anteriores relatórios de execução, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas, estando apenas o referido indicador abaixo da meta fixada. No entanto, dado o reforço desta tipologia através de projetos SIAC, é esperado o cumprimento global ao nível do Programa da totalidade dos indicadores de I&D.

Neste sentido, conforme se pode corroborar pela análise qualitativa desenvolvida no ponto 3.1.2, a componente de I&D, com especial destaque para a vertente empresarial, tem sido devidamente apoiada através do COMPETE, contribuindo assim para o aumento da I&D nacional, visando o desenvolvimento de novos produtos e processos em especial em setores transacionáveis.

Nos Anexos VIII e IX poderá ser analisada a bateria de indicadores com um maior detalhe.

²⁵ No âmbito do SIAC foi lançado, no início de 2012, um aviso de abertura de concurso específico destinado ao fomento da participação de empresas no 7º Programa Quadro da União Europeia, com uma dotação de 5 milhões de euros.

Tabela 3.1: Indicadores de Realização do Eixo I

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2011	Sim/Não
RELEVÂNCIA DA I&D EMPRESARIAL				
(Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	35%	50%	64%	Sim
RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES DE I&D EM CONSÓRCIO				
(Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	12%	30%	56%	Sim
APOIO A PROJETOS E ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&DT				
(Investimento em atividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D)	15%	25%	32%	Sim
INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM PROJETOS COMUNITÁRIOS DE I&DT				
(N.º de entidades participantes em projetos comunitários)	150	100	56	Não

Fonte: SI POFC.

Tabela 3.2: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo I, 2011

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	2.393
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	249
	6. Empregos na investigação criados	Eixo I	(*)
Ajudas diretas ao investimento nas PME**	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	318
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	41
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	(*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	90
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	102
	23. N.º de projetos	Total do PO	2
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projetos	Total do PO	0
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	38. N.º de projetos	Total do PO	10

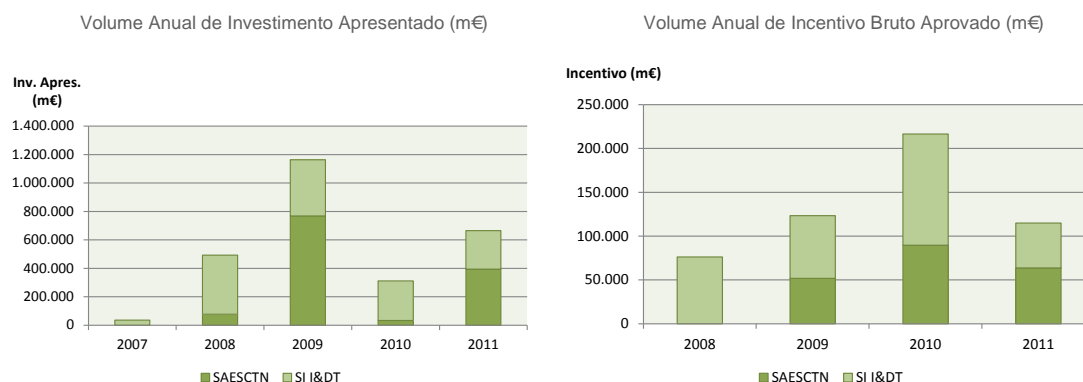
Notas: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados. (**) Considera-se como relevante o contributo do Eixo I para Ajudas Diretas ao Investimento nas PME, apesar do mesmo não estar previsto no texto do PO. Fonte: SI POFC.

3.1.2. Análise qualitativa

A procura de apoios inseridos no Eixo I registou, em 2011, um aumento face ao ano anterior, essencialmente relacionado com os projetos SAESCTN, especialmente concentrada num concurso para projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios do conhecimento encerrado no início de 2011 que registou 2.284 candidaturas, e decidido no início de 2012. Relativamente à I&D empresarial, como será analisado mais à frente, registou uma diminuição de investimento apresentado.

No que se refere a aprovações em 2011, a diminuição, relativamente a 2010, do incentivo bruto aprovado (incentivo aprovado no ano sem que se reflita posteriores descativações decorrentes de anulações ou encerramentos) é resultado da diminuição de candidaturas registada em 2010.

Gráfico 3.1: Evolução da entrada de Candidaturas e Aprovações, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em termos acumulados, no final do ano, registavam-se 9.613 candidaturas com um investimento superior a 2,6 mil milhões de euros. Relativamente a aprovações, constata-se que se encontravam aprovados 2.423 projetos, com um investimento elegível de 858,2 milhões de euros e um incentivo de 504,4 milhões de euros.

Tabela 3.3: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo I por Instrumento

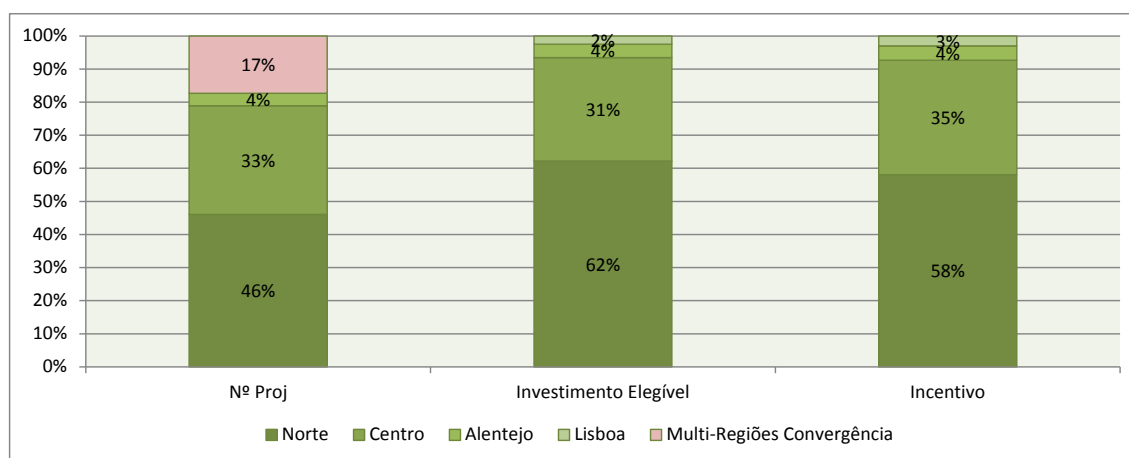
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	8.441	1.271.953	1.889	277.702	204.458
SI I&DT	1.172	1.397.454	534	580.517	299.963
TOTAL EIXO I	9.613	2.669.408	2.423	858.220	504.421

Fonte: SI POFC.

Regionalmente, verifica-se uma forte concentração dos apoios nas Regiões Norte (62% do investimento elegível aprovado) e Centro (31%) e, por outro lado, tal como explicitado no ponto 2.1.3, a reduzida expressão do apoio ao investimento localizado em Lisboa apoiado através da regra *spill-over effects* (2% do investimento elegível).

Gráfico 3.2: Projetos Aprovados por Região, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Tendo em conta as tipologias de projetos inseridas neste Eixo, os projetos aprovados não têm contributo direto para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, não obstante assegurarem a igualdade de género no acesso aos apoios.

Tal como foi explicitado no ponto 2.2.5, não foi apoiado (nem está previsto) qualquer projeto com formação profissional no âmbito do Eixo I.

SAESCTN

No âmbito do SAESCTN destacam-se duas principais tipologias de projetos: Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), compreendendo atividades de investigação fundamental, investigação aplicada, e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico, e Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal, nomeadamente, no âmbito da “Ciência Viva”.

Dos concursos lançados no COMPETE, destaque-se, pela sua relevância, os 3 concursos gerais que absorvem cerca de 90% das candidaturas rececionadas e perto de metade do incentivo atribuído no SAESCTN.

Tabela 3.4: Candidaturas e Projetos Aprovados no âmbito do SAESCTN por Natureza dos Concursos

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN – Disposições Transitórias	696	76.460	691	71.102	49.760
SAESCTN – Concursos para projetos de IC&DT em todos os domínios	7.444	1.061.077	1.043	126.304	88.344
SAESCTN – Concursos Específicos	157	36.731	55	6.764	4.843
SAESCTN – Proj. Estratégicos	71	73.463	71	66.924	56.885
TOTAL IC&DT	8.368	1.247.732	1.860	271.094	199.832
SAESCTN – Ciência Viva	73	24.222	29	6.609	4.626
TOTAL Ciência Viva	73	24.222	29	6.609	4.626
TOTAL SAESCTN	8.441	1.271.953	1.889	277.702	204.458

Fonte: SI POFC.

SAESCTN – Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

Por decisão da Autoridade de Gestão e ao abrigo das disposições transitórias do Regulamento de Execução do SAESCTN, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do PO Factores de Competitividade em 16 de Novembro de 2007 e ratificado em 5 de Março de 2008, foram enquadrados e aprovados, em 2010, no COMPETE, 9 concursos para projetos de IC&DT lançados pela FCT, abrangendo 691 projetos com um investimento elegível de 71,1 milhões de euros e um incentivo de 50 milhões de euros.

Tabela 3.5: Concursos Enquadrados no COMPETE ao abrigo das disposições transitórias, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados (2007-2011)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
FSE/2008	Projetos de Investigação sobre Fatores de Sucesso Escolar no Ensino Básico e Secundário - 2008	7	318	223
PortugalNano 2007	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia	7	960	672
PIHM 2008	Projetos de IC&DT no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal - 2008	10	667	467
CMU-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa CMU-Portugal - 2008	1	306	214
UTAustin-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa <i>UTAustin</i> -Portugal - 2008	5	445	311
Concurso IC&DT 2006	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2006	606	61.879	43.304
CERN/FP/2008	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2008	18	1.266	886
PIC/2007	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no domínio da Investigação Clínica - 2007	32	4.484	3.139
MIT-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa MIT-Portugal - 2008	5	776	543
TOTAL SAECTN		691	71.043	49.730

Fonte: SI POFC.

No que respeita aos projetos de IC&DT em todos os domínios científicos²⁶, durante o ano de 2011 foi concluída a fase de receção de candidaturas do concurso aberto em 2010, tendo sido decidido já no início de 2012, fora do âmbito deste Relatório²⁷. Assim, encontram-se aprovados 1.043 projetos, com um incentivo de 88,3 milhões de euros.

²⁶ Não inclui o concurso para projetos de IC&DT em todos os domínios enquadrado no COMPETE ao abrigo das disposições transitórias do regulamento do SAECTN constante do quadro anterior.

²⁷ Em Janeiro de 2012, fora do âmbito temporal deste Relatório de Execução, foram aprovados 290 projetos com um investimento elegível de 30,2 milhões de euros e um incentivo de 25,6 milhões de euros.

Tabela 3.6: Concursos para Projetos de IC&DT em Todos os Domínios, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados (2007-2011)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso IC&DT 2008	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos - 2008	667	82.888	57.976
Concurso IC&DT 2009	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2009	376	43.417	30.368
Concurso IC&DT 2010	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2010			
TOTAL SAECTN		1.043	126.304	88.344

Fonte: SI POFC.

Relativamente aos concursos específicos, foram lançados 2 concursos durante o ano de 2011:

- Concurso para projetos de investigação clínica no âmbito do acordo entre Portugal e a Harvard Medical School - 2011;
- Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics (CERN) - 2011

O concurso destinado a projetos de investigação clínica registou 3 candidaturas tendo as mesmas sido decididas durante o ano de 2011 no sentido da sua não elegibilidade.

Em 2011 foram ainda decididos 2 concursos específicos lançados em 2010: um dirigido a projetos de investigação clínica e de translação e o outro a projetos no domínio da física de altas energias e outros domínios afins.

Em termos acumulados, no âmbito dos concursos específicos, encontram-se aprovados 55 projetos de IC&DT com um investimento elegível de 5 milhões de euros e um incentivo de 3,5 milhões de euros.

Tabela 3.7: Concursos Específicos com Projetos de IC&DT aprovados, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados (2007-2011)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Sobreiro 2009	Projetos para Obtenção e Caracterização de EST do Sobreiro	2	94	66
CERN/FP	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2009 e 2010	29	1.242	869
RIPD/2009	Projetos de investigação no âmbito da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - 2009	5	414	290
Harvard MS-Portugal	Projetos de Investigação Clínica e de Translação no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009 e 2010	3	95	67
HMS-Portugal IC (Júnior)	Projetos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	214	150
HMS-Portugal I&D SIM	Projetos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	398	278
HMS-Portugal IISE	Projetos de Investigação de Avaliação do Impacto Sócio-Económico de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	1	292	204
MIT-Portugal	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT - 2009	5	921	645
CMU-Portugal	Projetos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>Carnegie Mellon University</i> - Portugal - 2009	5	1.128	790
UTAustin-Portugal Estratégico	Projetos Estratégicos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009	1	160	112
TOTAL SAESCTN		55	4.959	3.471

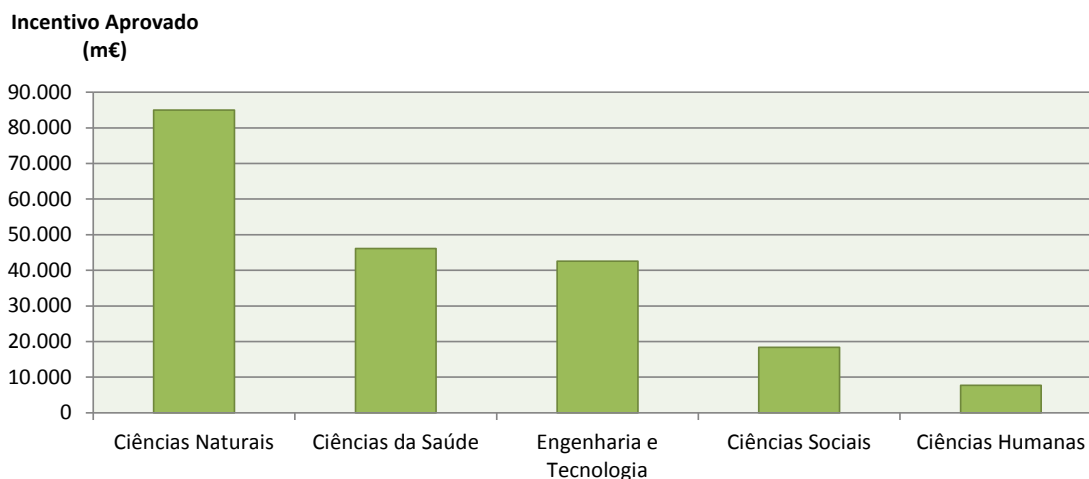
Fonte: SI POFC.

Em 2011 foi ainda lançado um concurso para projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público, promovidos quer por Laboratórios Associados quer por Unidades de I&D de reconhecido mérito, visando a promoção e reforço das suas competências.

Este concurso foi decidido em 2011, tendo sido apoiados 71 projetos envolvendo um investimento elegível de 66,9 milhões de euros e um incentivo de 56,9 milhões de euros.

Da distribuição dos 1.860 projetos de IC&DT aprovados por domínio científico principal constata-se uma forte incidência de candidaturas aprovadas nas Ciências Naturais (com especial destaque para projetos nas áreas das Ciências Biológicas e Biotecnologia, Química e Bioquímica e Engenharia Informática), Ciências da Saúde e Engenharia e Tecnologia (destacando-se Engenharia Mecânica, Ciências e Tecnologias do Ambiente e Ciência e Engenharia dos Materiais).

Gráfico 3.3: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Domínio Científico Principal, 2007-2011



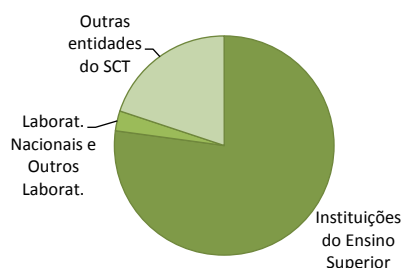
Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projetos de IC&DT do SAESCTN foram apoiadas 195 entidades (incluindo as entidades parceiras), destacando-se o apoio a 98 Instituições do Ensino Superior e a 78 Entidades do SCTN de outras natureza.

Em termos de projetos aprovados, constata-se uma maior preponderância dos projetos liderados por Instituições de Ensino Superior, responsáveis por 80% e 77% dos projetos e do incentivo aprovado, respetivamente.

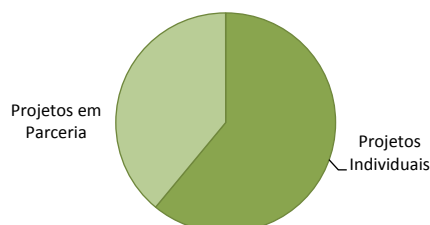
Quanto ao modelo da candidatura, destaca-se a importância dos projetos realizados por várias instituições em parceria, representando 40% do incentivo aprovado no âmbito destes projetos.

Gráfico 3.4: Incentivo a Proj. de IC&DT Aprov. no SAESCTN, por Tipo de Beneficiário, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.5: Incentivo a Proj. Aprov. de IC&DT no SAESCTN, por Tipo de Candidatura, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

No final do ano, encontravam-se contratados 1.850 projetos de IC&DT, 519 dos quais durante o ano de 2011, representando uma taxa de contratação, face aos projetos aprovados, de perto de 99,7%.

SAESCTN – Projetos de Promoção da Cultura Científica e Tecnológica

No que respeita à tipologia **Promoção da Cultura Científica e Tecnológica** do SAESCTN, durante o ano de 2011 foram decididos os projetos referentes ao concurso lançado em 2010, o qual assumiu uma natureza temática orientada para a produção de conteúdos de ciência e tecnologia, dirigidos ao público em geral, para difusão através da comunicação social, incluindo meios *on-line*.

Este concurso teve como objetivos a promoção de uma sociedade mais qualificada e o reconhecimento social da Ciência e da Tecnologia como motores de inovação e competitividade, bem como capitalizar o potencial gerador da produção de conteúdos de Ciência e Tecnologia nas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Encontram-se assim aprovados 29 projetos com um investimento elegível de 6,6 milhões de euros e um incentivo de 4,6 milhões de euros.

Do total de aprovações, 17 projetos são promovidos por Instituições de Ensino Superior, envolvendo um investimento elegível de 4,3 milhões de euros e um incentivo de 3,0 milhões de euros, o que ilustra o impacte do concurso no fomento do interesse das principais academias pelo aprofundamento dos laços com a sociedade civil e muito especificamente com as novas gerações, procurando cativá-las para os temas de ciência e criando apetência para inclusão de

forma regular de conteúdos científicos nos *media*, visando a criação sustentada de novos públicos.

Quanto à localização dos projetos aprovados SAESCTN (projetos IC&DT e Ciência Viva), constata-se que a região Norte concentrou 56% do incentivo (já contabilizando a respetiva parte nos projetos Multi-Regiões), enquanto os promotores da região Centro absorveram 41%.

Tabela 3.8: Projetos SAESCTN Aprovados por NUTS II

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	909	138.616	102.571
Centro	658	98.542	72.908
Alentejo	69	8.012	5.845
Multi-Regiões Convergência	253	32.533	23.134
	<i>Norte</i>	15.977	11.301
	<i>Centro</i>	14.636	10.482
	<i>Alentejo</i>	1.920	1.351
TOTAL SAESCTN	1.889	277.702	204.458

Fonte: SI POFC.

MEDIDA DE APOIO: SAESCTN – SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

N.º DE PROJETO: 8698

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Tratamento Integrado dos Efluentes do Processamento da Cortiça para Potencial Reutilização

PROMOTOR: Universidade da Beira Interior (UBI)

Localização: Castelo Branco

INVESTIMENTO APROVADO: 68.484,00 euros

INCENTIVO APROVADO: 47.938,80 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A floresta de sobreiro *Quercus suber* L. (montado) é típica da Europa Ocidental e do Norte de África, sendo que em Portugal ocupa 33% da área global e em Espanha 22%. Portugal é líder mundial na produção e transformação da cortiça, setor que emprega mais de 14.000 pessoas e que é responsável por um valor de exportações superior de cerca de um milhão de euros, montante que corresponde a uma quota de mercado de cerca de 80%.

Além da produção de cortiça, a qual é extraída de forma sustentável, o montado contribui para a manutenção da biodiversidade e fixação de CO₂. Como tal, a sua exploração foi considerada pelo Conselho da Europa como um exemplo de utilização sustentada dos recursos naturais.

Cerca de 80% do rendimento resultante da exploração do montado depende da cotação da cortiça, a qual por sua vez está relacionada com a sua utilização na produção de rolhas pois 75% da cortiça é utilizada para engarrafar vinhos. Todavia, a quota de mercado das rolhas produzidas com materiais sintéticos está a aumentar devido ao menor preço e garantia de ausência de contaminação do vinho por taninos e compostos fenólicos.

O presente projeto pretende reduzir o consumo de água na indústria corticeira e mantendo a depuração dos efluentes ao nível dos padrões de qualidade exigidos pela legislação. As tecnologias de membrana, nomeadamente a ultrafiltração (UF) e a nanofiltração (NF), são a base do sistema de tratamento que a UBI se propõe a estudar. Os poluentes rejeitados pelas membranas são acumulados numa corrente (o concentrado), submetidos a oxidação com ozono para aumentar a biodegradabilidade e reduzir a toxicidade e alimentados a lagoas de macrófitas (LM) para completar o processo de depuração. As LM são uma tecnologia sustentável que permite o tratamento primário, secundário e terciário de efluentes domésticos, mas cujo âmbito de aplicação aumentou recentemente para incluir efluentes da indústria petroquímica, química, têxtil, curtumes, etc. e até os leixivados de aterros. A redução da carga poluente é obtida através do metabolismo aeróbio e anaeróbio, crescimento vegetal, sedimentação, filtração, volatilização e adsorção.

RESULTADOS ESPERADOS:

Desenvolvimento da aplicação de tecnologias de membrana na indústria corticeira, designadamente a ultrafiltração e a nanofiltração, com o objetivo de redução do consumo de água e depuração dos efluentes, de acordo com os padrões de qualidade regulamentados.

MEDIDA DE APOIO: SAESCTN – SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

N.º DE PROJETO: 10915

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: BIOMATRIX - Biomateriais multifuncionais análogos da matrix extracelular para regeneração óssea

CONSÓRCIO PROMOTOR:

Promotor Líder:

Instituto Nacional de Engenharia Biomédica (INEB Porto)

Co-Promotores:

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FC/UP)

Fundação da Faculdade de Ciências (FFC/FC/UL)

Localização: Porto

INVESTIMENTO APROVADO: 192.572,00 euros

INCENTIVO APROVADO: 127.590,40 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A regeneração/reparação de fraturas ósseas continua a ser um grande desafio em ortopedia. Nas últimas décadas, a evolução do conhecimento sobre a natureza das interações célula-material levou ao desenvolvimento de novos biomateriais com a capacidade de “guiar” o comportamento celular. Este continua a ser um dos maiores desafios em Engenharia de Tecidos (ET).

Devido ao seu papel preponderante na morfogénese e regeneração dos tecidos, a tentativa de recriar a matriz extracelular (MEC) natural mantém-se uma tendência na conceção de novos biomateriais. Para além da sua função como suporte biológico estrutural, a MEC desempenha um papel chave na regulação do comportamento celular. A par da sua complexa função, a MEC apresenta uma igualmente complexa composição: uma rede tridimensional altamente hidratada, na qual estão embebidas múltiplas proteínas com funções estruturais e especializadas.

O objetivo principal deste projeto é o desenvolvimento de biomateriais multi-funcionais injetáveis, para aplicações em terapias de regeneração óssea. A estratégia proposta baseia-se na modificação química de polissacáridos com diferentes péptidos que lhes irão conferir características essenciais da MEC: promoção da adesão celular e susceptibilidade à degradação por clivagem proteolítica. Como plataforma irão ser usados polissacáridos naturais, com vasta aplicabilidade na área biomédica, tal como o alginato ou o quitosano. A colaboração direta entre vários especialistas, com formações científicas complementares em biomateriais, síntese de péptidos, interação célula-MEC, biologia de células estaminais, biologia do osso e experimentação animal é fundamental para que os objetivos propostos sejam alcançados com sucesso.

RESULTADOS ESPERADOS:

Desenvolvimento de biomateriais multifuncionais injetáveis para aplicação em terapias de regeneração óssea.

MEDIDA DE APOIO: SAESCTN – SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projetos de Promoção e Divulgação da Cultura Científica e Tecnológica

N.º DE PROJETO: 16873

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: A Química das Coisas

CONSÓRCIO PROMOTOR: Universidade de Aveiro

LOCALIZAÇÃO: Aveiro

INVESTIMENTO APROVADO: 366.298,00 euros

INCENTIVO APROVADO: 256.408,60 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A Química das Coisas é um projeto de divulgação científica desenvolvido pelo Departamento de Química da Universidade de Aveiro e dirigido ao grande público.

A Química está presente em todos os aspetos do dia-a-dia. Alimentação e desporto, medicamentos e cosméticos, computadores e iluminação, são exemplos de áreas de aplicação dos desenvolvimentos mais

recentes desta área da ciência. Como se obtém o café descafeinado ou o champanhe? Que elementos químicos são usados no fabrico de um computador portátil ou das lâmpadas económicas? Com este projeto pretende-se que os processos químicos por detrás destes e doutros produtos familiares sejam explicados de forma simples e direta em materiais de divulgação científica a disponibilizar ao público em diferentes formatos. A Química das Coisas dá o nome a uma série televisiva de 26 episódios com cerca de 2 minutos e meio cada, complementados por animações e ilustrações explicativas. Os vídeos produzidos para televisão serão compilados num DVD a distribuir gratuitamente com uma coleção de 26 encartes num jornal nacional.

Com base nos guiões e temas desenvolvidos para o programa de televisão está a ser produzido um programa de rádio com emissão a nível nacional e internacional. Na página web do projeto (www.aquimicadascoisas.org) encontram-se disponíveis os conteúdos desenvolvidos para televisão, complementados com informação científica e técnica aprofundada para quem quiser saber mais. A colaboração com a Sociedade Portuguesa de Química (SPQ) assegura o contributo de cientistas portugueses que produzem conteúdos adicionais.

Todos os conteúdos desenvolvidos para televisão e Web serão adaptados para disseminação em iPad e noutros tablets, alargando o âmbito deste projeto a novos públicos. Do mesmo modo, o projeto usa um conjunto diversificado de redes sociais (Facebook, Youtube, Twitter, Vimeo, iTunes) de forma a alargar o público-alvo.

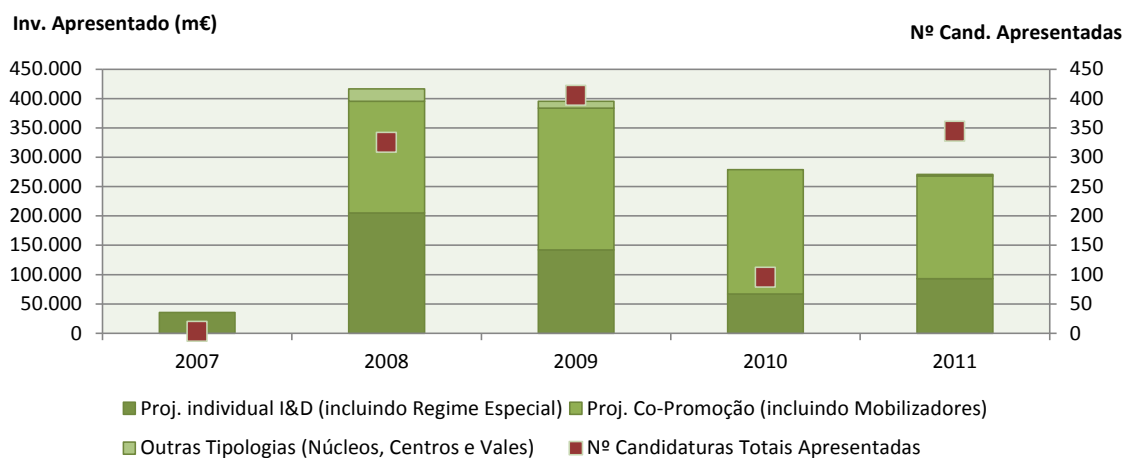
RESULTADOS ESPERADOS:

A Química das Coisas é um projeto que visa promover a cultura científica e tecnológica, em particular na área da Química, utilizando novas tecnologias de comunicação e de disseminação. A forte participação da comunidade científica assegura a qualidade dos materiais produzidos e o rigor com que os temas são abordados. O projeto recorre a meios e formatos inovadores e a uma componente visual apelativa para fazer chegar a mensagem a um público diversificado.

SI I&DT

No âmbito do SI I&DT, a procura registada durante o ano de 2011 foi marcada pelo aumento do número de candidaturas (constituindo o segundo ano com mais projetos rececionados, ligeiramente atrás da procura registada em 2009) e, por outro lado, pela diminuição do investimento médio por candidatura (tendência transversal a todas as tipologias de apoio), refletindo-se, por isso, no investimento total apresentado.

Gráfico 3.6: Candidaturas apresentadas (inv. e nº cand.) no SI I&DT, por Tipologia de Projeto, 2007-2011

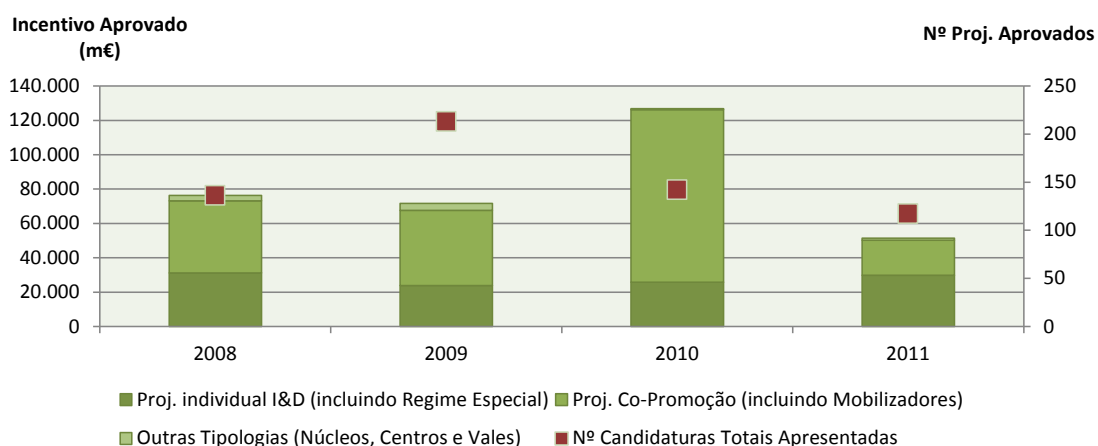


Fonte: SI POFC.

Em termos acumulados, no final do ano registavam-se 1.172 candidaturas com um investimento associado de 1,4 mil milhões de euros.

Durante o ano de 2011 foram aprovados 111 novos projetos do SI I&DT com um investimento elegível de 131,3 milhões de euros e um incentivo de 50,9 milhões de euros. Estes valores constituem uma diminuição face aos anos anteriores, quer do número de projetos aprovados, quer do respetivo incentivo, com especial destaque para os projetos de I&D em co-promoção, em consequência da redução do número de concursos lançados em 2010, ano que registou uma particular focalização do COMPETE na implementação de medidas de aceleração da execução dos projetos anteriormente aprovados em detrimento da assunção de novos compromissos.

Gráfico 3.7: Projetos aprovados (incentivo e nº proj.) no SI I&DT, por Tipologia de Projeto, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em termos acumulados, encontram-se aprovados 534 projetos com um investimento elegível de 580,5 milhões de euros e um incentivo de 300,0 milhões de euros.

Apesar da diminuição do incentivo aprovado nos projetos de I&D em co-promoção face aos anos anteriores, verifica-se ainda uma forte aposta do Programa nestas tipologias (I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores de I&D), concentrando 63,7% do incentivo atribuído.

Tabela 3.9: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI I&DT, por Instrumento, 2007-2011

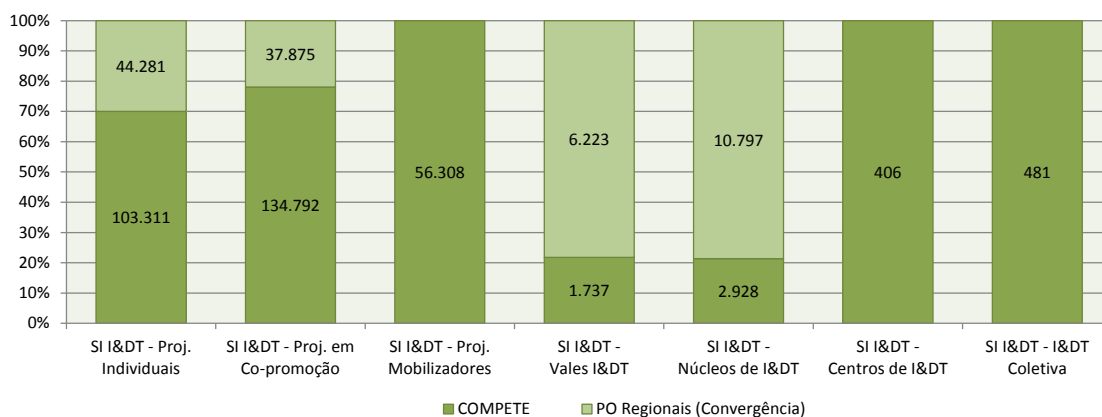
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT – Proj. I&DT Individuais	351	412.732	171	148.046	70.584
SI I&DT – Proj. I&DT Co-promoção	630	679.198	244	211.607	134.792
SI I&DT – Proj. Mobilizadores	16	139.448	14	81.150	56.308
SI I&DT - Vale I&DT	122	3.674	76	2.326	1.737
SI I&DT – Regime Especial	5	130.146	5	128.213	32.726
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	41	26.417	22	8.487	3.334
SI I&DT - I&DT Coletiva	7	5.839	2	688	481
TOTAL SI I&DT	1.172	1.397.454	534	580.517	299.963

Fonte: SI POFC.

Tal como referido no ponto 2.6.1, na análise dos projetos de I&D apoiados no QREN há que ter em devida conta os projetos promovidos por micro e pequenas empresas das regiões convergência são financiados sobretudo através dos respetivos PO Regionais, assumindo esta questão particular relevância nas tipologias de projetos Vale I&DT e Núcleos de I&DT, uma vez que se dirigem essencialmente a Pequenas Empresas.

Gráfico 3.8: Incentivo (m€) aprovado no SI I&DT pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Excluindo os 2 projetos da tipologia I&DT Coletiva (projetos promovido por Associações Empresariais, destinado ao fomento do I&D nas PME), verifica-se que cerca de 40% dos projetos aprovados no âmbito do COMPETE foram promovidos por PME, sendo de destacar o dinamismo das Médias Empresas.

Ao nível do incentivo aprovado no âmbito do COMPETE, verifica-se uma maior absorção pelas Não PME, concentrando 56% dos apoios atribuídos. O referido valor baixa para 42% quando se adiciona o incentivo atribuído no âmbito dos PO Regionais da Convergência.

Tabela 3.10: Projetos Empresariais Aprovados no SI I&DT, por Dimensão das Empresas, 2007-2011

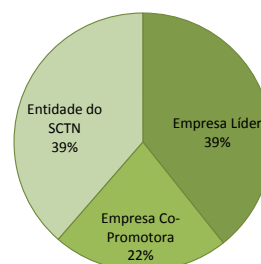
Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Micro Empresas	24	19.201	13.538
Pequenas Empresas	36	40.690	28.959
Médias Empresas	263	145.000	89.167
Não PME	209	374.938	167.818
TOTAL SI I&DT	532	579.830	299.482

Fonte: SI POFC.

Os 258 projetos de I&DT em co-promoção (incluindo Projetos Mobilizadores) aprovados envolvem 193 empresas-líder, 246 empresas na qualidade de co-promotoras e 81 entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, das quais 21 são localizadas em Lisboa (o que representa menos de 5% do total dos promotores e co-promotores apoiados). Analisando o investimento elegível apoiado nos projetos de I&DT em co-promoção (gráfico 3.8), constata-se que 61% do investimento apoiado será realizado por empresas, sendo os restantes 39% assegurados pelas entidades SCT.

Gráfico 3.9: Investimento Aprovado nos Projetos de I&DT em Co-Promoção, por Tipo de Co-Promotor, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Regionalmente, constata-se que perto de 65% do investimento elegível apoiado se localiza na Região Norte.

Tal como será reportado no ponto específico da análise dos projetos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”, o investimento elegível apoiado localizado na Região de Lisboa assume um carácter excecional e residual (limitando-se a 3,6% do investimento elegível total do SI I&DT).

Tabela 3.11: Projetos Aprovados no SI I&DT, por NUTS II, 2007-2011

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	207	284.556	116.102
Centro	138	83.058	43.398
Alentejo	22	8.756	4.270
Multi-Regiões Convergência	95	93.366	62.206
	<i>Norte</i>	53.899	35.682
	<i>Centro</i>	33.605	22.604
	<i>Alentejo</i>	5.862	3.921
Multi-Regiões Convergência e Spill-Over Effects	72	110.781	73.987
	<i>Norte</i>	40.965	27.233
	<i>Centro</i>	38.290	25.286
	<i>Alentejo</i>	10.349	6.360
	<i>Lisboa</i>	21.178	15.108
TOTAL SI I&DT	534	580.517	299.963

Fonte: SI POFC.

O sector da Indústria concentra cerca de 2/3 dos projetos aprovados e 70% do investimento elegível apoiado, destacando-se os sectores de fabricação de produtos farmacêuticos e fabricação de produtos metálicos com mais de 1/4 do investimento elegível total e de máquinas e equipamentos.

Relativamente aos Serviços, que recolhe cerca de 26% do investimento elegível apoiado, releve-se o sector da consultoria e programação informática.

Tabela 3.12: Projetos Aprovados no SI I&DT, por Sector de Atividade, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Sector de Atividade	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	10	160.246	47.359
62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	64	60.056	36.168
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	47	38.316	21.734
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	25	32.379	20.821
72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	33	27.258	17.497
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	26	26.478	14.831
71 - Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	32	25.459	14.971
23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	28	21.373	12.133
13 - Fabricação de têxteis	29	20.081	12.719
82 - Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	7	16.398	8.615
86 - Atividades de saúde humana	2	14.402	10.000
27 - Fabricação de equipamento elétrico	17	11.459	4.644
10 - Indústrias alimentares	19	11.157	7.556
16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	25	10.925	6.436
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	24	10.347	5.957
Outros Sectores	146	94.183	58.521
TOTAL SI I&DT	534	580.517	299.963

Fonte: SI POFC.

Analisando os sectores de atividade em termos de intensidade de conhecimento e de tecnologia, verifica-se que cerca de 70% do investimento elegível apoiado se enquadra em sectores de alta e média-alta intensidade.

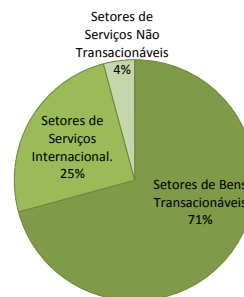
No SI I&DT verifica-se, à semelhança do que acontece nos restantes Sistemas de Incentivos às empresas, uma concentração dos apoios concedidos em setores internacionalizáveis, concentrando 96% do investimento elegível atribuído.

Gráfico 3.10: Incentivo Aprovado no SI I&DT, por Sector de Atividade, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

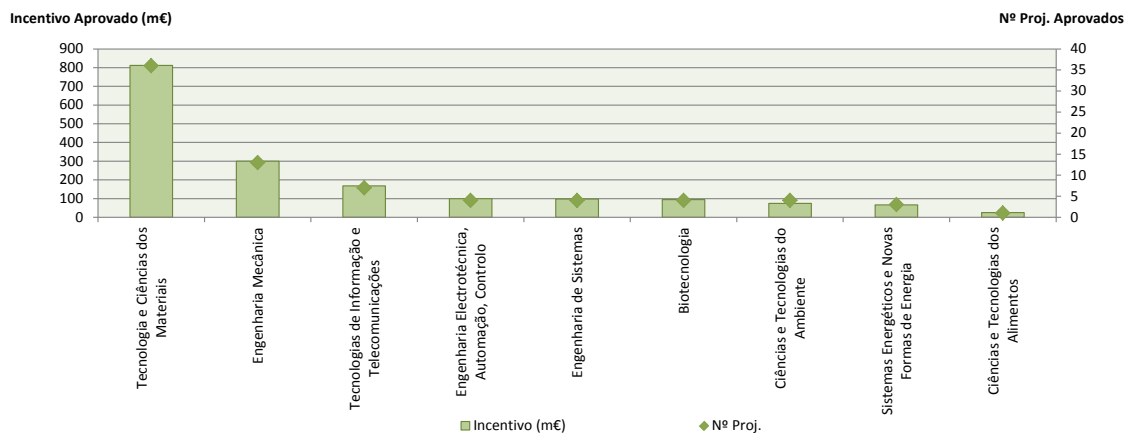
Gráfico 3.11: Incentivo Aprovado no SI I&DT, por Sector de Atividade, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Nos 76 projetos “Vale I&DT” aprovados, verifica-se que as principais áreas que as PME recorreram foram “Tecnologia e Ciências dos Materiais”, “Engenharia Mecânica” e “Tecnologias de Informação e Telecomunicações”, concentrando, respetivamente, 47%, 17% e 10% do incentivo total atribuído.

Gráfico 3.12: Projetos Aprovados no SI I&DT (Vale I&DT), por área de intervenção, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Dos 534 projetos aprovados no SI I&DT, 516 projetos, com um incentivo de 271,5 milhões de euros, encontravam-se contratados, no final de 2011, correspondendo a 97% dos projetos aprovados, dos quais 123 projetos foram contratados durante o ano de 2011.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Vale I&DT

N.º DE PROJETO: 004742

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Desenvolvimento de uma estrutura têxtil que aumente o nível de conforto térmico de calçado especial

CONSÓRCIO PROMOTOR: Nimco Portugal, Lda.

LOCALIZAÇÃO: S. João da Madeira

INVESTIMENTO APROVADO: 33.000,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 24.750,00 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A Nimco Portugal, Lda dedica-se ao desenvolvimento de soluções ortopédicas e semi-ortopédicas para o pé procurando proporcionar ao cliente uma maior e melhor qualidade de vida. A empresa procura aliar os métodos de trabalho tradicionais e a tecnologia mais moderna à personalização do calçado para atender às necessidades do cliente final em termos de conforto, estética e, principalmente, tendo em conta a sua patologia. Para tal dispõe de um conjunto de profissionais especializados nas mais diversas áreas que desenvolvem de forma 100% manual o produto desde a sua conceção (design, modelação), passando pela produção até ao acabamento.

Com o presente projeto, a empresa pretende desenvolver uma nova solução de calçado (forro e palmilha) para melhoria da gestão térmica no interior de sapatos de pacientes diabéticos, em particular dos que padecem da patologia conhecida por pé diabético. Em resultado desta patologia, os pacientes apresentam frequentemente:

- Perda lenta da sensação de posição, de pressão, de dor e diminuição na sensibilidade térmica;
- Pele seca, sem transpiração, mais grossa e sujeita ao aparecimento de fissuras;
- Úlceras não notadas;
- Dor nos membros inferiores durante a marcha;
- Arrefecimento drástico dos pés.

Tais sintomas resultam frequentemente no desenvolvimento de lesões graves que infetam facilmente e apresentam difícil tratamento. Muitas vezes estes pacientes só se apercebem da existência das lesões quando estas já se encontram em estágio avançado.

Pretende-se com o projeto o desenvolvimento, construção e teste de duas soluções (provas de conceito), avaliando-se as vias tecnológicas em questão, como solução para o problema da regulação térmica nos pés de pacientes diabéticos.

RESULTADOS ESPERADOS:

Desenvolvimento de uma estrutura têxtil com incorporação de PCMs (*phase change materials*) para utilização como forro do sapato ou mesmo substrato exterior, no sentido de se tirar partido da libertação/absorção de calor pelos PCMs, aquando da sua mudança de fase;

Desenvolvimento de uma solução tipo banda de aquecimento para introdução na estrutura do sapato;

Caracterização do desempenho térmico das soluções via PCMs e via banda de aquecimento.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projeto Individual de I&DT

N.º DE PROJETO: 005496

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: EASYMOVE - Sistema de Transporte Inteligente Baseado em Veículos Autónomos

PROMOTOR: CRITICAL MOVE, S.A.

LOCALIZAÇÃO: Coimbra

INVESTIMENTO APROVADO: 301.884,17 euros **INCENTIVO APROVADO:** 126.601,75 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento e construção de um veículo autónomo para transporte de pessoas a curtas distâncias, em hospitais, aeroportos, etc.

RESULTADOS ESPERADOS:

Com a implementação do projeto o promotor pretende desenvolver, testar e comercializar o primeiro protótipo nacional de um veículo elétrico autónomo (sem condutor), totalmente controlado por computador, que poderá ser usado em viagens de curta distância (<5km) a baixa velocidade (tipicamente entre 8km/h a 15km/h) em ambientes urbanos ou privados como complemento dos transportes de grande débito (autocarros urbanos, metro, entre outros).

Os desenvolvimentos técnicos esperados mais significativos são o desenvolvimento de um módulo de navegação e localização, um módulo de controlo e atuação e um módulo de deteção de obstáculos e de gestão de percursos.

Medida de Apoio: Sistema de Incentivos à I&DT**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Projetos de I&DT em Co-Promoção**N.º DE PROJETO:** 001604**DESIGNAÇÃO DO PROJETO:** INOVGRID - Projeto de Inovação Estratégica para a Criação de um Novo Sistema Elétrico de Distribuição Inteligente**CONSÓRCIO PROMOTOR:****Promotor Líder:** EDP Distribuição - Energia, S.A.**Co-Promotores:**

Contar Eletrónica Industrial, Lda

LOGICATI Portugal, S.A.

EFACEC - Engenharia e Sistemas, S.A.

LOCALIZAÇÃO: Porto**INVESTIMENTO APROVADO:** 6.248.879,88 euros **INCENTIVO APROVADO:** 3.649.309,83 euros**DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

Este projeto tem como principal objetivo desenvolver tecnologias de redes e de contadores inteligentes de eletricidade, sendo liderado pela EDP Distribuição com o apoio de parceiros nacionais de produção industrial, de tecnologia e de investigação.

Neste âmbito pretende-se desenvolver um sistema elétrico de distribuição inteligente, centrado na telegestão da energia, que revolucione as redes e a sua forma de interação com os consumidores/produtores.

Os fatores macroeconómicos que influenciam o desenvolvimento do setor elétrico, nomeadamente a necessidade de otimização energética, o peso crescente de fontes de energia renováveis e de produção descentralizada e o empowerment do consumidor, têm motivado a nível mundial as companhias de eletricidade e seus parceiros a investir em projetos de smart metering e smart grids.

Pretende-se assim a renovação tecnológica e adequação organizativa da operação da rede de distribuição e da relação com os restantes stakeholders, suportada numa infraestrutura que dará resposta às necessidades decorrentes da eficiência energética, telegestão, produção distribuída e microgeração, que assumirá o controlo ativo e inteligente da rede, promovendo a instalação de equipamento de medida por telecontagem e a implementação progressiva da microgeração.

Deste modo, a rede de distribuição ficará preparada para dar resposta aos objetivos traçados aos níveis europeu e nacional, quer em termos de promoção da utilização racional de energia, quer no que concerne à crescente introdução das energias renováveis, assim como aos desafios relacionados com a mobilidade elétrica, mantendo, simultaneamente, os compromissos assumidos relativamente à qualidade do serviço.

RESULTADOS ESPERADOS:

Disponibilização, sob uma plataforma tecnológica inovadora, de informação, produtos e serviços energéticos de valor acrescentado para os consumidores, sendo possível controlar e gerir remotamente o estado de toda a rede de distribuição de eletricidade, diminuindo o tempo de duração de eventuais interrupções de serviço.

O projeto gerará igualmente impactes na promoção da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental, potenciando a penetração das energias renováveis e do veículo elétrico.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, face à **conjuntura macroeconómica desfavorável**, o ano de 2011 foi marcado pelo aumento das dificuldades sentidas pelas empresas na execução dos projetos nos termos e prazos contratados, quer ao nível do acesso a capitais alheios necessários para o financiamento dos projetos, quer ao nível da obtenção das garantias necessárias à apresentação de pedidos de pagamento a título de adiantamento.

Tendo em conta o compromisso já assumido (504,4 milhões de euros), a reprogramação (conforme ponto 1) permitiu ultrapassar a situação de *overbooking*, através de um **reforço da dotação do Eixo I** em 18 milhões de euros.

Apesar da aceitação em 2010 pela Comissão Europeia da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE relativo aos Organismos Intermédios (FCT e a Ciência Viva), conforme reportado no Relatório de Execução do ano passado, durante o ano de 2011 **a Autoridade de Certificação não considerou estarem reunidas as condições necessárias para certificação das despesas apresentadas pelo COMPETE relativas ao SAESCTN** devido a questões suscitadas pela IGF no âmbito do sistema de gestão e controlo dos projetos referentes às disposições transitórias.

O COMPETE, com a FCT, adotou as medidas necessárias com vista a ultrapassar as referidas questões suscitadas, as quais, em articulação com o IFDR e a IGF, **se encontram em fase final de resolução**.

3.2 EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

O Eixo II concentra a maior fatia de incentivos ao investimento empresarial, fomentando a inovação e a renovação do padrão de especialização do tecido produtivo em direção a atividades de forte crescimento e potencial competitivo internacional. Tem os seguintes **objetivos específicos**:

- Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;
- Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;
- Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;
- Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;
- Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade.

Para tal, concentra dois **instrumentos** de apoio direto às empresas:

- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação: dirigido a projetos de média e grande dimensão, visa estimular a inovação do tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento;
- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em fatores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: Propriedade industrial; Criação, moda e *design*; Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; Organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); Qualidade; Ambiente; Inovação; Diversificação e eficiência energética; Economia digital; Comercialização e *marketing*; Internacionalização; Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho; Igualdade de oportunidades.

Tal como explicitado no ponto 2.6.1, no COMPETE são apoiadas as médias e grandes empresas, bem como os projetos de micro e pequenas empresas com investimentos em mais do que uma Região de Convergência. Deste modo, cabe aos respetivos PO Regionais o apoio aos restantes projetos de micro e pequenas empresas.

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo II prevê seis indicadores de resultados (a apurar em sede de encerramento dos projetos) e seis indicadores de realização.

Relativamente aos indicadores de realização, as respetivas metas estão a ser atingidas, com exceção do indicador referente ao empreendedorismo. De facto, o cumprimento deste indicador está a ser prejudicado pela opção de focar os apoios ao empreendedorismo em PME que, deste modo, são financiados essencialmente através dos PO Regionais.

Assim, tal como se poderá constatar na análise qualitativa desenvolvida no ponto 3.2.2, os projetos aprovados estão alinhados com as prioridades do programa: concentração dos apoios a projetos inovadores, inseridos em setores transacionáveis ou internacionalizáveis e a projetos com elevada intensidade tecnológica ou de conhecimento.

Destaque-se ainda, dos projetos estruturantes, o elevado peso dos projetos centrados em sectores intensivos em tecnologia e conhecimento, em especial no âmbito dos projetos instalados de raiz ("*greenfields*"), concentrando 66% do investimento elegível.

Relativamente aos indicadores de resultados, há que ter em conta que, nesta fase do Programa, os indicadores são calculados com base nas estimativas apresentadas pelo promotor (uma vez que apenas em sede de encerramento do projeto, 3 anos após a conclusão física do investimento, se irá verificar a atribuição do prémio de realização). No entanto, ressalvando que se trata de dados previsionais e que poderão existir ainda desvios no encerramento dos projetos, verifica-se que se espera um impacto positivo ao nível da qualificação dos postos de trabalho (dada a elevada criação de postos de trabalho qualificados face ao total de criação, bem como dos respetivos setores de atividade das respetivas empresas), do contributo para o crescimento do produto (com um aumento de VAB acima da meta estabelecida face ao investimento realizado) e do aumento do valor acrescentado direcionado para setores intensivos em tecnologia ou conhecimento.

No que se refere aos indicadores comuns comunitários, releve-se o elevado número de projetos de ajudas diretas a PME (mais de 1.000), bem como o respetivo investimento privado induzido (734 milhões de euros).

Tabela 3.13: Indicadores de Realização do Eixo II

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2011	Sim/Não
INCENTIVO À INOVAÇÃO PRODUTIVA (Investimento total de projetos inovadores) / (Investimento total de empresas)	55%	67%	91%	Sim
INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SECTORES MADUROS (Investimento total de projetos inovadores em sectores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em sectores de média-baixa e baixa tecnologia)	50%	60%	87%	Sim
QUALIDADE DO EMPREGO CRIADO (Postos de trabalho criados altamente qualificados) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	15%	15%	47%	Sim
CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO (Aumento do VAB) / (Investimento total) (*)	0,5	0,6	0,7	Sim
VAB GERADO NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (VAB gerado nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (VAB total gerado) (*)	15%	20%	39%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSACIONÁVEL E INTERNACIONALIZÁVEL (Investimento em sectores de produção transacionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)	80%	80%	97%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA MERCADOS INTERNACIONAIS (Variação % das Exportações) / (Variação % das Vendas) (*)	1,5	1,5	1,4	Não
EMPREGO CRIADO EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	30%	30%	47%	Sim
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO (N.º de empresas criadas) / (N.º de empresas apoiadas)	20%	20%	11%	Não
EMPRESAS CRIADAS NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)	50%	50%	71%	Sim
APOIO A PROJETOS ESTRUTURANTES EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento estruturante de raiz em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projetos estruturantes apoiados)	15%	20%	68%	Sim

(*) Tratando-se de Indicadores de Resultados, a sua aferição terá que ocorrer em sede de encerramento dos projetos. Dado o reduzido nível atual de encerramentos, os valores apresentados referem-se a estimativas apresentadas pelos promotores em sede de aprovação dos projetos (constituindo as respetivas metas de execução)

Fonte: SI POFC.

Tabela 3.14: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo II, 2011

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	14.414 (*)
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	1.082
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	70
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	5.472 (*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	734
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	133
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	5
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	60
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	464 (*)
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	5

Legenda: (*) Os Indicadores de Resultado são aferidos em sede de encerramento dos projetos. Dado o reduzido nível de projetos encerrados, apresentam-se as estimativas de resultados dos projetos contratados; (**) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica;

Fonte: SI POFC.

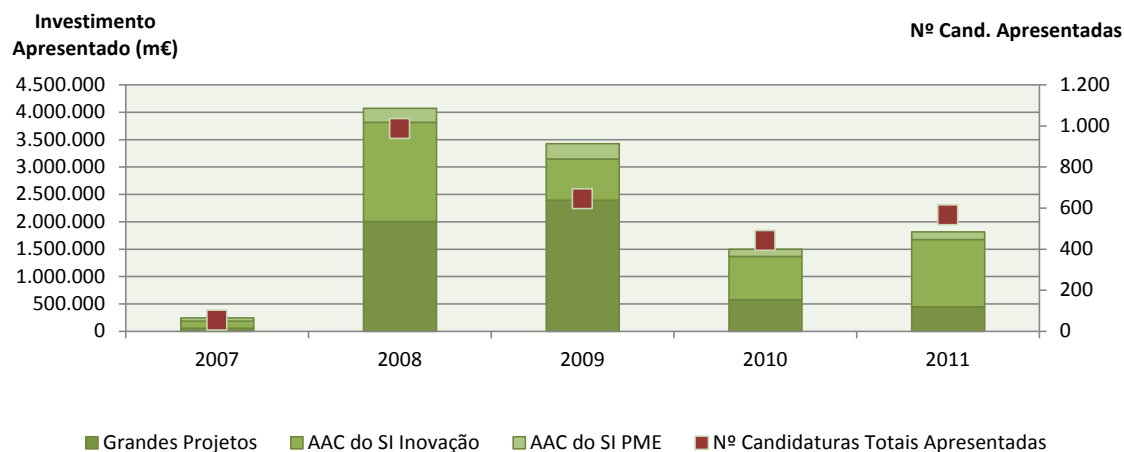
3.2.2. Análise qualitativa

Em 2011, no âmbito dos sistemas de incentivos SI Inovação e SI Qualificação PME, foram rececionadas 566 candidaturas, com um investimento associado de 1,8 mil milhões de euros. Em termos acumulados desde o início do Programa, foram recebidas 2.700 candidaturas, alavancando um investimento potencial de 13,0 mil milhões de euros.

Seguindo a tendência do ano passado, a quebra do volume de investimento apresentado, face aos anos iniciais de 2008 e 2009, deve-se à diminuição dos grandes projetos²⁸ (Regime Especial e Interesse Estratégico), uma vez que ao nível dos concursos (Avisos de Abertura de Concursos lançados no âmbito do COMPETE) registou-se o segundo melhor ano, apenas atrás do ano de 2008 (marcado pelo primeiro grande concurso do QREN).

²⁸ Note-se que nem todos os projetos do Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional são considerados como "Grandes Projetos" na aceção dos Regulamentos Comunitários (ou seja, com investimento total superior a 50 milhões de euros).

Gráfico 3.13: Volume de Investimento de Candidatura Rececionado no Eixo II (excluindo projetos Transitados do QCA III), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em termos de número de candidaturas, destaque-se a relevância do SI Qualificação e Internacionalização das PME, concentrando 56,7% das candidaturas totais apresentadas no Eixo II.

Ao nível das aprovações, constata-se que se encontravam aprovados, desde o início do Programa, 1.483 projetos, com um investimento elegível de 4,9 mil milhões de euros e um incentivo de 1,6 mil milhões de euros.

Tabela 3.15: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo II por Instrumento

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação	1.161	10.196.523	509	3.430.036	1.216.422
SI Qualificação PME	1.531	868.989	968	446.612	204.766
Projetos Transitados do QCA III	8	1.892.172	6	999.483	167.999
TOTAL EIXO II	2.700	12.957.683	1.483	4.876.131	1.589.187

Fonte: SI POFC.

Em termos de distribuição regional, verifica-se um predomínio de apoio a projetos localizados na região Norte, em termos de número de projetos (cerca de 57% do total, já tendo em conta os 121 projetos parcialmente localizados na região Norte) e na região Centro, em termos de incentivo aprovado (50,2% do total).

Tal facto resulta da concentração da região Norte nas tipologias de apoio a PME, com especial destaque para o instrumento SI Qualificação PME, onde mais de 60% do investimento elegível em cada uma das suas tipologias se destina à região Norte.

No entanto, é na região Centro que se concentram os investimentos de maior dimensão, representando 63% do investimento elegível do Regime Especial e Projetos de Interesse Estratégico aprovados no âmbito do SI Inovação e 54% dos Projetos Transitados do QCA III.

Destaque-se ainda que o investimento elegível médio por projeto varia entre os 9,7 milhões de euros em projetos localizados na região do Alentejo, 4,7 milhões de euros na região Centro, 2,4 milhões de euros em multi-regiões e 1,6 milhões de euros na região Norte.

Tabela 3.16: Projetos Aprovados do Eixo II por NUTS II, 2007-2011

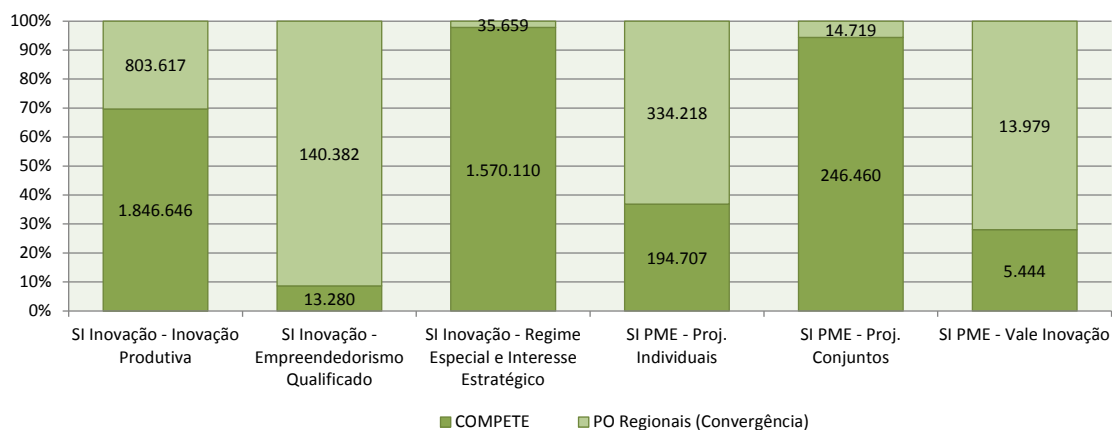
Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	743	1.175.441	506.277
Centro	520	2.445.693	642.326
Alentejo	99	959.955	304.094
Multi-Regiões Convergência	121	295.041	136.490
<i>Norte</i>		<i>150.628</i>	<i>67.103</i>
<i>Centro</i>		<i>80.125</i>	<i>37.946</i>
<i>Alentejo</i>		<i>64.288</i>	<i>31.441</i>
TOTAL EIXO II	1.483	4.876.131	1.589.187

Fonte: SI POFC.

Tal como foi referido na análise do Eixo I, também no Eixo II deverá ser considerada a complementaridade de apoios entre o COMPETE e os PO Regionais Norte, Centro e Alentejo, com destaque para as tipologias de apoio "Empreendedorismo Qualificado" e "Vale Inovação", uma vez que se configuram como instrumentos vocacionados para PME.

Gráfico 3.14: Investimento de Candidaturas (m€) ao Eixo II Rececionado pelo COMPETE e pelos PO Regionais (Convergência), 2007-2011



Fonte: SI POFC.

O contributo dos projetos do Eixo II para a temática Igualdade de Oportunidades encontra-se analisado no ponto 2.2.4.

Dos 1.483 projetos aprovados, 1.430 projetos encontravam-se contratados no final do ano, envolvendo um incentivo de 1,5 mil milhões de euros, representando uma taxa de contratação de 96,4%.

SI INOVAÇÃO

No âmbito do SI Inovação, foram recebidas no COMPETE 1.169 candidaturas com um investimento associado de 12,1 mil milhões de euros, 245 das quais durante o ano de 2011.

Durante o ano de 2011 foram aprovados 117 projetos com um investimento elegível associado de 612,6 milhões de euros e um incentivo de 291,4 milhões de euros.

Neste sentido, encontravam-se aprovados, no final do ano, 515 projetos, com um investimento elegível associado de 4,4 mil milhões de euros e um incentivo de 1,4 mil milhões de euros. Em termos de tipologia de projetos, como explicado atrás, o reduzido nível de apoios atribuídos ao empreendedorismo deve-se ao facto desta tipologia ser, essencialmente, atribuída no âmbito dos PO Regionais.

Tabela 3.17: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI Inovação por Tipologia de Apoio, 2007-2011

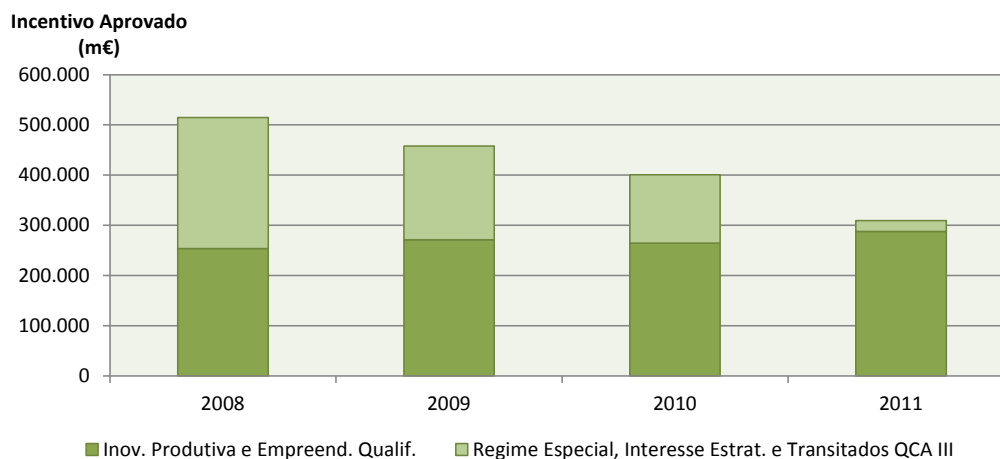
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação - Inovação Produtiva	1.068	4.665.745	477	1.846.646	897.185
SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado	33	49.760	14	13.280	7.932
SI Inovação - Reg. Especial e Proj. Int. Estrat.	60	5.481.018	18	1.570.110	311.306
Projetos transitados do QCA III	8	1.892.172	6	999.483	167.999
TOTAL SI INOVAÇÃO	1.169	12.088.694	515	4.429.519	1.384.421

Fonte: SI POFC.

Em termos de evolução anual das aprovações²⁹ no âmbito da Inovação Produtiva, as conclusões refletem a procura atrás analisada, isto é, a diminuição do incentivo atribuído aos grandes projetos (Regime Especial, Interesse Estratégico e Projetos Transitados do QCA III) desde 2008 e, por outro lado, o aumento do incentivo atribuído no âmbito dos Avisos de Abertura de Concursos para Inovação Produtiva e Empreendedorismo Qualificado.

Gráfico 3.15: Volume de Incentivo Aprovado no SI Inovação, por ano, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

²⁹ Para a análise anual, há que incluir os projetos que se encontram à data anulados.

Em termos sectoriais, constata-se uma predominância no apoio à Indústria, que concentra 81,4% dos projetos apoiados e 87,9% do investimento elegível aprovado, o que se revela consentâneo com os objetivos do Programa.

Tabela 3.18: Projetos Aprovados no SI Inovação por Sector de Atividade, 2007-2011

Unid: Mil Euros

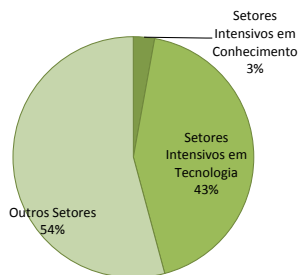
Sector de Atividade	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	419	3.893.204	1.130.117
Turismo	38	373.040	175.038
Serviços	46	125.929	60.410
Transportes	6	26.784	13.217
Comércio	6	10.562	5.638
TOTAL SI INOVAÇÃO	515	4.429.519	1.384.421

Fonte: SI POFC.

Analisando os sectores de atividade por intensidade tecnológica e de conhecimento, conclui-se que o peso relativo do investimento elegível apoiado em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento tem sido superior ao da estrutura empresarial existente em Portugal (46% do investimento elegível aprovado é referente a projetos industriais de alta ou média alta intensidade tecnológica ou a projetos de serviços com forte intensidade de conhecimento). Tal conclusão encontra-se em consonância com os objetivos do Programa e com a focalização na inovação dos instrumentos de apoio às empresas.

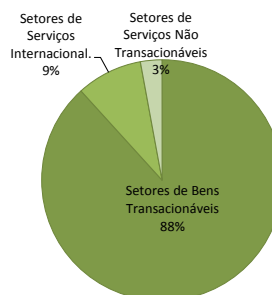
Tal como consta dos objetivos do Eixo Prioritário, o apoio direto a empresas está orientado para sectores de bens transacionáveis ou serviços internacionalizáveis, concentrando 97% do investimento elegível apoiado no âmbito do SI Inovação.

Gráfico 3.16: Invest. Elegível Aprovado no SI Inovação, por Sector de Atividade, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

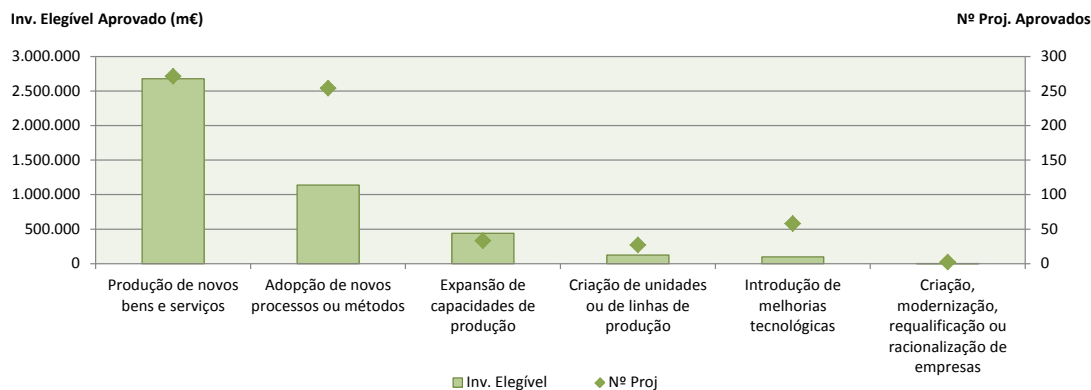
Gráfico 3.17: Invest. Elegível Aprovado no SI Inovação, por Sector de Atividade, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

No âmbito do SI Inovação, observa-se um enfoque no apoio à “Produção de novos bens e serviços” (cerca de 60% do investimento elegível apoiado).

Gráfico 3.18: Investimento Elegível e nº proj. do SI Inovação, por Tipologia, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Como referido atrás, as micro e pequenas empresas são apoiadas através dos PO Regionais, sendo enquadradas no COMPETE apenas as que apresentem projetos localizados em mais do que uma região de convergência.

Neste sentido, em termos de dimensão das empresas apoiadas, constata-se que mais de metade dos apoios atribuídos no SI Inovação visa Médias Empresas.

Por outro lado, as Não PME, dado o maior investimento médio por projeto (15,1 milhões de euros, face aos 2,9 milhões de euros médios no caso das Médias Empresas), representam 65% do incentivo atribuído.

Tabela 3.19: Projetos Empresariais Aprovados no SI Inovação, por Dimensão, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Micro Empresas	7	29.815	19.520
Pequenas Empresas	7	65.769	37.835
Médias Empresas	266	782.537	421.313
Não PME	235	3.551.398	905.754
TOTAL SI Inovação	515	4.429.519	1.384.421

Fonte: SI POFC.

SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

Foram apresentadas no COMPETE, no SI Qualificação e Internacionalização de PME, mais de 1.500 candidaturas com um investimento 869 milhões de euros. Relembra-se, como referido atrás, que este instrumento, no âmbito do QREN, é operacionalizado essencialmente através dos PO Regionais, dado que visa, sobretudo, as Micro e Pequenas Empresas.

No final do ano encontravam-se aprovados 968 projetos com um investimento elegível de 446,6 milhões de euros e um incentivo de 204,8 milhões de euros.

Tabela 3.20: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI Qualificação PME por modalidade de projeto, 2007-2011

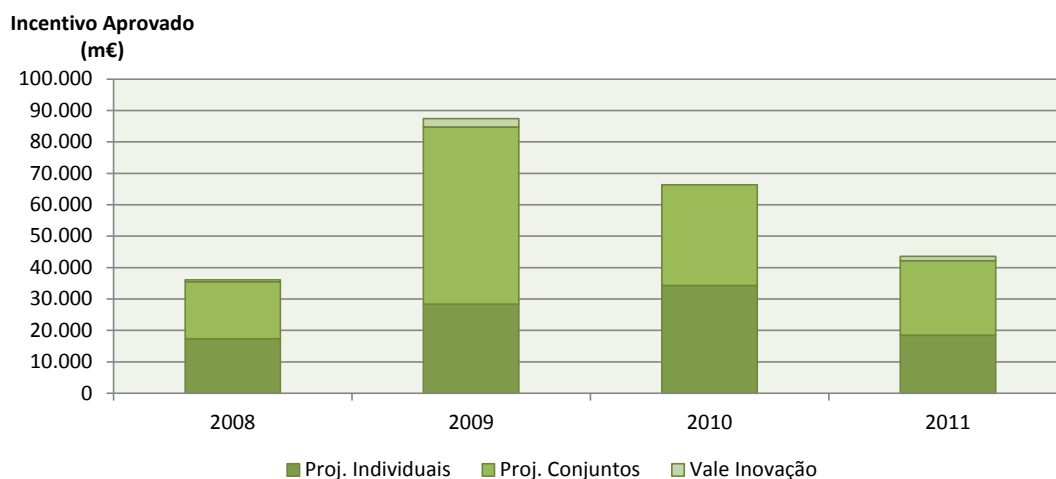
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI PME – Proj. Individuais	1.041	510.783	600	194.707	78.393
SI PME – Proj. Conjuntos	175	350.717	134	246.460	122.301
SI PME – Vale Inovação	315	7.489	234	5.444	4.072
TOTAL SI QUALIFICAÇÃO PME	1.531	868.989	968	446.612	204.766

Fonte: SI POFC.

Tal como registado no SI Inovação, no SI Qualificação PME verifica-se igualmente a tendência de diminuição do incentivo aprovado face ao ano transato, registada essencialmente ao nível dos Projetos Conjuntos.

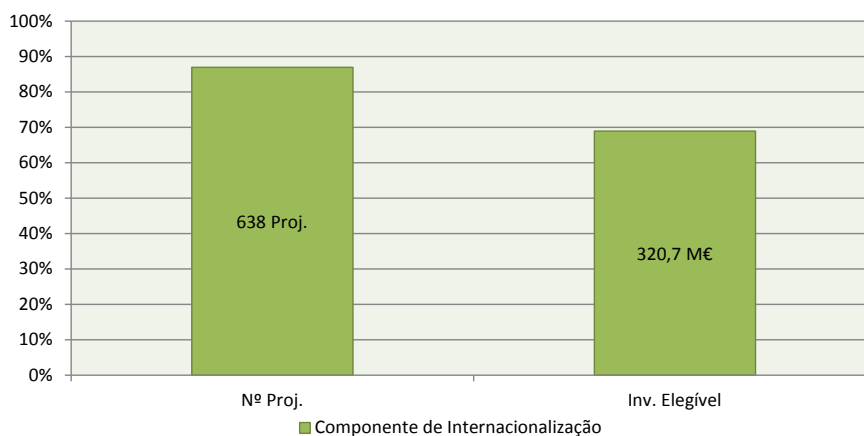
Gráfico 3.19: Volume de Incentivo Aprovado no SI Qualificação PME, por ano, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Quanto aos projetos individuais e conjuntos do SI Qualificação PME, verifica-se que a principal tipologia de investimento apoiada é a Internacionalização, constatando-se que 87% dos projetos aprovados incluem investimentos nesta componente, concentrando 69% do investimento elegível apoiado no total deste instrumento.

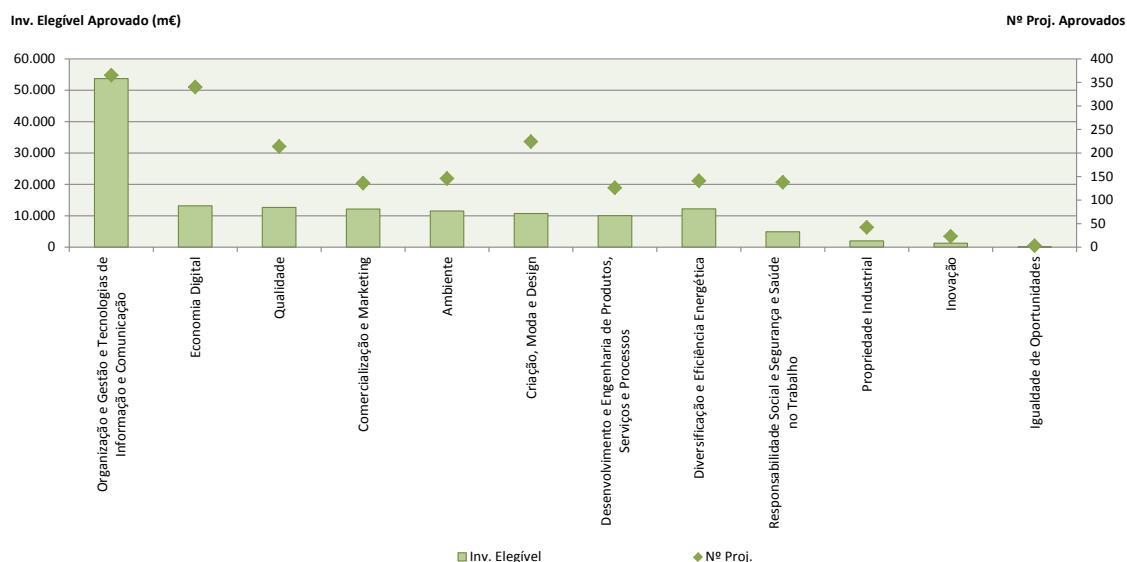
Gráfico 3.20: Nº Projetos e Investimento Elegível da Componente Internacionalização no SI Qualificação PME, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em termos de número de projetos, relativamente às restantes tipologias, destaque-se a “Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação” (representada em 50% dos projetos aprovados) e a “Economia Digital” (em 46% do total de projetos).

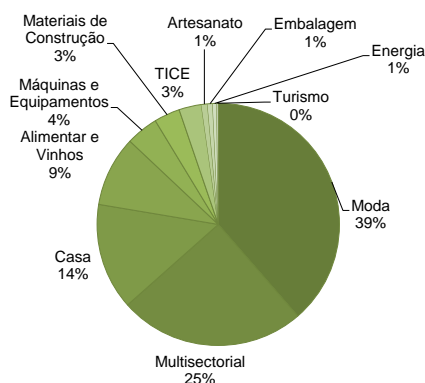
Gráfico 3.21: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), por outras tipologia de investimento, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projetos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respetivas atividades em torno das diferentes cadeias de valor, salientam-se as fileiras da Moda (39% do investimento elegível apoiado), Casa (14%) e Alimentar e Vinhos (9%), bem como os projetos multissectoriais (25%).

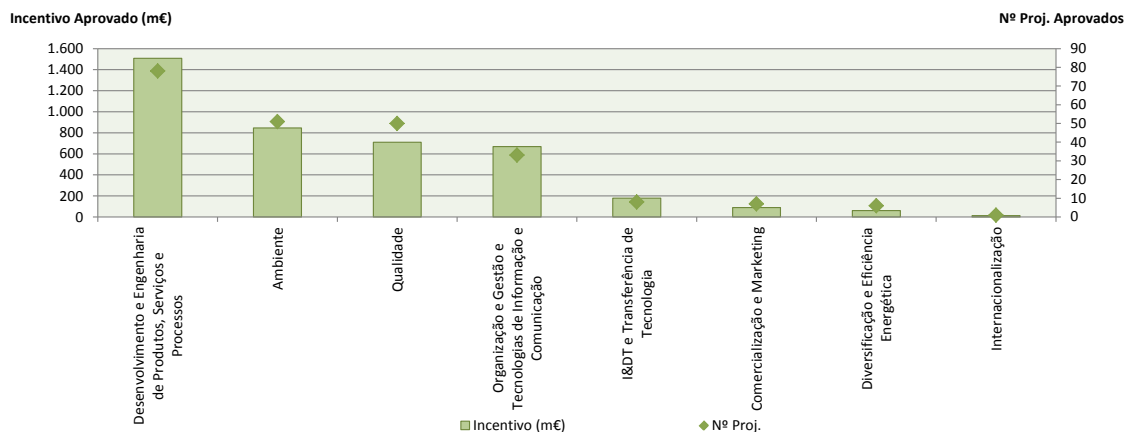
Gráfico 3.22: Investimento Elegível dos Projetos Conjuntos, por Fileira, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Nos 234 projetos “Vale Inovação” aprovados, verifica-se que as principais áreas que as PME recorreram foram “Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos”, “Ambiente” e “Qualidade”, concentrando, respetivamente, 37%, 21% e 17% do incentivo total atribuído.

Gráfico 3.23: Projetos Aprovados no SI PME (Vale Inovação), por área de intervenção, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO VALE INOVAÇÃO E VALE I&DT

O ano de 2011 foi igualmente marcado pelo lançamento de um novo concurso para atualização das entidades qualificadas para prestação de serviços no âmbito dos Vales, capitalizando a experiência reunida no período inicial de implementação deste instrumento de apoio.

Pela sua simplicidade processual e âmbito alargado de intervenção, esta tipologia de projeto constitui um instrumento privilegiado para dinamização das estratégias de desenvolvimento das PME, principalmente as de menor dimensão, através do financiamento de pequenos projetos de I&DT ou da valorização de competências internas em áreas críticas para a sua competitividade. Igualmente, estes instrumentos simplificados preconizam respostas particularmente eficazes no apoio às fases iniciais dos processos de inovação das PME quer pela sua acessibilidade quer pela celeridade do processo de decisão associado, carecendo, todavia, que as entidades prestadoras dos serviços se encontrem previamente qualificadas para o efeito.

No âmbito deste concurso foram rececionadas 86 candidaturas que foram analisadas pelo Secretariado Técnico do COMPETE, tendo a Comissão de Seleção decidido no sentido dos pareceres emitidos, concluindo pela qualificação de 69 instituições das quais 63 caracterizam-

se como entidades de investigação e transferência de tecnologia pertencentes ao Sistema Científico e Tecnológico nacional, das quais 31 são Instituições de Ensino Superior (Universitário ou Politécnico) e 8 são Centros Tecnológicos, evidenciando um crescente entrosamento entre os centros de saber e o tecido empresarial³⁰.

As entidades qualificadas cobrem todas as áreas previstas no Aviso do concurso, observando-se uma maior cobertura das seguintes temáticas: “I&DT e Transferência de Tecnologia”, “Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos”, “Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação” e “Qualidade”.

Apresenta-se, de seguida, um exemplo de projeto individual de internacionalização aprovado em 2011, que ilustra o tipo de apoios concedidos no âmbito do Eixo II.

MEDIDA DE APOIO: QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME – PROJETO INDIVIDUAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Promoção Internacional

N.º DE PROJETO: 021799

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: + Internacionalizar a ControlVet

PROMOTOR: Controlvet – Segurança Alimentar, S.A.

LOCALIZAÇÃO: Tondela – Viseu

DIMENSÃO: Média empresa

INVESTIMENTO APROVADO: 317.269,18€ **INCENTIVO APROVADO:** 137.072,67€

PRAZO DE EXECUÇÃO: Julho 2011 a Junho 2013

DESCRIÇÃO DO PROJETO: A Controlvet - Segurança alimentar S.A. dedica-se à prestação de serviços de segurança alimentar e proteção ambiental. Encontra-se integrada num grupo empresarial, criado em 1999, que pertence à rede PME Cotec Inovação e detém 4 laboratórios acreditados, um sistema de gestão de inovação certificado, atividades de formação acreditadas pela DGERT e softwares próprios que representam uma enormíssima vantagem competitiva face à concorrência.

Atualmente fornece serviços de segurança alimentar e proteção ambiental a uma carteira de mais de 4 000 empresas clientes, entre as quais a McDonalds Portugal, o Grupo Ibersol, a Auchan, a Jerónimo Martins, o Modelo Continente e o EICorte Inglês.

Em 2010, 2% da sua faturação resultou da presença nos mercados de Angola e Espanha.

Em termos do volume de negócios, visa atingir uma faturação de cerca de 3,7 milhões de euros, em 2014, dos quais 20% obtidos em mercados externos.

Assim, o projeto contempla as seguintes ações:

- participação na feira Alimentaria 2012, prospeção de mercados e ações de

³⁰ O Relatório de Avaliação das Entidades prestadoras de serviços no âmbito do Vale Inovação e I&DT encontra-se disponível no sítio do COMPETE.

contacto direto com a procura internacional;

- elaboração de estudos de caracterização e análise de potencial de mercado;
- adaptação da estrutura informática (com a criação de plataformas para a recolha, centralização de dados e interação com os clientes), à conceção de software de benchmarking, à adaptação de softwares da empresa para utilização nos mercados internacionais;
- criação de um website e de um portal da inovação (e um site específico para fomentar a recolha de ideias e a participação da envolvente na gestão e acompanhamento de projetos inovadores).

RESULTADOS ESPERADOS: Com o projeto, a empresa pretende tornar-se uma marca de referência global no sector da segurança alimentar, propondo a realização de um conjunto de investimentos conducentes à sua expansão para novos mercados (Brasil, Moçambique e Polónia) acompanhando a progressiva internacionalização do sector agro-industrial e da grande distribuição nacional para estes mercados, e com ações que visam a manutenção da presença nos mercados nos quais já tem historial de atividade (Angola e Espanha).

Em termos do volume de negócios, visa atingir uma faturação de cerca de 3,7 milhões de euros, em 2014, dos quais 20% obtidos em mercados externos.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, o principal constrangimento prende-se com a **difícil conjuntura macroeconómica** que a economia nacional atravessa, com reflexo ao nível do acesso a capitais alheios necessários ao financiamento dos projetos, bem como da obtenção das garantias necessárias à apresentação de pedidos de pagamento a título de adiantamento.

Neste sentido, conforme reportado no ponto 2.3.2, foram introduzidas **simplificações nos Sistemas de Incentivos** (ajustamento excecional aos projetos, eliminação da exigência de comprovativo de licenciamento, simplificação e aceleração do processo de pagamentos e comprovação do incentivo, eliminação da pré-avaliação favorável no SI Inovação, etc.) visando acelerar a execução dos projetos aprovados e, por outro lado, foram **reforçados os mecanismos de identificação dos projetos aprovados com atrasos significativos** ao nível da contratação e execução, visando a ultrapassagem dos atrasos ou a sua descatificação, no sentido de permitir compromisso adicional.

Conforme ponto 1, destaque-se o **reforço da dotação do Eixo II** em 446 milhões de euros, tendo permitido ultrapassar a situação de *overbooking* que existiria sem o referido reforço (130% da dotação) face ao atual nível de compromisso (95% da dotação).

No Relatório anual de controlo da Autoridade de Auditoria não foram identificadas questões relevantes relativas ao Eixo II.

3.3 EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementar com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

As regras de execução estabelecidas no SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, preveem os seguintes **instrumentos**:

- Instrumentos de reforço do capital próprio (fundos de capital de risco, fundos de sindicância de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco);
- Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios (fundo de contragarantia mútuo, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento).

Para operacionalização destes instrumentos e, no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/2008 de 26 de Agosto, um instrumento público único, o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial.

As intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE circunscrevem-se exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

No Anexo VI encontram-se descritos os instrumentos financeiros apoiados pelo SAFPRI, sendo possível consultar a lista das aplicações em PME no Anexo XIV.

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

As candidaturas aprovadas para fundos de capital de risco e *business angels* registam em 2011 um valor acumulado de 15,4 milhões de euros de investimento em 34 PME, sendo cerca de 80% em PME na sua fase de vida inicial, o que origina um rácio muito favorável no indicador da “Qualidade do Capital de Risco”. Apesar deste registo muito favorável, deve-se ter em conta que os dados apresentados de investimento em capital de risco são ainda reduzidos, uma vez

que se trata do primeiro ano de atividade das sociedades de *business angels* e que alguns dos fundos de capital de risco apenas foram criados no segundo semestre de 2011.

O indicador “Financiamento através de FCR orientado para sectores com potencial de crescimento³¹” tem um resultado muito favorável (72%), devendo-se no entanto ter em conta que a atividade da maioria dos fundos de capital de risco teve o seu início apenas em 2011, com reflexo no número de investimentos efetuados.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação das Linhas de Crédito PME Investe I e II permitiu atingir 95% do número de garantias previstas para a totalidade COMPETE. Tendo sido fechada a entrada de novas operações em 31 de Março de 2011, este indicador, caso não sejam criados mais instrumentos de garantia, deverá ter apenas alterações decorrentes das verificações de gestão da responsabilidade da AG e da PME Investimentos.

Por último o indicador de custos de gestão tem por agora um valor de 0,5% em média anual, mas que apenas se refere aos custos de gestão do FINOVA, não sendo assim contabilizados ainda os custos de gestão dos FCR, encontrando-se, deste modo, a cumprir o indicador que fixa o objetivo máximo o valor de 2,5% do capital realizado.

Tabela 3.21: Indicadores de Realização do Eixo III

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2011	Sim/Não
QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO (Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)	33%	33%	80%	Sim
FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE FCR ORIENTADO PARA SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento de FCR em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito de FCR)	30%	30%	72%	Sim
GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME	1.500	4.000	3.787	Não
CUSTOS DE GESTÃO (Comissões de Gestão / Capital Realizado)	2,5%	2,5%	0,5%	Sim

Fonte: SI FINOVA

³¹ Conforme ponto 2.1.1, este indicador foi objeto de revisão, incluída na reprogramação aprovada em Dez-11, tendo o seu âmbito sido restringido aos FCR e *Business Angels*, ou seja, não contabilizando as garantias prestadas, uma vez que se trata de um instrumento de “banda larga” e, portanto, não focalizado nos setores de alta intensidade tecnológica e de conhecimento como os FCR e *Business Angels*.

Tabela 3.22: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo III, 2010

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	3.825
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I, II e III	60
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I, II e III	n.d.
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.305
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	85
	23. N.º de projetos	Total do PO	1
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	201
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	0

Nota: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados.

Fonte: SI POFC.

3.3.2. Análise qualitativa

Tendo decorrido o processo de aprovação dos fundos de capital de risco e das linhas de financiamento durante o ano passado, o ano de 2011 ficou marcado pela finalização do processo de operacionalização dos Fundos de Capital de Risco e sociedades de *business angels* que concretizaram a sua constituição.

Assim, no final de 2011, no âmbito do Eixo III, encontravam-se aprovados 28 projetos:

- as linhas de crédito PME Investe I e II;
- a linha de financiamento a *Business Angels*;
- 26 fundos de capital de risco.

Tabela 3.23: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2011

Unid: Mil Euros

	Designação da Candidatura	Promotor / Soc. Gestora	Investimento Aprovado	Incentivo Aprovado	Incentivo Pago
Linhas de Crédito					
004574	Linhas de Crédito PME Investe I e II	PME Investimentos	154.200	107.940	100.292
FCR Inovação e Internacionalização					
005735	PVCi (Portugal Venture Capital Initiative)	FEI – Fundo Europeu de Investimento	12.500	8.750	875
005734	FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual)	BANIF Investimentos	33.000	23.100	4.620
016125	FCR BETA INOVAÇÃO	BETA	5.056	2.528	758
016132	FCR AICEP CAPITAL GLOBAL INTERNACIONALIZAÇÃO	AICEP CAPITAL GLOBAL	20.216	10.108	3.032
016134	FCR ASK CELTA	ISQ	20.147	10.074	3.022
016135	FCR CAPITAL CRIATIVO I	CAPITAL CRIATIVO	20.630	10.078	3.023
016136	FCR ESPÍRITO SANTO VENTURES IV	ESPÍRITO SANTO VENTURES	10.092	5.046	1.514
016137	FCR INOVCAPITAL INDUSTRIAS CRIATIVAS	INOVCAPITAL	6.044	3.022	907
016138	FCR INTER-RISCO II	INTER-RISCO	20.084	10.042	0
016141	FCR MINHO E INTERNACIONALIZAÇÃO	2B PARTNER	3.987	1.994	598
016142	FCR NOVABASE CAPITAL INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	NOVABASE CAPITAL	10.172	5.036	1.511
016143	FCR PATRIS CAPITAL PARTNERS	PATRIS	10.070	5.035	2.517
016144	FCR PME TURISMO INOVAÇÃO	TURISMO CAPITAL	20.147	10.074	3.022
016145	FCR PME/BES	ESPÍRITO SANTO CAPITAL	10.073	5.036	1.511
FCR Corporate Venture Capital					
016146	FCR CRITICAL VENTURES I	CRITICAL VENTURES	5.045	2.523	757
016147	FCR INOVCAPITAL BIOCODEX	INOVCAPITAL	4.029	2.015	604
016148	FCR NOVABASE CAPITAL CORPORATE VENTURE	NOVABASE CAPITAL	8.154	4.027	0
FCR Early Stages					
016140	FCR INOVCAPITAL EARLY STAGE	INOVCAPITAL	6.397	4.377	1.313
016149	FCR ASK CAPITAL	ISQ	7.324	5.037	1.511
016150	FCR F-HITEC	ESPÍRITO SANTO VENTURES	7.978	5.559	0
016152	FCR INOVCAPITAL UNIVERSITAS	INOVCAPITAL	3.789	2.652	796
016153	FCR NOVABASE CAPITAL EARLY STAGE	NOVABASE CAPITAL	11.877	6.398	0
016159	FCR FAST CHANGE II	CHANGE PARTNERS	10.088	6.053	1.816
FCR Pré-Seed					
016133	FCR BETA LIFE SCIENCES	BETA	2.539	1.777	533
016154	FCR INOVCAPITAL ACTEC II	INOVCAPITAL	6.495	4.547	1.364
016155	FCR ISTART I	ESPÍRITO SANTO VENTURES	2.538	1.777	533
016156	LINHA DE FINANCIAMENTO A SOCIEDADES DE INVESTIDORES EM CAPITAL DE RISCO	54 Sociedades de <i>Business Angels</i> já constituídas (2 desistências)	43.649	27.188	5.438
TOTAL SAFPRI (28 projetos)			476.322	291.791	141.867

Fonte: SI FINOVA

No final do ano de 2011, do conjunto de Fundos de Capital de Risco constituídos, registou-se já a manifestação de desistência de 5 dos fundos aprovados cuja formalização de anulação será efetuada em 2012.

Os fundos de capital de risco aprovados e que não terão seguimento com o apoio do COMPETE são os seguintes:

- 16125 – FCR Beta Inovação
- 16138 – FCR Inter Risco
- 16148 – FCR Novabase Capital Corporate Venture
- 16150 – FCR F-HITEC
- 16153 - FCR Novabase Capital Early Stage

Destes 5 fundos, um foi criado mas não terá o apoio do COMPETE (16138 FCR Inter Risco) e os restantes 4 desistiram da sua constituição por indisponibilidade de parte dos investidores (16125 e 16150) ou por decisão do grupo Novabase de concentrar os investimentos em capital de risco em apenas um fundo desistindo assim de 2 dos 3 aprovados (16148 e 16153).

Para além da desistência por parte dos promotores destes 5 fundos, acabou por ser ainda formalizada em 2012 a anulação da candidatura 5735 – Portugal Venture Capital Initiative (PVCi) em virtude da PME Investimentos, até final de 2011, não ter conseguido contratar com a sociedade gestora do fundo de forma a ficar claramente assegurado o cumprimento do Regulamento Específico do SAFPRI, bem como os regulamentos comunitários aplicáveis à atividade de capital de risco com apoios FEDER.

Dos fundos de capital de risco aprovados em anos anteriores, destaca-se **Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual** (FICA), com 5 operações de capital de risco, que totalizaram um investimento em PME de cerca de 5,6 milhões de euros.

Nos fundos de capital de risco constituídos entre o último trimestre de 2010 e o final de 2011 foram validados 8 investimentos em PME, sendo 3 na área da Biotecnologia, 3 nas TIC e os 2 restantes na indústria e engenharia.

A **Linha de Financiamento a Business Angels** no ano de início efetivo de atividade das sociedades de *business angels*, em que foi necessário consolidar o relacionamento dos *business angels* nas organizações e operacionalizar o funcionamento das mesmas, foi possível ter um registo muito positivo de 25 investimentos em 22 PME nas mais diversas atividades económicas e cumprindo o objetivo de criação de novas empresas através do apoio dos business angels aos empreendedores.

Tabela 3.24: Aplicações em PME, por veículo, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipo de FCR	FCR	Nº PME	Capital aplicado em PME
FCR Audiovisual	FICA	5	5.564
FCR Inovação e Internacionalização	FCR AICEP CAPITAL GLOBAL INTERNALIZ	1	1.500
	FCR ESPIRITO SANTO VENTURES IV	2	1.197
	FCR CAPITAL CRIATIVO I	1	350
FCR Corporate Venture Capital	FCR CRITICAL VENTURES I	1	526
FCR Early Stages	FCR ASK CAPITAL	1	496
FCR Pré-Seed	FCR BETA LIFE SCIENCES	2	494
<i>Business Angels</i>		22	5.299
TOTAL (*)		34	15.426

Fonte: SI FINOVA

NOTA (*): O totalizador não corresponde à soma das parcelas devido a uma PME que apresenta aplicações em mais do que um veículo

A análise por setor de atividade é ainda marcada pela importância relativa das aplicações no âmbito do FICA (FCR Audiovisual), justificando a relevância da CAE 59 - Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música.

Tabela 3.25: Aplicações em PME, por Setor de Atividade, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	Nº PME	Capital aplicado em PME
59 - Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	6	5.814
71 - Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	3	1.522
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	1	1.500
72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	3	990
58 - Atividades de edição	2	946
82 - Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	3	900
63 - Atividades dos serviços de informação	3	869
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	2	591
74 - Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2	540
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	2	507
62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	3	420
15 - Indústria do couro e dos produtos do couro	1	320
56 - Restauração e similares	1	178
55 - Alojamento	1	175
11 - Indústria das bebidas	1	154
TOTAL	34	15.426

Fonte: SI FINOVA

O Anexo XIV contém a lista completa das intervenções em PME no âmbito dos FCR e *Business Angels*.

No que concerne às Linhas de Crédito PME Investe aprovaram-se, em número e valor, operações de financiamento que excedem ligeiramente o inicialmente previsto, nomeadamente durante os anos 2009 e 2010. Durante o ano de 2011, o saldo entre novas operações e as correções efetuadas resultaram num incremento de 32 operações, com um valor de financiamento de 3 milhões de euros.

Tabela 3.26: Resultados das Linhas de Crédito PME Investe I e II, 2007-2011

Unid: Mil Euros

	N.º Operações Aprovadas	Financiamento concedido	Valor garantido
PME Investe I	977	611.764	304.433
PME Investe II	2.810	670.342	334.971
TOTAL	3.787	1.282.106	639.404

Fonte: SI FINOVA

Em candidatura foi previsto um custo das linhas de crédito de 154,2 milhões de euros para um financiamento total de empresas de 1.237 milhões de euros, sendo o financiamento total, no final de 2011, de 1.282 milhões de euros. Em termos de aplicação dos montantes do investimento da candidatura, estes totalizam 96 milhões de euros, sendo 61 milhões de euros referentes ao reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo e 35 milhões de euros a bonificações de taxas de juro e a comissões de garantia.

Tabela 3.27: Execução Financeira das Linhas de Crédito, 2007-2011

Unid: Mil Euros

	Reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo previsto	Bonificações de Taxa de Juro pagas	Bonificação de Comissão de Garantia pagas	Total de pagamentos
PME Investe I	24.961	15.191	5.015	45.167
PME Investe II	36.000	10.288	4.373	50.661
Total	60.961	25.479	9.388	95.828

Fonte: SI FINOVA

Atuando o COMPETE apenas nas 3 regiões de convergência do Continente, verifica-se que cerca de metade das operações são da região Norte e mais de 40% na região Centro.

Tabela 3.28: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por NUTS II, 2007-2011

Unid: Mil Euros

NUTS II	N.º Operações	%	Financiamento	%
Norte	2.027	53,5 %	657.589	51,3 %
Centro	1.547	40,9 %	543.928	42,4 %
Alentejo	213	5,6 %	80.589	6,3 %
Total	3.787	100 %	1.282.106	100 %

Fonte: SI FINOVA

Por dimensão de empresas, salientam-se os 70% de operações de micro e pequenas empresas com 49% do montante total do financiamento aprovado.

Tabela 3.29: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Dimensão de Empresa, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Dimensão das Empresas	N.º Operações	%	Financiamento	%
Micro	798	21,1 %	98.397	7,7 %
Pequena	1.891	49,9 %	534.927	41,7 %
Média	1.098	29,0 %	648.782	50,6 %
Total	3.787	100 %	1.282.106	100 %

Fonte: SI FINOVA

De acordo com os dados apresentados na tabela seguinte, verifica-se que 5 das 15 instituições financeiras com operações aprovadas têm cerca de 90% do total do número de operações e do total do financiamento concedido, mantendo-se, portanto, a tendência já verificada no anterior Relatório de Execução.

Tabela 3.30: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Instituições Financeiras, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Instituição Financeira	N.º Operações	%	Financiamento	%
BPI	960	25,4 %	342.017	26,7 %
BES	609	16,1 %	323.496	25,2 %
CGD	625	16,5 %	245.960	19,2 %
BST	778	20,5 %	199.505	15,6 %
BCP	469	12,4 %	105.332	8,2 %
BARCLAYS	126	3,3 %	22.432	1,8 %
MG	97	2,6 %	18.699	1,5 %
POPULAR	49	1,3 %	9.988	0,8 %
BPN	37	1,0 %	6.024	0,5 %
BBVA	14	0,4 %	4.412	0,3 %
BANIF	11	0,3 %	2.141	0,2 %
CCCAM	10	0,3 %	1.500	0,1 %
DEUTSCHE	2	0,1 %	600	0,1 %
Total	3.787	100 %	1.282.106	100 %

Fonte: SI FINOVA

Em termos de classe de risco destacam-se as empresas certificadas pelo IAPMEI como PME Líder, com 30% do número das operações e 51% do total do financiamento, justificando-se parte desta diferença por terem acesso a um valor de financiamento superior. Agregando este valor com as empresas de classe de risco A, resulta uma representatividade de 67% do número de projetos e de 75% do montante do financiamento.

Tabela 3.31: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Classe de Risco, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Classe de Risco	N.º Operações	%	Financiamento	%	Spread Médio
PME Líder	1.162	30,7 %	655.812	51,2 %	1,25%
A	1.379	36,4 %	301.868	23,5 %	1,38%
B	654	17,3 %	183.450	14,3 %	1,50%
C	592	15,6 %	140.976	11,0 %	1,88%
Total	3.787	100 %	1.282.106	100 %	1,38%

Fonte: SI FINOVA

Em termos de setor de atividade, verifica-se que cerca de metade do financiamento garantido através das Linhas de Crédito se destinou a projetos inseridos no Setor da Indústria.

Tabela 3.32: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Setor de Atividade, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	N.º Operações	%	Financiamento	%
Indústria	1.569	41%	626.536	49%
Comércio	1.185	31%	337.052	26%
Construção	374	10%	154.667	12%
Serviços	287	8%	66.009	5%
Turismo	200	5%	34.348	3%
Transportes e logística	102	3%	34.313	3%
Ambiente	29	1%	12.847	1%
Extrativa	29	1%	10.493	1%
Energia	4	0%	3.240	0%
Agricultura	8	0%	2.603	0%
Total	3.787	100 %	1.282.106	100 %

Fonte: SI FINOVA

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme reportado no Relatório de Execução do ano passado, no segundo semestre de 2010, considerando a Comissão Europeia que não tinha garantias da realização pela AG das adequadas verificações de gestão no SAFPRI, interrompeu os pagamentos neste Eixo que apenas viriam a ser retomados após a alteração da descrição do sistema de gestão e controlo relativa às verificações de gestão do SAFPRI e respetiva aprovação pela IGF e CE.

A referida alteração implicou uma reformulação das verificações de gestão da AG, que incluiu a recuperação total desde o início do Programa das mesmas, o que foi efetuado durante o ano de 2011, à exceção da conclusão das verificações das operações de financiamento do projeto das linhas de crédito PME Investe I e II.

As Verificações de Gestão (Administrativas e no Local) efetuadas para o projeto 4574 – Linhas de Crédito PME Investe I e II, um instrumento financeiro que combina garantias com bonificações de juros e garantia, incluíram a verificação não só das condições de aprovação das operações, mas também da aplicação do financiamento em ativos fixos e fundo de manei.

Face à extensão e aprofundamento das verificações de gestão neste projeto, que não é habitual e não estava previsto inicialmente para os instrumentos financeiros, não foi possível concluir os trabalhos durante o ano de 2011, tendo o relatório preliminar sido enviado para a entidade beneficiária, PME Investimentos, no início de 2012.

Já em 2012, após a resposta da PME Investimentos, foi concluído o processo de verificações de gestão, registando-se que as principais dificuldades se verificaram ao nível da comprovação de aplicação do financiamento em investimento em ativo fixo e por outro lado que na validação das condições de acesso às linhas de crédito não existem desconformidades materialmente relevantes, tendo a IGF considerado existirem condições para reclassificar os respectivos sistemas de gestão e controlo da operação associada às linhas de crédito 1 e 2 na Categoria 2.

Esta reclassificação foi considerada pela IGF extensível a todo o Eixo III, uma vez que a AG está a desenvolver verificações de gestão de forma sistemática, não existindo indícios de especiais fatores de risco.

Destaque-se ainda as dificuldades sentidas por algumas entidades gestoras dos Fundos de Capital de Risco na sua constituição associada, essencialmente, à menor disponibilidade financeira dos investidores privados, levando, inclusivamente, à anulação de 5 Fundos de Capital de Risco no início de 2012, bem como a ajustamentos na estrutura acionista de Fundos de Capital de Risco aprovados.

3.4 EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

Inserido no atual processo de reforma e modernização da Administração Pública, o Eixo IV tem como **objetivos específicos**:

- Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;
- Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;
- Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;
- Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.

É operacionalizado através do **SAMA** – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sequência da revisão dos Indicadores, o Eixo IV do COMPETE passou a integrar 7 indicadores, dos quais, três de realização.

Em relação aos indicadores de realização estabelecidos, e considerando a informação correspondente aos 166 projetos contratados até final de 2011, é possível concluir que os objetivos fixados para os indicadores de “Proximidade” e “Simplificação” encontram-se cumpridos com taxas de realização de 152% e 97%, respetivamente, ainda que o indicador relativo à “Proximidade” se encontre significativamente influenciados pelos resultados registados num número restrito de projetos, sobretudo dos sectores das Finanças e da Justiça, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimento bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multi-serviço e pontos únicos de contacto nos canais *Internet*, presencial ou telefónico.

De igual forma, ao nível dos indicadores de resultado, verificam-se bons níveis de realização que se situam nos 94% no caso da “Universalidade”, 102% no âmbito da “Desmaterialização”, 84% no caso da “Utilização de fatura eletrónica” e 77% na “Nível de interoperabilidade entre sistemas de informação na AP”.

Apesar do indicador se encontrar acima da meta estabelecida, o nível dos “Funcionários formados” apresenta valores mais modestos (66%), o que poderá ser explicado pelo facto dos beneficiários apresentarem candidaturas neste domínio no âmbito do PO Potencial Humano.

Conclui-se assim que, apesar de 4 dos 7 indicadores se encontrarem abaixo das metas de 2015, é esperado que, com o apoio a projetos futuros, seja possível cumprir as metas estabelecidas para o final do Programa.

Tabela 3.33: Indicadores de Realização do Eixo IV

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2011	Sim/Não
PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISERVIÇOS (N.º de centros de atendimento multiserviços abertos em território nacional)	60	700	1.062	Sim
SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO (n.º de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	10	400	397	Não
UNIVERSALIDADE - GRAU DE ACESSIBILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ONLINE A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (N.º de serviços públicos disponíveis online a cumprir pelo menos o nível AA das regras de acessibilidade (W3C))/(N.º de serviços públicos disponíveis online)	80%	100%	94%	Não
DESMATERIALIZAÇÃO - AUMENTO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO PRESENCIAIS (N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	30%	80%	102%	Sim
UTILIZAÇÃO DE FATURA ELETRÓNICA (N.º de organismos públicos utilizadores de fatura eletrónica) / (N.º de organismos públicos que emitem faturas)	80%	100%	84%	Não
NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA AP (N.º de sistemas de informação interoperáveis na AP)/(N.º de sistemas de informação na AP)	30%	80%	77%	Não
FUNCIONÁRIOS FORMADOS NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES APOIADAS (N.º de funcionários formados em competências específicas (atendimento, TIC, gestão de conhecimento))/ (N.º total dos funcionários envolvidos nas intervenções apoiadas)		25%	66%	Sim

Fonte: SI POFC.

Tabela 3.34: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo IV, 2011

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	163
	23. N.º de projetos	Total do PO	0
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projetos	Total do PO	0
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	38. N.º de projetos	Total do PO	3

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados.

Fonte: SI POFC.

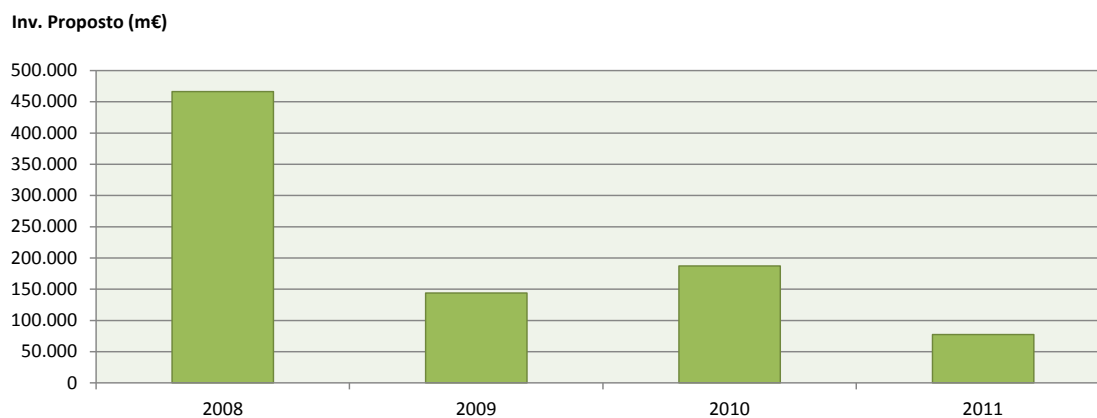
3.4.2. Análise qualitativa

Durante o ano de 2011 foi aberto um concurso, com duas fases de candidaturas, para o apoio de operações individuais e transversais, visando a modernização da administração pública, o aumento da sua eficiência e da qualidade, contribuindo deste modo para a melhoria da competitividade da economia nacional.

Dado o conhecido contexto macroeconómico, com especial impacto ao nível dos recursos públicos, este concurso, com uma dotação global de 80 milhões de euros, apresentou uma procura reduzida: 40 candidaturas com um investimento proposto de 77 milhões de euros.

Estes valores refletem a tendência de diminuição da receção de candidaturas desde o início do Programa, tendo mais de metade do volume de investimento sido rececionado em 2008.

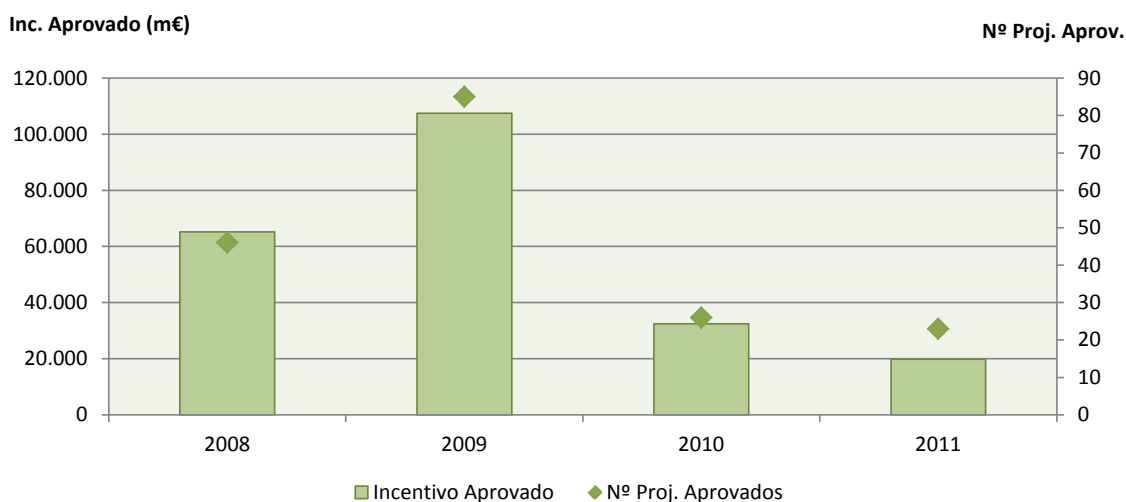
Gráfico 3.24: Investimento em Sede de Candidatura no Eixo IV, por Ano de Receção, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Refletindo a quebra de procura atrás assinalada, o nível de aprovações tem vindo a diminuir desde 2009 (ano em que foram aprovadas grande parte das candidaturas de 2008), não sendo expectável uma inversão desta tendência até final do Programa.

Gráfico 3.25: Aprovações no Eixo IV, por Fase, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projetos, que visa a modernização da Administração Pública central, 73,9% do incentivo atribuído encontra-se localizado na região de Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico, em termos de resultados, na diminuição de custos de contexto do sector empresarial a nível nacional (“*Spill-Over Effects*”).

Tabela 3.35: Projetos Aprovados no Eixo IV, por NUTS II, 2007-2011

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	13	19.785	13.849
Centro	13	14.995	10.496
Alentejo	1	562	393
Multi-Regiões	Norte	23.363	16.354
	Centro	16.082	11.257
	Alentejo	8.958	6.271
	Lisboa	79.002	37.881
Lisboa	123	267.775	128.398
TOTAL EIXO IV	180	430.521	224.901

Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de projetos, constata-se que 53% do incentivo atribuído visa a reengenharia e desmaterialização nos processos (Tipologia B).

Tabela 3.36: Projetos Aprovados do Eixo IV, por Tipo de Projeto, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
<i>Tipologia A.</i> Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único	40	78.023	41.514
<i>Tipologia B.</i> Reengenharia e desmaterialização nos processos	78	227.974	118.205
<i>Tipologia C.</i> Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação	58	105.008	55.655
<i>Operações Globais</i>	4	19.515	9.527
TOTAL EIXO IV	180	430.521	224.901

Fonte: SI POFC.

No final de 2011, dos 180 projetos aprovados, encontravam-se já assinados 163 contratos com um incentivo de 211,7 milhões de euros, o que representa uma taxa de 94% de contratação.

Apresenta-se, de seguida, um projeto da ADSE, que exemplifica o tipo de apoios concedidos através do SAMA.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SAMA)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Modernização Administrativa – Qualificação do Atendimento aos cidadãos e empresas

N.º DE PROJETO: 001886

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Informação da ADSE

PROMOTOR: ADSE - Direcção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública

LOCALIZAÇÃO: Lisboa (com efeito *Spill-Over* sobre as Regiões de Convergência)

INVESTIMENTO APROVADO E EXECUTADO: 493.380,32 euros

INCENTIVO APROVADO E EXECUTADO: 236.575,86 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Os objetivos nucleares do projeto são os seguintes:

1. Desenvolver um sistema de informação que possibilite a transferência eletrónica de dados de faturação com o universo das entidades com as quais a ADSE se relaciona (o que envolve 2400 Prestadores de Saúde Convencionados, 477 estabelecimentos do SNS - Serviço Nacional de Saúde e 2700 Farmácias), o que pressupõe uma aposta na integração e na interoperabilidade entre os vários sistemas, internos e externos à ADSE, com vantagens claras ao nível da simplificação e da redução temporal do ciclo de processamento da faturação. Complementarmente, pretende-se apostar na desmaterialização de processos através de sistemas de digitalização e pelo uso de canais de comunicação apoiados em tecnologias baseadas em Internet, na perspetiva da eliminação da circulação de papel;
2. Pretende-se que todo o ciclo de faturação seja automatizado desde a fase de registo e receção da fatura, passando pelo seu processamento e controlo, até à fase do seu pagamento, com vantagens claras quer para a ADSE, quer para os prestadores, quer para os próprios beneficiários.
3. Desenvolver um sistema de informação que suporte a atividade das Juntas Médicas da ADSE que funcionam em postos geograficamente dispersos (Porto, Coimbra, Évora) – dado que o atual sistema apenas suporta as Juntas sediadas em Lisboa – que permita o tratamento eletrónico de processos e a sua integração com o sistema on-line da ADSE e, desta forma, a disponibilização dos mesmos níveis de serviço aos pontos mais remotos;
4. Criação de uma nova plataforma on-line através da qual as entidades responsáveis pela retenção dos descontos obrigatórios para a ADSE possam submeter os dados relativos aos descontos retidos e entregues, por forma a permitir à ADSE a integração dos dados no seu Sistema de Informação para efeitos de validação e controlo automatizado dos valores entregues, assim como, proceder à atualização dos registos dos próprios beneficiários. Da mesma forma, este sistema permitirá manter um histórico (conta-corrente) dos descontos efetuados e validados, possibilitando aos próprios Organismos Públicos a consulta, o controlo e o acompanhamento dos seus descontos obrigatórios;
5. A emissão de um novo cartão de beneficiário, assente num outro tipo de suporte e formato e que possa ser agregado e ter as mesmas valências que o cartão de beneficiário do CESD - Cartão Europeu de Seguro de Doença, permitindo assim a redução do número de emissões de cartões e conferir uma segurança adicional ao relacionamento do beneficiário com o prestador do cuidado de saúde;

6. Promover a integração de processos oriundos dos vários regimes (regime livre, regime convencionado, Serviço Nacional de Saúde, farmácias e RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados), de forma disponibilizar aos beneficiários o acesso através de Internet a uma única conta corrente com informação dos vários regimes que possa ter usufruído, numa lógica de ponto único de prestação de informação consolidada;
7. Providenciar o desenvolvimento aplicacional decorrente do processo evolutivo da atividade da ADSE, frequentemente sujeita a novos desafios e processos de mudança (muitos dos quais com origem legislativa) que obrigam a garantir um ajustamento e ampliação das suas capacidades de infra-estrutura.

RESULTADOS ESPERADOS:

Em termos de resultados, considera-se que os objetivos propostos foram plenamente alcançados, ainda que tenha havido necessidade de reforçar o investimento na componente “Promoção de processos de integração entre os vários regimes”, nomeadamente na componente SIR - Sistema de Informação de Reembolsos, tendo-se observado ganhos notórios e imediatos, na seguinte perspetiva:

O Sistema de Informação de Reembolsos de Regime Livre é o motor integrador dos documentos oriundos dos sistemas de digitalização que são incorporados neste motor para geração de processos de reembolso de regime livre e integra, por um lado, com o sistema de gestão de beneficiários e, por outro lado, com o sistema de conta-corrente dos beneficiários onde a informação sobre o estado dos reembolsos é atualizada diariamente e disponibilizada aos beneficiários para consulta assim como as imagens dos documentos (na Internet através da ADSE-Direta no portal da ADSE em www.adse.pt).

Este sistema, pela natureza da informação e pelos ganhos operacionais e de rapidez no processamento dos reembolsos que proporciona, tem um impacto “mediático” muito grande, quer para as entidades externas, quer inclusivamente para os objetivos da ADSE em termos do seu próprio QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização). Deste modo, o reforço das funcionalidades deste sistema permite ganhos imediatos na robustez do sistema e no alcance do seu objetivo e na integração com outros sistemas, nomeadamente no que se refere ao módulo de expediente desenvolvido que integra nesta fase com o SIR, mas que foi concebido para poder integrar com outros sistemas aplicacionais. O módulo de Tesouraria reforça a robustez no que diz respeito à flexibilização da criação das ordens de pagamento, ao controlo efetivo dos pagamentos, regularizações, retificações, processamento de rejeições de modo automatizado.



3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Tal como referido no ponto 2.4.1, a realização do Eixo IV é muito influenciada pela **conjuntura orçamental adversa**, que se encontra associada quer à crise económica e financeira internacional iniciada em meados de 2008, quer à própria conjuntura política marcada por vários ciclos eleitorais e que, naturalmente, acaba por condicionar uma execução mais célere dos projetos promovidos por entidades da Administração Pública.

Neste sentido, acentuou-se, durante o ano de 2011, a **quebra de procura** que já vinha sendo sentida nos anos anteriores, com o respetivo reflexo ao nível de compromisso, que se encontra no final do ano relativamente baixo (apresentando uma taxa de compromisso, face à nova dotação após reprogramação, de 79%, face à média do Programa de 90%).

Deste modo, tal como apresentado no ponto 1, a dotação do Eixo IV sofreu a principal redução no âmbito da reprogramação interna (com uma diminuição de 400 milhões de euros), tendo-se **ajustado a dotação aos compromissos atuais e previsíveis** a assumir até final do Programa, originando um aumento da taxa de compromisso, à data da reprogramação, de 32% para 78%, face à dotação inicial e reprogramada, respetivamente.

Para além da referida quebra dos níveis de procura, destaca-se ainda as **dificuldades encontradas ao nível da execução dos projetos** e que, no essencial, decorrem dos seguintes fatores:

- À semelhança do que aconteceu no ano passado, tal como referido no relatório de execução de 2010, mantêm-se as **condicionantes à execução orçamental em 2011**, decorrentes do Despacho nº 154/2011, de 28 de Abril, do Ministro de Estado e das Finanças, que veio estabelecer que serviços da Administração Pública não podem, a partir do dia 28 de Abril, assumir novos compromissos no âmbito do PIDDAC sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças. Não existindo qualquer exceção para a execução dos projetos co-financiados com fundos comunitários, o referido Despacho teve impactos muito negativos na execução das operações aprovadas, por força da impossibilidade dos organismos assumirem os compromissos que estavam devidamente inscritos no seu orçamento.

Por outro lado, a redução que têm sofrido, de ano para ano, os orçamentos de investimento dos organismos da Administração central – mais por razões de equilíbrio das dotações entre os organismos de cada Ministério do que por qualquer juízo de mérito sobre os respetivos projetos de investimento – tem igualmente prejudicado a execução dos projetos aprovados e tornado imprevisível a sua gestão, que implica um planeamento plurianual e segurança quanto à capacidade de os prover, em cada ano, com a contrapartida nacional que ficou comprometida aquando da sua aprovação;

Acresce que, no âmbito da execução dos projetos de modernização administrativa financiados pelo SAMA, que frequentemente tem a necessidade de recorrer a serviços de consultoria técnica, é também de salientar que estas aquisições passaram a estar sujeita a parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, tal como decorre da Portaria nº 4-A/2011, de 3 de janeiro, procedimento que naturalmente atrasa a execução dos projetos, não apenas ao nível da obtenção do parecer propriamente dito, mas também pelo tempo que é consumido na instrução do pedido de parecer que requer um conjunto muito significativo de elementos instrutórios, além de que a obtenção de confirmação de cabimento orçamental junto da DGO é extremamente morosa;

- Destaque-se ainda as exigências dos procedimentos de aquisição a que as entidades beneficiárias estão sujeitas em termos de regras da **Contratação Pública** e que frequentemente conduzem a atrasos nos processos de contratação, com prejuízo para o ritmo de execução dos projetos.

No Relatório anual de controlo da Autoridade de Auditoria não foram identificadas questões relevantes relativas ao Eixo IV.

3.5 EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O Eixo V integra o instrumento Ações Coletivas, de intervenção indireta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, mas cuja natureza mobilizadora e estruturante o torna determinante para a prossecução das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade. Inclui ainda, o instrumento nacional “Estratégias de Eficiência Coletiva”, que materializa a dinamização, apoio e acompanhamento das redes empresariais associadas aos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters* reconhecidos.

Esses instrumentos são:

- **Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)** – Apoiar projetos públicos, privados ou público-privados e outras iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns, cujos resultados se traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e sejam insusceptíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas. Para que se considere um bem público, a ação coletiva tem de cumprir cumulativamente 4 condições: (i) prosseguir um objetivo de interesse comum, (ii) visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afetem um conjunto alargado de empresas, (iii) Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração e

disseminação; (iv) ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.

- **Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC)** – Instrumento horizontal no âmbito do QREN, ancorado em estratégias com forte componente tecnológica e inovação, e em redes de cooperação que envolvem agregados económicos e entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais e entidades regionais, visando a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa e a valorização competitiva de Portugal no espaço mundial. Existem duas grandes tipologias de EEC:
 - *Clusters*, que, por sua vez, agrega as subtipologias “Polos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros *Clusters*” (OC),
 - “Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial”, constituída pelas subtipologias “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e “Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

De referir, ainda, que os apoios do Programa aos projetos enquadrados em EEC-*Cluster* não estão contabilizados no Eixo V, mas sim nos Eixos onde se inserem os referidos projetos.

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Decorrente da reprogramação aprovada na última Comissão de Acompanhamento, foram introduzidos alguns ajustamentos aos Indicadores do Programa, conforme ponto 2.1.1.

Neste sentido, face à falta de adequação dos indicadores previstos para o acompanhamento do instrumento Ações Coletivas (SIAC), foi proposta a sua substituição por outro mais vocacionado para a aferição dos resultados decorrentes da implementação dos projetos: a medição do número de outputs concretos para as PME (estudos, manuais, portais, ações de sensibilização e campanhas).

Não existindo ainda projetos SIAC encerrados, o valor que se apresenta refere-se à previsão de realização dos projetos contratados, concluindo-se que a meta estabelecida deverá ser largamente alcançada.

Após a fase inicial de constituição das entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters reconhecidos, vem-se assistindo desde o início de 2011 a um aumento sucessivo da atividade desenvolvida e no reconhecimento empresarial das Estratégias de Eficiência Coletiva, traduzida numa procura acrescida aos instrumentos de apoio disponíveis. Numa lógica de focalização temática e com prioridades identificadas, com Concursos com dotações específicas e com acesso a majoração de incentivo, os dados apurados permitem concluir por um aumento significativo do peso do investimento contratado em projetos alinhados com EEC-

Clusters no total do investimento elegível contratado. Se a meta estabelecida no Programa aponta para 25%, o rácio atingido no final de 2011 (47%) permite evidenciar a focalização do Programa no incentivo em investimentos coletivos orientados para a valorização da cadeia de valor e direcionados para o mercado.

Tabela 3.37: Indicadores de Realização do Eixo V

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2011	Sim/Não
REFORÇO DO INVESTIMENTO EM ECONOMIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA (EEC) (Investimento apoiado em EEC / Investimento total apoiado*)	15%	25%	47%	Sim
Nº DE BENS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS ÀS EMPRESAS DECORRENTES DAS AÇÕES COLETIVAS APOIADAS (N.º estudos, manuais, portais de internet criados, etc.)	n.d.	250	5.623	Sim

(*) Considerando os concursos com possibilidade de enquadramento de projetos em EEC
Fonte: SI POFC.

Tabela 3.38: Indicadores Comuns Comunitários, Eixo V, 2011

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	11
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	2
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	7
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	4

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados.

Fonte: SI POFC.

3.5.2. Análise qualitativa

Ações Coletivas

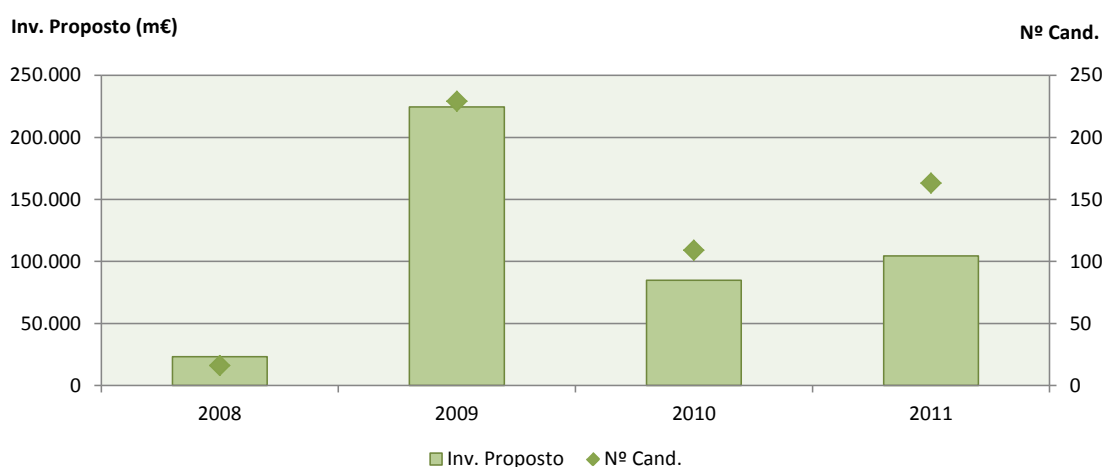
Durante o ano de 2011 foram publicados dois concursos:

- Concurso exclusivo para apoio de projetos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva, com uma dotação total de 20 milhões de euros;

- .Concurso geral para os domínios de intervenção do SIAC (Inovação e Empreendedorismo, Energia e Sustentabilidade Ambiental, Internacionalização e Outros Fatores de Competitividade para as PME, e Informação e representação de PME), com uma dotação total de 40 milhões de euros.

No âmbito destes concursos, foram rececionadas 163 candidaturas com um investimento associado de 104,5 milhões de euros, o que representa, face aos concursos anteriores, a manutenção do nível de procura³².

Gráfico 3.26: Distribuição das Candidaturas Rececionadas em AAC no Eixo V, por Fase, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em 2011 não foi endereçado qualquer convite para a apresentação de candidaturas.

Assim, foram rececionadas, desde o início do Programa, 526 candidaturas com um investimento associado de 499 milhões de euros, sendo que apenas as 134 candidaturas³³ do segundo concurso de 2011 se encontravam em fase de análise no fim de 2011.

No final do ano encontravam-se aprovados 227 projetos, com um investimento elegível de 221,4 milhões de euros e um incentivo de 151,5 milhões de euros.

³² Note-se que em 2009 foram rececionadas muitas candidaturas do aviso de abertura lançado no final de 2008 e, portanto, com data de encerramento já em 2009.

³³ Foram aprovados, no início de 2012, 58 projetos com um investimento elegível de 30,8 milhões de euros e um incentivo de 21,5 milhões de euros.

Tabela 3.39: Projetos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2011

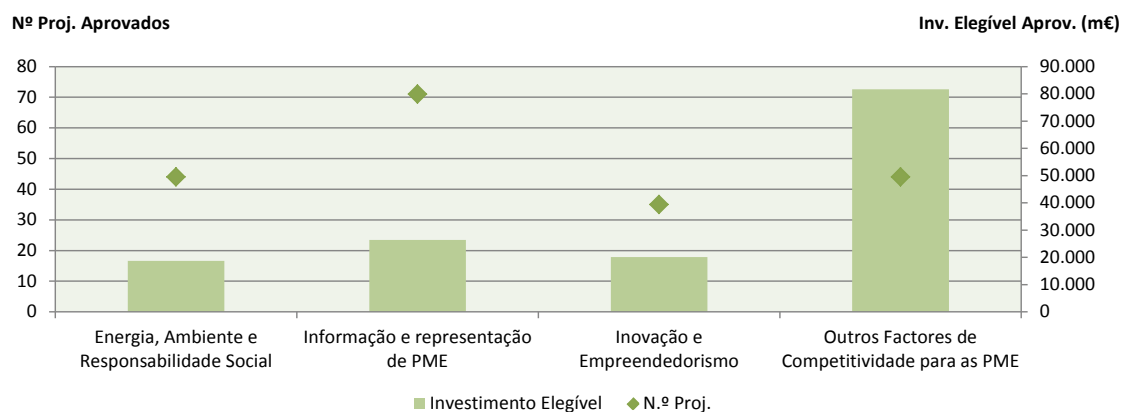
Unid: Mil Euros

Concurso / Convite	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso Geral de 2008	66	46.853	32.167
Concurso Sector Automóvel	6	2.129	1.475
Concurso Governo/ Dinamização EEC	18	16.522	12.392
Concurso Geral de 2009	68	60.985	42.319
Concurso Geral de 2010	46	27.853	17.816
Concurso de 2011 (exclusivo para proj. inseridos em EEC)	14	11.197	7.277
Convites	9	55.896	38.050
TOTAL EIXO V	227	221.436	151.495

Fonte: SI POFC.

Analisando os concursos gerais, verifica-se uma predominância do apoio a projetos de Informação e representação de PME (cerca de 37% dos projetos aprovados). Em termos de volume financeiro, constata-se que este instrumento tem sido sobretudo orientado para o apoio a projetos de “Outros Fatores de Competitividade para as PME” (absorve 56% do investimento elegível apoiado).

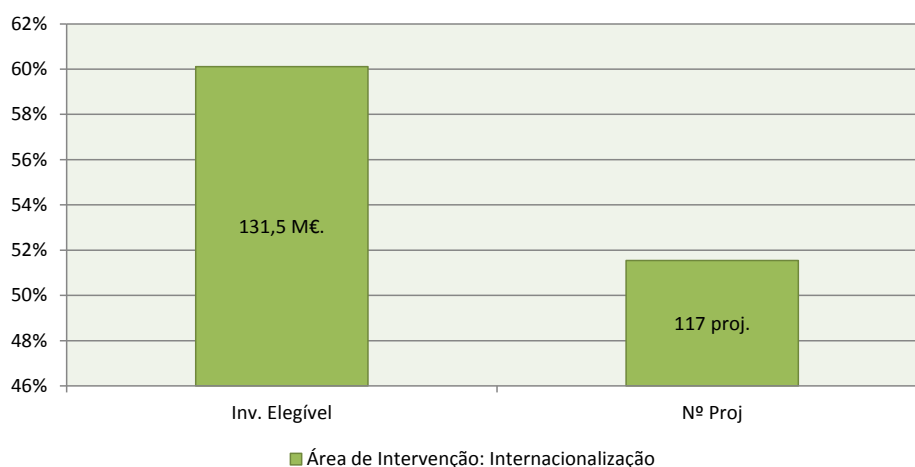
Gráfico 3.27: Aprovações dos Concursos Gerais, por Tipologia de Projeto, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em termos de áreas de intervenção, constata-se que tem sido dada uma grande importância à internacionalização, que concentra cerca de 60% do investimento elegível total.

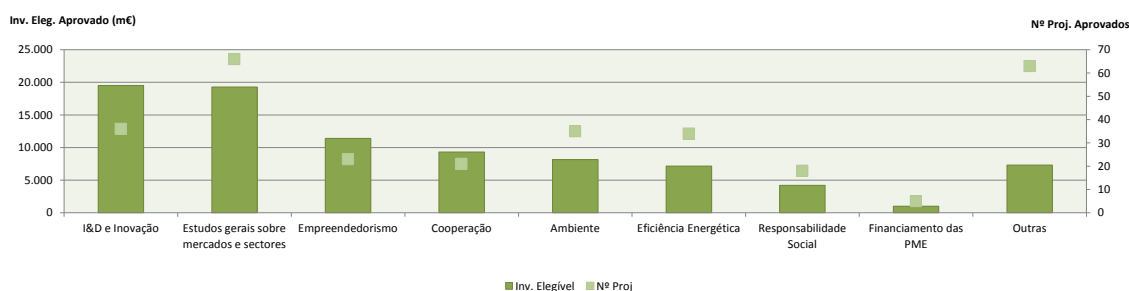
Gráfico 3.28: Aprovações no Eixo V, referentes à Internacionalização, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Relativamente às restantes áreas de intervenção, destacam-se os apoios atribuídos à I&D e Inovação e Estudos gerais sobre mercados e sectores.

Gráfico 3.29: Aprovações no Eixo V, por Área de Intervenção, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Os 227 projetos aprovados são implementados por 9 entidades públicas (concentrando cerca de 1/3 do investimento elegível apoiado) e 87 entidades privadas (essencialmente associações empresariais).

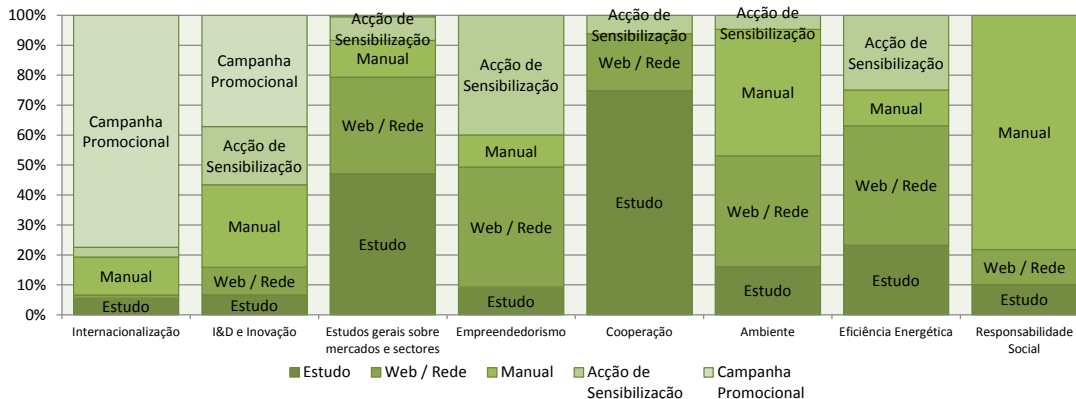
Analisando os *outputs* dos projetos apoiados, verifica-se uma predominância de campanhas nos projetos de internacionalização e I&D e Inovação, enquanto os projetos de cooperação e estudos gerais sobre mercados e sectores visam, sobretudo, a elaboração de estudos.

Releve-se, ainda, a importância dada a projetos que disponibilizam plataformas na *internet* com vista ao reforço do empreendedorismo, ambiente e eficiência energética.

Por fim, destaque-se ainda a importância dos manuais como output principal dos projetos SIAC, em especial os projetos de responsabilidade social.

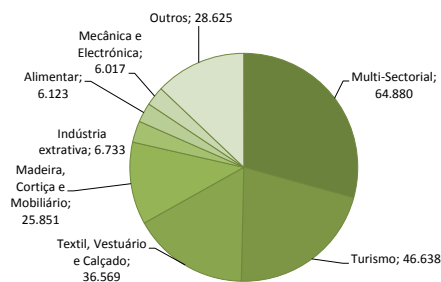
Gráfico 3.30: Investimento Elegível dos Projetos SIAC, por área de intervenção e Output principal, 2007-2011

Distribuição do Inv. Elegível



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.31: Investimento Elegível Aprovado no Eixo V, por Sector de Atividade, 2007-2011



Fonte: SI POFC.

Em termos sectoriais, verifica-se uma concentração nos sectores Turismo, Têxtil, Vestuário e Calçado e Madeira, Cortiça e Mobiliário que reúnem perto de 60% do investimento elegível apoiado (excluindo os projetos multi-sectoriais, que representam 25% do investimento elegível total).

No final do ano encontravam-se contratados 222 projetos com um incentivo previsto de 142,6 milhões de euros, o que representa uma taxa de contratação de 94% dos projetos aprovados.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)**ÁREAS DE INTERVENÇÃO:**

- Promoção, divulgação e imagem de regiões e sectores.

N.º DE PROJETO: 16994

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: Programa de Promoção da Imagem do Calçado Português 2011-2012

PROMOTOR: Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos

LOCALIZAÇÃO: Norte e Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 1.036.812,50 euros **INCENTIVO APROVADO:** 725.768,75 euros

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Desde Janeiro de 2009, a APICCAPS tem vindo, com o apoio do Programa COMPETE, a promover uma campanha de divulgação do calçado português nos mercados externos, para onde se destina, de resto, mais de 95% da produção portuguesa de calçado.

Alicerçada no logótipo «Portuguese Shoes: Design by the Future», esta campanha assenta na nova imagem do calçado português, que é inspirada na iconografia típica portuguesa (calçada portuguesa, escrita erudita, galo de Barcelos, azulejos, candeeiros e lenço dos namorados).

A nova imagem sugere um selo de qualidade e pretende assumir-se como um cunho de sofisticação e inovação permanente, fazendo uma «ponte» com o passado recente. Com efeito, a mensagem do novo logótipo assemelha-se à da anterior imagem corporativa, substituindo porém a designação «qualidade» por «design».

Os objetivos desta nova iniciativa, traduzem-se em:

- Assegurar um novo reposicionamento estratégico de Portugal;
- Melhorar a imagem de marca da indústria portuguesa em geral e do calçado em particular;
- Alavancar o crescimento e desenvolvimento das empresas do sector;
- Colocar o calçado português na agenda mediática internacional.

Em termos comunicacionais, a APICCAPS pretende destacar os principais traços caracterizadores da indústria portuguesa do calçado, nomeadamente:

- É um sector que exporta mais de 90% da produção, tornando-se o mais internacionalizado da economia portuguesa e o que mais positivamente contribui para a nossa balança comercial;
- Coloca Portugal como um dos principais exportadores de calçado a nível mundial;
- Trata-se de uma indústria que possui algumas das empresas tecnologicamente mais avançadas do mundo;
- Identifica-se como uma fileira que aposta na produção de calçado de qualidade superior, topo de gama;

Nesta nova fase da campanha de comunicação, a APICCAPS propõe-se desenvolver as seguintes ações:

- 1) Feiras internacionais – merchandising – com a produção e a distribuição anual de suportes de

comunicação diversos a sensivelmente 12.000 potenciais clientes do sector nos principais fóruns internacionais da especialidade, com destaque para a GDS (em Dusseldorf) e para a MICAM (em Milão).

2) Reforço da presença na comunicação social da especialidade - através de Kit de imprensa e de editorial de moda no mercado português.

3) Marketing direto – através de mailing institucional, de publicação da revista Portuguese Shoes, produção e de publicação de brochura/editorial de moda - Jovens estilistas.

4) Relações Públicas - as ações de relações públicas são mais uma das ferramentas fundamentais do universo do marketing, permitindo chegar a públicos-alvo devidamente definidos, com vista a criar relações não simplesmente espontâneas e de ocasião, mas relações duradouras para comunicação no longo-prazo. Inclui realização de Kits de imprensa a líderes de opinião e a produção, publicação e envio de livro prestígio Portuguese shoes.

5) Reforço da presença no ciberespaço – com a reformulação integral do site www.portugueseshoes.pt e da realização de um filme institucional.

O presente projeto enquadra-se na Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) do Polo de Competitividade da Moda, encontrando-se articulado com projetos de âmbito mais vasto ao nível da Fileira da Moda.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se reforçar significativamente o prestígio e a reputação do calçado português com a consequente melhoria da capacidade negocial nas empresas o que terá impacto ao nível dos resultados de exploração.

Pretende-se, ainda, potenciar o trabalho iniciado em Junho de 2009, procurando atenuar o consabido défice de imagem percebida do calçado português no contexto competitivo internacional.

Entre os vários indicadores definidos destacam-se os seguintes:

- Consolidação das exportações portuguesas no valor de 2009, com um desvio de + ou - 5% - 1200 M de euros;
- Conquistar quota de mercado aos principais concorrentes de Portugal (Itália e Espanha) – 30%;
- Aumento do preço médio por par exportado (>21 euros/par) - €21,00;
- Criação de novas marcas portuguesas de calçado – 15 marcas;
- Criação de novos modelos portugueses de calçado – 100 modelos.

Espera-se que este Projeto tenha um público-alvo de cerca de 1.000 empresas, das quais 990 são PME.

Estratégias de Eficiência Coletiva

Neste ponto faz-se uma abordagem sintética dos apoios concedidos no COMPETE, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva, remetendo-se para o Volume III, uma análise mais detalhada sobre as características e resultados deste instrumento, ao nível da Agenda da Competitividade.

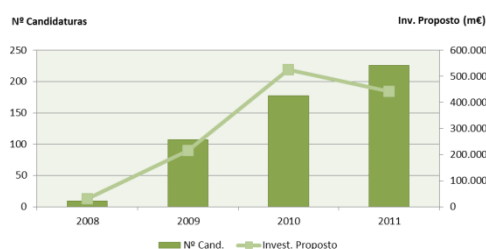
Tal como previsto no enquadramento das EEC, o COMPETE integrou a Comissão de Avaliação das candidaturas a reconhecimento da tipologia “Clusters”, que culminou, em Julho de 2009, com o reconhecimento de 19 Estratégias de Eficiência Coletiva da Tipologia *Cluster* - 11 Polos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e de 8 Outros *Clusters* (OC). Ao COMPETE foram atribuídas competências de acompanhamento e monitorização dos Polos e Clusters reconhecidos.

Durante o ano de 2011, foram publicados 12 AAC com dotação específica para EEC ou com acesso a majoração de incentivo: 5 concursos com dotação específica (61.800 mil euros), 2 concursos temáticos fechados a EEC (39.200 mil euros) e 5 concursos com acesso a majoração de incentivo, quando os projetos comprovadamente se encontravam alinhados com as prioridades de investimento das EEC.

Por instrumento de apoio: 3 concursos ao abrigo do SI PME, 3 do SI Inovação, 4 do SI I&DT e 2 do SIAC. Cerca de 2/3 do orçamento dos AAC foi dirigido a projetos alinhados com as prioridades dos Polos e Clusters reconhecidos.

Desde o segundo semestre de 2009, o COMPETE disponibilizou 815,5 milhões de euros para concursos com majoração ou dotação específica, o que representa cerca de 65% da dotação posta a concurso pelo Programa.

Gráfico 3.32: Candidaturas Alinhadas com Prioridades das EEC, 2008-2011



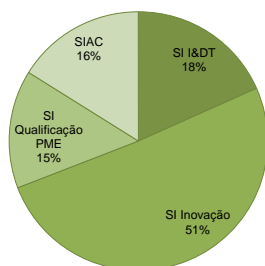
Fonte: SI POFC.

A análise dos dados apresentados no gráfico permite evidenciar o ritmo crescente de adesão dos promotores relativamente aos orçamentos disponíveis para as EEC-Clusters, ao mesmo tempo que reflete os resultados do trabalho de clusterização das entidades gestoras reconhecidas no sentido de fomentarem a realização de projetos alinhados com as suas prioridades. Em 2011, estes representaram 21% dos projetos e do investimento candidatos ao Programa, num total de 226 projetos e mais de 442 milhões de euros.

No final do ano em análise, encontravam-se aprovados 519 projetos, aos quais se associam 1,2 mil milhões de euros de investimento elegível.

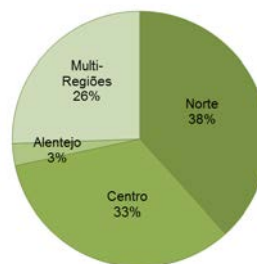
Se em número de projetos, o SI PME é o que mais se destaca, correspondendo ao apoio a cerca de 150 PME, em termos de incentivo, o SI Inovação absorve 51% do incentivo total aprovado no âmbito das EEC-Clusters. Em termos regionais, Norte e Centro polarizam 38% e 33% dos apoios, respetivamente, sendo de referir que o baixo peso do Alentejo se justifica pela fraca expressão das entidades empresariais da região nas dinâmicas existentes das EEC reconhecidas.

Gráfico 3.33: Aprovações de EEC-Clusters (Incentivo), por Medida 2008-2011



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.34: Aprovações de EEC-Clusters (Incentivo), por NUTS II 2008-2011



Fonte: SI POFC.

O Polo de Competitividade do Turismo concentra quase 20% do incentivo total atribuído às EEC, seguindo-se o Polo da Moda (16%) e o Polo Agroindustrial (9%).

Tabela 3.40: Projetos Aprovados de EEC, por Tipo de Estratégia, 2007-2011

Unid: Mil euros

Tipo de EEC	Total de Projetos EEC				Projetos Âncora		Projetos Complementares			
	N.º de Projetos		Investimento Elegível	Incentivo	Incentivo		Incentivo			
PCT do Turismo	6	1%	23.895	3%	15.857	3%	3.393	3%	12.464	3%
PCT da Moda	11	3%	10.879	1%	7.056	1%	1.357	1%	5.699	1%
PCT Agroindustrial	16	4%	26.848	3%	17.459	3%	6.370	6%	11.089	3%
PCT Engineering & Tooling	19	5%	40.270	5%	22.434	4%	508	0%	21.926	6%
PCT das Indústrias de Base Florestal	5	1%	3.009	0%	1.820	0%	426	0%	1.394	0%
PCT das Tecnologias de Produção	6	1%	15.562	2%	8.774	2%	583	1%	8.191	2%
PCT das Indústrias da Mobilidade	32	8%	34.094	4%	20.558	4%	547	0%	20.011	5%
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica	3	1%	2.014	0%	1.307	0%	340	0%	967	0%
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	23	6%	81.260	10%	43.595	9%	2.755	2%	40.840	10%
Cluster Habitat Sustentável	11	3%	11.235	1%	6.632	1%	1.355	1%	5.277	1%
PCT da Saúde	75	18%	147.082	17%	81.839	16%	12.603	11%	69.236	18%
Cluster da Pedra Natural	21	5%	28.121	3%	18.140	4%	11.771	10%	6.369	2%
Cluster Agroindustrial do Centro	27	7%	51.439	6%	30.439	6%	7.053	6%	23.386	6%
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	26	6%	59.443	7%	39.316	8%	16.146	14%	23.170	6%
Cluster Agroindustrial do Ribatejo	5	1%	2.359	0%	1.388	0%	840	1%	548	0%
PCT da Energia	26	6%	40.471	5%	25.419	5%	16.941	15%	8.479	2%
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	35	8%	52.006	6%	30.693	6%	10.448	9%	20.244	5%
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	23	6%	147.931	18%	93.249	18%	15.001	13%	78.248	20%
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	45	11%	62.852	7%	38.497	8%	6.420	6%	32.077	8%
Total Geral	415	100%	840.770	100%	504.474	100%	114.859	100%	389.614	100%

Legenda: PCT – Pólo de Competitividade e Tecnologia

No total, foram aprovados no âmbito do COMPETE 72 projetos-âncora, ou seja, projetos com grau de relevância muito elevado na concretização das opções estratégicas das EEC-Clusters, promovidos pela entidade responsável pela gestão ou por um grupo de atores em copromoção com representação significativa na mesma (projetos inscritos em sede de contrato de reconhecimento). Destes 55 enquadram-se no SIAC, envolvendo um incentivo de 55 milhões de euros.

Paralelamente, encontram-se aprovados 343 projetos complementares, cuja inserção nos objetivos e no perfil de investimento da respetiva EEC foi alvo de validação pelo COMPETE, com base em Referenciais técnicos construídos com base em contributos das entidades gestoras das EEC, e aos quais estão associados 389,6 milhões de euros de incentivo.

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo V, apesar dos esforços no sentido de minorar os seus impactos, mantêm-se os constrangimentos à boa execução dos projetos SIAC identificados no Relatório de Execução do ano passado associado aos **procedimentos de contratação pública** e à **incapacidade de uma gestão flexível dos organismos públicos**.

Como seria de esperar, agravou-se em 2011 a **capacidade de financiamento dos promotores**, com reflexo na capacidade de assegurar o respetivo financiamento dos projetos, levando à prorrogação de algumas ações ou até mesmo a sua não execução.

Neste sentido, reforçou-se a **exigência ao nível da sustentabilidade financeira** dos projetos a financiar, através do aumento das garantias a prestar pelas Associações na comprovação das fontes de financiamento dos projetos e, por outro lado, **redimensionando financeiramente as intervenções** por forma a ajustá-las à capacidade financeira demonstrada.

A Gestão introduziu um maior grau de **flexibilização na entrega do pedido de pagamento** de reembolso final (PTRF), de modo a que os promotores consigam encontrar soluções de financiamento e, neste sentido, poder concluir financeiramente os seus projetos.

No Relatório anual de controlo da Autoridade de Auditoria não foram identificadas questões relevantes relativas ao Eixo V.

4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

4.1 GRANDES PROJETOS

O Regulamento (CE) n.º 539/2010 estabelece que são considerados Grandes Projetos os projetos que visem o apoio a despesas relacionadas com uma série de obras, atividades ou serviços destinados a realizar uma ação indivisível de natureza técnica ou económica precisa, com objetivos claramente identificados, e cujo custo total seja superior a 50 milhões de euros, co-financiados por um ou mais Programas.

O referido Regulamento determina ainda a necessidade de autorização por parte da Comissão Europeia (DG REGIO) para o co-financiamento comunitário.

Durante o ano de 2011, foi aprovado um projeto da empresa EMBRAER COMPÓSITOS com valores inferiores aos referidos limiares de notificação. No entanto, tendo em consideração que o mesmo promotor tem aprovado outro projeto de investimento (autónimo para efeitos do Programa), o COMPETE consultou a Comissão sobre esta questão, tendo a DG REGIO solicitado a sua notificação (considerando a acumulação dos dois projetos).

Para além do referido projeto, foi ainda aprovado o grande projeto da SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA.

Por outro lado, o projeto da NISSAN BATTERY MANUFACTURING PORTUGAL, SA foi objeto de anulação em dezembro de 2011, enquanto que o projeto da RPP SOLAR - ENERGIAS SOLARES, SA se encontrava, no final do ano, em processo de anulação.

Neste sentido, excluindo já o referido projeto em processo de anulação, encontravam-se aprovados, no final do ano, 9 grandes projetos, envolvendo um investimento elegível de 1,2 mil milhões de euros e uma participação comunitária de 282,6 milhões de euros.

Tabela 4.1: Lista de Grandes Projetos

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Beneficiário	Investimento Elegível	Incentivo	Observações
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA	56.674	11.428	Proj. aprovado pela CE a 14-Dez-2009
001943	II	ARTLANT PTA, SA	355.356	38.822	Proj. notificado em análise pela CE
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA	314.083	51.645	Proj. aprovado pela CE a 25-Mai-2009
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA	121.784	24.939	Proj. aprovado pela CE a 08-Out-2008
001948	II	SWEDWOOD PORTUGAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E MOBILIÁRIO, LDA	107.112	29.000	Proj. aprovado pela CE a 04-Nov-2008
003519	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS METÁLICAS, SA	89.547	47.733	Proj. aprovado pela CE a 16-Dez-2010
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	82.008	31.875	Proj. aprovado pela CE a 16-Set-2011
011902	II	RPP SOLAR - ENERGIAS SOLARES, SA	897.060	57.412	Proj. em vias de anulação
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA (*)	55.533	32.293	Proj. em processo de notificação
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	74.542	14.908	Proj. em vias de notificação à CE

(*) Nota: Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no âmbito do COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento.

Relativamente à lista indicativa de grandes projetos que consta do Anexo III do Texto do PO, registam-se as seguintes alterações:

Tabela 4.2: Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projetos

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Beneficiário	Inv. Elegível	Observações
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA	55.533	A incluir à lista indicativa
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	74.542	A incluir à lista indicativa

Até final do ano de 2011 encontravam-se financeiramente concluídos (encerramento do investimento) os grandes projetos da CELBI, CUF e ARLÍQUIDO conforme se pode analisar em detalhe na respetiva ficha (ver Anexo XIII).

Tabela 4.3: Lista de Grandes Projetos Concluídos

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Beneficiário	Custo Total Final do investimento	Data Conclusão	Observações
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA	359.269	26-Mai-2010	Encerramento do Projeto em 23-Dez-2010
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA	129.911	31-Dez-2010	Encerramento do Projeto em 11-Ago-2011
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA	57.922	31-Mar-2009	Encerramento do Projeto em 11-Abr-2011

Durante o ano de 2011, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos no âmbito do processo de notificação à DG REGIO:

- O grande projeto da ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA foi objeto de decisão favorável relativamente ao co-financiamento comunitário, ficando, no entanto, condicionada à apresentação da Declaração de Impacte Ambiental de uma componente não financiada pelo COMPETE;
- O processo de notificação do grande projeto da ARTENIUS SINES PTA, SA, iniciado em 2009, sofreu atrasos devido a alterações ao nível da estrutura acionista da empresa. No final do ano, foi remetido à DG REGIO um conjunto de esclarecimentos, estando as Autoridades Nacionais a aguardar a decisão por parte da Comissão Europeia.

O processo de notificação à DG REGIO do grande projeto da empresa SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA ainda não tinha sido iniciado, encontrando-se assim em fase de preparação do formulário.

Relativamente à lista de Grandes Projetos aprovados no COMPETE apresenta-se, no Anexo XIII, uma breve descrição considerando os principais objetivos e respetiva situação em termos de realização física e financeira.

4.2 PROJETOS AMBIENTAIS COM CUSTO TOTAL ENTRE 25 E 50 MILHÕES DE EUROS

No âmbito do COMPETE não foi aprovado qualquer grande projeto ambiental na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.



5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O Eixo VI visa o financiamento das ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação de forma eficaz e eficiente do COMPETE.

Neste sentido, são apoiadas candidaturas apresentadas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas Entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos Intermédios.

O Eixo VI integra 5 indicadores de realização. Uma vez que ainda não se desenvolveu a Avaliação Intercalar do Programa, a análise do cumprimento atual dos indicadores do Eixo cinge-se a 4 indicadores.

Consistindo num indicador essencial para a aferição das metas do Programa, o indicador comunitário N+3 ou N+2 corresponde ao nível mínimo de execução exigido pelas regras comunitárias. A sanção para o incumprimento desta meta passa pela respetiva diminuição da dotação total do Programa. Conforme se pode verificar, foi largamente ultrapassada a execução mínima exigida para este ano.

Para além do referido indicador, destaque-se o cumprimento dos objetivos em matéria de desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento.

Relativamente ao *site* do Programa, já se registaram mais de 2,3 milhões de visitas, número que ultrapassa, inclusive, a meta revista para 2015.

Conclui-se assim que os objetivos do Eixo, ligados ao financiamento das atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação do Programa, estão a ser cumpridos.

Tabela 5.1: Indicadores de Realização do Eixo VI

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2011	Sim/Não
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO (em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)	-	100%	254%	Sim
N.º DE VISITAS AO SÍTIO INTERNET	543.155	2.000.000	2.316.392	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS (certificação de despesa e pagamentos)	100%	100%	100%	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (documentos de programação, notificação de grandes projetos, relatórios de execução, convocações e circulação de informação de acompanhamento)	80%	100%	100%	Sim

Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2011 foram apresentadas 8 candidaturas visando o financiamento do Secretariado Técnico do COMPETE em 2011, bem como dos Organismos Intermédios (AdI, AMA, AICEP, Ciência Viva, FCT, IAPMEI e Turismo de Portugal).

Desde o início do Programa, foram rececionadas 40 candidaturas com um investimento associado de 77,6 milhões de euros, das quais 30, com um investimento elegível de 45,7 milhões de euros e um incentivo de 32,0 milhões de euros, se encontravam aprovadas no final de 2011.

Verifica-se, assim, que o incentivo aprovado representa 1,1% do incentivo total concedido, valor este que se encontra abaixo do limite estabelecido nos Regulamentos Comunitários (4%).

Tabela 5.2: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Beneficiário	Candidaturas (2007-2011)		Projetos Aprovados (2007-2011)		
	N.º Proj.	Investim.	N.º Proj.	Investim. Elegível	Incentivo
Autoridade de Gestão	5	29.875	4	23.018	16.112
Organismos Intermédios	35	47.762	26	22.637	15.846
TOTAL EIXO VI	40	77.637	30	45.655	31.958

Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologias de intervenção, constata-se que 61% dos montantes aprovados se referem ao funcionamento das estruturas de apoio técnico e logístico das entidades beneficiárias (Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios), sendo 8% relativos à análise e acompanhamento de projetos (incluindo o recurso a pareceres técnicos especializados e a ações de verificações de gestão), 10% destinados para ações de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, 6% para ações de Informação, Divulgação e Publicitação do Programa e 3% para ações de Auditorias e Controlo Interno. Considerando a fase de execução do Programa, os montantes afetos a Estudos de Avaliação assumem um valor residual.

Tabela 5.3: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa, 2007-2011

Unid: Mil Euros

Tipologia de Despesa	Autoridade de Gestão		Organismos Intermédios		Total	
	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)
Custos com Pessoal	10.305	45%	17.284	76%	27.589	60%
Encargos Gerais de Funcionamento	4.354	19%	465	2%	4.818	11%
Análise e Acompanhamento de Projetos	0	0%	3.804	17%	3.804	8%
Sistemas de Informação	4.221	18%	422	2%	4.643	10%
Auditorias e Controlo Interno	1.165	5%	20	0%	1.185	3%
Estudos de Avaliação e Análise	640	3%	61	0%	700	2%
Informação, Divulgação e Publicitação	2.334	10%	580	3%	2.913	6%
Outras Intervenções	0	0%	3	0%	3	0%
TOTAL EIXO VI	23.018	100%	22.637	100%	45.655	100%

Fonte: SI POFC.

Os projetos aprovados encontravam-se, no final do ano, contratados na sua totalidade.

No Relatório anual de controlo da Autoridade de Auditoria não foram identificadas questões relevantes relativas ao Eixo VI.



6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A informação e a comunicação sobre a aplicação dos fundos comunitários tem vindo a ganhar crescente importância ao longo dos vários períodos de programação dos quadros comunitários de apoio. De facto, atendendo quer ao princípio de transparência e accountability, que rege as políticas europeias e nacionais, quer ao impacto desta área no acréscimo de qualidade das candidaturas apresentadas e, portanto, dos projetos apoiados, o tema da comunicação constitui um importante contributo para a própria eficácia da implementação dos quadros comunitários de apoio.

Para este período de programação 2007-2013 foi delineado um Plano de Comunicação para o COMPETE com uma estratégia e um conjunto definido de instrumentos e meios para atingir os seguintes resultados:

- Consolidar a imagem institucional;
- Associar o Programa aos valores que lhe estão inerentes: seletividade, transparência, dinamismo, inovação, proximidade, celeridade e eficácia;
- Promover a disseminação do conhecimento e dos principais resultados gerados pelos projetos apoiados, junto da opinião pública, e de forma particular, dos públicos-alvo, e da sua importância na economia nacional, através de uma boa cobertura nos media e de uma interação dinâmica no site do Programa ou da presença em mostra de abrangência nacional;
- Transmitir o sentido de pertença à União Europeia e o valor acrescentado da participação do Fundo Estruturais, no esforço da retoma de crescimento da economia nacional em consonância com a média de crescimento da EU, através da difusão de instrumentos, mecanismos e de boas práticas;
- Garantir o cumprimento das regras de publicitação comunitárias e nacionais dos incentivos às empresas e apoios às restantes entidades públicas e privadas beneficiárias do Programa; através da adoção de uma manual de Obrigações e boas práticas e do trabalho conjunto com os próprios beneficiários.

O contexto macroeconómico e sobretudo os constrangimentos financeiros e administrativos que resultaram das obrigações assumidas pelo país para diminuir o *deficit* e equilibrar as finanças públicas, conduziram a repensar estratégias de comunicação com implicações nos instrumentos e nos meios.

Conscientes da importância de manter os objetivos do plano de comunicação delineado em 2008, foi necessário adequar profundamente instrumentos e assumir no quadro da equipa novas competências e responsabilidades.

Deste modo, procedeu-se em 2010, com os recursos internos, a uma avaliação dos resultados das medidas de informação e publicidade em termos de visibilidade.

O inquérito – após caracterização mínima das entidades, o que nos permitiu verificar que 95% dos respondentes eram empresas e PME – questionava em que meios reconheciam a marca COMPETE remetendo para o logótipo.

Os resultados permitiram concluir que 95% dos inquiridos reconheciam a marca COMPETE em vários instrumentos de comunicação, privilegiando o contacto com o *site*. Por outro lado, verificou-se que existia uma percentagem muito significativa que só consultava o *site* ocasionalmente (38%), embora 42% consultassem semanalmente. Sobre os conteúdos do *site* 83% classificaram-nos como bons.

Neste sentido, a focalização da acção comunicativa, em 2011, incidiu em aumentar a qualidade dos conteúdos aproximando-os, apelativamente e de modo interativo, dos interesses dos *stakeholders*.

Assim, o novo *site* assenta no trabalho em parceria com os promotores para partilhar os projetos e alimentar o *site* de conteúdos de qualidade, num trabalho editorial semanal (*Newsletter*), no recurso as redes sociais (*Twitter* e o *youtube*) e na assunção de responsabilidades de *frontoffice* por parte da equipa de comunicação.

O lançamento do novo *site* do COMPETE permitiu rentabilizar este meio reforçando-o como veículo privilegiado de comunicação. Apostou-se no trabalho próximo com os *stakeholders* (CE, organismos nacionais do QREN, associações e promotores) de modo a existir uma maior proximidade entre os *stakeholders*, como fonte comunicativa de experiências dos projetos, e o papel comunicativo e divulgador do COMPETE.

Incrementou-se a proximidade com os beneficiários, garantindo-se um apoio constante em matéria de regras de publicitação, nomeadamente em campanhas de amplo espectro, e utilizando o *website* como um veículo de difusão de projetos e resultados promovidos em colaboração.

Os resultados obtidos devem considerar-se num contexto alargado de comunicação onde os Organismos Intermédios desempenham papel fundamental e onde as iniciativas conjuntas com os outros Programas Operacionais e com o Observatório, são catalisadores da informação.

O presente Capítulo pretende dar nota das principais ações de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2011.

6.1 WEBSITE

A estratégia de comunicação do Programa privilegia as tecnologias digitais de informação e comunicação, que mantêm um fluxo permanente de difusão de informação e uma interação, quer com os atores diretos do Programa, quer com a sociedade em geral. Este modo de atuação permite a difusão instantânea e alargada da informação sobre o Programa e o desenvolvimento de um processo comunicacional com todos os intervenientes no processo.

Até 31 de Julho de 2011 estiveram *online* os dois *sites*, POFC e Incentivos às Empresas. Em Agosto de 2011 foi colocado *online* o novo *site* do COMPETE, na sequência de um procedimento concursal lançado no 2º semestre de 2010. Assumindo a dimensão de Portal, integraram-se os *sites* do POFC e dos Sistemas de Incentivos e criaram-se caminhos para outras dimensões da estrutura do programa. O objetivo consistiu em criar um único *site*, numa só presença *online*, estruturado de modo a focar-se em apoiar os promotores a identificarem as suas necessidades dando-lhes respostas imediatas para procederem às respetivas ações de candidatura.

Este *site* tem na sua base o princípio de apoiar os promotores com informação legal e prática, com a constante atualização dos programas e regulamentos, tal como a disponibilização de formulários de candidatura e a respetiva aceitação, e por fim a publicação dos projetos aprovados. O utilizador que visita este *site* encontra um espaço quase ao nível de um *site* de empreendedorismo ou de uma revista de gestão moderna - focado no seu projeto e em si.

Em comparação aos *websites* Compete e Incentivos, o novo *website* é mais intuitivo e presta particular atenção à navegabilidade, com um *layout* visual mais acessível e atrativo. Introduziram-se elementos gráficos animados que enriquecem visualmente o Portal e apostou-se na interatividade (funcionalidades estilo wizard).

Incorporaram-se novas funcionalidades que impulsionaram dinamicamente o *website*, nomeadamente: agenda de Eventos (com texto e recurso a conteúdos de vídeo, fotografias e com documentos para download); área de Media, com Clipping, Downloads, banco de imagens, como também arquivo de áudio e de vídeo (este último oriundo do canal Youtube preparado para o efeito), acesso a um formulário de contacto, que permita triar da melhor forma a razão do contacto, através de assuntos pré-definidos, e direcionar para o responsável correspondente.



Em paralelo privilegiou-se a autonomia do administrador do *site* COMPETE através de um *backoffice* multifuncional que permite criar, alterar e gerir todo o tipo de conteúdos e ficheiros, como igualmente possibilitar alterar a estrutura de menus e submenus.

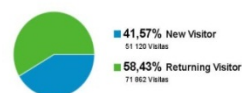
| 220

O *site* POFC teve entre Janeiro e Julho de 2011 um total de 288.673 visitas enquanto o *site* dos Incentivos às empresas registou um total de 181.413 visitas.

O novo *website* do COMPETE, online a 8 de Agosto de 2011, apresenta um total de 122.982 visitas, correspondendo a 52.303 pessoas que entraram no domínio www.pofc.qren.pt, contabilizando 624.196 visualizações.

O novo *site* foi analisado com as ferramentas do Google Analytics, permitindo avaliar em mais profundidade a performance do mesmo. Mais revelante do que o número de visitas são os resultados obtidos ao nível da profundidade da visita (quantas páginas foram visitadas) e da duração da mesma. O relatório mostra que a média de páginas por visita foi de 5,08 e a duração média da visita foi de 4:31 min., indicadores relevantes em matéria da navegabilidade e usabilidade.

52 303 pessoas visitaram este Web site



Fonte: Google Analytics

6.2 REGRAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

A comunicação no âmbito das políticas europeias é um desafio que envolve todos os intervenientes.

Deste modo, a divulgação e a publicitação do apoio (co-financiamento) concedido pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) constituem uma responsabilidade das suas entidades beneficiárias e organismos de gestão, consagrada na legislação comunitária e nacional.

Tal obrigação tem como principal objetivo informar os públicos-alvo da intervenção (ou beneficiários finais) e a opinião pública, em geral, sobre o papel desempenhado pela União Europeia, através dos fundos estruturais, e pelo Estado Português, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, nos projetos e operações co-financiados e nos seus respetivos impactos e resultados.

Os cidadãos têm o direito de serem informados sobre os projetos concretos apoiados pela União Europeia e molde a poderem participar mais ativamente. E neste contexto é essencial o envolvimento de todos os intervenientes, nomeadamente os beneficiários finais das intervenções.

O site dedica um submenu (<http://www.pofc.qren.pt/compete/logotipos>) a esta temática onde disponibiliza um guia com as obrigações e as boas práticas, as aplicações práticas em várias dimensões dos logotipos, o manual de normas gráficas do logotipo do COMPETE e os logotipos em vários formatos e versões. Paralelamente é dado todo o apoio a dúvidas específicas sobre a aplicação do determinado no regulamento comunitário.

6.3 LISTA DE PROJETOS

Garantindo a necessária transparência na aplicação dos Fundos, o *site* dá destaque à lista de projetos, no menu de primeira linha “Projetos”, a qual é importada automaticamente (em tempo real ao dia) do sistema de informação.

A organização da lista permite filtrar a pesquisa por: n.º de projeto, nome do promotor, sector de atividade, região (NUTS II), concelho, ano e instrumento de apoio.

A lista de projetos está também disponível na versão em inglês do site (<http://www.pofc.qren.pt/projects/approved-projects>) com os campos de pesquisa e os campos da base de dados no idioma anglo-saxónico.

Em paralelo, no menu Projetos, os promotores podem consultar a situação do seu projeto através do login gerado pelo sistema no momento de submissão de candidatura e formalmente comunicado pelo organismo intermédio.

6.4 NEWSLETTER

| 222

Na reorganização de estratégia de comunicação, a newsletter ganhou especial importância, tornando-se uma veículo de comunicação privilegiado de conteúdos institucionais e sobretudo de projetos apoiados.

Uma forma simples de chegar a um público selecionado (aos subscritores) que recebem semanalmente notícias sobre o programa e sobre os projetos apoiados pelo programa.

Em 2011 foram emitidas 22 Newsletters, correspondendo a 90 conteúdos noticiosos que chegaram por mail aos cerca de 3.000 subscritores.



6.5 EVENTOS

A participação em eventos na estratégia comunicacional de 2011 considerou os constrangimentos financeiros. Foram alocados os esforços para a realização dos eventos obrigatórios, nomeadamente a comissão de acompanhamento e a sessão anual de resultados. E foram repensadas formas de participação envolvendo trabalho e colaboração estreita com as entidades organizadoras mas sem envolvimento financeiro.

6.5.1. Comissão de Acompanhamento

Considerando as obrigações regulamentares determinadas pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, a Autoridade de Gestão do COMPETE organizou a 5ª reunião de acompanhamento do programa, agendada para 17 de Junho de 2011 e realizada no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa.

| 223

6.5.2. Venture Lounge | 21º Congresso de Telecomunicações

O COMPETE associou-se à ADPC na promoção da iniciativa Venture Lounge, inserida no espaço Innovation Lounge, a decorrer em simultâneo com o 21º Congresso das Comunicações (23 e 24 de Novembro de 2011), com o objetivo de promover e aproximar as start-up's tecnológicas que existem em Portugal das grandes empresas nacionais, das empresas de Capital de Risco e dos *Business Angels*.

No âmbito desta atividade foram selecionadas empresas com potencial de crescimento que para além de se apresentarem institucionalmente procuram investidores para o projeto.



O COMPETE promoveu a iniciativa e fez o necessário *matching* entre as empresas selecionadas e os potenciais investidores, no conjunto de FCR e BA apoiados pelo FINOVA.

Estiveram presentes 30 empresas e realizaram-se 36 reuniões entre estas e FCR e BA.

6.5.3. Sessão de Apresentação Anual de Resultados

O COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade – assume, no contexto do QREN, como objetivo central contribuir para a promoção de níveis de crescimento económico sustentado e incorpora instrumentos indutores de atitudes e comportamentos empresariais mais valorizadores da inovação e do conhecimento.

Neste contexto e no contexto da sessão anual de informação definida no plano de comunicação considerou-se relevante incluir na mesma um fórum complementado por uma exposição em torno das dinâmicas dos Polos de Competitividade e Outros Clusters. Sublinhe-se que a Autoridade de Gestão do Programa COMPETE é a entidade competente pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação das EEC inseridas na tipologia Clusters, que podem assumir duas configurações: “Polos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros Clusters” (OC).

empreendedorismo, inovação, competitividade e internacionalização.

Com ampla cobertura dos media, a sessão teve mais de 500 participantes tendo o êxito da mesma resultado de um esforço sinérgico com todos os participantes na exposição (Polos e Clusters).



CONVITE

COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO
Pólos de Competitividade e Clusters

Convida-se V. Exa. a participar no fórum Competitividade e Internacionalização | Pólos de Competitividade e Clusters Sessão Anual COMPETE

Este fórum reunirá representantes do tecido sócio-económico e especialistas em torno de painéis de debate e reflexão sobre empreendedorismo, inovação, competitividade e internacionalização.

Alfândega do Porto | 20 de Dezembro

Conheça o programa e inscreva-se em www.pofc.qren.pt



Assim o COMPETE organizou no dia 20 de Dezembro, na Alfândega do Porto, um Fórum e uma Exposição onde se apresentaram os resultados globais do programa e se debateu a competitividade e a internacionalização, em torno dos polos de competitividade e clusters.

Este Fórum reuniu representantes do tecido socioeconómico e especialistas em torno de painéis de debate e reflexão sobre



6.6 CONTACTO COM O PÚBLICO

Disponibilizar informação relevante e serviços públicos *online* é a primeira ação e a de maior visibilidade para as empresas e os cidadãos. A utilização de canais informativos e transacionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público, complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Numa lógica de rentabilização de recursos e considerando que o IAPMEI foi designado como entidade responsável pelo apoio logístico e administrativo a prestar à Autoridade de Gestão do Programa Fatores de Competitividade, nos termos do n.º 10 do Anexo II, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, assumiu-se na transição dos programas PRIME para o COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade, a manutenção dos números azuis, bem como dos serviços prestados pelos técnicos alocados aos mesmos.

Em 2011, considerando o contexto macroeconómico e as medidas adotadas para redução da despesa pública, a Autoridade de Gestão do COMPETE cessou serviço, passando a equipa da Comunicação a assegurar o primeiro atendimento a nível técnico aos promotores dos sistemas de incentivos e sistemas de apoio, em estreita colaboração com as áreas técnicas que identificaram elementos de *backoffice*.

Esta racionalização envolveu também um maior envolvimento com os serviços de apoio ao cliente dos Organismos Intermédios.

A linha de apoio da Autoridade de Gestão do COMPETE deve analisar-se no contexto de outros mecanismos de contacto dinâmico com os promotores, beneficiários e público em geral, permitidos pelas funcionalidades do *site*.

Relativamente aos endereços de *e-mail* foi considerado importante reduzir o número de endereços com domínios diversos. Foi efetuado um trabalho de informação e redireccionamento de 9 endereços *e-mail* para 2: info@compete-pofc.org e cmi@compete-pofc.org. Este trabalho permitiu limpar uma multiplicidade de e-mails recebidos ainda em endereços *gabprime*, simplificando a forma de contacto com o Programa e permitindo uma maior eficácia na resposta e tratamento pelo *backoffice* das questões colocadas por via *e-mail* ou diretamente por telefone.

6.7 INTERVENÇÕES

Para além dos eventos estruturados e organizados pelo COMPETE, a presença do Gestor do Programa, das vogais da Comissão Diretiva e de Quadros do Secretariado Técnico, em sessões enquanto orador, são momentos fundamentais de comunicação e contribuem para atingir os objetivos definidos.

| 226

Em 2011, o Gestor do COMPETE foi orador em 17 sessões, na maioria relacionadas com projetos financiados pelo programa.

6.8 PARTICIPAÇÃO NA REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN

O modelo de comunicação do QREN abrange três níveis de atuação: o QREN; os fundos (FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; FC - Fundo de Coesão e FSE - Fundo Social Europeu); e os Programas Operacionais (PO). A articulação entre estes níveis é assegurada pela Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN (RIC QREN), coordenada pelo presidente da Comissão Técnica de Coordenação do QREN e que integra os responsáveis pela comunicação no Observatório do QREN, nas Autoridades de Gestão dos PO e nas Autoridades de Coordenação Nacional dos Fundos - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) e Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE). A esta Rede compete-lhe levar a cabo a estratégia de comunicação do QREN, através do cumprimento do respetivo Plano de Comunicação, fazendo esse plano parte de um sistema de comunicação mais amplo, que integra os Planos de Comunicação dos PO e dos Fundos.

No âmbito interno, a RIC QREN reuniu-se em três ocasiões, nos meses de Fevereiro, Abril e Outubro de 2011, para refletir e decidir sobre o desenvolvimento das ações de comunicação do QREN.

A RIC QREN desenvolveu, no ano de 2011, diversas atividades que contribuíram para a divulgação da marca QREN, passando a comunicação a estar centrada na demonstração de resultados, isto é, na divulgação de projetos apoiados pelo QREN. Pretende-se com esta abordagem não só assegurar a compreensão dos apoios, oportunidades e modalidades de acesso ao QREN, garantindo uma procura mais informada e qualificada dos apoios, mas também garantir níveis de conhecimento elevados dos resultados alcançados com os apoios do QREN, por parte do público em geral, reforçando a transparência deste instrumento financeiro.

No âmbito dos produtos de comunicação de largo espectro é de destacar, durante o ano de 2011, a publicação de dois suplementos editoriais QREN OJE, um dedicado aos “Equipamentos e infra-estruturas de valorização do território”, publicado em Fevereiro, e outro sobre o tema da “Internacionalização”, editado em setembro. O COMPETE colaborou ativamente na organização deste último suplemento com contacto com os promotores de projetos bem como na organização da estrutura editorial.

Ainda no capítulo das ações de grande alcance, e dando continuidade às iniciativas anteriores de celebração do Dia da Europa - 9 de maio, a RIC QREN voltou a aproveitar esta ocasião para associar o QREN à União Europeia, através de uma ação de promoção junto do grande público, dando, simultaneamente, a conhecer algumas das suas áreas de intervenção. Foi realizada uma campanha de divulgação na rede nacional do multibanco, complementada por uma campanha de distribuição gratuita de postais em todo o território.

A campanha na rede nacional do Multibanco consistiu na divulgação de dois filmes, entre os dias 2 e 15 de maio, tendo gerado mais de 8 milhões de contactos. A coleção de oito postais alusivos ao Dia da Europa foi gratuitamente distribuída entre 4 e 27 de maio, na rede PostalFree, implementada em todo o território nacional, em universidades, salas de cinema, restaurantes, teatros, cafés e bares. No total foram distribuídos 200.000 postais, que abrangeram cerca de 600 mil pessoas em todo o país. No período de vigência desta ação foram ainda divulgados *banners*, alusivos à campanha, nos sítios do QREN, dos PO e das autoridades nacionais de certificação e coordenação dos Fundos.

6.9 A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO | REDE INFORM

Ao nível externo, o COMPETE esteve presente em maio e em dezembro de 2011 na 7ª e a 8ª reunião, em Sofia e em Bruxelas, da Rede Inform, coordenada pela DG REGIO da Comissão Europeia, integra responsáveis pela comunicação dos fundos europeus em cada Estado-Membro da União Europeia e reúne-se duas vezes por ano para debater temas relacionados com a comunicação do FEDER e do Fundo de Coesão e para definir linhas de ação comuns a seguir.

6.10 CAMPANHAS DE MEIOS

6.10.1. Campanha do Plano de Concursos

No contexto da aprovação, a 20 de janeiro de 2011, pela Comissão Ministerial de Coordenação, do Plano de Concursos dos Sistemas de Incentivos para 2011, concebeu-se uma campanha de divulgação generalista, pela imprensa escrita e *online* e pela rádio, a nível nacional e regional, em paralelo com um esforço concertado de difusão do calendário de concursos por todos os intervenientes, nomeadamente, Autoridade de Gestão, PO Regionais e Organismos Intermédios.

| 228

INCENTIVOS ÀS EMPRESAS
PLANO DE CONCURSOS PARA 2011
FIQUE ATENTO ÀS DATAS E PRAZOS!

CANDIDATURAS							
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MAIO	JUNHO	JULHO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Vale I&DT 20 JAN 11 a 20 FEB 11	Núcleos de I&DT 20 FEB 11 a 20 MAR 11	Projetos Individuais e em Cooperação 20 MAR 11 a 20 ABR 11	Projetos Conjuntos Internacionais 20 MAR 11 a 20 ABR 11	Projetos Individuais 20 JUN 11 a 20 SET 11	Projetos em Cooperação 20 JUN 11 a 20 SET 11	Vale I&DT 20 SET 11 a 20 NOV 11	Núcleos de I&DT 20 NOV 11 a 20 DEZ 11
Vale Inovação 20 JAN 11 a 20 FEB 11	Projetos em Cooperação 20 FEB 11 a 20 ABR 11	Projetos Conjuntos Dúctis Tecnológicos 20 MAR 11 a 20 ABR 11				Vale Inovação 20 SET 11 a 20 NOV 11	Projetos Individuais 20 NOV 11 a 20 DEZ 11
	Projetos de Inovação 20 FEB 11 a 20 MAR 11					Projetos Individuais e em Cooperação 20 SET 11 a 20 DEZ 11	Projetos de Inovação 20 NOV 11 a 20 DEZ 11
	Projetos de Empreendedorismo 20 FEB 11 a 20 MAR 11						Projetos de Empreendedorismo 20 NOV 11 a 20 DEZ 11

Mais Apolos | Novos Desafios

A campanha envolveu a elaboração de anúncio para a imprensa escrita, de banner para a imprensa eletrónica e de gravação de spot de rádio.

Relativamente à escolha dos jornais, considerou-se o target, a tiragem e a cobertura nacional. Foi respeitada a percentagem definida no Decreto-lei N.º 231/2004, de 13 de Dezembro, que estabelece as regras aplicáveis à distribuição das ações informativas e de publicidade do Estado, em território nacional, pelas rádios locais e pela imprensa regional, em suporte de papel ou em suporte eletrónico.

A campanha realizou-se no 1º semestre de 2011, envolvendo (de acordo com o último reporte efetuado ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social):

- Imprensa escrita nacional e regional: 18 inserções
- Imprensa eletrónica nacional e regional (Banner Diário Económico e 2 jornais regionais): 300.000 visualizações
- Spot 20 ' na TSF e em 5 rádios regionais: 450 spots

6.10.2. Campanha Concurso Qualificação de Entidades Vales Inovação



VALES I&DT E INOVAÇÃO
CONCURSO ABERTO PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO À INOVAÇÃO A PME.

DESTINATÁRIOS
 Entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos do Sistema Científico e Tecnológico ou que integrem, na sua missão, a prestação de serviços de apoio técnico e tecnológico de suporte às estratégias de inovação, modernização e internacionalização das empresas.

PRAZO
 De 16/03/2011 a 26/04/2011

DOCUMENTAÇÃO
 Consulte o Aviso n.º 09/SI/2011 e preencha o formulário disponível nos sites:
 COMPETE - www.pofc.qren.pt
 Incentivos Qren - www.incentivos.qren.pt

Candidate-se!
 Esclarecimentos:
info@compete-pofc.org

Foi efetuada uma campanha de meios direcionada no contexto da publicação do Aviso do Concurso n.º 09/SI/2011, para a atribuição do estatuto de entidade qualificada para prestação de serviços de I&DT e inovação a PME no âmbito dos Vales I&DT e Inovação deverá ser atualizado através de um novo procedimento que preveja a sua eventual renovação para as entidades atualmente reconhecidas, bem como a atribuição desta classificação a novas entidades que evidenciem competências em áreas relevantes para a competitividade empresarial.

Esta campanha envolveu pela imprensa escrita e *online*, a nível nacional e regional, num total de 16 inserções (12 inserções na imprensa escrita nacional e regional e 4 inserções na imprensa eletrónica).

| 229

6.11 COMUNICAÇÃO DA IMPRENSA

Durante o ano de 2011 foi possível manter a colaboração da CISION na realização do *clipping* de notícias, todavia por questões de procedimento a análise qualitativa das notícias não pode ser efetuada. A CISION é líder mundial na disponibilização de serviços para planeamento, contacto, monitorização e análise de media.

Diariamente são objeto de análise 1600 meio de Imprensa (nacional, regional e especializada), 14 canais de televisão, 4 estações de rádio de cobertura nacional e 300 meios *online*.

A CISION continuou a ser a ferramenta base de onde retiramos as notícias pertinentes sobre o COMPETE, acrescentando a leitura dos principais diários e jornais económicos, bem como da leitura das notícias chegadas através de canais *online*.

No ano de 2011 foram veiculadas um total 526 notícias relacionadas com o COMPETE ou com projetos financiados pelo programa, repartidas pela Imprensa, Internet, Rádio e Televisão, com destaque para a imprensa escrita (em percentagem de notícias).

6.12 COMUNICAÇÃO INTERNA

Atendendo à relevância do processo comunicacional interno na consolidação da identidade da organização, mantiveram-se os meios de comunicação interna, nomeadamente *clipping* eletrónico diário, difusão diária da legislação nacional e comunitária, lista de publicações disponíveis.

6.13 MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a um conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), desempenha uma função determinante permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objetivos definidos.

O quadro-síntese que se apresenta considerou alguns dos indicadores – de meios e de resultados – definidos no Plano de Comunicação. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados, a análise terá de ser dinâmica e permite também verificar a adequabilidade de alguns dos indicadores/metast à realidade.

Tabela 6.1: Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2011

Indicadores	Unidades	Execução 2011	Execução 2007-2011	Metas 2007-2013
Publicidade				
Anúncios Imprensa	n.º	2	13	10
Inserções - Imprensa	n.º	30	202	450
Anúncios Online	n.º	3	6	n.d
Visualizações	n.º	500.000	1.450.000	n.d
Spots de Rádio	n.º	1	7	100
Inserções - Rádio	n.º	450	531	n.d
Assessoria de Imprensa				
Press Releases	n.º	2	23	10
Convites	n.º	4.500	37.979	20.000
Notícias Publicadas	n.º	526	1.815	100
Eventos				
Sessões	n.º	2	29	150
Média/participantes	n.º	400	n.d.	n.d
Publicações				
Publicações	n.º	0	11	10
Tiragem	n.º	0	52.000	100.000
Site				
Visitas	n.º	593.068	2.316.392	2.000.000
Newsletter				
Emitidas	n.º	22	63	n.d
Subscritores	n.º	3.095	3.095	10.000
Centro de Atendimento Telefónico				
Chamadas atendidas	n.º	1.698	17.384	125.000
Correio Eletrónico				
Mensagens Recebidas	n.º	5.892	50.560	n.d
Mensagens Enviadas	n.º	4.953	55.208	8.000

Fonte: SI POFC.

Na análise comparativa com os dados reportados no Relatório de Execução de 2010 há que ter em atenção que as estratégias e os meios sofreram alterações. Assim os dois *websites* foram incorporados num só, sendo que os visitantes do *website* dos incentivos eram também visitantes do site do pofc, o que inflacionava a contabilização do indicador. Mais importante são o número de visitantes efetivos, o número de páginas visitadas e o tempo da visita, indicadores que só desde agosto de 2011 estão disponíveis.

| 232

Os canais de comunicação com o público foram objeto de uma efetiva racionalização. As quatro contas associadas ao gabprime (contas efetivamente de questões técnicas) foram fundidas numa só: info@compete-pofc.org e rentabilizaram-se os canais de informação dos organismos intermédios. Acresce que os indicadores de 2011 estão limpos de spam, enquanto em 2010 o *software* disponível não o permitiu.

O fim do *contact center* a 31 de dezembro de 2010 permitiu despistar questões COMPETE, das questões QREN e questões IAPMEI. A criação de um *frontoffice* | *backoffice* técnico na Autoridade de Gestão do COMPETE conduziu a uma restrição do público, de natureza muito profissional, maioritariamente composto por consultores.

6.14 ORÇAMENTO

O orçamento afeto no projeto de Assistência Técnica 2011 para as atividades de comunicação era de 456,7 mil euros, correspondendo a 382,8 mil euros FEDER.

Considerando a reorientação da estratégia e a otimização e rentabilização de recursos e a diminuição de apostas em publicações e eventos justificam uma execução de 58% do orçamento: 264,6 mil euros de investimento elegível, envolvendo 185,2 mil euros de fundo FEDER.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2012

7.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2011

À semelhança dos anos anteriores, ano de 2011 foi igualmente muito marcado pelas dificuldades sentidas pelos potenciais promotores do Programa, tanto empresariais como não empresariais.

Como foi referido no ponto 2.4.1 – Contexto socioeconómico, durante o ano de 2011, a economia portuguesa entrou novamente em recessão, com o PIB a decrescer 1,6%, refletindo uma tendência que se tem vindo a agravar ao longo dos últimos trimestres. Para esta evolução negativa contribuíram a instabilidade nos mercados da dívida, as fortes medidas de consolidação orçamental e de ajustamento externo impostas (com impacte sem precedentes sobre a procura interna) e o abrandamento da economia mundial, com a consequente desaceleração da procura pelas exportações portuguesas, que, ainda assim, deverão ser a única componente do PIB com uma performance positiva.

A natureza recessiva da crise, agravada pelas restrições de financiamento impostas pelo sistema bancário, representa um risco à boa execução do Programa, devido à dificuldade das empresas ao nível do financiamento dos seus projetos de investimento, bem como do acesso a garantias bancárias necessárias para a obtenção de adiantamentos.

Deste modo, na sequência dos ajustamentos introduzidos no Programa, em especial durante os anos 2009 e 2010, para além da sua completa implementação, tornou-se necessário proceder à reprogramação interna no sentido de adaptar as dotações dos Eixos à nova realidade. Neste sentido, verificou-se um reforço da dotação dos Sistemas de Incentivos em detrimento dos restantes instrumentos, salientando-se o SAMA (dadas as evidentes dificuldades de mobilização da contrapartida pública nacional necessária à realização da totalidade da dotação prevista).

Releve-se ainda a manutenção da concentração dos Sistemas de Incentivos QREN em atividades transacionáveis (focalizando o apoio nas atividades transacionáveis e em projetos de vocação internacional), privilegiando a integração em Estratégias de Eficiência Coletiva, de forma a garantir a desejável alteração do perfil produtivo. Note-se que, apesar da referida seletividade da procura, registou-se um elevado nível de procura empresarial.

Apesar das referidas dificuldades, as medidas de correção introduzidas permitem encarar com otimismo a fase final do Programa, tendo em conta os atuais níveis de compromisso (90% da dotação total).

Ao nível da execução regista-se igualmente um nível que se pode considerar como adequado, uma vez que foi largamente ultrapassada a meta mínima de execução para 2011 e, de forma antecipada, se encontra cumprida a meta de 2012.

Relativamente às metas para 2011, fixadas no Relatório de Execução de 2010, verifica-se um total cumprimento dos objetivos estabelecidos em termos de execução (meta N+3 e pedidos de pagamento realizados à CE³⁴), análise de projetos e lançamento de novos concursos.

Tabela 7.1: Cumprimento em 2011 dos objetivos fixados em 2010

Objetivos	Realização	Grau Cumprimento
Cumprimento da Regra N+3	Meta N+3 ultrapassada	254%
Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 430,4 milhões de euros ³⁵	O incremental de pedidos de pagamento à CE, durante 2011, foi de 535,1 milhões de euros	124%
Redução dos Prazos de Análise dos Projetos	Verificou-se uma redução dos tempos de análise dos AAC analisados em 2011	Sim
Lançamento de, pelo menos, 18 AAC	Lançados 23 AAC	128%

Conclui-se assim que, apesar dos constrangimentos externos induzidos pela crise económica, a realização do Programa pode ser considerada como positiva.

7.2 PREVISÕES PARA 2012

O ano de 2012 será marcado pelo acentuar dos efeitos da crise macroeconómica, constituindo esta a principal ameaça ao cumprimento dos objetivos do Programa.

Neste sentido, torna-se necessária uma vigilância apertada sobre os compromissos já assumidos, bem como a identificação de eventuais pontos de melhoria processual que permitam melhorar o desempenho do Programa.

³⁴ Em Agosto de 2011 foi comunicada, pela Autoridade de Certificação, à CE revisão da estimativa de pedidos de pagamento FEDER à CE de 467 milhões de euros para 430,4 milhões de euros

³⁵

Caberá ainda ao Programa, no quadro das prioridades definidas pelo Governo, nomeadamente no âmbito da Reprogramação Estratégica, responder aos desafios lançados através da modulação dos seus instrumentos com vista ao financiamento dos projetos que se enquadrem nos objetivos do Programa.

Face às prioridades nacionais de aumento das exportações nacionais, deverá ser mantida a focalização nos processos de internacionalização das empresas, designadamente na sua vertente exportadora, sem perder de vista o objetivo estrutural de apoio à inovação e às atividades com maior valor acrescentado e intensivas em conhecimento e tecnologia.

Numa lógica de incentivo ao objetivo da especialização e alteração do perfil produtivo será mantida a opção de concentração de projetos nas cadeias de valor com maior potencial de mercado dando relevo estratégico aos Polos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e outros *Clusters*.

SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO

Para além de assegurar o correto funcionamento do sistema de gestão e controlo, prevenindo e detetando as situações de desconformidade, prevê-se em 2012:

- Apresentar à Comissão Europeia uma reprogramação do COMPETE, englobada na reprogramação estratégica do QREN;
- Identificar os projetos que não demonstrem níveis de realização adequados no sentido de, através da sua desativação, permitir novo compromisso;
- Inclusão nos pedidos de certificação a remeter à Comissão Europeia das despesas referentes ao SAESCTN;
- Concluir o processo de aprofundamento das verificações de gestão do Eixo III;
- Acompanhar a implementação das recomendações decorrentes das ações de controlo;
- Iniciar os procedimentos para a realização do estudo de Avaliação Intercalar do COMPETE, conforme o Plano de Avaliação do COMPETE

Em relação à componente de execução orçamental do Programa são assumidas, como principais metas para 2012:

- Concretizar o cumprimento da regra n+3 de 2012;
- Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 442,2 milhões de euros.

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Em 2012 a aposta manter-se-á na rentabilização do *site* e das suas funcionalidades como instrumento privilegiado de comunicação, acompanhado por uma utilização eficaz das redes sociais, que devem complementar, alargando a um público mais geral informação sobre o Programa e dos projetos que este apoia, permitindo relevar o impacto dos fundos nos objetivos que marcam o COMPETE na sua génese.

| 236

A área de comunicação do COMPETE irá manter a colaboração com a AMA no novo portal do cidadão e da empresa, na criação das páginas específicas por serviço (entenda-se instrumento de apoio) e atualizando a informação relativa aos concursos abertos.

A criação de uma *networking* na DG Inform permite estreitar laços com programas operacionais de outros estados membros e dar outra escala às notícias sobre o programa e os projetos, pelo que se sublinha a relevância de reforçar esta colaboração. Neste contexto o COMPETE também trabalhará com os serviços de comunicação da comissão responsável pela edição da revista Panorama.

Monitorizar as ações de comunicação empreendidas, estando, por isso, previsto o desenvolvimento de um inquérito online a enviar no final do 1º e 2º semestres de 2012.

Relativamente à participação em eventos, considera-se que a aposta deverá ser efetuada na sessão anual de resultados numa lógica de trabalho colaborativo com os beneficiários dos projetos.

Pretende-se ainda garantir uma participação ativa nas Comemorações do Dia da Europa e em todas as ações destinadas ao grande público onde o COMPETE possa colaborar sem que daqui resultem custos associados.

Apresenta-se de seguida a tabela consolidada dos objetivos fixados para 2012:

Tabela 7.2: Objetivos fixados para 2012

Objetivos	Meta
Apresentar à CE a reprogramação do COMPETE, alinhada com a Reprogramação Estratégica do QREN	Concluir o processo de reprogramação do Programa
Inclusão nos pedidos de certificação a remeter à Comissão Europeia das despesas referentes ao SAESCTN	Certificação das despesas do SAESCTN
	Cumprimento da Regra N+3
Apresentar níveis de execução adequados	Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 442,2 milhões de euros
Cumprimento do Plano de Avaliação do COMPETE	Arrancar com os procedimentos para a realização da Avaliação Intercalar
Verificações de Gestão do Eixo III	Concluir o processo de aprofundamento das verificações de gestão do Eixo III

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAC	Aviso para Apresentação de Candidaturas
AC	Agenda para a Competitividade
AdI	Agência de Inovação
AG	Autoridade de Gestão
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
APDC	Associação para o Desenvolvimento das Comunicações
API	Agência Portuguesa para o Investimento
ARDU	Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos
BEI	Banco Europeu de Investimento
CAE	Código das Atividades Económicas
CE	Comissão Europeia
CAP	Agricultores de Portugal
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
CONFAGRI	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal
CPADA	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
CTP	Confederação do Turismo Português
COMPETE	Programa Operacional Factores de Competitividade
DI&D	Despesas em Investigação e Desenvolvimento
DRE	Direção Regional da Economia
DSGC	Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
EEC	Estratégias de Eficiência Coletiva
EEE	Estratégia Europeia para o Emprego
EMAS	Sistema de Eco-Gestão e Auditoria
ESCO	Empresas de Serviços de Energia
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUA	Estados Unidos da América
FACI	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo
FAPPI	Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento Intermédio
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCGM	Fundo de Contragarantia Mútua
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FCR	Fundo de Capital de Risco
FEADER	Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FGA	Fundo de Gestão de Ativos

FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FSE	Fundo Social Europeu
I&D&I	Investigação & Desenvolvimento & Inovação
I&DE	Investigação e Desenvolvimento Experimental
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI	Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
ID&DT	Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IGF	Inspeção-geral de Finanças
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
INR	Incentivo Não Reembolsável
IR	Incentivo Reembolsável
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
N.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OC	Outros Clusters
OI	Organismo Intermédio
OG	Orientação de Gestão
OT	Orientação Técnica
p.p.	Pontos percentuais
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNE	Plano Nacional de Emprego
PO	Programa Operacional
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POR	Programa Operacional Regional
PP	Pedido de Pagamento
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPS	Produto, Processo e/ou Serviço
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PROMAR	Programa Operacional Pesca
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RNG	Redes de Nova Geração
ROC	Revisor Oficial de Contas
RTV	Relatório Técnico de Visita
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAESCTN	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SAFPRI	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação
SBA	Small Business Act
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SFC	System for Fund Management in the European Community
SGM	Sociedades de Gestão de Ativos
SI	Sistema de Incentivos
SIAC	Sistema de Apoio a Ações Coletivas
SI I&DT	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação	Sistema de Incentivos à Inovação
SI PME	Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME
SNC	Sistema Nacional de Controlo
SPQ	Sistema Português da Qualidade
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
TIE	Tecnologias de Informação e Eletrónica
TOC	Técnico Oficial de Contas
TP	Turismo de Portugal
EU	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VE	Valia Económica.

BIBLIOGRAFIA

Banco de Portugal, *Boletim Económico – Primavera 2011*, Banco de Portugal, vol. 17, n.º 1, Março 2011;

Banco de Portugal, *Boletim Económico – Inverno 2010*, Banco de Portugal, vol. 16, n.º 4, 2010;

Comissão Europeia, *European Economic Forecast - Autumn 2010*, Comissão Europeia, Outubro 2010;

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica*, DPP – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, n.º 3/2010, Outubro de 2010;

FMI, *Regional Economic Outlook – Europe Building Confidence*, FMI, Outubro de 2010;

Gabinete de Estratégia e de Estudos, Ficha de Competitividade – A promoção do Investimento, GEE, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Março de 2011

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 2, GEE, Fevereiro de 2011;

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 3, GEE, Março de 2011;

GEE, *Indicadores de Atividade Económica*, GEE, Abril 2011;

OCDE, *OCDE Economic Surveys – Portugal*, vol. 2010/16, OCDE, Setembro 2010.

ANEXOS

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.11
(valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Anexo VI - Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo XIII - Ficha de Grande Projeto

Anexo XIV - Listas das aplicações em PME no âmbito do Eixo III

Anexo XV - Lista de Projetos aprovados ao abrigo da regra *Spill-Over Effects*

Anexo XVI - Listas das verificações no local e auditorias externas